

ELISÂNGELA IARGAS IUZVIAK MANTAGUTE

**"NÃO FICARÃO MAIS AO DEUS DARÁ:
JÁ EXISTEM AS CRECHES"! HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM
CRECHES PÚBLICAS DE CURITIBA:
entre normas e práticas - 1977 a 2003**

**CURITIBA
MARÇO/2017**

ELISÂNGELA IARGAS IUZVIAK MANTAGUTE



**"NÃO FICARÃO MAIS AO DEUS DARÁ:
JÁ EXISTEM AS CRECHES"! HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO
INFANTIL EM CRECHES PÚBLICAS DE CURITIBA:
entre normas e práticas - 1977 a 2003**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Educação do Setor de Educação da
Universidade Federal do Paraná, como requisito
parcial para obtenção do título de Doutora em
Educação.

Orientação: Profª. Drª. Gizele de Souza.

**CURITIBA
MARÇO/2017**

Catálogo na publicação

Mariluci Zanela – CRB 9/1233

Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Mantagute, Elisângela largas luzviak

"Não ficarão mais ao Deus dará: já existem as creches! História da educação infantil em creches públicas de Curitiba: entre normas e práticas - 1977 a 2003 / Elisângela largas luzviak Mantagute – Curitiba, 2017.

316 f.; 29 cm.

Orientadora: Gizele de Souza

Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

1. Creches - Educação de crianças – Curitiba (PR). 2. Educação de crianças - História. 3. Políticas públicas - Infância – Curitiba (PR). I. Título.

CDD 372.21



PARECER

Defesa de Tese de Elisângela Iargas Iuzviak Mantagute para obtenção do Título de DOUTORA EM EDUCAÇÃO. As abaixo assinadas, Prof.^a Dr.^a Gizele de Souza, Prof.^a Dr.^a Eloisa Acires Candal Rocha, Prof.^a Dr.^a Solange Aparecida de Oliveira Hoeller, Prof.^a Dr.^a Nádia Gaiofatto Gonçalves, Prof.^a Dr.^a Andréa Bezerra Cordeiro, arguíram, nesta data, a candidata acima citada, a qual apresentou a seguinte Tese: "NÃO FICARÃO MAIS AO DEUS DARÁ: JÁ EXISTEM AS CRECHES!" HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM CRECHES PÚBLICAS DE CURITIBA: ENTRE NORMAS E PRÁTICAS - 1977 A 2003".

Procedida a arguição, segundo o Protocolo aprovado pelo Colegiado, a Banca é de Parecer que a candidata está Apta ao Título de DOUTORA EM EDUCAÇÃO, tendo merecido as apreciações abaixo:

BANCA	ASSINATURA	APRECIÇÃO
Prof. ^a Dr. ^a Gizele de Souza		Aprovada
Prof. ^a Dr. ^a Eloisa Acires Candal Rocha		Aprovada
Prof. ^a Dr. ^a Solange Aparecida de Oliveira Hoeller		Aprovada
Prof. ^a Dr. ^a Nádia Gaiofatto Gonçalves		Aprovada
Prof. ^a Dr. ^a Andréa Bezerra Cordeiro		Aprovada

Curitiba, 31 de março de 2017.

Prof. Dr. Geraldo Balduino Horn
Coordenador do PPGE

Prof. Dr. Geraldo Balduino Horn
Coordenador do Programa de
Pós-Graduação em Educação
MPAP 137022 / MSIAPE 2169216

*Esta tese é dedicada às crianças de perto e de longe.
Às crianças de hoje e de amanhã.
A todas as crianças que motivam minha atuação na vida.*

AGRADECIMENTOS

Ao fim e ao cabo de um esforço de quatro anos há muitos e muitas que merecem agradecimentos. A vida muda demais em quatro anos, os sonhos se transformam, seu rosto se transforma, seus filhos se transformam e o mundo a sua volta, às vezes, parece quase desconhecido.

A imersão que uma pesquisa de Doutorado impõe a todos é tão transformadora, que agora vale perguntar: em quem ou no que me transformei? No que o mundo nesses quatro anos se transformou? Em que a minha pesquisa irá transformar o mundo? Ela irá transformar? Ao final, as perguntas são quase que infinitas. Mas há uma certeza: a gratidão, os agradecimentos àqueles que tornaram possível chegar esse momento festivo.

Não poderia deixar de iniciar esses agradecimentos dirigindo-me a minha querida família: meu querido e atento esposo Jarley Mantagute, que em seus longos discursos sobre resiliência, paciência e assertividade me trouxeram acalantos para continuar firme nessa metamorfose que é o período da pesquisa. Obrigada!!!! Meu amor, meu respeito e admiração sempre!!!!

Aos meus filhos Francisco e João Gabriel, que por muitas vezes tiveram seus planos infantis interrompidos por minhas incursões pelos arquivos, pelos congressos, pelos dias e noites de escrita e de produção. E a pergunta “Falta muito?”, na maioria das vezes precedida pela resposta: “Falta!!!!” Falta muito mesmo, e por que não dizer que nunca terá fim? Afinal, a pesquisa e as reflexões só terminam porque o prazo termina, mas as inquietações que fazem revirar os arquivos, conversar com pessoas, ler e reler, ver e rever, transver....(E viva Manoel de Barros, que garantiu a poesia de cada dia!). A esta família que construímos meu agradecimento mais que especial.

A minha grande incentivadora de sempre, minha querida mãe, que com toda sua simplicidade me fez ser uma apaixonada pelos estudos e pelos livros. Mostrou-me que minha condição de vida e minha condição no mundo só seriam melhores e ampliadas se eu estudasse, e, estudasse muito! Assim o fiz e não consigo me imaginar não fazendo! Obrigada!

E família também é quem a gente escolhe, ou ainda quem nos escolhe e hoje depois de 12 anos de pesquisa, de troca, de orientação, posso dizer que a querida professora Gizele de Souza e sua família fazem parte da minha!!!! A atenção, a delicadeza, a firmeza sempre presentes nas indicações e tomadas de decisão. Meus agradecimentos sempre!

Às queridas companheiras de doutorado Silvia, Silvete, Gisele e Etienne: leituras, discussões e análises compartilhadas, mas, sobretudo a parceria e alegria em dividir e comungar dessa viagem que é o período do doutoramento.

Aos professores da Linha de História e Historiografia que participaram ativamente de minha formação e apresentaram-me os caminhos de pesquisa e produção acadêmica.

Aos amigos da querida e profícua Linha de História e Historiografia, Juarez, Andreia, Michele, Jacyara que deram seu tempo, sua atenção para minha produção, para as minhas angústias e felicidades da pesquisa.

Às Professoras Eloísa e Nádia, que com alegria, afeto e atenção fizeram importantes leituras e apontamentos em relação ao texto por ocasião do momento de qualificação, que sinalizaram novas formas de apresentar os resultados da pesquisa que ora se apresenta. Às professoras e parceiras de pesquisa Solange e Andreia, que aceitaram o convite para a defesa e com muito cuidado e afeto trouxeram grandes e valiosos apontamentos sobre o texto. Gratidão!

À Maria Ângela pela leitura atenta e criteriosa. Ao Marcos pela tradução. À Luciana pela mediação. À Maria Silvia pelas preciosas dicas, pelo carinho e apoio. À querida Elidete pelas palavras de amor, carinho e otimismo, diárias.

À Secretaria Municipal da Educação de Curitiba pela licença para estudos concedida, que deu apoio e possibilidade de saída para dois anos de dedicação a esse processo.

A todos os profissionais dos arquivos que me atenderam e orientaram nas pesquisas das fontes, principalmente à querida Simone do Arquivo Público Municipal que incansavelmente esteve disponível para todas as buscas.

E o que dizer das possibilidades de encontros e trocas que as entrevistas trouxeram? Colegas de funcionalismo público que abriram suas casas, seus acervos, suas vivências na Educação Infantil pública. Sem o acesso aos seus relatos certamente essa história que conto, seria muito diferente e não teria a alma que tem. Muito, muito obrigada pelos depoimentos, fotografias, documentos e prosas. Prosas de gente que ama a educação.

A todos os meus amigos e amigas (que seria muito longo nominá-los) que compartilham o amor às crianças, à história, à Educação Infantil e aos estudos: compartilhar com vocês esses anos de aprendizagem, pesquisa e conquistas me dá a certeza de que se pode sempre mais e que de fato a educação transforma e a pesquisa nos faz profissionais muito melhores na nossa ação cotidiana.

Agradecimentos eternos!

*Ao "espetáculo da investigação, com seus sucessos e reveses".
(Le Goff, 2001).*

*Sucessos com os achados, os sujeitos, os encontros.
Reveses trazidos pelos limites do tempo, da capacidade de compreensão.
Mas espetáculo.... espetáculo de percursos e das possibilidades de dar visibilidade aos
sujeitos envolvidos com a história da Educação Infantil em Curitiba.*

RESUMO

A pesquisa tem por objeto de estudo a história da educação infantil em creches na cidade de Curitiba, entre os anos de 1977 e 2003. O problema consiste em identificar qual era a função social exercida pela instituição pública de Educação Infantil - creche - na cidade de Curitiba e de que maneira ela foi organizada, estruturada administrativamente e pedagogicamente no que tange às propostas, às estratégias e às normatizações, no arco temporal entre 1977 a 2003. A tese é de que a creche ocupou diferentes funções sociais ao longo do período estudado, e, que tais funções se estruturaram em função das concepções de criança e Educação Infantil em circulação naquele momento histórico e que foram assumidas no trabalho da rede municipal de Curitiba, gerando rupturas e permanências na construção da história do atendimento às crianças pequenas. Também foram determinantes os sujeitos envolvidos e suas redes de interdependência, na construção e efetivação da proposta para a Educação Infantil em creches. Estas nuances da função social da creche, geraram rupturas e permanências na construção da história do atendimento da educação infantil em Curitiba. O objetivo geral para a condução da pesquisa reside em compreender as funções sociais que a creche – como espaço particular de educação infantil - foi assumindo no percurso histórico entre 1977 a 2003 e como se estruturou a rede de creches públicas na cidade de Curitiba, como se contratou e formou seus profissionais, de que modo organizou suas propostas, estratégias e normatizações de atendimento às crianças de 0 a 6 anos. A fim de atender tal finalidade, são propostos os objetivos específicos a seguir: a) Identificar as concepções de Educação Infantil que circulavam neste período histórico e como elas contribuíram para a forma de atendimento oferecido; b) Mapear a configuração político-administrativa de departamentos e instâncias municipais responsáveis pela rede de creches e o contexto de produção e a própria produção das normatizações propostas pela Prefeitura Municipal de Curitiba; c) Analisar de que modo ocorreu a apropriação, por parte dos servidores que atuavam nas creches, das normatizações propostas pela Prefeitura Municipal de Curitiba assim como verificar os usos, circulação e apropriações das proposições pedagógicas; d) Investigar como ocorreu a contratação, qual foi a proposta de atuação e a efetiva atuação dos profissionais que estavam ligados diretamente com a Educação Infantil na rede de creches de Curitiba revelando uma possível constituição da identidade profissional deles. Os conceitos que sustentam a tese são os de práticas, representações, apropriações e lutas de representação (Chartier, 1990, 1991); o conceito de lugar de Certeau (2013). As fontes analisadas foram produzidas pela Prefeitura Municipal de Curitiba e pelos sujeitos que atuaram na história da Educação Infantil curitibana. O texto está organizado em três capítulos que narram essa história.

Palavras chave: Creche – Educação Infantil – Curitiba – História da Educação Infantil – Políticas para a Infância.

ABSTRACT

The study object of this research paper was the history of Early Childhood Education in daycare centers in the city of Curitiba between 1977 and 2003. The research problem was identifying the social function exercised by the public institution of Early Childhood Education – daycare center – in the city of Curitiba and how it was organized, administratively and pedagogically structured in reference to the proposals, the strategies and the norms between 1977 and 2003. The thesis is that the daycare center had different social functions throughout the studied period, and that these functions were structured in accordance with the conceptions of children and Early Childhood Education in circulation at that historical moment and which were assumed in the work of the Education Network of Curitiba, generating ruptures and continuities in the construction of the history of the caring for young children. The subjects involved and their networks of interdependence were also decisive in the construction and effectiveness of the proposal for Early Childhood Education in daycare centers. These nuances of the social function of the daycare center generated ruptures and continuities in the construction of the history of the caring of Early Childhood Education in Curitiba. The general objective for conducting the research was to understand the social functions that the daycare center - as a particular area of Early Childhood Education - assumed in the historical course between 1977 and 2003 and how the network of public daycare centers was structured in the city of Curitiba, how the professionals were hired and trained, and how the proposals, strategies and norms were organized for the caring for children from 0 to 6 years. In order to achieve this purpose, the following specific objectives were proposed: a) Identifying the conceptions of Early Childhood Education that circulated in this historical period and how they contributed to the way in which the service is offered; b) Mapping the political-administrative configuration of municipal departments and offices responsible for the network of daycare centers and the context of production and the own confection of the regulations proposed by Curitiba City Hall; c) Analyzing how the appropriation of the regulations proposed by Curitiba City Hall were taken by the municipality workers who worked in the day care centers as well as verifying the uses, circulation and appropriations of the pedagogical propositions; d) Investigating how the hiring took place, what the proposal of action was and the effective performance of the professionals who were directly connected with Early Childhood Education in the network of daycare center in Curitiba revealing a possible constitution of their professional identity. The concepts that supported the thesis were: practices, representations, appropriations and struggles for representation (Chartier, 1990, 1991); the concept of place by Certeau (2013). The analyzed sources were produced by the Curitiba City Hall and by the subjects who acted in the history of Early Childhood Education in Curitiba. The text is organized in three chapters that tell this story.

Keywords: daycare center - Early Childhood Education - Curitiba - History of Early Childhood Education - Policies for Childhood.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Capa com os documentos sobre o 1º Encontro de Creches (1986).....	45
Figura 02	Solenidade de inauguração do Conjunto Nossa Senhora da Luz dos Pinhais em 1967.....	48
Figura 03	Autoridades executivas no Conjunto Nossa Senhora da Luz dos Pinhais – 1966.....	49
Figura 04	Inauguração da Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais (1966).	50
Figura 05	Ocupações irregulares – 1978.....	53
Figura 06	Favela Capanema.....	54
Figura 07	Crianças brincando.....	60
Figura 08	Creche Vila Pinto.....	68
Figura 09	Organograma da SMDS.....	76
Figura 10	Convite para o 1º Encontro de Creches.....	78
Figura 11	Capa com os documentos sobre o 1º Encontro de Creches da PMC.....	79
Figura 12	Capa do Manual de Orientações Técnico-Administrativas do Programa Creche.....	82

Figura 13	Mapa Freguesias 1986.....	87
Figura 14	Fachada da localização das Freguesias.....	88
Figura 15	Moradias na Vila Campo Alto.....	90
Figura 16	Crianças da Vila Campo Alto.....	91
Figura 17	Ficha de solicitação de vaga – 1986.....	95
Figura 18	Organograma da SMDS.....	98
Figura 19	Criança: o direito em ser já.....	118
Figura 20	Frente do Convite para Inauguração das Creches.....	121
Figura 21	Verso do Convite para Inauguração das Creches.....	122
Figura 22	Inauguração Creche Fazenda Boqueirão.....	123
Figura 23	Limpeza do Terreno para construção do Conjunto Moradias São João Del Rey.....	124
Figura 24	Favela na Vila Pluma.....	124
Figura 25	Creche Porto Seguro.....	127
Figura 26	Organograma da Secretaria Municipal da Criança.....	131
Figura 27	Organograma do Departamento de Atendimento infantil/Secretaria Municipal da Criança.....	132

Figura 28	Inauguração da Creche Tia Chiquita.....	137
Figura 29	Vista da Creche Tia Chiquita.....	138
Figura 30	Área externa de parque Creche Tia Chiquita.....	139
Figura 31	Recorte da Capa do Manual de Procedimentos Administrativos do Programa Creche.....	141
Figura 32	Capa da Apostila de Música.....	145
Figura 33	Capa do livreto.....	147
Figura 34	Capa do Guia Curricular para Atendimento de crianças de 04 a 06 anos.....	149
Figura 35	Exemplo de atividade sugerida pelo Guia Curricular.....	150
Figura 36	Capa da Revista.....	152
Figura 37	Capa e contracapa da Proposta Pedagógica 0 a 6 anos (1994)..	160
Figura 38	Festa Junina Creche Independência – 1988.....	166
Figura 39	Festa Páscoa Creche Rondon – s/d.....	167
Figura 40	Festa Páscoa Creche Independência – 1989.....	168
Figura 41	Festa Páscoa Creche Tia Chiquita – 1996.....	168
Figura 42	Teatro Primavera Creche Rondon – 1990 ou 1992.....	169

Figura 43	Festa Dia da Criança Creche Rondon – 1991.....	170
Figura 44	Natal Creche Vila Hauer – 1977.....	171
Figura 45	Natal Creche Vila Hauer – 1977.....	171
Figura 46	Natal Creche Vila Hauer – década de 1980.....	171
Figura 47	Teatro de Natal Creche Rondon – 1993.....	172
Figura 48	Capa do livro Massagem para bebê.....	174
Figura 49	Orientação para massagem – apostila.....	175
Figura 50	Profissional com bebê no momento de massagem.....	177
Figura 51	Profissional com bebê no momento de massagem.....	177
Figura 52	Quadro de Massagem para o Berçário.....	178
Figura 53	Capa do livro.....	180
Figura 54	Apostila Shantala PMC.....	181
Figura 55	Fotos massagem no peito – Shantala.....	182
Figura 56	Capa do livro.....	184
Figura 57	Crianças de berçário na creche Vila Hauer.....	185
Figura 58	Bebê com rolo de estimulação.....	186

Figura 59	Jogo Integrativo.....	193
Figura 60	Jogo Integrativo.....	193
Figura 61	Jogo Integrativo.....	193
Figura 62	Jogo Integrativo.....	193
Figura 63	Capa do documento: Orientações Pedagógico-Administrativas sobre a Estrutura e o Funcionamento das Unidades de Educação Infantil.....	215
Figura 64	Capa do Caderno Orientações Pedagógico-Administrativas: Centros Municipais de Educação Infantil.....	221
Figura 65	Ficha de solicitação de vaga – 2001.....	229
Figura 66	Imagens de cantinhos em salas de creches de Curitiba.....	244
Figura 67	Imagens de cantinhos em salas de creches de Curitiba.....	244
Figura 68	Imagens de cantinhos em salas de creches de Curitiba.....	244
Figura 69	Imagens de cantinhos em salas de creches de Curitiba.....	244
Figura 70	Protesto popular contra a terceirização das creches (1).....	248
Figura 71	Protesto popular contra a terceirização das creches (2).....	248
Figura 72	Convite para formatura.....	249
Figura 73	Mesa Cerimonial de formatura com Prefeito Cassio Taniguchi....	258

Figura 74	Entrega do certificado da formatura.....	258
Figura 75	Parte externa do folder (1998).....	260
Figura 76	Parte interna do folder (1998).....	261
Figura 77	Parte externa do folder (1999).....	264
Figura 78	Parte interna do folder (1999).....	265
Figura 79	Educadoras realizando dinâmica com barbante.....	266
Figura 80	Educadoras realizando dinâmica com barbante.....	266
Figura 81	Educadoras praticando atividade com materiais diversos.....	267
Figura 82	Educadoras praticando atividade com materiais diversos.....	267
Figura 83	Educadoras realizando reflexão teórica.....	268

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Creches inauguradas na gestão de Saul Raiz (1975 – 1978).....	58
Quadro 02	Organização das crianças de acordo com a faixa etária.....	64
Quadro 03	Creches inauguradas na Gestão de Jaime Lerner (1979-1982).....	66
Quadro 04	Creches inauguradas na Gestão de Maurício Fruet (1983-1985).....	71
Quadro 05	Número de creches e crianças atendidas entre 1977 e 1987...	120
Quadro 06	Creches inauguradas na Gestão de Roberto Requião (1986-1988).....	125
Quadro 07	Creches inauguradas na Gestão de Jaime Lerner (1989-1992).....	134
Quadro 08	Creches inauguradas na Gestão de Rafael Greca (1993-1996).....	136
Quadro 09	Proposta Pedagógica 0 a 6 anos.....	153
Quadro 10	Temáticas presentes na revista Creches em Curitiba: espaço de educação.....	155
Quadro 11	Proposta de Atividade para as crianças.....	156

Quadro 12	Temáticas da Proposta Pedagógica de 1994.....	161
Quadro 13	Síntese da proposta Pedagógica para Jardim I.....	163
Quadro 14	Propostas educativas para os Berçários.....	187
Quadro 15	Propostas educativas para o Maternal.....	188
Quadro 16	Cursos oferecidos pelo Projeto Araucária.....	206
Quadro 17	Creches inauguradas na 1ª Gestão de Cássio Taniguchi (1997-2000).....	210
Quadro 18	Creches inauguradas na 2ª Gestão de Cássio Taniguchi (2001-2004).....	211
Quadro 19	Composição da Gestão Municipal e Gestão das Creches.....	217
Quadro 20	Dados do Censo X Número de crianças atendidas entre 1977 e 2000.....	225
Quadro 21	Número de creches e crianças atendidas entre 1977 e 2003...	232
Quadro 22	Relação do Número de Crianças e Profissionais para as Turmas das Creches.....	233
Quadro 23	Número de crianças em relação ao número de profissionais...	235
Quadro 24	Relação entre número de crianças e professor.....	236
Quadro 25	Número de crianças em relação ao número de profissionais...	236

Quadro 26	Nomenclatura do profissional que atendia as crianças nas creches.....	252
Quadro 27	Número de profissionais formados.....	259
Quadro 28	Resumo da organização das creches entre 1977 e 2003.....	274

LISTA DE SIGLAS

ANPEd	- Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
ARENA	- Aliança Renovadora Nacional
BNH	- Banco Nacional de Habitação
BPP	- Biblioteca Pública do Paraná
CAI	- Centro de Atendimento Infantil
CAPES	- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CIC	- Cidade Industrial de Curitiba
COHAB/CT	- Companhia de Habitação Popular de Curitiba
CLT	- Consolidação das Leis de Trabalho
CMEI	- Centro Municipal de Educação Infantil
CRE	- Creche
DAI	- Departamento de Atendimento Infantil
DDP	- Divisão de Documentação Paranaense
DDS	- Departamento de Desenvolvimento Social
ECA	- Estatuto da Criança e do Adolescente
FAS	- Fundação de Assistência Social
FBVL	- Fundação Bernard Van Leer
FUNABEM	- Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMAP	- Instituto Municipal de Administração Pública
IPPUC	- Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba

LDB/EN	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	- Ministério da Educação e Cultura
NEPIE	- Núcleo de Estudos e Pesquisas em Infância e Educação Infantil
NRPN	- Núcleo Regional do Pinheirinho
NRBQ	- Núcleo Regional do Boqueirão
OPA	- Orientações Pedagógico-Administrativas
PDT	- Partido Democrático Trabalhista
PFL	- Partido da Frente Liberal
PMC	- Prefeitura Municipal de Curitiba
PMDB	- Partido da Mobilização Democrática Brasileira
PPGE	- Programa de Pós-Graduação em Educação
PR	- Paraná
PUC/PR	- Pontifícia Universidade Católica do Paraná
RCNEI	- Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil
SMCR	- Secretaria Municipal da Criança
SMDS	- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
SME	- Secretaria Municipal de Educação
SMM	- Secretaria Municipal do Menor
UFPR	- Universidade Federal do Paraná
UNICEF	- Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	22
CAPÍTULO 1 “CRECHE: ESPAÇO QUE SE CONQUISTA” - 1977 A 1986	45
1.1 Creches: espaço de atenção integral à criança nomeada “carente”.....	59
1.2 Creches: normatizando o atendimento e os critérios de seleção.....	73
1.3 Creches: alimentação, saúde, higiene e educação.....	100
1.4 Creches: substituta materna?.....	107
CAPÍTULO 2 CRECHE: ESPAÇO QUE SE CONSOLIDA – 1987 A 1996..	118
2.1 Creche: construindo um currículo para a Educação Infantil.....	144
2.2 Uma proposta educativa baseada nas datas comemorativas.....	165
2.3 Práticas específicas para crianças de 0 a 3 nas creches.....	173
2.3.1 Massagem para bebês.....	173
2.4 Práticas para crianças de 4 a 6 anos nas creches.....	190
2.4.1 O Jogo integrativo.....	190
2.5 De babás a atendentes infantis: profissionais docentes da Educação Infantil.....	196
CAPÍTULO 3 CRECHE: DIREITO ‘ADQUIRIDO’ – 1997 A 2003.....	208
3.1 Creche: documentação norteadora do trabalho administrativo e pedagógico.....	214
3.2 Creches: rotinas que revelam a ação educativa.....	237

3.3 “Caso das creches vai à justiça”: a conjuntura nacional neoliberal e a tentativa de terceirização da Educação Infantil curitibana.....	246
3.4 Atuação na creche e o espaço de formação escolar e preparação docente para os profissionais.....	251
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	270
FONTES.....	276
REFERÊNCIAS.....	289
ANEXOS.....	308

INTRODUÇÃO

*Creches municipais – um lugar para carentes.
É pouco, ainda. Mas é muito se se considerar que até então não havia nada.
Filhos de ex-favelados – 480 ao todo – não mais ficarão ao ‘Deus dará’.
Já existem as creches.¹
(Correio de Notícias, 16/08/1977).*

A rede de creches públicas em Curitiba comemora neste ano de 2017 quatro décadas de existência, quarenta anos de Educação Infantil em instituições públicas municipais. A constituição dessa rede foi abordada na dissertação de mestrado que defendi em 2008 sob o título *Educar a Infância: estudo sobre as primeiras creches públicas da rede municipal de educação de Curitiba (1977-1986)*. O ano de 1977 marcou a inauguração das quatro primeiras creches oficiais de Curitiba e o ano de 1986 a sistematização do primeiro Manual no qual havia orientações administrativas e pedagógicas para o atendimento ofertado nas creches.

A dissertação, que se insere no campo da historiografia da Educação Infantil, trouxe à tona o contexto do município de Curitiba – um projeto de urbanização da cidade, o aumento significativo da população e a necessidade do poder público em atender às demandas sociais de parte dessa população. Entre estas demandas estava a creche. Assim, na relação entre poder público municipal, movimentos sociais e urbanização da cidade, a rede de creches públicas em Curitiba foi oficializada e estruturada do ponto de vista da quantidade de creches espalhadas pela cidade, do número de vagas ofertadas e também com relação ao local onde essas unidades foram construídas. Desta forma, a nova organização dos espaços na cidade, assim como a presença da mulher no mercado de trabalho, foram determinantes para que a demanda por creches se forjasse na cidade (MANTAGUTE, 2008).

¹ Manchete do Jornal Correio de Notícias de 16/08/1977, sobre a inauguração das quatro primeiras creches públicas de Curitiba, que inspirou parte do título da tese.

Outra contribuição que a dissertação trouxe para o campo da história da Educação Infantil no Brasil foi o descortinamento da constituição dos profissionais que trabalhavam diretamente com as crianças – as então nomeadas no período de “babás”, que eram contratadas via CLT naquele momento. (MANTAGUTE, 2008). Somente em 1985, com o primeiro concurso público realizado para a contratação das profissionais, nomeadas na época como babás, houve a exigência de uma formação mínima, que era em nível de 1º grau, etapa de ensino que hoje equivale ao Ensino Fundamental. (MANTAGUTE, 2008).

Ao final do percurso do Mestrado, algumas questões ainda me intrigavam, entre elas a organização das instâncias administrativas que responderam pelas creches em Curitiba, as propostas de trabalho destinadas às crianças, assim como a ação dos profissionais envolvidos nesse atendimento. A partir dessas inquietações construí a pesquisa de doutorado que ora se apresenta: a oportunidade de análise historiográfica da trajetória da rede de creches públicas em Curitiba, as instâncias administrativas, os profissionais e as propostas educativas entre 1977 a 2003. Entendo que a história das creches dá configuração à história da Educação Infantil em Curitiba. Corroborando com Oliveira (1988) acerca da trajetória da creche historicamente:

A creche nasceu acolhendo os pobres e, apenas recentemente, tem sido tomada e recriada pela classe média. A verdadeira luta travada pelas mulheres por creches para filhos, ensinou-lhes a reconhecer a creche como um direito da população e, mais ainda, como um direito da criança dispor de um espaço próprio para sua educação, complementar à educação familiar. (OLIVEIRA, 1988, p.51).

Em Curitiba a nomenclatura ‘creche’ trouxe em si esse atendimento às crianças e famílias de origem mais pobre, expressando o próprio significado da palavra creche, que segundo o dicionário Aurélio Ferreira (1980), significa: “instituição de assistência social que abriga, de dia, criancinhas cujas mães são necessitadas ou trabalham fora do lar. Estabelecimento que dá assistência diurna a crianças de tenra idade”. (p. 499). Esse nome foi incorporado no cotidiano da cidade e das diferentes gestões municipais e construiu a história da Educação Infantil em Curitiba.

O termo 'Educação Infantil' apareceu na legislação federal apenas em 1996 com a LDB nº 9394/1996, que marcou a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica. Naquele momento histórico, a Educação Infantil compreendia a faixa etária entre 0 a 6 anos. A Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006 ampliou o Ensino Fundamental com duração de 9 anos e incorporou o último ano da Educação Infantil, assim esta etapa ficou destinada às crianças de 0 a 5 anos. Em 1996, na LDB, a Educação Infantil foi subdividida por idades: 0 a 3 anos nomeada de creches e 4 a 6 nomeada de pré-escola. A história da Educação Infantil em Curitiba revela o percurso vivido pela rede de creches públicas da cidade.

Para que fosse possível verificar como esta temática estava sendo abordada na produção acadêmica foi necessário realizar uma análise sobre as produções realizadas, que tinham em comum o estudo de assuntos referentes às crianças entre 0 a 6 anos. Os trabalhos que tratam da história da Educação Infantil e das políticas públicas destinadas a elas foram produzidos nos Programas de Mestrado e Doutorado ofertados na cidade de Curitiba, sendo eles os da Universidade Federal do Paraná, na Pontifícia Universidade Católica do Paraná e na Universidade Tuiuti. Nessas instituições foram produzidos nove trabalhos que versam sobre esse tema.

Pela Universidade Federal do Paraná, há seis trabalhos defendidos, cinco deles vinculados à linha de história e historiografia e quatro tendo orientação da professora Dra. Gizele de Souza, pesquisadora atuante na história da infância, coordenadora do NEPIE – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Infância e Educação Infantil. Entre eles figura a minha dissertação de mestrado, defendida em 2008 sob o título *Educar a infância: Estudo sobre as primeiras creches públicas da rede municipal de educação de Curitiba – 1977/1986* (MANTAGUTE, 2008), na qual analiso a história da constituição do sistema público de Educação Infantil proposto pela prefeitura municipal de Curitiba, por meio da rede de creches oficiais. Este trabalho traz como contribuição a discussão específica sobre a história das creches, o que não havia sido problematizado ainda. Havia trabalhos que discutiam sob o viés das políticas públicas, mas nenhum que tinha se dedicado à compreensão histórica das creches na cidade.

A dissertação revelou o papel importante dos movimentos sociais na cidade, assim como o ideário de uma cidade urbanizada e as propostas para uma reestruturação e organização dos espaços da cidade e das pessoas nestes espaços.

Já no ano de 2009, houve a defesa da dissertação de mestrado de Joseane de Fátima Machado da Silva, com o título *Abrigar o corpo, cuidar do espírito e educar para o trabalho: ações do estado do Paraná à infância do "Abrigo provisório para menores abandonados" ao "Educandário Santa Felicidade" (Curitiba, 1947-1957)*. Nessa dissertação está registrado um período da história do atendimento à infância abandonada em Curitiba. Embora este trabalho não verse somente sobre crianças de 0 a 6 anos, ele traz a discussão sobre a forma com a qual a cidade de Curitiba tratou da questão da criança abandonada nas décadas de 1940 e 1950.

Em 2011 Jordana Stella Botelho defendeu seu trabalho, que levou o título *Prescrições para os Jardins de Infância paranaenses: do Programa de Experiências de 1950 ao Regimento e Planejamento de Atividades de 1963*, no qual a autora analisou os documentos “*Programa de Experiências para Jardins de Infância (1950)*” e o “*Regimento e Planejamento de Atividades (1963)*” e verificou a aproximação do ensino pré-primário ao ensino primário e um esforço do Estado do Paraná em organizar este período de escolarização. Embora novamente esse trabalho não trate da especificidade de creche, dá uma diretriz de como o atendimento à criança pequena se organizou no estado do Paraná e evidentemente fez eco nas propostas da cidade de Curitiba, que implantou classes pré-escolares em suas escolas na década de 1960.

Na dissertação de mestrado de Alessandra Giacomitti, defendida em 2012, sob o título: *Em meio a arquivos e memórias, o Projeto Araucária: da proposta curricular à formação dos profissionais da educação infantil em Curitiba (1985-1992)*, a autora elucidou os meandros do nomeado Projeto Araucária que foi implantado no município de Curitiba com parceria entre a UFPR e a Fundação Bernard Van Leer, da Holanda. Este programa pretendeu realizar a formação dos profissionais que atuavam no atendimento à criança em Curitiba, em um primeiro momento nas turmas de pré-escolares, nas escolas de Curitiba e na sequência na rede de creches. Esse trabalho

tem o mérito de descortinar as ideias pedagógicas circulantes na rede de Educação Infantil neste período.

Já vinculado à linha de pesquisa de Políticas e Gestão em Educação, do PPGE da UFPR, orientada pela professora Dra. Regina Maria Michelotto, Márcia Barbosa Soczek, defendeu em 2006 sua dissertação de mestrado sob o título *Políticas públicas para a Educação Infantil no município de Curitiba (1997-2004)*. Nessa pesquisa, que não possui cunho historiográfico, a autora faz uma análise da legislação e das políticas municipais para a Educação Infantil em Curitiba. Seu estudo colabora para o entendimento da normatização proposta pela prefeitura municipal de Curitiba para as crianças atendidas nas creches da cidade.

Estes trabalhos ora citados contribuem para a constituição do repertório acerca da temática da Educação Infantil em Curitiba e auxiliam na delimitação do meu objeto de estudo, assim como para que se possa ampliar as análises já propostas, no entanto nenhum deles discute historiograficamente a questão das creches e ainda reforçam a percepção da separação entre pré-escola e creche que houve em Curitiba.

Já no Programa de Mestrado e Doutorado ofertado pela PUC/PR, há dois trabalhos vinculados à área da pesquisa histórica. O primeiro, de Beatriz Helena Furnalettto, que em 2006 defendeu sua dissertação intitulada *Infância em pauta: um estudo histórico sobre as concepções de infância presentes nas canções e na formação dos professores*, orientada pela Professora Dra. Rosa Lydia Teixeira Corrêa. Nessa pesquisa a autora faz uma breve análise histórica, que não se aprofunda em nenhum período específico, apenas busca ao longo da história do atendimento às crianças, dados que diziam respeito ao ensino da música para esse corte etário. Pelo fato de não se aprofundar em nenhum período histórico da Educação Infantil, seu texto funciona mais como um mapeamento de referências bibliográficas e documentais sobre o assunto e muito menos como um problematizador de questões acerca da temática.

O segundo trabalho defendido na PUC/PR em 2007, realizado por Danielle Marafon, foi orientado por Maria Elizabeth Blank Miguel e levou o título *A Educação Infantil em Piraquara: entre as ideias e as propostas pedagógicas (1993-2004)*. Nessa

dissertação de Mestrado a autora faz uma análise do atendimento oferecido às crianças de 0 a 6 anos, com destaque para a história recente do município de Piraquara, região metropolitana de Curitiba, e sua proposta de Educação Infantil.

Já no Programa de Pós-Graduação em Educação oferecido pela Universidade Tuiuti, houve a defesa da dissertação de mestrado de Maria Neve Collet Pereira, em 2006, com o título *Políticas públicas para educação infantil em Curitiba, segundo profissionais que atuam nos CMEI's (1997- 2005)*. Esta pesquisa recebeu orientação da professora Dra. Evelcy Monteiro Machado. No trabalho a autora fez uma incursão pelos aspectos históricos da Educação Infantil em Curitiba e centrou sua análise no discurso dos profissionais que atuam nos Centros de Educação Infantil em Curitiba nos dias atuais.

Há ainda os trabalhos produzidos em Programas fora da cidade de Curitiba, entre eles o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, que possui uma área de Concentração em História e Historiografia da Educação. Embora os trabalhos defendidos não sejam diretamente ligados à história da Educação Infantil em Curitiba, há a realização de um levantamento da produção nacional sobre a história da infância, atividade esta determinante para a composição do corpus empírico e teórico para a pesquisa acadêmica.

No ano de 2010 neste programa, a autora Daniella Tizziani Baladeli defendeu a pesquisa intitulada *O conceito de infância na historiografia acadêmica: um mapeamento (1991-2008)*. Nesse trabalho a autora fez um levantamento das produções realizadas entre 1991 e 2008, que versavam sobre a história da infância. Nele a autora identifica os teóricos mais utilizados nas produções acadêmicas e organiza um bom mapeamento destas produções.

Na sequência, no mesmo programa, Adão Aparecido Molina apresenta sua tese de doutorado sob o título *A produção de dissertações e teses sobre infância na pós-graduação em educação no Brasil de 1987 a 2005: aspectos históricos e metodológicos*, na qual o autor faz uma análise da produção acadêmica sobre a história da infância e propõe que:

[...] os pesquisadores em educação realizaram estudos históricos sobre a infância, tomando como base a criança sob o ponto de vista da história, para compreender como ela é tratada em diferentes momentos históricos e, sobretudo, para compreender a infância e a educação da criança na contemporaneidade. (MOLINA, 2011, p. 262).

Nota-se nesses trabalhos a preocupação com o mapeamento das produções acerca da história da infância. Tal intento ainda é pertinente tendo em vista que há a necessidade da consolidação do campo de estudos e principalmente de promover a visibilidade e divulgação das pesquisas realizadas nesta área.

Ainda no cenário paranaense, Martins (2010), em sua dissertação de mestrado, sob o título: *Políticas públicas para a Educação Infantil: da assistência social à rede municipal de ensino, no município de Ponta Grossa – PR*, apresenta uma incursão pelos aspectos da história da Educação Infantil e a consolidação deste atendimento no município de Ponta Grossa/PR.

Defendidos em outros estados, mas ainda tratando sobre a Educação Infantil em Curitiba, há pesquisas que discutem o atendimento curitibano ofertado às crianças entre 0 a 6 anos. Dentre eles a tese de doutorado de Márcia Sebastiani (1996) que abordou essa temática. A autora apresentou um breve levantamento histórico das instituições no município de Curitiba, mas dedicou-se prioritariamente à discussão sobre os aspectos estruturais e qualitativos da rede pública de creches. A autora acredita que:

[...] a discussão e a procura de caminhos que levem à melhoria da qualidade são importantes, e, nesse sentido, o próprio processo de definição da qualidade já é de grande valia, uma vez que se abre a possibilidade de questionar, argumentar e analisar, aprimorando conhecimentos científicos e ampliando a compreensão das experiências já produzidas na área de educação infantil. (SEBASTIANI, 1996, p. 8).

Neste sentido, a autora intentou produzir uma análise da realidade das creches em Curitiba na década de 1990, a fim de elaborar um rol de quesitos necessários para o alcance da qualidade de atendimento baseado em estudos de base teórica italiana.

Já em se tratando de pesquisas sobre a mesma temática, mas se remetendo a outros municípios, há uma produção que oferece um panorama variado acerca da Educação Infantil no Brasil entre as décadas de 1970, 1980, 1990 e 2000. Gabriela Guarnieri de Campos Tebet, pesquisadora da Universidade Federal de São Carlos, defendeu sua dissertação em 2007 sob o título *As políticas públicas municipais para a educação de crianças de zero a três anos na cidade de São Carlos: um estudo sobre o período de 1977 a 2006, a partir das falas de agentes do Estado*. Embora sua pesquisa não seja de cunho historiográfico, a autora faz um levantamento acerca da história do atendimento às crianças de 0 a 3 anos, assim como coloca no cenário o contexto histórico da cidade de São Carlos.

Já Andrade (2010) em sua tese de doutorado, defendida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Unesp – Franca/SP, realiza uma pesquisa sobre a legislação referente à Educação Infantil e a sua concretização na cidade de Franca.

Outro trabalho que discute as instâncias administrativas responsáveis pela oferta da Educação Infantil é a dissertação de Franco (2009) que analisa a transição entre a Secretaria de Assistência Social e a Secretaria Municipal de Educação, no que diz respeito ao atendimento realizado em creches de São Paulo, que ocorreu entre 2001 e 2004. Nesse estudo, Franco (2009) analisa esta mudança de secretarias sob o prisma da gestão. Este movimento também ocorreu na cidade de Curitiba no mesmo período e assim, há proximidades entre os acontecimentos em ambos os municípios. No entanto, a proposta da comparação entre uma secretaria e outra como a autora citada propôs, não será objetivo desta tese, mas sim problematizar estas instâncias que coordenaram e orientaram a Educação Infantil em Curitiba.

Neste levantamento² o que fica evidente é que na maioria dos trabalhos relacionados à temática da Educação Infantil, que abrangem a faixa etária entre 0 a 6 anos, no período correspondente às décadas de 1970 a 2000 no Brasil, em instituições

² Este levantamento foi produzido em 2014 e 2015, com dados da plataforma da CAPES. As palavras-chave utilizadas para busca foram: história das creches em Curitiba; história das creches no Paraná; história do Jardim de Infância em Curitiba; história do Jardim de Infância no Paraná; Atendimento à infância em Curitiba; Atendimento à infância no Paraná, história das creches; História do atendimento à infância; História da Educação Infantil; História da Educação Infantil no Paraná e História da Educação Infantil em Curitiba.

denominadas creches, há a vinculação da história da Educação Infantil com a história da assistência, a história das mulheres e também a história dos movimentos populares. Dessa maneira, faz-se necessário desocultar os sujeitos que fizeram parte desse processo, considerando a criança, a família, a creche, os profissionais que trabalhavam nestas instituições e também os profissionais que estavam nos departamentos e secretarias que orientavam estes processos. Identificar o papel desses sujeitos neste processo histórico é questão abordada neste trabalho.

A partir da análise desse cenário de pesquisa, proponho para a tese que ora se apresenta o seguinte problema de pesquisa: qual era a função social exercida pela instituição pública de Educação Infantil - creche - na cidade de Curitiba e de que maneira ela foi organizada, estruturada administrativamente e pedagogicamente no que tange às propostas, às estratégias e às normatizações, no arco temporal entre 1977 a 2003.

Nesta direção, a questão central aqui indicada apresenta, metodologicamente, duas entradas para captar e ler o objeto investigado: perguntar-se acerca da atuação do poder público na constituição das creches municipais de Curitiba, por meio específico das formulações administrativo-educacionais voltadas para este setor de atendimento, como também acerca dos modos como as estruturas se organizaram, os departamentos foram se especializando, os técnicos nomeados e os demais profissionais que ali atuavam como responsáveis pelo atendimento mantinham a relação entre o prescrito e o efetivado. Entendendo a regulação juntamente com Barroso:

Se entendermos a “regulação do sistema educativo” como um “sistema de regulações” torna-se necessário valorizar, no funcionamento desse sistema, o papel fundamental das instâncias (indivíduos, estruturas formais ou informais) de mediação, tradução, passagem dos vários fluxos reguladores, uma vez que é aí que se faz a síntese ou se superam os conflitos entre as várias regulações existentes. Estas instâncias funcionam como uma espécie de “nós da rede” de diferentes reguladores e a sua intervenção é decisiva para a configuração da estrutura e dinâmica do sistema de regulação e seus resultados. (BARROSO, 2005, p. 734-735).

Importante sublinhar que o que mobiliza a investigação não circunscreve exclusivamente o âmbito da história da atuação político-administrativa frente ao setor de creches (como se fosse uma relação unidimensional de implementação da política à prática educativa³), mas se põe como tarefa examinar como se constituiu a Educação Infantil nas creches públicas do município de Curitiba, no período delineado, com o propósito de analisar o lugar, no sentido certauniano⁴, que a atuação, as propostas, os sujeitos, as instituições assumiram na configuração histórica das creches em Curitiba: suas representações e suas práticas.

As problematizações que norteiam a tessitura do texto estão apoiadas nos conceitos de circulação, apropriação e representação na perspectiva de Chartier (1990, 1991). E ainda o conceito de rede de interdependência⁵ auxilia no entendimento da ação dos sujeitos envolvidos nesse processo. Entendendo que: “A *apropriação*, a nosso ver, visa uma história social dos usos e das interpretações, referidas a suas determinações fundamentadas e inscritas nas práticas específicas que as produzem” (1991, p. 180). Entendendo que: “A noção de apropriação pode ser, desde logo, reformulada e colocada no centro de uma abordagem de história cultural, que se prenda com práticas diferenciadas, com utilizações contrastadas” (1990, p. 26). E que: “As *representações* são práticas culturais, isto é, estratégias de pensar a realidade e construí-la.” (1990, p. 17)

³ Stephen Ball (2009) rejeita veementemente a ideia de implementação de políticas. Outrossim, acredita na ação que esta política requer. Assim ele justifica: “O processo de traduzir políticas em práticas é extremamente complexo [...] Assim, a pessoa que põe em prática as políticas tem que converter/transformar essas duas modalidades, entre a modalidade da palavra escrita e a da ação, e isto é algo difícil e desafiador de se fazer” (MAINARDES & MARCONDES, 2009, p.305).

⁴ Entendendo lugar como: “A ordem segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência” (CERTEAU, 2013b, p.184).

⁵ “O entrelaçamento das dependências dos homens entre si, suas interdependências são o que os ligam uns aos outros. Elas são o núcleo do que é aqui designado como figuração, como figuração dos homens dependentes uns em relação aos outros. Como os homens são – inicialmente por natureza, e então mediante o aprendizado social, mediante educação, mediante a socialização, mediante as necessidades despertadas socialmente – mais ou menos mutuamente dependentes entre si, então eles, se é que se pode falar assim, só existem enquanto pluralidades, apenas em figurações. Esta é a razão pela qual, como já foi dito, não é muito proveitoso se compreender como imagem dos homens a imagem dos homens singulares. É mais adequado quando se representa como imagem dos homens uma imagem de vários homens interdependentes que formam figurações entre si, portanto grupos ou sociedades de tipo variado. A partir desse fundamento desaparece a discrepância das imagens tradicionais de homens. [...] a sociedade é o próprio entrelaçamento das interdependências formadas pelos indivíduos” (ELIAS, 1994, p. LXVII-LXVIII).

A pesquisa empreendida dá pistas para a **hipótese** de que a creche ocupou diferentes funções sociais ao longo do período estudado, e, que tais funções se estruturaram em função das concepções de criança e Educação Infantil em circulação naquele momento histórico e que foram assumidas no trabalho da rede municipal de Curitiba, gerando rupturas e permanências na construção da história do atendimento às crianças pequenas. Também foram determinantes os sujeitos envolvidos e suas redes de interdependência, na construção e efetivação da proposta para a Educação Infantil em creches. Essas nuances da função social da creche geraram rupturas e permanências na construção da história do atendimento da Educação Infantil em Curitiba.

Algumas permanências podem ser percebidas, tanto pela natureza dos documentos produzidos sobre e para as creches como no conteúdo e linguagem utilizada. A identidade do profissional da creche sem formação docente específica se forjou no debate promovido nos cursos de formação continuada que a Prefeitura oferecia.

Nesta direção, as mudanças, ou mesmo as permanências, não estariam condicionadas, de modo restrito, às conformações político-administrativas das gestões públicas municipais, mas talvez às configurações das equipes no campo da gestão, seus percursos formativos, rede de sociabilidades e escolhas político-pedagógicas, bem como aos entendimentos acerca do trabalho com a criança na creche e da gestão pública naqueles momentos históricos. Tal perspectiva se opõe à crítica já feita por Paul Veyne (1971, p. 55) da história não ser “uma construção disposta em andares em que uma base material e econômica sustentaria um andar térreo social no qual se sobreporiam superestruturas de destino cultural”.

Diante do problema e hipótese delineados, o **objetivo geral** para a condução da pesquisa residiu em compreender as funções sociais que a creche – como espaço particular de Educação Infantil - foi assumindo no percurso histórico entre 1977 a 2003 e como se estruturou a rede de creches públicas na cidade de Curitiba, como se contratou e formou seus profissionais, de que modo organizou suas propostas, estratégias e normatizações de atendimento às crianças de 0 a 6 anos.

A fim de atender tal finalidade, propus **os objetivos específicos** a seguir:

- a) Identificar as concepções de Educação Infantil que circulavam neste período histórico e como elas contribuíram para a forma de atendimento oferecido;
- b) Mapear a configuração político-administrativa de departamentos e instâncias municipais responsáveis pela rede de creches e o contexto de produção e a própria produção das normatizações propostas pela Prefeitura Municipal de Curitiba;
- c) Analisar de que modo ocorreu a apropriação, por parte dos servidores que atuavam nas creches, das normatizações propostas pela Prefeitura Municipal de Curitiba assim como verificar os usos, circulação e apropriações das proposições pedagógicas;
- d) Investigar como ocorreu a contratação, qual foi a proposta de atuação e a efetivação dos profissionais que estavam ligados diretamente com a Educação Infantil na rede de creches de Curitiba revelando uma possível constituição da identidade profissional deles.

Tensionar este roteiro de pesquisa, fazê-lo trazer à tona uma possível história da Educação Infantil oferecida na rede de creches em Curitiba foi também entender a forma de atendimento que os adultos prescreveram para as crianças. De alguma maneira as estratégias utilizadas pelo poder municipal explicam a concepção acerca do sujeito histórico infantil presente nas políticas de Educação Infantil para a cidade de Curitiba. Pois como indica Veiga:

[...] para se apreender a infância em determinado contexto histórico, faz-se necessário ir além de uma lógica supostamente natural/evolucionista de entendimento das etapas da vida, ou seja, é preciso compreender o tempo geracional numa perspectiva relacional, por isso tratamos de adultos e crianças. (VEIGA, 2004, p. 38-39).

Busco então, por meio da história da Educação Infantil e das práticas culturais destinadas ao atendimento das crianças de 0 a 6 anos, compreender como as políticas públicas municipais contemplaram tais crianças e como esse fenômeno desenvolveu-se no município de Curitiba. Estas questões puderam ser percebidas nos documentos produzidos pela Prefeitura, que indicaram o lugar físico da creche, os materiais indicados para ela, as referências teóricas mobilizadas para a elaboração de práticas educativas, os próprios recursos didáticos, repertório de músicas, de brinquedos oferecidos que indicaram o lugar cultural no qual a creche estava inserida.

A compreensão sobre este lugar físico, cultural e educativo da creche proposto pela administração municipal para organizar seu atendimento às crianças está, de acordo com as fontes consultadas, intimamente ligada com a configuração político-administrativa dos departamentos e instâncias municipais responsáveis pelas creches e a maneira com a qual estas instâncias formularam, priorizaram, estabeleceram propostas, estratégias e normatizações para a Educação Infantil.

A **periodização** demarcada para a pesquisa considerou os ensinamentos de Prost em seu livro *Doze lições sobre a história*, que indica: “nem todos os recortes têm o mesmo valor: será necessário encontrar aqueles que têm um sentido e servem para identificar conjuntos relativamente coerentes” (PROST, 2012, p. 107). Neste sentido, o recorte temporal para esta pesquisa justifica-se em função de que **1977** foi o ano em que ocorreu a inauguração das primeiras quatro creches públicas oficiais em Curitiba e foi a primeira vez que dentro de um Departamento Público da Prefeitura Municipal de Curitiba o tema creche foi tratado.

A oferta de Educação Infantil em creche nasceu no Departamento de Desenvolvimento Social (DDS), e foi neste departamento, ligado à Assistência Social, que a proposta de Educação Infantil foi pensada em Curitiba. Em 1986 a supervisão da rede de creches foi transferida para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), depois em 1989, para a Secretaria Municipal do Menor (SMM), logo, em 1991 passou para a Secretaria Municipal da Criança (SMCR) e em **2003** ficou ao encargo da Secretaria Municipal da Educação (SME), onde permanece até a presente data. Dessa maneira o ano de **2003** foi o marco da transição das creches sob

responsabilidade das esferas institucionais assistenciais para as da educação dentro da Prefeitura Municipal de Curitiba.

Este recorte temporal também atende a uma necessidade de pesquisa acerca da Educação Infantil sinalizada por Souza:

Avalio que o contexto de relação entre creche e pré-escola no Brasil pós anos 80 deve ser mais bem examinado do ponto de vista das proposições a elas destinadas pelas instâncias governamentais, como escrutinar os meandros e tensões da relação pública e privada na oferta, financiamento e gestão das instituições de educação infantil. (SOUZA, 2011, p. 267).

Para que fosse possível identificar a (s) função (s) social (s) presente (s) no atendimento realizado nas creches curitibanas, foi realizada a análise da configuração político-administrativa dos departamentos e instâncias municipais responsáveis pelas creches para a identificação dessas funções sociais. Para isso, fiz a busca por fontes que contassem sobre essa história em arquivos que estão pulverizados em diferentes espaços da cidade:

Os arquivos são os responsáveis pela guarda e manutenção dos mais diversos documentos, porque: [...] compõem o mundo do jogo técnico, um mundo onde se reencontra a complexidade, porém, triada e miniaturizada e, portanto, formalizável. Espaço preciso em todos os sentidos do termo; [...] o equivalente profissionalizado e escriturário daquilo que representam os jogos na experiência comum de todos os povos, quer dizer, das práticas através das quais cada sociedade explicita, miniaturiza, formaliza suas estratégias mais fundamentais, e representa-se assim, ela mesma, sem os riscos nem as responsabilidades de uma história a fazer. (CERTEAU, 2002, p. 20).

Ler, escolher e analisar estes documentos sobre creches guardados nos diferentes arquivos da cidade de Curitiba foi sim, então, assumir o risco e a responsabilidade, mais uma vez, de fazer e escrever uma história da Educação Infantil, do atendimento às crianças em creches que respeitasse e fizesse trazer à tona a análise historiográfica destes personagens, dos cenários e das atuações nestas instituições. Os lugares de busca das fontes foram:

- Divisão de Documentação Paranaense (DDP), setor da Biblioteca Pública do Paraná (BPP);

- Arquivo Geral da Prefeitura Municipal de Curitiba (PMC);
- Arquivo da Fundação de Assistência Social - FAS;
- Arquivo Geral da Secretaria Municipal de Educação de Curitiba (SME);
- Biblioteca do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC);
- Casa da Memória de Curitiba;
- Arquivos das creches Palmeiras, Gramados, Xaxim, Vila Hauer, Tapajós I e Tapajós II.

Concordando com Certeau (2013a, p. 69), sobre o trabalho do historiador: “[...] o gesto de separar, de reunir, de transformar em ‘documentos’ certos objetos distribuídos de outra maneira [...] longe de aceitar os dados, ele os constitui”. Constituir esses documentos municipais sobre a rede de creches em Curitiba foi um desafio, tanto no sentido de sua localização e catalogação como também em relação ao tensionamento entre os diferentes materiais encontrados. O trabalho de leitura e análise foi importante para a tessitura do enredo historiográfico, no sentido de que estas fontes deram a condição para que a história das creches em Curitiba fosse colocada em cena, pois como indicam Kuhlmann Jr e Fernandes: “na área das ciências históricas, a causa, a explicação e a administração da prova constituem objetos e necessidades sem as quais o trabalho científico não atinge o nível cognitivo necessário” (KUHLMANN Jr & FERNANDES, 2004, p. 28).

Parte das fontes foi produzida no âmbito do poder municipal, quais sejam leis, decretos, normatizações, planos e relatórios de governos; cadernos elaborados pelas instâncias administrativas da Prefeitura, apostilas elaboradas pelos técnicos das diferentes instâncias da administração pública. No âmbito privado foram mobilizadas: entrevistas, certificados de cursos e fotografias, que só foram possíveis pelo contato realizado com os entrevistados, que gentilmente cederam seus arquivos particulares e suas memórias. Ainda houve o uso de notícias de jornais publicadas no período de estudo. O desafio proposto para a leitura e análise dessas fontes foi: “[...] situar as fontes como feixes de relação, com o resultado de conflitos e de negociações que tornam visíveis ou invisíveis certas questões, acontecimentos ou formas de pensar” (VIEIRA, 2007, p. 14).

Para o uso da fonte que traz o texto da legislação, da norma, da regulamentação foi necessário levantar as seguintes questões: quem lia esta legislação? Como os profissionais que trabalhavam nas creches tinham acesso a elas? Como esta legislação ganhou visibilidade para o grupo de profissionais e usuários envolvidos com a creche? A partir destas questões e de outras foi realizada a leitura da legislação levantada, concordando com Faria Filho (1998), para não tomá-la apenas como um ordenamento jurídico (sem, no entanto, negligenciar esta sua condição).

Vieira (2010), da mesma maneira, também faz uma análise sobre o uso da legislação para o entendimento das políticas para a Educação Infantil, e considera:

Essa legislação empregou termos e denominações, estabeleceu critérios e condições para o acesso aos estabelecimentos, definiu preferências e prioridades. E expressou certamente alguns conceitos e concepções sobre os objetivos dos serviços, sobre as crianças, sobre as responsabilidades públicas e privadas. (VIEIRA, 2010, p. 143).

Já a entrevista, enquanto fonte oral foi outra ferramenta metodológica utilizada para a composição da narrativa que se apresenta, no sentido de oportunizar o esclarecimento dos usos e das práticas realizadas a partir da documentação, legislação e normatização propostas pela PMC. Realizei contato com profissionais que foram emergindo das fontes consultadas e participaram desse percurso de trabalho da rede de creches entre 1977 e 2003. Nesse processo, o nome foi o fio que guiou a investigação (Ginzburg, 1991). Muitos servidores prontamente atenderam ao chamado e concederam-me entrevistas, trazendo inclusive outros documentos pessoais que enriqueceram muito o entendimento do cotidiano, da especificidade, daquilo que ocorria nas creches e nas instâncias administrativas neste período. Nestes encontros, documentos como certificados de cursos, fotografias e até documentos oficiais da PMC chegaram às minhas mãos e compuseram o corpus empírico da pesquisa.

As entrevistas apontaram pistas históricas, contradições e tensões entre a normatização, sua circulação e apropriação da proposta desenvolvida para a rede de

creches públicas na cidade de Curitiba. Foram realizadas 27 entrevistas⁶, sendo elas: oito babás/educadoras⁷, três administradoras de creches, seis pedagogas, três assistentes sociais e uma psicóloga (pedagogas, assistentes sociais e psicólogas eram as “técnicas” que trabalharam nas diferentes instâncias administrativas), uma diretora do Departamento de Atendimento a Infância – DAI, uma secretária da Secretaria Municipal da Criança, três profissionais contratados para assessoria e uma professora. Esta seleção conseguiu abarcar então, profissionais de todos os escalões da administração pública referente às creches no período, assim como profissionais que passaram por todo o período histórico analisado nesta tese. Interrogá-los me fez colocá-los como peças centrais na história da Educação Infantil em creche revelando “a força do indivíduo nas relações entre as forças políticas, econômicas e sociais”. (VOLDMAN, 2000, p.258).

Os entrevistados foram inicialmente identificados nos documentos escritos consultados. Em muitos deles havia a indicação de autoria e o meu percurso foi então o de localizar estes “personagens” que povoavam as fontes consultadas. Realizei uma listagem destes profissionais e levantamento de suas ações nas instâncias administrativas da gestão municipal. Depois da realização do levantamento dos nomes dos profissionais, fiz busca dos mesmos em diferentes meios virtuais e materiais. De posse de seus endereços e telefones, fiz um primeiro contato explicando a proposta do trabalho e posterior agendamento da entrevista. Todos os entrevistados assinaram o Termo de Livre Consentimento Esclarecido⁸ e autorizaram a publicação de seus nomes na pesquisa. Assim, como Ginzburg aponta: “As linhas que convergem para o nome e que dele partem, compondo uma espécie de teia, de malha fina, dão ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido.” (1991, p. 175).

Dessa maneira, então, a entrevista se tornou também um documento de pesquisa:

⁶ No Anexo1 apresento um quadro geral com identificação dos nomes dos entrevistados e funções que ocuparam nas instâncias administrativas da Prefeitura Municipal de Curitiba relacionadas às creches.

⁷ Esta nomenclatura foi utilizada pela PMC durante o período estudado e será explicada no capítulo 3.

⁸ No Anexo 2 apresento o documento “Termo de Livre Consentimento Esclarecido”.

[...] a entrevista é produzida para ser monumento⁹. Seu caráter intencional de perpetuação de uma memória sobre o passado fica patente já na escolha do entrevistado como testemunha importante a ser ouvida. Esse caráter "monumental" é dado pelo próprio pesquisador e em geral recebe a aprovação do entrevistado, que se sente honrado e satisfeito por estar sendo chamado a dar seu depoimento. (ALBERTI, 2005, p.182).

Para as entrevistas, defini como tema central a atuação dos entrevistados nas instâncias da gestão municipal responsáveis pelas creches. Com base neste tema central, elaborei para cada entrevistado um roteiro semiaberto, no qual organizei os materiais e documentos que localizei que levavam a assinatura do entrevistado. Com base nesta documentação inicial previ algumas questões e realizei as entrevistas, que foram em sua totalidade gravadas. Ter lido e problematizado as fontes antes de realizar as entrevistas foi fundamental para que pudesse escolher melhor as perguntas a fazer aos entrevistados, assim como ter tido a possibilidade de entrevistar esta gama de depoentes enriqueceu meu conhecimento sobre o período e possibilitou a compreensão do período histórico analisado, concordando com Bosi:

Quanto mais o pesquisador entra em contato com o contexto histórico preciso onde viveram seus depoentes, cotejando e cruzando informações e lembranças de várias pessoas, mais vai-se configurando a seus olhos a imagem do campo de significações já pré-formada nos depoimentos. (BOSI, 1993, p. 283).

Os dados colhidos nas entrevistas foram incorporados ao texto de acordo com as temáticas apresentadas nos relatos. A utilização deste tipo de fonte corrobora com Janotti (1996, p.58 e 60), quando se refere à fonte oral: "O objetivo do historiador é a

⁹ A referência feita pela autora ao conceito monumento remete-se aos estudos de LE GOFF: O documento é antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento que ele traz deve ser em primeiro lugar analisado desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro - voluntária ou involuntariamente - determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo. [...] um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos (LE GOFF, 1984, p. 102).

produção de documentos sobre a história e o cotejo das fontes. O relato é visto como um testemunho, a versão de um indivíduo integrante de uma coletividade”.

Outra fonte, que foi de grande valia para a pesquisa, foi o jornal. Realizei a busca pelas notícias publicadas no período tanto nos jornais impressos da época disponíveis na Divisão de Documentação Paranaense (DDP), setor da Biblioteca Pública do Paraná (BPP), como na base de dados on-line da Hemeroteca Digital¹⁰. Para a busca realizada na biblioteca, o critério usado foi a própria indicação feita nos documentos da PMC, que sinalizavam publicações feitas na imprensa local. Já na base de dados on-line fiz inicialmente a pesquisa pelo período estudado (1977 a 2003) e depois com os nomes dos prefeitos desse período, nomes de funcionários da Prefeitura citados nas fontes e usando palavras-chave como: creche, carente, inauguração, jardim de infância e movimento social. Sobre o uso feito das publicações dos jornais, faz-se necessário considerar:

O pesquisador dos jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa. Entretanto, ter sido publicado implica atentar para o destaque conferido ao acontecimento, assim como para o local em que se deu a publicação: é muito diverso o peso do que figura na capa de uma revista semanal ou na principal manchete de um grande matutino e o que fica relegado às páginas internas. Estas, por sua vez, também são atravessadas por hierarquias [...]. Em síntese, os discursos adquirem significados de muitas formas, inclusive pelos procedimentos tipográficos e de ilustração que os cercam. A ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo tampouco se dissociam do público que o jornal ou revista pretende atingir. (LUCA, 2006, p. 140).

¹⁰ “Na HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA pesquisadores de qualquer parte do mundo passam a ter acesso, inteiramente livre e sem qualquer ônus, a títulos que incluem desde os primeiros jornais criados no país – como o Correio Brasileiro e a Gazeta do Rio de Janeiro, ambos fundados em 1808 – a jornais extintos no século XX, como o Diário Carioca e Correio da Manhã, ou que não circulam mais na forma impressa, caso do Jornal do Brasil. Entre as publicações mais antigas e mesmo raras do século XIX estão, por exemplo, O Espelho, Reverbero Constitucional Fluminense, O Jornal das Senhoras, O Homem de Cor, Marmota Fluminense, Semana Illustrada, A Vida Fluminense, O Mosquito, A República, Gazeta de Notícias, Revista Illustrada, O Besouro, O Abolicionista, Correio de S. Paulo, Correio do Povo, O Paiz, Diário de Notícias, e também os primeiros jornais das províncias do Império. Quanto ao século XX, podem ser consultados revistas de grande importância como Careta, O Malho, O Gato, Revista da Semana, Klaxon, Revista Verde, Diretrizes e jornais que marcaram fortemente a história da imprensa no Brasil, como A Noite, Correio Paulistano, A Manhã, A Manhã e Última Hora”. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em 04/02/2017.

A incursão pelos jornais da época foi muito rica, uma vez que as reportagens são vastas e ricamente ilustradas com muitas fotografias. Foi possível perceber em muitas matérias que havia uma preocupação da Prefeitura em divulgar suas ações nos jornais da cidade: muitas vezes a mesma notícia, com mesmo texto, inclusive, era veiculada em dois ou mais jornais de Curitiba. Concordando com Capelato (1994, p. 17) “o jornal, registra, comenta e participa da história”.

Para a compreensão do objeto de estudo, utilizei ainda as fontes iconográficas que se apresentaram em fotografias, em convites e capas de documentos. Estas imagens contribuíram para o entendimento da história da Educação Infantil em creches curitibanas. Sem as imagens, muitos detalhes não seriam percebidos e a forma de escrever esta história talvez fosse outra. Desta maneira, para além da ilustração, as imagens configuram-se como fontes importantes para a compreensão do lugar das creches, suas funções sociais, da ação dos sujeitos nas creches e também para o entendimento e percepção do cotidiano nestas instituições. As fotografias que figuram nesta tese auxiliam na representação da rede de creches públicas na cidade. Não deixando de considerar os apontamentos de Bencostta:

[...] a imagem fotográfica apresenta-se como um testemunho visual e como representação que requer, pois, uma leitura específica. Como fonte de informação, recordação e até emoção, a imagem fotográfica associa-se à memória e introduz uma nova dimensão no conhecimento histórico. O desafio para o historiador que busca utilizar a fotografia como objeto de estudo reside justamente na interpretação. Enquanto receptor da imagem, ele não pode desconsiderar os mecanismos implicados em sua recepção (BENCOSTTA, 2011, p.408).

Assim, a escolha das fotografias para este texto, assim como as análises destinadas a elas, são carregadas de um repertório sobre a história da Educação Infantil que venho construindo desde 2004, quando atuei como pedagoga do CMEI Gramados, um daqueles que foi inaugurado em 1979. Ter atuado nessa Unidade e a partir dessa atuação ter tido a aproximação com documentos, fotografias e sujeitos que construíram essa história contribuiu para uma melhor análise das fontes encontradas. Concordando com Barthes que indica: “Graças ao seu código de

conotação, a leitura das fotografias é portanto sempre histórica: ela depende do ‘saber’ do leitor” (2013, p. 6).

Com relação às fotografias cabe o cuidado com a história que ela quer contar, assim tentei me manter atenta às possíveis encenações (SOULAGES, 2010) presentes na fotografia, pois algumas imagens que utilizei na tese foram localizadas em jornais e revistas, que evidentemente têm uma intenção quando usam a fotografia e também quando solicitam a imagem para o fotógrafo. Pude verificar a questão da encomenda da fotografia quando realizei a análise acerca de uma revista produzida pelo poder público municipal em 1992 para divulgar as ações da Secretaria Municipal da Criança (MANTAGUTE & SANTINI, 2015): o fotógrafo responsável pelas fotografias mencionou em sua entrevista (explorada no texto de MANTAGUTE & SANTINI, 2015), este olhar encenado, a pose nas fotos e a intenção delas. De fato, então, “fotografar é sempre constituir um teatro do qual se é o diretor, do qual se é, por certo tempo, o Deus ordenador: dão-se ordens, chama-se à ordem, introduz ordem no real que se quer fotografar” (SOULAGES, 2010, p.67).

Neste sentido, vale ressaltar a análise de Sontag (1986, p. 30) sobre a fotografia: “[...] aqui está à superfície. Agora pensem, ou antes, sintam, intuem o que está por detrás, como deve ser a realidade se esta é a sua aparência”. Dessa forma, o uso que fiz da fotografia e das demais imagens na tese está para além do que estava visível na imagem: a imagem foi uma entrada para o entendimento daquela situação.

As fontes provenientes dos arquivos de instituições da Prefeitura de Curitiba, as de jornais, as fotográficas e as orais constituíram a base empírica para análise de como a rede de creches em Curitiba forjou diferentes funções sociais para a Educação Infantil na cidade, durante o período estudado, assim como organizou a regulamentação e as práticas para o gerenciamento do atendimento destinado às crianças de 0 a 6 anos na sua rede de creches oficiais e constituiu a identidade do profissional que atuava junto às crianças.

Neste sentido, concordando com Ragazzini (2001, p.14): “A fonte é uma ponte, um veículo, uma testemunha, um lugar de verificação, um elemento capaz de propiciar conhecimentos acertados sobre o passado”.

Dessa forma, o trabalho com a pesquisa das fontes retratou a metáfora proposta por Julia (2001), que entende que a tarefa do historiador na busca das fontes deve ser incessante. A habilidade de buscar pistas é fundamental e, principalmente a competência para lê-las é muito importante.

Ainda com relação à utilização das fontes tornou-se um desafio analisar as pistas deixadas sobre a criança, sobre as instituições educativas, as práticas culturais, bem como compreender como as políticas públicas de educação e assistência contemplaram tais crianças e como esse processo desenvolveu-se na esfera pública no município de Curitiba.

Para apresentar esta pesquisa organizei o texto em três capítulos que indicam o percurso e a organização da Educação Infantil em uma rede de creches públicas em Curitiba. No primeiro capítulo apresento a cidade de Curitiba na década de 1970 como cenário para instalação das primeiras creches, frente ao novo papel da mulher e do movimento social. Nesse período as creches figuram como lócus da educação das crianças e das famílias curitibanas, a intenção é descortinar a configuração que a creche assumiu entre 1977 e 1986, quando estava vinculada ao Departamento de Desenvolvimento Social e a transição para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Neste período há as primeiras regulamentações sobre as creches deixando evidente o público alvo dessas instituições, que era a população carente moradora das favelas ou dos conjuntos habitacionais. Outra questão analisada neste capítulo foi a escolha dos profissionais que iriam atuar nas creches. Assim, considerando este itinerário, foi possível intentar que, no período que compreendeu entre 1977 e 1986, a creche tinha o papel educativo focado para as crianças e suas famílias.

O segundo capítulo apresenta a creche enquanto importante política pública para a cidade de Curitiba e a consolidação da regulação das práticas administrativas e pedagógicas para essas instituições. Há ainda a discussão sobre a transição da administração das creches da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social para a Secretaria Municipal da Criança. Nesse período, entre 1987 e 1996 as práticas educativas prescritas se avolumam e constituem um corpus documental pedagógico avantajado e para isso se faz necessário a formação em serviço dos profissionais atuantes nas creches, aspecto que recebe destaque neste capítulo. Assim esse

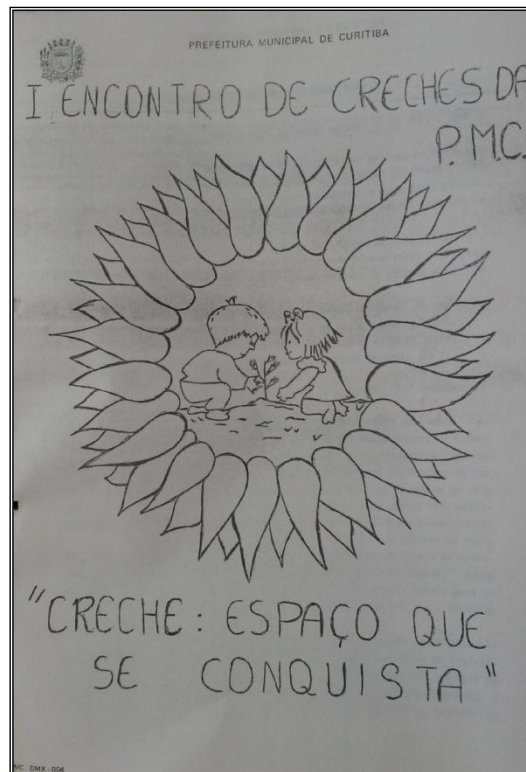
período entre 1987 e 1996 foi marcado por uma creche que apresentou um princípio educativo específico para as crianças com vistas a uma compensação e preparação para o Ensino Fundamental.

O terceiro capítulo, que abrangeu o período entre 1997 e 2003, foi caracterizado pela transição da Secretaria Municipal da Criança para a Secretaria Municipal da Educação e a incorporação das creches ao Sistema de Ensino Municipal no contexto das políticas neoliberais e da demanda crescente de vagas nas creches. Explorei também a atuação da Prefeitura Municipal de Curitiba junto ao profissional atuante nas creches para a consolidação da sua formação escolar e para o trabalho. Neste capítulo evidenciei a função educativa da creche para os profissionais que nela atuavam.

CAPÍTULO 1

"CRECHE: ESPAÇO QUE SE CONQUISTA" - 1977 A 1986

FIGURA 1: CAPA COM OS DOCUMENTOS SOBRE O 1º ENCONTRO DE CRECHES (1986)



FONTE: Arquivo Geral da Secretaria Municipal da Educação.

O conjunto de documentos produzidos por ocasião do 1º Encontro de Creches em Curitiba recebeu a capa acima. Organizar os documentos de um evento público já denota a intenção de preservar uma memória sobre o mesmo e mais: elaborar uma capa com uma ilustração e um título que dão a noção do lugar social ocupado pelas creches na cidade de Curitiba no período entre 1977 e 1986 e revelam o entendimento que os sujeitos sociais envolvidos com a organização da rede de creches curitubanas tinham acerca dessa instituição pública, que lentamente foi ocupando os bairros da cidade e a vida das famílias com crianças entre 0 a 6 anos de idade.

O título dado ao conjunto de documentos: “Creche: espaço que se conquista” pode ser analisado sob a perspectiva daqueles que planejaram e efetivaram a proposta de Educação Infantil na cidade e daqueles que a pleitearam junto à Prefeitura. A conquista da creche ocorreu tanto para o poder público quanto para os cidadãos, pois se de um lado essa instituição favoreceria a organização familiar, de outro lado, havia sim um esforço da Prefeitura (tanto financeiro quanto de formação de equipes) para inaugurar essas Unidades nos bairros da cidade e as estruturar tanto materialmente quanto do ponto de vista de proposta de atendimento a ser realizado para crianças, familiares e comunidade.

A imagem escolhida para ilustrar a capa dos documentos mostra duas crianças: um menino e uma menina cuidando, amparando uma planta, que pode ser considerada uma metáfora da função social do trabalho realizado nas creches, em que a planta representaria as crianças atendidas e o menino e a menina representariam os profissionais envolvidos nos cuidados com as crianças, ou até mesmo a própria gestão municipal, que cuida de suas crianças, uma possível menção à concepção de Froebel¹¹ (2001) sobre os jardins de infância.

Plantar, regar e fazer brotar a planta chamada creche foram representações do que envolveria criança e Educação Infantil na gestão municipal de Saul Raiz¹². A Curitiba do final da década de 1970 viveu um período de grandes mudanças no que

¹¹ Para Frederick Froebel “[...] a infância, assim como uma planta, deveria ser objeto de cuidado atencioso: receber água, crescer em solo rico em nutrientes e ter a luz do sol na medida certa. O jardim é um lugar onde as plantas não crescem em estado totalmente silvestre, totalmente selvagem, é um lugar onde elas recebem os cuidados do jardineiro ou da jardineira. Mas o jardineiro sabe que, embora tenha por tarefa cuidar para que a planta receba todo o necessário para seu crescimento e desenvolvimento, em última instância é o processo natural da planta que deverá determinar quais cuidados a ela deverão ser dispensados [...] O bom jardineiro sabe “ouvir” as necessidades de cada planta e respeitar seu processo natural de desenvolvimento. Para Froebel, assim também ocorre com as crianças e, portanto, os adultos encarregados da educação delas deveriam comportar-se tal como o jardineiro” (ARCE, 2002, p.108).

¹² Do extenso currículo de Saul Raiz, destaca-se que ele trabalhou na Prefeitura de Curitiba durante a gestão de Ney Braga, que ocupou o cargo de diretor do Departamento de Urbanismo quando da elaboração do Plano Diretor de Curitiba e quando esta recebeu o título, do Instituto Brasileiro de Administração Municipal, de a cidade mais progressista do País em 1958. Foi diretor do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) no governo de Ney Braga; também foi nomeado juiz do Tribunal de Contas em 1964. Em 1965-1966, Saul Raiz foi nomeado secretário de Estado dos Negócios de Viação e Obras Públicas do Estado do Paraná. De 1967 a 1975, Raiz assumiu a direção de várias empresas privadas. (REHBEIN, 2008, p. 165). Saul Raiz foi nomeado prefeito de Curitiba pelo governo militar do Estado, na figura de Ney Braga. “A eleição de Saul Raiz a prefeito de Curitiba foi utilizada pela bancada estadual da ARENA para conquistar mais espaço político no governo. Foi uma eleição do ‘sim, senhor’, mas ‘queremos mais’”. (REHBEIN, 2008, p. 169).

diz respeito ao aspecto populacional. Da mesma maneira, outras cidades brasileiras vivenciaram no mesmo período essa grande movimentação. Em Curitiba, desde a criação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC¹³ em 1965, a cidade buscava uma nova organização e adequação do espaço urbano com vistas à modernização e efetivação do Plano de Urbanismo proposto para aquele período. Dessa maneira, esta recém-criada autarquia municipal passou a centrar seus esforços no programa de urbanização da cidade, na resolução do problema das favelas e na efetivação do plano urbanístico. (ALBUQUERQUE, 2007; MANTAGUTE, 2008; OLIVEIRA, 1991, 1995; OLIVEIRA, 2000).

Nestas décadas de 1970 e 1980, evidencia-se, na proposta administrativa da cidade e do IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, a preocupação com a urbanização da cidade, bem como com a *adequada* ocupação, localização e organização desta população na cidade (MANTAGUTE, 2008, p. 117, grifos meus).

A noção de “ocupação adequada da cidade” implicava diretamente sobre a correta movimentação e posicionamento às posturas da nova população que estava se estabelecendo na cidade. Pela compreensão recorrente naquele período, para os gestores, não seria *adequado* para um município que pretendia um plano de urbanização ter no centro, ou mesmo próximo dele, ocupações, favelas e até mesmo os Conjuntos Habitacionais. Com isso, essa população migrante do interior do estado do Paraná ou até mesmo de outros estados, precisaria se adequar à proposição de uma Curitiba moderna, e a organização habitacional proposta pelo IPPUC

¹³ O IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba foi criado em 1965 como autarquia municipal (Lei 2260/1965). Tinha como finalidade: I - Elaborar e encaminhar ao Executivo anteprojeto de lei, fixando o Plano Urbanístico de Curitiba; II - Promover estudos e pesquisas para o planejamento integrado do desenvolvimento do Município de Curitiba; III - Apreciar projetos de lei ou medidas administrativas que possam ter repercussão no desenvolvimento do Município; IV - Desenvolver nos órgãos da Administração Municipal o sentido de racionalização do desenvolvimento do Município em todos os seus aspectos; V - Criar condições de implementação e continuidade que permitam uma adaptação constante dos planos setoriais ou globais às realidades dinâmicas do desenvolvimento Municipal; VI - Coordenar o planejamento local com as diretrizes do planejamento regional ou estadual. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/1965/266/2660/lei-ordinaria-n-2660-1965-criando-o-instituto-de-pesquisa-e-planejamento-urbano-de-curitiba-com-a-sigla-ippuc-e-alterando-a-constituicao-de-orgaos-internos-da-prefeitura-municipal?q=ippuc>>. Acesso em 14/09/2016.

estabeleceu as regiões da cidade para onde estas famílias deveriam ser deslocadas. Em geral, foram remanejadas para a periferia da cidade.

Uma das formas de realocação e organização das favelas neste período foi a criação dos Conjuntos Habitacionais. Entregue pela COHAB-CT¹⁴ em 1967, o primeiro conjunto habitacional do país, financiado pelo BNH (Banco Nacional de Habitação), foi o Conjunto Nossa Senhora da Luz dos Pinhais¹⁵. O conjunto, com aproximadamente 2100 casas, foi construído na região sul do Município, atualmente bairro CIC (Cidade Industrial de Curitiba), que ainda não era urbanizada na época (MILANO & BONADIO, 2012).

FIGURA 2: SOLENIDADE DE INAUGURAÇÃO DO CONJUNTO NOSSA SENHORA DA LUZ DOS PINHAIS EM 1967.



FONTE: <www.curitibaantiga.com>. Acesso em 12/11/2014.

¹⁴ Criada pela Lei 2545/1965, a Companhia de Habitação Popular de Curitiba tinha como finalidade o estudo das questões relacionadas com os problemas da habitação popular e o planejamento e a execução das suas soluções. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/1965/255/2545/lei-ordinaria-n-2545-1965-autoriza-a-prefeitura-municipal-de-curitiba-e-a-companhia-de-urbanizacao-e-saneamento-de-curitiba-urbs-a-participarem-da-companhia-de-habitacao-de-curitiba-cohab-ct-subscrevendo-sua-cota-no-capital-da-companhia-e-da-outras-providencias?q=cohab%20curitiba>>. Acesso em 14/09/2016.

¹⁵ Carvalho (2014) em sua dissertação de mestrado intitulada *Vivendo às margens: habitação de interesse social e o processo da segregação socioespacial em Curitiba* aborda o assunto da localização dos conjuntos habitacionais na cidade. O autor apresenta mapas e tabelas detalhados da localização desses conjuntos entre 1967 e 2007, demonstrando a intenção clara da Prefeitura municipal de Curitiba em afastar a população pobre do centro da cidade “empurrando-a”, principalmente para a região sul da cidade. Não é à toa que as creches da cidade foram também instaladas nestes locais próximos aos conjuntos habitacionais, muitas vezes recebendo o mesmo nome do conjunto habitacional.

Na imagem é visível o terreno bastante descampado e a forma como foi organizado para receber as casas. Há a presença de postes de energia elétrica e a organização das ruas e casas de forma geométrica. As ruas aparentam ser de terra. Ao fundo se vê um cinturão de árvores. A solenidade de Inauguração ocorreu em novembro de 1966 e contou com a presença do então presidente brasileiro Humberto Castello Branco, que entrou numa das casas do conjunto¹⁶.

Em outra imagem, as autoridades do governo municipal – prefeito Ivo Arzua, estadual – governador Paulo Pimentel, e federal – presidente Marechal Humberto de Alencar Castello Branco caminham pelo Conjunto por ocasião da inauguração do mesmo.

FIGURA 3: AUTORIDADES EXECUTIVAS NO CONJUNTO NOSSA SENHORA DA LUZ DOS PINHAIS - 1966



FONTE: Diário da Tarde, 12/11/1966. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800074&pesq=vila%20nossa%20senhora%20da%20Luz%20dos%20Pinhais&pasta=ano%201966>. Acesso em 24/11/2016.

Anos mais tarde, em crônica publicada no jornal *Gazeta do Povo* de 2006, uma das pessoas presentes no evento inaugural rememorava que a cerimônia tinha sido

¹⁶ A experiência do primeiro Conjunto habitacional foi e continua sendo objeto de estudos acadêmicos, assim como de reportagens locais: a imprensa noticia frequentemente os “aniversários” do conjunto e a maneira como ele vai se modificando ao longo dos anos. Segundo Santos (2011, p. 199) “No ano de 1966 a Vila era uma mancha em um enorme espaço descampado, e hoje é um dos 80 bairros que formam a Cidade Industrial de Curitiba, totalmente integrado com a paisagem urbana”.

rápida, a presença do presidente cheia de pompa, mas por volta das 10 horas da manhã ele já teria ido embora e deixado para trás o conjunto.

FIGURA 4: INAUGURAÇÃO DA VILA NOSSA SENHORA DA LUZ DOS PINHAIS (1966)



FONTE: Acervo COHAB-CT.

No entanto, embora tivesse ocorrido a festa de inauguração, os moradores não foram realocados imediatamente para as casas do Conjunto. O jornal *Diário do Paraná* (11/01/1967) noticiou que antes da PMC levar as famílias para o Conjunto seria necessário “Educar para depois desfavelar” (1967, capa). Assim, as primeiras 500 famílias que receberiam as casas do Conjunto passariam por uma triagem e um processo educacional para saber ocupar e utilizar os benefícios da casa no Conjunto. Assistentes sociais educariam as famílias para que elas não agissem como aqueles que tinham sido instalados na Vila Kennedy e acabaram vendendo partes da habitação. O jornal ainda completava: “A educação do favelado antes da mudança, é necessária para evitar problemas de não adaptação à nova vida”. (*Diário do Paraná*, 11/01/1967, capa).

Para que o projeto de adequação das famílias à cidade urbanisticamente pensada fosse efetivado, além de proporcionar o acesso a uma habitação fora da

favela, era necessário educar estes novos moradores para habitar os Conjuntos, como já explorado anteriormente. Para educar esses moradores o Plano de Desfavelamento¹⁷, publicado em 1976, previa, segundo Rolim:

[...] a) oferecer uma habitação compatível com o nível socioeconômico dessa população; b) basear-se no trabalho social, visando *capacitar essa população a assumir novos hábitos, valores e um novo esquema de vida dentro da realidade urbana*. (ROLIM, 1985, p.76, grifos meus).

A ideia de capacitação da população denota a desvalorização da cultura e dos valores das famílias que eram socialmente desfavorecidas. Os espaços institucionais para que essas famílias incorporassem os *novos hábitos* poderiam ser: o Posto de Saúde, a Escola, a conversa com a Assistente Social da Prefeitura e também um novo equipamento que inicialmente chamava-se Centro de Atendimento Infantil (CAI) – a creche. Este, segundo os gestores, poderia ser um lugar importante para a divulgação desses novos hábitos. Desta maneira, a creche assumiria a função educativa tanto das famílias quanto das crianças daquela comunidade. A creche cumpriria duplo papel: atender a criança carente e “dar um apoio significativo às famílias de baixa renda”. (IPPUC, 1981, p. 9).

Kramer (1992) colabora para a compreensão do que seja a criança carente:

[...] as crianças das classes sociais dominadas economicamente desfavorecidas, exploradas, marginalizadas, de baixa renda são consideradas como ‘carentes’, ‘deficientes’, ‘inferiores’ na medida em que não correspondem ao padrão estabelecido. Faltariam a estas crianças, ‘privadas culturalmente’, determinados atributos, atitudes ou conteúdos que deveriam ser nela inculcidos. (KRAMER, 1992, p. 24).

Dessa maneira, a creche atenderia a essa criança nomeada de desfavorecida e seria para ela a instituição que lhe daria o que lhe estaria faltando. Neste documento (Aspectos sociais do Plano de desfavelamento de Curitiba) datado de 1978, o município de Curitiba apresentou as diretrizes para a organização do seu sistema de atendimento a crianças de 0 a 6 anos, dando-lhe o seguinte formato:

¹⁷ “O Plano de Desfavelamento – publicado na sua íntegra em março de 1976, sob o título ‘Política Habitacional de Interesse Social’, foi elaborado pela Diretoria de Serviço Social do Departamento de Bem Estar Social e pelo Instituto de Planejamento Urbano de Curitiba, tendo o acompanhamento da Companhia de Habitação Popular de Curitiba – COHAB – CT” (IPPUC, 1976b, p. 7).

[...] o Centro de Atendimento Infantil, além de proporcionar às crianças, de até seis anos, a proteção necessária ao seu desenvolvimento e contribuir sensivelmente para a melhoria dos índices de higiene e alimentação, tem ainda o importante objetivo de liberar a mulher do trabalho doméstico, para que passe a exercer uma atividade lucrativa fora do lar, num esforço ao orçamento familiar, tendo garantida a assistência e cuidados aos filhos menores. (IPPUC, 1978, sem paginação).

Tomando essa compreensão de criança e de família é que houve a produção das propostas para a criação da rede de creches de Curitiba. Foi assim que, em 1977, na gestão do então prefeito Saul Raiz (Partido ARENA¹⁸), iniciou-se essa empreitada. Durante a gestão, foi realizado um mapeamento do número de favelas e ocupações na cidade e segundo dados do IPPUC (1978), havia 44 favelas na cidade. Esses espaços começaram a ser “organizados”, isto é, as moradias que ofereciam risco aos moradores ou mesmo ao local onde estava, foram remanejadas para os recém-criados Conjuntos Habitacionais, onde estava sendo estruturada toda uma rede de atendimento que oferecia água, energia elétrica, ruas, transporte, escolas, postos de saúde e as próprias creches. No mapa¹⁹ a seguir é possível visualizar em quais bairros as favelas estavam instaladas nesse período.

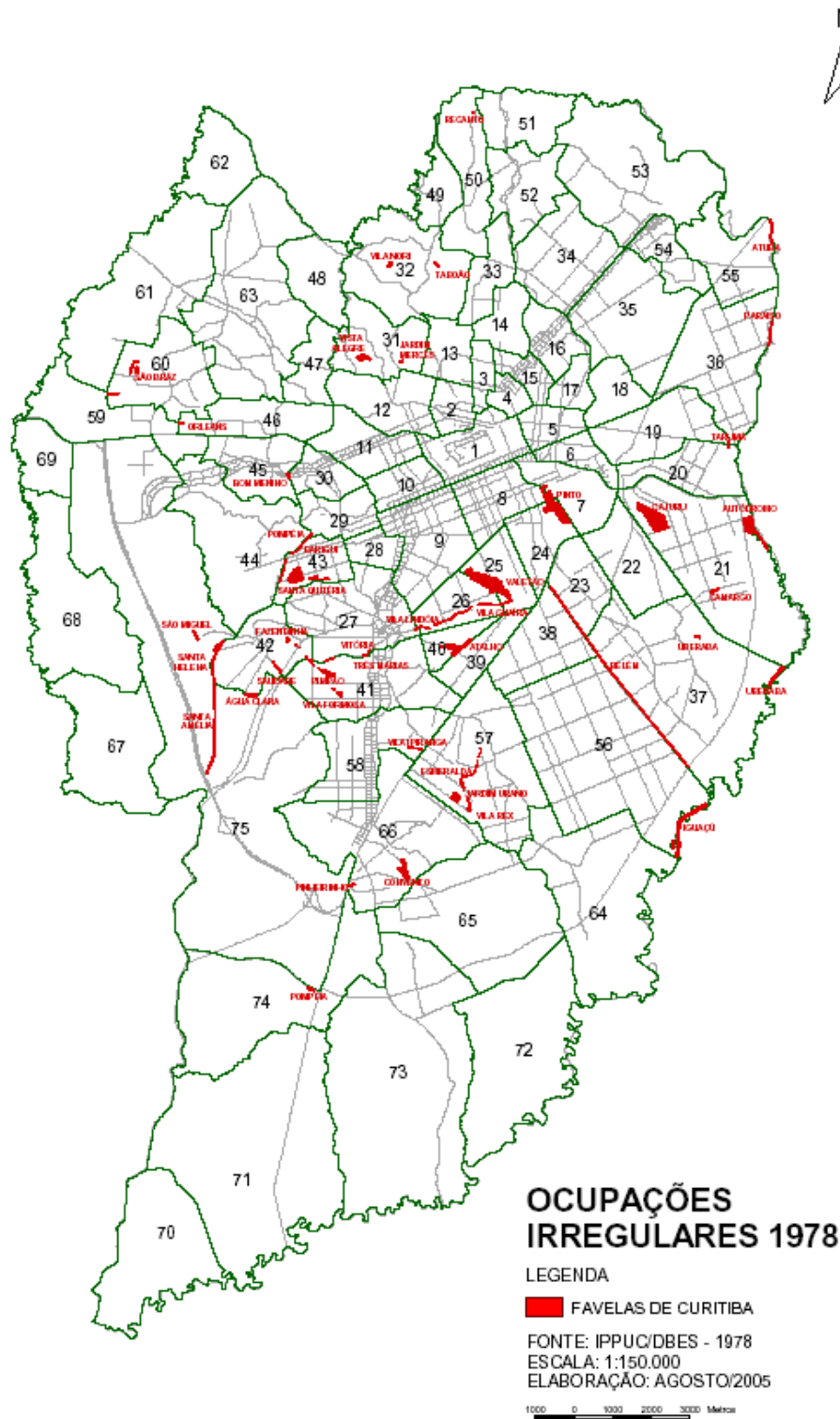
¹⁸ ARENA (Aliança Renovadora Nacional). No Paraná, a ARENA foi organizada por Ney Braga. Ney Braga, de formação militar, que obteve o posto de general do exército em 1963, ocupara por conquista os mais importantes cargos políticos e estratégicos do governo do Paraná. Na ocasião do golpe militar, Ney Braga, homem de confiança do regime, tornou-se o principal articulador da ARENA no Paraná, liderando a composição de forças entre as antigas siglas PDC, PSD, UDN e outros conservadores (MOSQUERA, 2006). Em novembro de 1979 o Legislativo aprovaria uma reforma partidária (Lei Orgânica dos Partidos) destinada a restabelecer o pluripartidarismo, o que acarretaria na extinção da ARENA e do MDB. A partir de então, as forças políticas se reorganizariam, dando início à maratona para a formação dos novos partidos políticos. (SILVEIRA, 2008). Sobre o partido ARENA no Brasil: Grinberg (2009).

¹⁹ Este mapa não está mais disponível em meio eletrônico. A consulta e o download foram realizados por ocasião da escrita da dissertação Mantagute (2008). É possível consultá-lo fisicamente na Biblioteca do IPPUC.

FIGURA 5 - OCUPAÇÕES IRREGULARES – 1978

BAIRROS

- 01-CENTRO
- 02-SÃO FRANCISCO
- 03-CENTRO CIVICO
- 04-ALTO DA GLÓRIA
- 05-ALTO DA RUA XV
- 06-CRISTO REI
- 07-JARDIM BOTÂNICO
- 08-REBOUÇAS
- 09-ÁGUA VERDE
- 10-BATEL
- 11-BIGORRILHO
- 12-MERCÊS
- 13-BOM RETIRO
- 14-AHÚ
- 15-JUVEVE
- 16-CABRAL
- 17-HUGO LANGE
- 18-JARDIM SOCIAL
- 19-TARUMÁ
- 20-CAPÃO DA IMBUÍ
- 21-CAJURU
- 22-JARDIM DAS AMÉRICAS
- 23-GUABIROTUBA
- 24-PRADO VELHO
- 25-PAROLIN
- 26-GUAÍRA
- 27-PORTÃO
- 28-VILA IZABEL
- 29-SEMINÁRIO
- 30-CAMPINA DO SIQUEIRA
- 31-VISTA ALEGRE
- 32-PILARZINHO
- 33-SÃO LOURENÇO
- 34-BOA VISTA
- 35-BACACHERI
- 36-BAIRRO ALTO
- 37-UBERABA
- 38-HAUER
- 39-FANNY
- 40-LINDOIA
- 41-NOVO MUNDO
- 42-FAZENDINHA
- 43-SANTA QUITÉRIA
- 44-CAMPO COMPRIDO
- 45-MOSSUNGUÊ
- 46-SANTO INÁCIO
- 47-CASCATINHA
- 48-SÃO JOÃO
- 49-TABOÃO
- 50-ABRANCHES
- 51-CACHEIRA
- 52-BARREIRINHA
- 53-SANTA CÂNDIDA
- 54-TINGOI
- 55-ATUBA
- 56-BOQUEIRÃO
- 57-XAXIM
- 58-CAPÃO RASO
- 59-ORLEANS
- 60-SÃO BRAZ
- 61-BUTIATUVINHA
- 62-LAMENHA PEQUENA
- 63-SANTA FELICIDADE
- 64-ALTO BOQUEIRÃO
- 65-SÍTIO CERCADO
- 66-PINHEIRINHO
- 67-SÃO MIGUEL
- 68-AUGUSTA
- 69-RIVIERA
- 70-CAXIMBA
- 71-CAMPO DE SANTANA
- 72-GANCHINHO
- 73-UMBARÁ
- 74-TATUQUARA
- 75-CIDADE INDUSTRIAL

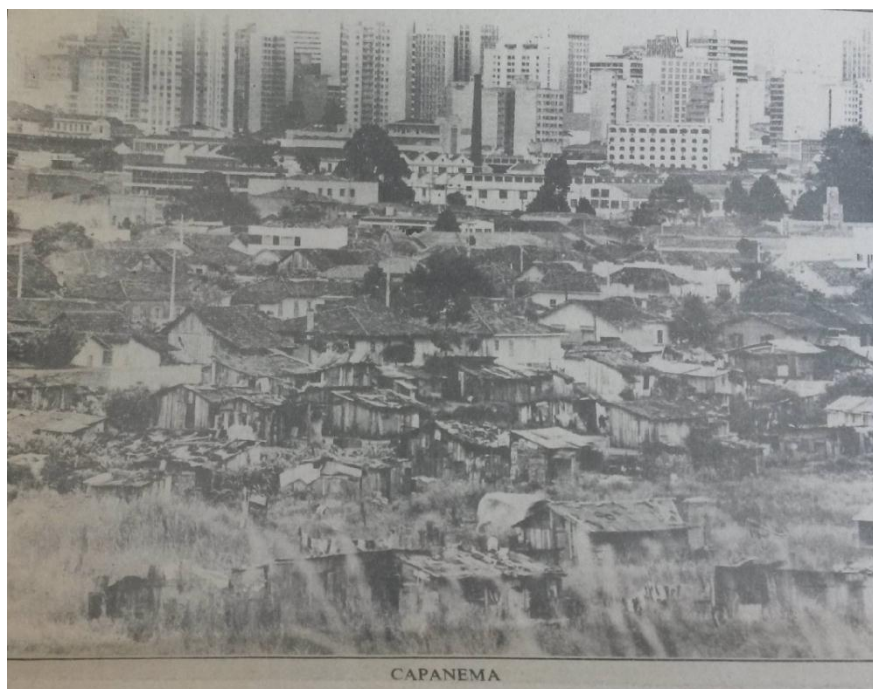


IPPUC - INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA
 SUPERVISÃO DE INFORMAÇÕES
 Rua Bom Jesus, 989 - Cabral - Curitiba - Paraná - Brasil - CEP 80.035-010 - Fone: (55 41) 3250-1414 - Fax: (55 41) 3254-8661 - E-mail: gso@ippuc.org.br
 SETOR DE GEOPROCESSAMENTO
 CE

FONTE: <<http://www.ippuc.org.br/>> Acesso em 30/03/2007.

A imagem abaixo, da favela do Capanema²⁰, uma das primeiras e maiores na cidade, ilustra o modo de ocupação dos espaços e a precariedade das habitações que povoavam as favelas da cidade naquele período.

FIGURA 6: FAVELA CAPANEMA



FONTE²¹: Jornal Correio de Notícias 14/11/79.

Na imagem é possível observar à frente os barracos e as habitações mais simples e ao fundo os prédios existentes em Curitiba no final da década de 1970, mostrando que a favela estava muito próxima do Centro, o que não era desejável para uma cidade em processo de urbanização e para uma gestão municipal que pretendia

²⁰ A Favela do Capanema fica localizada onde atualmente é o bairro Vila Torres, que ainda apresenta ocupações irregulares e abriga população de baixa renda. No mapa da cidade ela está localizada entre os bairros Rebouças e Jardim Botânico, próximos ao Centro de Curitiba.

²¹ As imagens que se apresentam nesta tese que trazem como fonte o jornal, foram obtidas na Biblioteca Pública do Paraná. Fotografei as imagens contidas nas reportagens apresentadas pelos jornais consultados. Outras ainda foram localizadas na base de dados da Hemeroteca Digital: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. O site abriga periódicos nacionais e internacionais e tem consulta gratuita.

colocar em prática seu Plano Diretor²², criando uma identidade curitibana, fundamentada em referenciais urbanos.

Cotejando as documentações e projetos do IPPUC aos documentos e diretrizes elaboradas para as creches é possível estabelecer a relação entre a creche e sua função social com vistas não apenas à proteção à infância pobre, mas à formação da família. Essa formação da família estava calcada na ideia de melhoria da higiene, da alimentação das crianças e até mesmo de uma possível ideia de “elevação cultural” que a creche poderia dar às famílias, como assinala a proposta descrita no documento *Unidades de atendimento infantil: algumas alternativas*:

[...] a condição da comunidade deve ser enriquecida com as possibilidades do acervo cultural a que professores têm maior acesso. Neste sentido, a integração de elementos da comunidade em trabalhos com as crianças e o seu desenvolvimento com a responsabilidade sobre as tarefas e orientação dos centros de atendimento infantil, poderão se constituir em uma forma de *elevação cultural de toda aquela comunidade* (IPPUC, 1979b, sem paginação, grifos meus).

Neste sentido, a representação de cultura exposta pela proposta do governo municipal está vinculada aos hábitos e referências respaldados pelas camadas médias, representadas também pelos professores, como fica claro na citação, pois estes deteriam mais “capital cultural²³”, ao passo que as formas locais de cultura, com

²² Em 1965, a administração municipal realizou um concurso público para a elaboração do Plano Diretor da cidade. A proposta vencedora, resultado do consórcio entre as empresas SERETE e Jorge Wilhelm Arquitetos Associados, estabeleceu o Plano Preliminar de Urbanismo. Foi esse plano que deu origem ao primeiro Plano Diretor de Curitiba, aprovado em 1966. O Plano Diretor de Curitiba fundamentou o planejamento urbano sobre o tripé Transporte Coletivo/Sistema Viário/Uso do Solo, buscando a integração das estruturas física e funcional da cidade e direcionando seu crescimento de forma linearizada. Também foi em 1965 que ocorreu a criação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, com o propósito de monitorar e coordenar a execução do Plano Diretor da cidade. Ao longo de sucessivas administrações, além do respeito às diretrizes do Plano Diretor, houve criatividade para adaptar os conceitos básicos à dinâmica da cidade e, acima de tudo, para encontrar soluções de baixo custo, apoiadas em tecnologia local e levando em consideração os aspectos sociais e culturais. No cerne da transformação urbana de Curitiba está o conceito de que o ser humano é a medida de todas as coisas e a cidade deve ser concebida como um lugar de encontro dos cidadãos. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/historia/1615ba.pr.gov.br/conteudo/historia/1615>>. Acesso em 26/11/2016.

²³ O Capital cultural: “[...] não pode ser transmitido instantaneamente [...] por doação ou transmissão hereditária, por compra ou troca. Pode ser adquirido, de maneira totalmente dissimulada e inconsciente, e permanece marcado por suas condições primitivas de aquisição”. (BOURDIEU, 1979. p. 73-79).

seus acervos, hábitos e formas de sociabilidade seriam considerados inferiores e indesejáveis.

O atendimento oferecido na creche que pretendia a educação de toda a família baseava-se em uma representação de que as famílias não teriam condições adequadas de educar aquelas crianças. Dessa maneira, a criança estando na creche, poderia ser uma extensão da proposta educativa em sua família.

[...] a iniciativa do município em estender sua atuação educativa à criança de três a seis anos, permitirá, recuperar, provavelmente um grande número das que, devido ao baixo nível intelectual e socioeconômico dos pais ou à subnutrição, não recebem estímulos suficientes para o desenvolvimento de sua estrutura mental (IPPUC, 1975, p.3).

Dessa maneira a função social da creche, naquele momento histórico, iria para além dos muros da instituição e pretendia atingir a todos os componentes da família numa perspectiva de compensação de carências, estabelecendo que tanto as crianças quanto as mulheres e os pobres seriam sujeitos incompletos e tuteláveis no que diz respeito à higiene, alimentação e ao aspecto sociocultural.

A questão do desenvolvimento do país e do desenvolvimento da criança pobre passava, assim, pela imposição da ordem, pela manutenção da higiene e da raça e pela inserção no trabalho. Na esfera da educação, a política sempre tentou articular a ação pública com a intervenção privada, principalmente numa difícil interação entre Estado e Igreja Católica. Em 1936, o então ministro da Educação, Gustavo Capanema, propôs um Plano Nacional de Educação, com interferência maior do Estado, que nunca foi aplicado. Na visão então dominante, a criança, no ensino básico, era vista como “matéria plástica, a que é possível aplicar todas as espécies de hábitos e atitudes” (SCHWARTZMAN *et al.*, 1984, p.188), cuja educação ficava a cargo de estados e municípios. (FALEIROS, 2005, p. 173).

Essa perspectiva da creche com a função social de educar famílias, crianças e comunidade, circulava em esfera nacional. Inclusive o Ministério da Saúde apontava, em 1972, que a creche além de trabalhar diretamente com a criança, deveria atingir os pais, que seriam “adultos jovens, muitas vezes no início da formação da família, mais receptivos a mudanças do que aqueles mais idosos”. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1972, p. 14). Concordando com Faria Filho, que ao analisar a Revista de Ensino (principal periódico mineiro entre 1927 e 1930) concluiu:

Nessa cruzada reformista dos costumes e das pessoas, a mulher é identificada como a grande responsável por garantir a boa ordem no lar e, sobretudo, por possibilitar que a família passe a incorporar, cada vez mais, referências escolares/escolarizadas de gerir o mundo doméstico e a educação dos filhos. Para isso, também, e principalmente, as mulheres precisam ser reeducadas, pois, para bem educar, não basta amar, é preciso conhecer e compreender as necessidades infantis. (FARIA FILHO, 2000, p. 46-47).

Embora os estudos realizados por Faria Filho sejam referentes ao início do Século XX, esse discurso de educar a família e fazer com que ela incorpore os valores e as referências da escola faz-se também presente ao menos nas orientações e proposições para as creches curitubanas.

Com essa configuração social, houve a inauguração das primeiras creches públicas em Curitiba. A imprensa local reservou lugar de destaque para o evento. O jornal *Correio de Notícias* do dia 16 de agosto de 1977 publicou, em notícia de uma página inteira, com várias fotografias, a inauguração das creches com a seguinte manchete: “Creches Municipais: Um lugar para os carentes – É pouco ainda. Mas é muito se se considerar que até então não havia nada. Filhos de ex-favelados – 480 ao todo – não mais ficarão ao ‘Deus dará’²⁴. Já existem as creches”. (Jornal Correio de Notícias, 16/08/1977).

Esta manchete revela a representação de lugar que a creche ocupava socialmente na cidade. Lugar aqui na perspectiva certeuniana, podendo ser compreendido como uma “bricolagem feita com resíduos ou detritos do mundo” (CERTEAU, 2013, p. 174) “configuração instantânea de posições” (CERTEAU, 2013, p. 184). Dessa maneira o lugar então é constituído por discursos, imagens ou mesmo estruturas físicas dotadas de valor simbólico que tornam possível a existência de uma sociedade.

Considerando essa perspectiva de lugar, é viável afirmar que a creche assume, na gênese da sua constituição histórica como oferta de Educação Infantil na rede pública de Curitiba, a perspectiva de uma função social de atendimento de crianças consideradas carentes em núcleos de favela, assim como para suas famílias que

²⁴ Inspiração para o título desta tese.

viviam em situação de pobreza e em moradias comprometidas. A intenção da Prefeitura era de que a família pudesse dar continuidade ao trabalho realizado nas creches para que houvesse a melhoria da condição familiar (IPPUC, 1979). Esta ação da PMC de interferir na forma como a família conduziria o processo educacional ocorrido em casa, mais uma vez, reforça a intenção da administração municipal de adentrar as casas com seu projeto educativo de formar o cidadão para a cidade. Kuhlmann Junior (1991) nomeia este tipo de concepção como “assistência científica”, na qual são abarcadas as questões de alimentação e habitação dos trabalhadores juntamente com o atendimento nas creches.

Alicerçado nesta noção de creche, tendo como função social educar não apenas a criança como também a sua família, a gestão do prefeito Saul Raiz, inaugurou seis unidades para este atendimento. A saber:

QUADRO 1: CRECHES INAUGURADAS NA GESTÃO DE SAUL RAIZ (1975 – 1978)

Creche	Localização quando da sua inauguração	Data da Inauguração
Vila Camargo	Rua Paulo de Frontin, 434 Bairro: Cajuru	22/08/1977
Jardim Paranaense	Rua Pedro Nabosne, 47 Bairro: Alto Boqueirão	22/08/1977
Vila Hauer	Rua Padre Dehon, 1871 Bairro: Hauer	22/08/1977
Xaxim	Rua Wilson Daucheux, Pereira 183 Bairro: Alto Boqueirão	22/08/1977
Atuba	Rua Rio Jarí, 411 Bairro: Atuba	29/03/1978
Tapajós	Rua Chanceler Oswaldo Aranha, 965 Bairro: Vila Hauer	29/03/1978

FONTE: IPPUC, 1978.

A concepção de função social da creche como educadora da família juntamente com a criança, circulava em Curitiba assim como em outras cidades como, por exemplo, em São Paulo: Oliveira & Ferreira (1989) apontam a qualificação que a

prefeitura de São Paulo fazia das famílias, em documentos sobre as creches publicados no início da década de 1980:

A família foi apresentada como não dispondo de recursos que garantissem uma qualidade de vida satisfatória, estando sobrecarregada na luta pela sobrevivência e tendo sua configuração alterada no acelerado processo de industrialização, que não cuidou de garantir o desenvolvimento social necessário. Esses elementos dificultariam à família estabelecer contatos criadores e carregados de afeto e, ainda, de dar um atendimento adequado à criança. (OLIVEIRA & FERREIRA, 1989, p.52).

Curitiba, dessa maneira, alinhava-se às proposições nacionais e construía seu percurso de atendimento às crianças de 0 a 6 anos tanto no que diz respeito à infraestrutura, quanto ao modelo de atendimento e à concepção empregada.

1.1 Creches: espaço de atenção integral à criança nomeada “carente”

“Além do caráter preventivo no que diz respeito à saúde, o programa (creche) prepara as crianças para que tenham maior produtividade no período escolar, diminuindo os índices de repetência e evasão. A criança carente encontra nas creches um espaço para ser feliz²⁵”.
(Jornal Correio de Notícias, 12/10/1986, p. 1).

²⁵ Excerto de reportagem publicada no jornal *Correio de Notícias*, que tinha a seguinte manchete: “Tudo pela Criança” e divulgava o trabalho realizado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social com relação às creches. Não por acaso a reportagem foi publicada na data em que se comemora o Dia das Crianças no Brasil, que foi oficializado pelo Decreto de Lei nº 4867, de 5 de novembro de 1924. Reportagem disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=325538_01&pesq=Erony%20Santos&pasta=ano%20198>. Acesso em 05/12/2016.

FIGURA 7: CRIANÇAS BRINCANDO



FONTE: Jornal Correio de Notícias, 12/10/1986.
(Fotografia feita do jornal e tratada pela pesquisadora).

A criança carente e a sua salvação na creche! O texto do jornal, publicado não por acaso na data em que se comemora o Dia das Crianças no Brasil – 12 de outubro, apresenta o investimento da Prefeitura Municipal para organizar o atendimento às crianças de 0 a 6 anos em creches públicas. Ao mesmo tempo expressa a concepção do atendimento realizado e sua função social, que seria a de minimizar os problemas que uma falta de atendimento poderia causar. E mais: a representação que se traz da creche é de um local no qual as crianças poderiam ser felizes – a imagem mostra crianças sorrindo e brincando. Essa dimensão emocional da creche possivelmente tenha relação com a data festiva na qual a reportagem foi publicada e a fotografia busca ilustrar a frase.

Pautada nessa função social da creche e na concepção de criança e família apresentadas, a documentação sobre creche deste período foi produzida por técnicos do IPPUC. Embora as creches estivessem sob a administração do Departamento de Desenvolvimento Social, era do IPPUC que emanavam as diretrizes filosóficas e operacionais para o atendimento nas creches. Neste período há uma clara opção de atendimento dada às mães que trabalhavam ou que precisavam trabalhar.

[...] oportunizar às mães possibilidades de participação no mercado de trabalho com vistas à melhoria de renda familiar (IPPUC, 1976a, sem paginação).

O trabalho da mulher fora do núcleo familiar, fez com que se desarticulasse o esquema de sustentação, causando sérias disfunções dentro de cada

família e consequentemente aumentando o rol dos problemas a serem enfrentados pela sociedade. [...] Assim é que os problemas sociais criados por este processo acumulam-se requerendo um esforço conjunto do Estado, das populações envolvidas e do setor privado com vistas a criar a infraestrutura coletiva que se coloque como contrapartida às exigências do desenvolvimento econômico (IPPUC, 1979b, sem paginação).

O cuidado com os filhos, tradicionalmente, tarefa da mãe, passa a ser um dos principais problemas a ser enfrentado atualmente. 'A criança abandonada com pais' deixa de ser uma expressão contraditória, assumida, principalmente nas áreas periféricas da cidade, a dimensão de um grave problema urbano (IPPUC, 1979b, sem paginação).

Este cenário de vinculação da creche pública à saída da mulher pobre para o mercado de trabalho está presente em muitas pesquisas que tratam da história da Educação Infantil no Brasil, tais como em Rosemberg (1985; 1989), Oliveira (1988), Lucia (2003), Gohn (1985). Nos estudos apresentados por estas pesquisadoras, assim como no caso curitibano, o fato da mulher de família pobre sair para o mercado de trabalho foi um propulsor da demanda crescente para o atendimento em creches públicas.

Na legislação estadual que estabeleceu em 1964 o *Sistema de Ensino Estadual*, esta era a tônica do atendimento nas creches: “Art. 83 – As escolas maternas oficiais estaduais somente serão criadas e poderão funcionar para: a) – receber *exclusivamente* crianças cujas mães exerçam atividades remuneradas fora do lar e em atendimento às condições socioeconômicas das suas famílias” (PARANÁ, 1964, grifos meus).

Esta relação da creche com o direito da mulher trabalhadora, como aponta Rosemberg (1989, p. 94), trouxe consequências: “Esta vinculação tem tido consequências para esta instituição, seja na perspectiva de sua expansão, seja na busca de uma identidade própria, capaz de gerar uma proposta educacional alternativa e satisfatória para as crianças pequenas”.

Esta ligação entre a creche e mulher trabalhadora foi tão forte, que em 1982 a UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) publicou, pela editora Brasiliense, o livro chamado: *Mulher, sociedade e estado no Brasil* (BARROSO, 1982), no qual foi apresentado um retrato da mulher brasileira, da sua atuação, do contexto social do período e também dedicado um capítulo inteiro para a discussão da

necessidade da creche para a mãe que trabalhava. Ao final do livro há um sumário com recomendações, nas quais aparece a necessidade da oferta de vagas em creches, assim como a defesa do atendimento ofertado na mesma.

Para atender a mulher que precisa trabalhar, um dos critérios organizativos do funcionamento de todas as creches de Curitiba, desde 1977, foi o horário de atendimento às crianças. Quando da inauguração das quatro primeiras creches em 1977 o jornal *Correio de Notícias* do dia 16 de agosto de 1977 publicava: “As creches atenderão das 7 até as 18h, liberando as mães para exercer atividades fora de casa” (*Correio de Notícias*, 1977, s/p). Assim, os horários das creches estavam vinculados às necessidades da mãe, marcando a construção de uma cultura escolar da creche, esses horários não estavam vinculados às necessidades de descanso, alimentação ou brincadeira da criança em diferentes faixas etárias, mas vinculada ao horário do mercado de trabalho.

[...] o que se pode notar, do que foi dito até aqui, é que as creches e pré-escolas surgiram a partir de mudanças econômicas, políticas e sociais que ocorreram na sociedade: pela incorporação das mulheres à força de trabalho assalariado, na organização das famílias, num novo papel da mulher, numa nova relação entre os sexos, para citar apenas as mais evidentes. Mas, também, por razões que se identificam com um conjunto de ideias novas sobre a infância, sobre o papel da criança na sociedade e de como torná-la, através da educação, um indivíduo produtivo e ajustado às exigências desse conjunto social. (BUJES, 2001, p.15).

Posteriormente, no “*Manual de Orientações Técnico Administrativas do Programa Creche*”, há também a indicação do horário de atendimento, das 7h às 18h, mas o manual traz em letras garrafais a seguinte advertência: “Este horário de atendimento da creche (11 horas diárias) NÃO PODE SER REDUZIDO” (PMC/SMDS, 1986, p.33). Interessante essa ressalva sobre o horário de atendimento, esta recomendação de não reduzir os horários certamente se dava em função da necessidade apresentada pelas famílias, a partir dos seus horários de trabalho. Em 1991, a normatização permaneceu a mesma sobre a questão do horário, assim como a ressalva de que a carga horária de 11 horas não poderia ser reduzida. Este horário de atendimento é uma permanência em todo o período estudado, revelando que o horário foi e é pensado em razão da necessidade do adulto e não da criança.

Para os filhos das mulheres trabalhadoras, a creche tinha que ser de tempo integral; para os filhos de operárias de baixa renda, tinha que ser gratuita ou cobrar muito pouco; ou para cuidar da criança enquanto a mãe estava trabalhando fora de casa, tinha que zelar pela saúde, ensinar hábitos de higiene e alimentar a criança. A educação permanecia assunto de família. Essa origem determinou a associação creche, criança pobre e o caráter assistencial da creche. (DIDONET, 2001, p. 13).

Possivelmente a questão do horário não tenha sido alterada, pois as famílias que precisavam deixar seus filhos nas creches, na maioria das vezes eram trabalhadoras no período integral, dessa forma, a creche precisava atender a criança no período integral. Outra representação dada à creche é a compensação de carências alimentares, de saúde e de desenvolvimento, que poderiam ser sanadas com a criança frequentando no período integral a creche e sendo atendida nestes quesitos. Oliveira *et al.* (1992) explicam que:

Para explicar a ideia de marginalidade das camadas sociais mais pobres foi introduzida a teoria da “Privação Cultural”. A partir dela considerava-se que o atendimento à criança pequena em creches possibilitaria a superação das precárias condições sociais a que ela estava sujeita, através de uma educação compensatória, sem alteração das estruturas sociais existentes na raiz daqueles problemas. (OLIVEIRA, *et al.*, 1992, p. 20).

Para atender a este modelo de educação compensatória nos estudos para a implantação das creches em Curitiba, o documento *Aspectos Sociais do Plano de Desfavelamento de Curitiba* discutia a idade e organização das crianças nas creches: “Serão atendidas crianças na faixa etária de 3 meses a 6 anos [...] divididas em três grupos: berçário – crianças de 3 meses a 2 anos; maternal – crianças de 2 anos a 4 anos; jardim de infância: crianças de 4 anos a 6 anos.” (IPPUC, 1978, s.p.). O Ministério da Saúde (1972), também indicava a idade de 3 meses como sendo a ideal para o início da criança na creche, pois até este período ela poderia usufruir da amamentação materna. Só depois então deveria frequentar a creche.

A escolha desta faixa etária pode ter se dado motivada pela necessidade de reinserir a mãe em suas atividades laborais tão cedo quanto o possível após o parto. Considerando que a criança ficaria vulnerável com a saída da mãe para o mercado de trabalho, as prescrições da idade estariam em sintonia com as necessidades do mercado e não necessariamente às necessidades da criança. Sem a creche, e, dada

à necessidade das famílias de contar com a renda da mulher as crianças “estariam deixadas à própria sorte” se não houvesse a creche. (IPPUC, 1978). Outro aspecto relevante para a idade inicial de atendimento é a licença maternidade das mulheres trabalhadoras que findava aos 3 ou 4 meses após o nascimento dos bebês, assim a volta ao trabalho ficaria garantida se o atendimento na creche já fosse iniciado nesse período.

Esta discussão acerca da idade das crianças estava em consonância com as orientações federais do Ministério da Educação e Cultura (MEC) que, por meio de uma coordenadoria elaborou o documento intitulado *Diagnóstico Preliminar da Educação Pré-escolar no Brasil*, no qual apresentou algumas diretrizes para o atendimento à faixa etária de 0 a 6 anos, assim como realizou um levantamento de como esta faixa da população infantil vinha sendo atendida.

Neste documento, o MEC apresentou uma organização de acordo com a idade das crianças, estabelecendo uma nomenclatura para cada faixa etária. Considerando a educação pré-escolar como: “organizada, normalmente, a partir de dois anos de idade da criança, até os seis anos e 11 meses” (BRASIL, 1975, p. 50).

A seguir quadro demonstrando tal organização etária:

QUADRO 2 - ORGANIZAÇÃO DAS CRIANÇAS DE ACORDO COM A FAIXA ETÁRIA

Nomenclatura atribuída	Faixa etária
Creches	0 a 2 anos
Escolas Maternais	2 a 4 anos
Jardins de Infância	4 a 6 anos

FONTE: Brasil, 1975, p. 50.

Na Curitiba da década de 1980, a recém-criada rede de creches utilizou a nomenclatura sugerida pelo MEC. Em 1980 a cidade já contava com 25 unidades,

sendo 6 delas inauguradas na gestão de Saul Raiz e 19 na gestão de Jaime Lerner²⁶. Esse número de creches deve-se também à pressão exercida pelo movimento popular na cidade.

Na gestão de Jaime Lerner (ARENA) entre 1979 e 1982, a presença dos movimentos sociais ganhou maior visibilidade na cidade e também maior representatividade e a pressão exercida pelos mesmos foi determinante para a ampliação da rede de creches em Curitiba.

O movimento social em nível nacional e também municipal logrou maior visibilidade e participação no início da década de 1980, pois esta foi a época, dentro do período estudado, marcada pela fase final da Ditadura Militar. Além da significativa presença dos movimentos sociais, percebe-se uma maior abertura para as reivindicações desses movimentos. Nesse sentido, no segundo mandato do prefeito Jaime Lerner²⁷ houve a presença, com maior intensidade de tais movimentos, os quais demandavam por atendimentos como: habitação, transporte, saúde, escola, inclusive a creche. (MANTAGUTE, 2008, p. 73).

Tal análise corrobora a história da Educação Infantil em outras cidades brasileiras no mesmo período. Há diversos trabalhos que retratam a presença do movimento social para a instalação das creches e pré-escolas nas cidades: “As creches instaladas nas favelas resultaram das pressões, por parte do Movimento de Associações de Curitiba, em fins da década de 1970, como resposta às reivindicações do Movimento” (ROSA, 1991, p.136). Assim, é inegável a presença do movimento popular pelas creches e a tentativa de atendimento por parte do governo municipal a esta demanda. No entanto, esta participação popular foi silenciada nos documentos

²⁶ Jaime Lerner foi nomeado prefeito em 26 de março de 1979, no Palácio Iguaçu, em cerimônia conduzida pelo governador Ney Braga. Lerner tinha acabado de voltar da Califórnia, Estados Unidos, onde ministrava um curso de pós-graduação na Universidade de Berkeley. Quando perguntado sobre o convite de retornar a prefeitura de Curitiba, Lerner chegou a declarar que “Curitiba era um programa de vida” e que tinha ficado emocionado pelo convite. (Rehbein, 2008). “Jaime Lerner teria sido responsável por grandes transformações urbanísticas em Curitiba (criação das vias estruturais, o fechamento das ruas centrais, reservadas para pedestres etc.)”. (REHBEIN, 2008, p. 178).

²⁷ Foi no regime civil militar que Jaime Lerner iniciou sua carreira política como prefeito de Curitiba, nomeado em 1971 pelo governador também indicado. Lerner foi nomeado novamente prefeito biônico em 1979, por indicação de Ney Braga. Referendado duas vezes e aprovado pelos deputados estaduais da ARENA, as duas gestões de Lerner no executivo municipal da capital paranaense lhe proporcionaram respaldo político e administrativo suficientes para retornar na redemocratização, elegendo-se prefeito em 1988, pelo voto direto, e posteriormente governador do Estado por dois mandatos, e consolidar a sua liderança em um grupo político que permanece até hoje (2008) na Prefeitura de Curitiba. (REHBEIN, 2008, p. 360).

institucionais curitibanos, que não mencionam a presença dos movimentos sociais reivindicando a construção das creches. Entretanto, esta demanda e participação ganhou visibilidade nos jornais da cidade, como por exemplo no jornal *Correio de Notícias* (21/05/1980) em que o representante da Associação de Moradores do Bairro afirmava: “As vagas dessas 10 creches inauguradas são um paliativo para os grandes problemas da população infantil do bairro”. Já no *Jornal do Estado* (23/09/1983), o Movimento de Associação de Bairros afirmava: “[...] é preciso que haja uma conscientização geral sobre o problema da falta de creches [...]”. Analisando essas fontes é possível afirmar que o movimento popular teve papel decisivo no sentido de pressionar o poder público municipal para a organização da rede de creches.

Neste cenário de demanda popular, a gestão de Jaime Lerner inaugurou 19 creches, totalizando mais 1.915 vagas na cidade para crianças de 0 a 6 anos:

QUADRO 3: CRECHES INAUGURADAS NA GESTÃO DE JAIME LERNER (1979-1982)

Creche	Localização quando da sua inauguração	Data da Inauguração
Moradias Gramados	Rua Doutor Pedro Zavaski, 1285 Bairro: Pinheirinho	03/1979
Hortência	Rua Marilândia do Sul, 1183 Bairro: Alto Boqueirão	03/1979
Meia Lua	Rua Romeu Bach, 20 Bairro: Boqueirão	03/1979
Pinheirinho	Rua Brigadeiro Eduardo Gomes, 270 Bairro: Pinheirinho	03/1979
Autódromo	Rua Avenida do Trabalhador, 72 Bairro: Cajuru	07/1980
Cajuru	Rua São Vicente Palloti, 3631 Bairro: Cajuru	07/1980
Estrela	Rua Professor Elevir Dionyzio, 434 Bairro: Fazendinha	07/1980
Jardim Urano	Rua Nova Fátima, 219 Bairro: Xaxim	07/1980
Vila Formosa	Rua Coronel Herculano de Araújo, 1193 Bairro: Novo Mundo	07/1980
Barigui	Rua Arthur Martins Franco, 5561 Bairro: CIC	07/1980
São Carlos	Rua Doutor Plínio Gonçalves Marques 150 Bairro: Pinheirinho	07/1980
Santa Quitéria	Rua Divina Providência, 1680 Bairro: Santa Quitéria	07/1980
Vila Pinto (atual Vila Torres)	Rua Manoel Martins de Abreu, 35 Bairro: Prado Velho	07/1980

Fazendinha	Rua Eloi Micheleto, 9 Bairro: Fazendinha	07/1981
Uberaba	Rua Capitão Leônidas Marques, 2171 Bairro: Uberaba	07/1981
Tia Eva	Rua Denilson Felipe de Lima, 113 Bairro: CIC	07/1981
Santa Amélia	Rua Fernando Souza Costa, 102 Bairro: Fazendinha	08/11/1981
Palmeiras	Rua João Batista Burbello, 540 Bairro: Tatuquara	16/11/1981
Moradias Belém	Rua Diogo Mugiat, 560 Bairro: Boqueirão	11/1981

FONTE: PMC/DDS, 1981; Relatórios da Administração de 1983 e 1984.

A rede de creches municipais de Curitiba, em 1980 atendia 2.235 crianças, o que correspondia a apenas 0,46% do número de crianças curitibanas segundo os dados do Censo daquele ano²⁸.

A essas crianças atendidas os documentos norteadores da proposta mostravam qual era a função social do atendimento dado a elas: o da prevenção do adulto no qual a criança poderia se transformar se não recebesse a devida educação. “A tentativa de mostrar a criança um novo caminho, de fazê-la visualizar e sentir uma outra opção que não somente a visão da precariedade de vida da favela, poderão fazer com que no futuro, sejam menores os índices de marginalidade e degeneração”. (IPPUC, 1979, p. 67). A creche passaria a ser a salvadora da sociedade, agindo sob todas as mazelas da vida na cidade, como se ela sozinha fosse capaz dessa resolução.

Este movimento de criação de uma rede de creches não ocorria apenas em Curitiba. São Paulo também realizava a estruturação destes equipamentos. Segundo Oliveira & Ferreira (1989), em 1983 esse município contava com 194 creches diretas²⁹ e atendia mais de 21 mil crianças. Esse resultado, assim como em Curitiba, foi possível devido ao aumento da população e também pela luta popular em prol da construção de creches nas áreas de ocupação e/ou dos conjuntos habitacionais.

²⁸ Dados Censo Escolar de 1980. Naquele ano havia 167.075 crianças entre 0 a 6 anos.

²⁹ Creches diretas são aquelas geridas exclusivamente pelo poder público municipal.

Uma das creches construídas para o atendimento a essa demanda foi a Unidade Vila Pinto. A seguir imagem da creche que foi inaugurada em 1980, dentro da favela Capanema³⁰, na gestão de Jaime Lerner:

FIGURA 8: CRECHE VILA PINTO



FONTE: Jornal Folha de Curitiba 08/04/86.

Na imagem, no último plano, há a presença de muitas araucárias³¹ e algumas casas simples. É possível ver que o pátio da creche era de chão batido ou areia com

³⁰ O primeiro nome desta ocupação foi Favela Capanema, em seguida foi batizada de Vila Pinto e atualmente recebe o nome de Vila Torres, está a 2 km do Centro da cidade. “No Prado Velho dos anos 1950 – onde os elegantes apreciavam corridas de cavalos – formou-se a ocupação mais famosa de Curitiba, a favela do Capanema. Tinha 3 mil moradores, 700 famílias e metia pavor. O poder público ‘desfavelizou’ a região em meados da década de 1970 – reurbanizando a área onde agora está o Jardim Botânico. Uma fileira de barracos, porém, se manteve em pé. Tinha nome – “Vila do Pinto”, em alusão ao líder que controlava a venda de terrenos naquelas ribeiras. Em 1996, os moradores promoveram um referendo popular e rebatizaram o reduto de 199 mil metros quadrados: “Vila das Torres”. Tinha, afinal, se tornado uma comunidade, com 8,5 mil habitantes”. (Jornal Gazeta do Povo, 15/03/2013). Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/o-melhor-e-o-pior-dos-mundos-1vxrtisiaw03zgyui5s6jfo7i>>. Acesso em 16/09/2016.

³¹ “Araucaria angustifolia é uma espécie perenifólia, cuja árvore, comumente com 10 a 35 m de altura e 50 a 120 cm de diâmetro, pode chegar a 50 m de altura e 250 cm de diâmetro na idade adulta. A espécie apresenta adaptabilidade fisiológica às condições de luminosidade do ambiente. Quando adulta, é heliófila e tolerante a temperaturas baixas (CARVALHO, 2003). A madeira é leve (densidade básica 0,55 g/cm³), com coeficiente de retratibilidade médio (0,52%) (MAINIERI & CHIMELO, 1989), sendo pouco durável quando exposta ao tempo (LORENZI, 1992). Esta madeira apresenta boas características físicas e mecânicas em relação à massa específica, sendo indicada para construções em geral, caixotaria, móveis, laminados e vários outros usos, entre os quais tábuas para forro, ripas, palitos de fósforo e lápis. Pelos traqueóides longos e pelo rendimento em celulose, o papel produzido é considerado de ótima qualidade (INOUE *et al.*, 1984; MAINIERI & CHIMELO, 1989). A ocorrência natural da Araucária angustifólia estende-se pelos Estados do Paraná e Santa Catarina e é abundante

tocos de madeira, que serviam possivelmente de aparato para a brincadeira. Ao fundo há uma trave de futebol. Nesta imagem não é possível ver a construção da creche, somente a área externa. As crianças estão brincando e são de idades diferentes, parece que estão correndo ao encontro do fotógrafo. Há a presença de dois adultos no pátio. Nos arredores, os casebres de madeira da favela.

Este período referente à gestão de Saul Raiz (1975 a 1979) e Jaime Lerner (1979 a 1983) recebeu diferentes análises históricas, uma delas é sobre o alto investimento no que diz respeito ao planejamento urbano. Sobre isso, Tonella afirma:

O período 1964 - 1982 foi marcado pelo planejamento tecnocrático, cuja principal característica era buscar implementar uma racionalidade ao espaço urbano. O modelo, que vinha desde o Plano Serete³², era o de uma cidade que se expandiria linearmente, a partir do centro tradicional, pelas chamadas (vias) "estruturais". (TONELLA, 2005, p. 86).

Estas características de governabilidade deram o tom da implantação da rede de creches nos novos Conjuntos Habitacionais nos quais "ex-favelados" eram alocados. Em entrevista realizada com uma destas moradoras de favelas, Nogueira (2007), relatava a sua trajetória do interior do Paraná – Cascavel, para a capital, e a oferta de uma casa no Conjunto Habitacional Moradias Gramados, local em que se tornou babá anos mais tarde, na creche de mesmo nome³³.

Eu morava em Cascavel e o sítio que eu e o meu marido trabalhávamos foi vendido e não tinha mais emprego, então viemos eu e meu marido para Curitiba, pois meu irmão já morava aqui e era bom de emprego, tinha bastante construção, era bom. Fomos morar na favela Moradias Belém. Lá uma pessoa da prefeitura passava para fazer cadastro para eliminar a favela.

nas regiões montanhosas do planalto central e vertente interior da Serra do Mar. No Rio Grande do Sul, ocorre em regiões serranas nas vizinhanças do Estado de Santa Catarina. Ocorre, ainda, nos Estados de Minas Gerais e São Paulo, em regiões de maior altitude (MAINIERI & CHIMELO, 1989). Ocupam, também, pequenas regiões da Argentina e do Paraguai (CARVALHO, 2003). Hoje, estima-se que os remanescentes em estágio primário ou avançado no Paraná não ultrapassem 0,7% da área original, distribuídos em fragmentos, em geral, pequenos e dispersos". (DE MATTOS, *et al.*, 2006, s/p).

³² O plano Serete recebeu esse nome em função de uma parceria entre a empresa paulista Serete e o IPPUC. "O terceiro grande plano urbanístico de Curitiba é o que está em vigor. Nasceu na década de 1960, quando ganhou força a ideia de um planejamento global e integrado. Foi aberta concorrência, em nível nacional, para escolher a firma que elaboraria o Plano Diretor de Curitiba. Venceu-a a empresa paulista Serete, que desenvolvia os trabalhos em São Paulo e, duas vezes por mês, promovia reuniões em Curitiba com uma equipe local, que derivou na APPUC - Assessoria de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. Ela foi transformada, em 1965, no IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba". Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/idioma/portugues/cidadeintegrada>>. Acesso em 13/11/2016.

³³ Parte desta entrevista foi utilizada como fonte na dissertação de mestrado de Mantagute (2008).

Ofereciam uma casa com lote, levavam de ônibus para visitar o conjunto. Quem não quisesse a casa do conjunto tinha que sair da favela e ir para outro lugar. Eles levaram a gente para o Conjunto Moradias Gramados. A prefeitura fazia toda a mudança. Deixava as pessoas na casa. Daí foi feito o contrato na COHAB – Companhia de Habitação – e vinha o carnê para nós pagarmos. O contrato era de 25 anos para pagar. Era bem baratinho. (NOGUEIRA, 2007 – Informação verbal).

A entrevistada demonstra gratidão à prefeitura de Curitiba, pois ela foi uma daquelas pessoas que ao vir do interior do estado do Paraná, sem conhecer a cidade, foi morar numa favela e, por meio da intervenção da Prefeitura recebeu uma casa (que se tornaria própria) e um posto de trabalho no poder público municipal. Esses seriam motivos suficientes para que Nogueira (2007) demonstrasse gratidão a essa Prefeitura. No entanto, vale lançar luz à estratégia usada pela gestão municipal junto a estes novos moradores: de um lado a prefeitura necessitava de mão de obra para atuação nas creches e de outro, se esse cidadão tivesse o labor do seu trabalho poderia arcar com as despesas da prestação da casa junto à COHAB. Com essa estratégia, a prefeitura resolvia duas questões importantes com relação a estes novos moradores da cidade: empregava o novo morador e não teria problemas de inadimplência com a empresa de habitação. A creche cumpriria uma função social importante na comunidade na qual estava inserida, perspectiva que era difundida nacionalmente em documento do Ministério da Saúde (1972) que era de atingir positivamente as famílias e a localidade na qual estava localizada.

Ainda neste ciclo de crescente participação popular, sob a gestão do prefeito Maurício Fruet (PMDB) (1983 a 1985), inaugurou-se uma mudança na configuração política da cidade, já que pela primeira vez o PMDB tinha a prefeitura sob sua batuta. Até esta data, apenas políticos da ARENA tinham sido indicados pelo Regime Civil Militar para o poder executivo. A gestão de Fruet, pressionada pelos movimentos populares passou a centrar esforços em outras prioridades que não apenas a de planejamento urbano, como o fora na gestão de Jaime Lerner. Como Oliveira (1995, p.78) indica: “O estilo de administração imposto pelo PMDB lança uma série de políticas setoriais, de marcado apelo social. Realizações como um ambicioso programa de creches, de mercados populares, de recuperação de menores abandonados”. Em seu discurso de posse Fruet declarou que:

[...] depois de três gestões de “técnicos”, não prometia grandes obras, mas um governo voltado para o povo. Reconheceu o equipamento urbano de Curitiba desenvolvido, mas a sua prioridade seriam os bairros onde se localiza a maioria da população e dos problemas, dos esquecidos e desconsiderados nos planos, a Curitiba da desigualdade social. (REHBEIN, 2008, p. 191).

Na gestão de Fruet o IPPUC continuou responsável pela produção de documentação e orientação para as creches. Foi produzido um documento chamado *Plano de Atendimento ao Menor Carente* (1984) que estabeleceu metas, definição de programas, custos e etapas de implantação.

As metas estabelecidas não acrescentaram mudanças ao atendimento que estava sendo realizado nas creches, apenas reforçaram que o objetivo da instituição seria atender “as mães que trabalham fora” (IPPUC, 1984, p. 2). O plano reafirmou que o ideal para estas famílias ainda seria o “atendimento em creches, de segunda a sexta, no período integral” (IPPUC, 1984, p. 3). Vale ressaltar que manter o atendimento em período integral era positivo, principalmente analisando a função social da creche nesse período, que transitava entre a educação da criança e da família e a liberação da mulher para o trabalho formal. O Plano, então, propôs: ampliação física das creches de menor porte; ampliação do número de creches, no entanto não deixava claro de quanto seria essa ampliação. De maneira concreta, nessa gestão foram inauguradas apenas oito creches, como mostra quadro a seguir:

QUADRO 4: CRECHES INAUGURADAS NA GESTÃO DE MAURÍCIO FRUET (1983-1985)

Creche	Localização quando da sua inauguração	Data da Inauguração
Tiradentes	Rua Francisco Ceccon, 153 Bairro: Alto Boqueirão	01/1984
Santa Helena	Rua José Batista dos Santos, 2496 Bairro: CIC	06/1984
Demawe	Rua Constantino José de Almeida, 329 Bairro: Xaxim	21/03/1985
Liberdade	Rua Rio Jarí, 1481 Bairro: Bairro Alto	07/1985
União das Vilas	Rua Miguel Novicki, 07 Bairro: São Braz	08/1985
Coqueiros	Rua David Tows, 880 Bairro: Xaxim	26/10/1985

Vila Vitória	Rua Carlos Roberto Ferreira, 148 Bairro: Sítio Cercado	26/10/1985
Eucaliptos	Rua Coronel Hermínio, Alves Cabral 157 Bairro: Alto Boqueirão	09/11/1985

FONTE: CURITIBA, Relatórios de Gestão 1983/ 1984/1985.

A questão da oferta de vagas e demanda de atendimento expressa pela comunidade continuou sendo problematizada e explorada pelos jornais nesse período, mostrando que a população ainda não se sentia atendida pelas creches existentes. Numa busca realizada em jornais circulantes em Curitiba, na década de 1980, no jornal *Tribuna do Paraná* (21/11/1983) a manchete era a seguinte: “Curitiba precisa de 470 creches e tem 26”. No jornal *Estado do Paraná* há o indicativo da pressão feita pelo Movimento Popular naquele período para que mais creches fossem construídas em Curitiba. O Movimento 8 de Março chegou a pleitear a necessidade de 470 creches para 47 mil crianças. Além da quantidade de creches, o movimento reivindicava que todas tivessem: “alimentação básica, sede própria, horta comunitária, material didático, brinquedos e parquinho”. (Jornal Estado do Paraná, 10/05/1983).

O Movimento feminista por creches que ocorria em Curitiba era também uma reverberação de outros movimentos que ocorriam em todo Brasil. Rosenberg (1989) aponta que no final da década de 1970 e início da década de 1980, em São Paulo o *Movimento de Luta por Creches* já tinha visibilidade na cidade. Nessa perspectiva, concordando com Freitas (2010, p. 10) sobre a íntima relação entre criança, mulher e coletividade: “a criança é presença fundamental na negociação da mulher em sua dimensão coletiva e privada”.

1.2 Creches: normatizando o atendimento e os critérios de seleção

Foi durante a gestão de Maurício Fruet (1983 a 1985) que houve a publicação do primeiro³⁴ documento com algumas normatizações para o atendimento oferecido às crianças de 0 a 6 anos na rede de creches de Curitiba. Chamo de primeiro, pois embora o IPUUC tenha produzido os projetos e diretrizes sobre as creches, somente em 1984 o Departamento de Desenvolvimento Social elaborou esse documento que regulava o cotidiano da creche, pois os anteriores eram mais genéricos.

Esse documento regulador do cotidiano possivelmente tenha sido fruto da necessidade levantada no ano anterior mencionada no *Relatório Anual do Departamento de Desenvolvimento Social de 1983*, em que há a sinalização de que houvesse um manual normatizador para o atendimento infantil nas creches. (PMC/DDS, 1983). O documento foi publicado pelo então Departamento de Desenvolvimento Social e recebeu o nome de “*Normas Técnicas do Setor de Atendimento Infantil para as creches da Prefeitura Municipal de Curitiba*”³⁵.

Esse documento é um conjunto encadernado de normatizações. É composto de 23 páginas datilografadas e não apresenta nomes de autores, apenas a vinculação com o Setor de Atendimento Infantil, que por sua vez era vinculado à Diretoria de Desenvolvimento Comunitário, pertencente ao Departamento de Desenvolvimento Social – DDS.

Já na apresentação do referido documento há o anúncio: “Estamos desenvolvendo o documento para que seja trabalhado e incorporado por todos os

³⁴ Quando da ocasião da pesquisa das fontes para a escrita da dissertação (Mantagute, 2008), este documento de normatização publicado em 1984 não tinha sido localizado. Naquela ocasião encontrei apenas o Manual de 1986 e por não ter tido acesso ao de 1984, indiquei o documento de 1986 como sendo o primeiro. Agora, tendo tido a possibilidade de localizar o Manual de 1984, faço a devida correção afirmando que o primeiro Manual sobre as creches em Curitiba, é desta data. Na possibilidade de rever e expandir os acervos de pesquisa, eis aqui a beleza de garimpar outras fontes de pesquisa para que seja possível ampliar as discussões e problematizações.

³⁵ Neste documento não há indicação dos nomes dos profissionais que participaram da sua elaboração, aparece somente o vínculo com o Departamento de Desenvolvimento Social, Diretoria de Desenvolvimento Comunitário e Setor de Atendimento Infantil que “assina” a autoria do documento.

funcionários que atuam direta ou indiretamente nas creches e amplamente discutido com pais e a comunidade” (PMC/DDS, 1984, p. 1).

Essa preocupação e previsão da participação da comunidade em geral nos assuntos referentes à creche é uma das marcas da gestão desse prefeito. O documento ainda previu a ação dos funcionários para a efetivação das normas: “[...] cabe aos funcionários de área e a nós³⁶ também traduzirmos as Normas em atuação prática adaptando-as à realidade e mantendo a fidelidade aos princípios que norteiam a nossa normatização” (PMC/DDS, 1984, p. 1).

O ato de chamar os funcionários para a efetivação do documento, no sentido de colocar em prática as normas, é um indício de que possivelmente havia uma falta de normatizações nos procedimentos empregados nas creches, pois naquela data, sete anos depois das primeiras inaugurações, possivelmente já havia se instalado uma cultura local em cada unidade e a padronização seria um esforço para uniformizar e estabelecer a organização necessária do atendimento numa rede de creches que só crescia.

Esse documento tratou das especificidades do atendimento realizado nas creches, assim como indicou um modo de agir, de praticar e de viver nestas instituições públicas.

Embora em sua pesquisa Vieira (2010) não se referisse ao mesmo tipo de legislação que abordo nesta pesquisa, as intenções de organização presentes na normatização curitibana coadunam com a função da legislação mineira apresentada pela pesquisadora, no sentido de que:

Essa legislação empregou termos e denominações, estabeleceu critérios e condições para o acesso aos estabelecimentos, definiu preferências e prioridades. E expressou certamente alguns conceitos e concepções sobre os objetivos dos serviços, sobre as crianças, sobre as responsabilidades públicas e privadas. Ela nos permitiu algumas conclusões sobre o lugar da educação infantil nos sistemas de ensino ao longo do século XX. (VIEIRA, 2010, p. 143).

³⁶ Nesse caso o “nós” se referia à própria equipe do Departamento.

A normatização traduziu a regulação pública para o funcionamento das creches em Curitiba, que foi estruturando a maneira como o trabalho de todos os funcionários (babás, administradores, cozinheiros, equipe de limpeza e guardas) deveria ser realizado nas creches.

O processo de regulação compreende, não só, a produção de regras (normas, injunções, constrangimentos etc.) que orientam o funcionamento do sistema, mas também o (re) ajustamento da diversidade de acções dos actores em função dessas mesmas regras. (BARROSO, 2005, p.733).

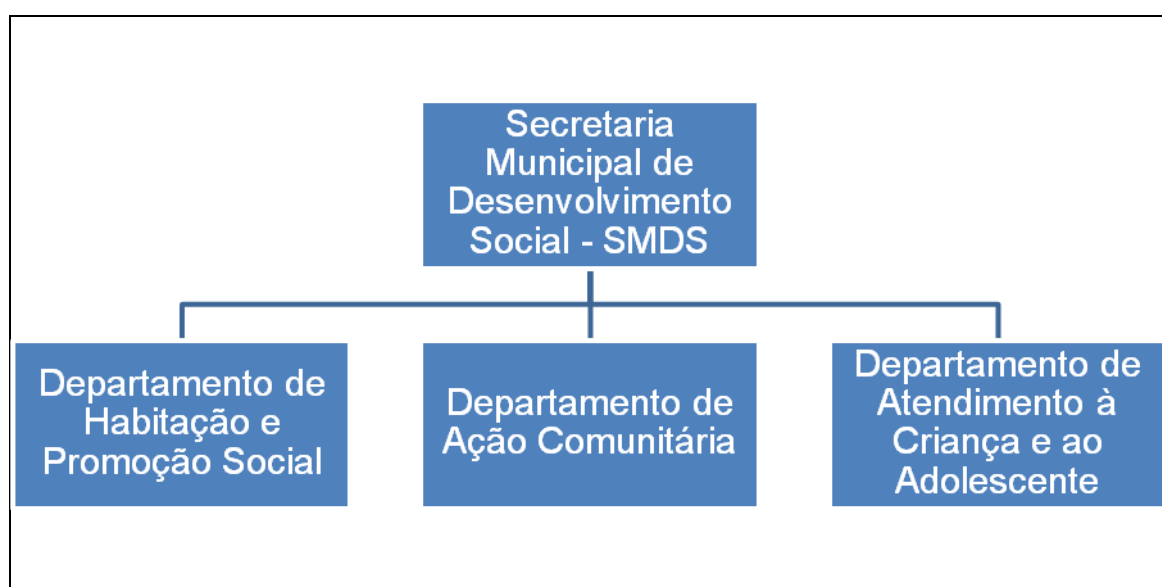
A norma neste sentido é um meio para mostrar a função social e o lugar que a creche passou a ocupar como política pública municipal, entendendo que a norma foi fruto da discussão política social, e representa o jogo social e a construção político social, assim como estabelece o lugar que a creche assumiu na política pública municipal.

A gestão seguinte, de Roberto Requião³⁷ (1986 a 1988) foi a primeira de Curitiba realizada por meio do voto popular. Houve uma campanha eleitoral polarizada entre a imagem de um “tecnocrata” – Jaime Lerner – que nunca havia ocupado cargo executivo por meio de uma eleição direta, contra Roberto Requião, um candidato que desfrutava de uma imagem de “representante do povo”, porque tinha sido eleito deputado pelo voto direto em 1982 (OLIVEIRA, 2002). “Requião foi eleito numa disputa acirrada, com 45,48% dos votos válidos (nominais) contra 41,70% dos votos de Lerner. Uma diferença de 18.864 votos” (REHBEIN, 2008, p. 219). A gestão de Requião permaneceu com grande apelo popular e uma clara opção pela participação dos movimentos sociais organizados.

³⁷ Roberto Requião de Mello e Silva nasceu em 5 de março de 1941, em Curitiba (Paraná), filho do médico e ex-prefeito de Curitiba Wallace Thadeu de Mello e Silva e Lucy Requião de Mello e Silva. Casado com Maristela Quarenghi de Mello e Silva, pai de Maurício Thadeu e Roberta. Formado em Direito pela Universidade Federal do Paraná e em Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, cursou Urbanismo pela Fundação Getúlio Vargas. Foi Deputado Estadual (1983-85), Prefeito de Curitiba (1986-89), Secretário do Desenvolvimento Urbano do Estado do Paraná (1989-90), Governador do Paraná (1991-95), Senador da República (1995-2002), Governador do Paraná (2003-2007) e eleito novamente Governador (2007-2011). Em uma nova disputa (em 2012) por uma vaga no Senado Federal, foi eleito para um mandato de oito anos, cargo que ocupa atualmente. Fonte: <<http://www.robortorequiao.com.br/>>. Acesso em 25/03/2016.

Na gestão de Roberto Requião (PMDB), houve a criação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS³⁸. Esta secretaria foi estruturada com três departamentos, sendo eles: Departamento de Habitação e Promoção Social; Departamento de Ação Comunitária; Departamento de Atendimento à Criança e ao Adolescente. O secretário responsável era o senhor Wilson Teixeira. As creches ficaram vinculadas ao Departamento de Atendimento à Criança. O organograma a seguir ilustra essa organização:

FIGURA 9: ORGANOGAMA DA SMDS



FONTE: PMC, 1986.

Essa nova secretaria publicou o segundo documento que normatizou o trabalho realizado nas creches de Curitiba – o Manual de Orientações Técnico Administrativas do Programa Creche.

Este Manual estava vinculado ao Departamento de Atendimento à Criança e ao Adolescente, que tinha como diretora a senhora Schirle Magaret dos Reis³⁹. Sobre a escrita desse manual, Schirle comentou em entrevista:

³⁸ A Secretaria de Desenvolvimento Social foi criada por meio do Decreto nº 41, de 8 de janeiro de 1986 e era organizada da seguinte maneira: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social: Departamento de Habitação e Promoção Social; Departamento de Ação Comunitária; Departamento de Atendimento à Criança e ao Adolescente.

³⁹ Schirle Magaret dos Reis Branco (o sobrenome Branco foi associado após matrimônio) é socióloga de formação, participante ativa Conselho Municipal da Condição Feminina. Nomeada Diretora da

A gente falava sobre direitos da criança e adolescente e não tinha nada por escrito, assim condensado, tinha lá um projetinho ali, tinha um documentinho ali, tinha um parecer técnico importante, mas nada que reunisse que nós entendíamos que tinha que ter um orientativo para a creche. Veio o governo do Roberto Requião e nós com esse grupo fomos criando uma teia, uma rede de técnicos voltados para uma questão e nós entendemos que tinha que ter um manual técnico administrativo. Eu considero esse o primeiro, pois este aqui nos conduz a ter uma creche, um espaço realmente administrativo e tem junto as questões técnicas e está mais completo. É uma criação de um grupo, de uma equipe e a gente tinha que andar com este documento para extrair das experiências práticas o que era melhor. Este documento foi discutido em todas as creches na época. Este documento andou, foi sendo criado e recriado até que ele culmina com um Seminário que foi apresentado este documento em foi entregue neste evento. (REIS, 2014, p.1 – Informação verbal).

No depoimento de Schirle Reis fica nítida a ideia de que a regulamentação foi resultado de uma prática cotidiana das creches e que também a norma não foi apenas imposta aos funcionários e sim discutida, construída e publicizada coletivamente, uma marca de uma gestão democrática pretendida por Requião. Nesse sentido, concordando com Barroso (2005, p. 734-735) de fato os “nós da rede” foram se articulando para que houvesse a circulação do Manual de 1986. Os “nós da rede” são as ações dos indivíduos, das estruturas formais ou informais que realizam a mediação, a tradução, passagem dos vários fluxos reguladores e sua intervenção é decisiva para a configuração da estrutura e da dinâmica do sistema de regulação e seus resultados.

Sobre a importância de se ter uma forma padrão de atendimento às crianças nas creches, a pedagoga Ingrid Jane Giraldi de Souza⁴⁰, que atuou entre 1980 e 2003

Diretoria de Desenvolvimento Comunitário do Departamento de Desenvolvimento Social (DDS) na gestão de Maurício Fruet e depois nomeada Diretora do Departamento de Atendimento à Criança e Adolescente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social da gestão de Roberto Requião. Foi exonerada da prefeitura de Curitiba com o fim da gestão de Roberto Requião em 29 de dezembro de 1988. Atualmente é socióloga do governo do Estado do Paraná, atuando no Instituto Ambiental do Paraná – IAP. (Dados fornecidos pela entrevistada, 2014).

⁴⁰ Ingrid Jane Giraldi de Souza é pedagoga de formação, foi aprovada em Concurso Público na Prefeitura Municipal de Curitiba para o cargo de professora do ensino primário. Em 1986 foi nomeada para atuar no Serviço de Documentação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Em 1989 foi nomeada coordenadora do Núcleo Regional Boa Vista pela Secretaria Municipal do Menor. Em 1992 foi nomeada Chefe do Núcleo Regional da Criança - Campo Comprido/Santa Felicidade, pela Secretaria Municipal da Criança. Em 2001 foi transferida para o Núcleo Regional da Criança do Boa Vista. Em 2003, com a incorporação das creches à Secretaria Municipal da Educação, Ingrid foi colocada à disposição da Fundação de Assistência Social, onde encerrou sua carreira aposentando-se em 31/05/2005. Disponível em: <<http://legisladoexterno.curitiba.pr.gov.br/AtosConsultaExterna.aspx>>. Acesso em 25/03/2016.

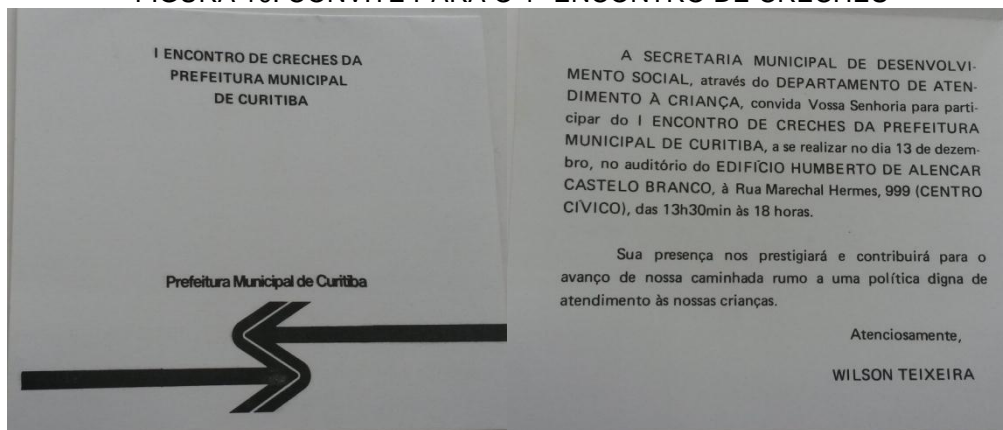
em cargos de gestão das creches mencionou em sua entrevista sobre a necessidade da elaboração deste documento. Assim ela declarou:

Nós não podemos em cada creche trabalhar de uma maneira diferente, eram pessoas que trabalhavam, algumas pedagogas e a gente tinha que dar uma direção pra isso aí. E a gente sabia de algumas normas que estavam espalhadas e a gente resolveu montar essa normatização pra que todas as unidades trabalhassem de uma maneira uníssona. Para que todos os técnicos, todos os administradores tivessem a mesma orientação para aquilo dali. *Porque a gente também gostaria de deixar um documento em cima daquilo que a gente estava fazendo.* Porque naquela época não tinha muita coisa escrita sobre creches. (SOUZA, 2014, p. 1, grifos meus – Informação verbal).

No relato da entrevistada, além da preocupação com a padronização das ações na creche, também fica claro o lugar de gestão que ela ocupava e a intenção de deixar registradas as ações daquela equipe de trabalho. Estes documentos de fato cumprem o papel de marcar a memória daquela gestão na história das creches.

O Seminário mencionado pela entrevistada anteriormente levou o nome de *1º Encontro de Creches da Prefeitura Municipal de Curitiba* e ocorreu no dia 13 de dezembro de 1986. Abaixo o convite do evento:

FIGURA 10: CONVITE PARA O 1º ENCONTRO DE CRECHES



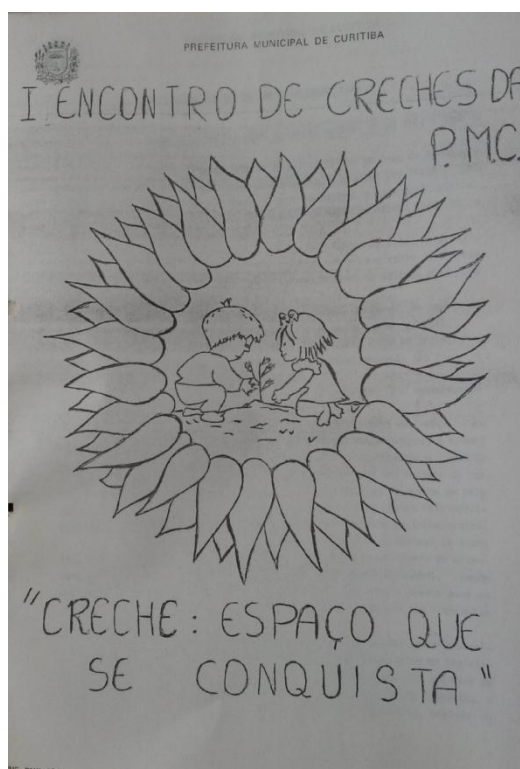
FONTE: Arquivo Geral da Secretaria Municipal da Educação.

No convite para o evento é interessante observar o último parágrafo do texto: “Sua presença nos prestigiará e contribuirá para o avanço de nossa caminhada rumo a *uma política digna de atendimento às nossas crianças*”. A expressão “rumo a uma política digna” pode indicar ou levantar a dúvida sobre o atendimento até então realizado nas creches. Ou ainda, poderia também ser um marco desta gestão, que

parecia acreditar na ideia de participação e construção conjunta como caminho para dignidade.

O evento provavelmente teve uma representatividade grande para os envolvidos com o trabalho realizado nas creches: desde o fato de merecer um convite, o próprio lugar da atividade⁴¹, houve também a produção de documentação sobre o evento. No Arquivo Geral da SME há o conjunto do material produzido por ocasião deste Encontro: os documentos foram organizados e encadernados, produzindo assim a memória deste momento. Essa organização detalhada e cuidadosa revela a importância dada a ele, assim como a intenção da gestão municipal em marcar e garantir que este evento fosse lembrado e rememorado na sua íntegra. O conjunto de documentos referentes ao encontro recebeu a seguinte capa:

FIGURA 11: CAPA COM OS DOCUMENTOS SOBRE O 1º ENCONTRO DE CRECHES DA PMC



FONTE: Arquivo Geral da Secretaria Municipal da Educação.

⁴¹ Este edifício foi projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer e foi inaugurado em março de 1978, foi planejado para abrigar o Instituto de Educação do Paraná, fato que não ocorreu. (Gazeta do Povo, 11/11/1990). O prédio serviu para funções administrativas do governo estadual e ficou como um “elefante branco” na cidade por muitos anos. Recebeu uma grande reforma no final da década de 1990 e em 2002 passou a abrigar o Museu Oscar Niemeyer. Disponível em: <<http://www.museuoscarniemeyer.org.br/institucional/sobre-mon>>. Acesso em 17/01/2016.

A capa feita para abrigar os documentos, como se observa, é muito simples, a imagem ilustrativa parece mimeografada e as letras claramente foram desenhadas a mão. Essas características podem denotar os poucos serviços editoriais à disposição naquele período, mas também indicam uma preocupação com uma marca, quase uma logomarca de padronização dos documentos sobre creche daquele período.

Os documentos escolhidos para compor o registro do evento foram: o convite do evento, a programação, o texto da Palestra do prefeito Roberto Requião, o texto da palestra do secretário Wilson Teixeira, o texto da diretora do departamento Schirle Margaret dos Reis, a apresentação das atividades desenvolvidas nas creches Uberaba, Atuba e Liberdade e nove páginas que contém sugestões dos participantes para a melhoria no trabalho desenvolvido nas creches naquele momento.

Este Encontro pode ser considerado como o primeiro evento que tratou municipalmente do atendimento oferecido nas creches públicas em Curitiba. No evento, segundo relatório do mesmo, estavam presentes aproximadamente 300 pessoas, entre os profissionais atuantes nas creches, pais, técnicos da Secretaria. O encontro teve como slogan: Creche – espaço que se conquista. Houve na ocasião um discurso do então prefeito da cidade – Roberto Requião, do secretário da pasta – Wilson Teixeira, e da diretora do Departamento de Atendimento à Infância – Schirle Margaret dos Reis.

Em seu discurso o prefeito tratou de assuntos do cotidiano da cidade como rua, moradia, saúde, lazer e trânsito. Ao se dirigir ao grupo participante do Encontro referiu-se à creche como: “[...] espaço de trabalho duro, quase missionário com as crianças, mas um trabalho duro que tem uma resposta segura: da criança que come, da criança que se desperta para atividades inteligentes, da criança que inicia na creche o aprendizado orgânico e construtivo [...]” (REQUIÃO, 1986, s/p).

No discurso proferido pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, o mesmo falou sobre o objetivo do Encontro que era:

Discutir com as populações de bairros, com as mães e pais das comissões de creche a forma de melhorar cada vez mais os trabalhos nas creches, há ainda o objetivo de divulgar o que se faz nas creches, relatar o trabalho sócio-psico-pedagógico feito com estas crianças”. (TEIXEIRA, 1986, s/p.).

O secretário ainda reforçou a ideia de que a creche era da criança, era sim o “direito de todas as crianças”. (TEIXEIRA, 1986, s/p). Analisando os discursos do prefeito e do secretário é possível reafirmar a função social da creche neste período que era a de educar as crianças e também de fornecer uma alimentação adequada, já que, de fato, a criança ficava 11 horas na Unidade e sua condição nutricional era sim responsabilidade do poder público. Para além disso, há uma preocupação das autoridades em defender o cunho educativo da creche mostrando aos participantes o trabalho desenvolvido nas creches, solicitando inclusive a opinião dos participantes para que esse atendimento fosse aprimorado.

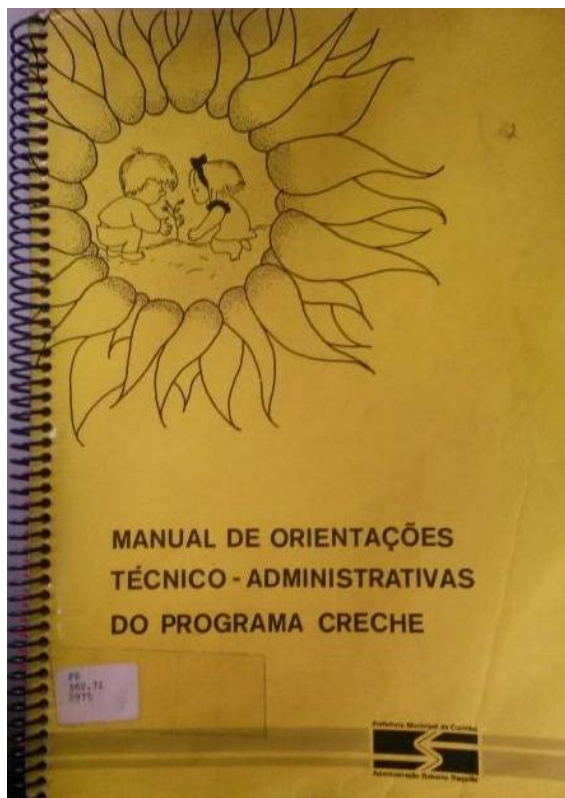
O discurso da diretora do Departamento de Atendimento Infantil Schirle Margaret dos Reis teve o seguinte título “Realidade Social da Infância Brasileira”. Em sua participação fez uma explanação geral da problemática da infância no Brasil e também sobre as manifestações para o atendimento à criança e o processo constituinte para garantir na lei o atendimento a ela, e reforçou o compromisso da gestão para a construção de novas creches.

O evento repercutiu na imprensa local, recebendo destaque nos jornais Gazeta do Povo, Diário Popular, O Estado do Paraná e na Tribuna do Paraná. Os jornais noticiaram o evento e seus objetivos.

Por ocasião deste 1º Encontro de Creches foi entregue o documento normatizador, como já mencionado. Este recebeu o nome: “Manual de Orientações Técnico-Administrativas do Programa Creche⁴²”. A seguir uma imagem da capa do mesmo:

⁴² Este documento traz os nomes das profissionais que o elaboraram, sendo elas: Carmem Lúcia Sbalqueiro Lopes, Célia Braga Figueiredo Fayzano, Ida Regina Moro Milléo, *Ingrid Jane Giraldi de Souza* Jeanny Rose Mancini de Oliveira, Lory Lamberty Imfeld, Luci Madalena Daros, Lúcia Lima Ramalho Casagrande, Márcia Mazzaroto, Maria Bernadete Mader Ribas, Maria das Dores Tucunduva Santos, Maria Lúcia Tucunduva Menoncin, Rose Meri Trojan e *Sandra Maria Seixas*. Todas essas profissionais eram funcionárias concursadas, de carreira na Prefeitura Municipal de Curitiba. Neste período o Departamento de Atendimento à Criança e ao Adolescente tinha como diretora *Schirle Margaret dos Reis* (que não era concursada), e, era subordinado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, que tinha à frente o secretário Wilson Teixeira. (Os nomes destacados participam desta pesquisa por meio de entrevista).

FIGURA 12: CAPA DO MANUAL DE ORIENTAÇÕES TÉCNICO-ADMINISTRATIVAS DO PROGRAMA CRECHE



FONTE: Acervo Biblioteca IPPUC⁴³.

Vale ressaltar que a imagem da capa deste Manual é a mesma imagem da capa que abriga os documentos referentes ao *1º Encontro de Creches da PMC*, neste caso, diferente daquele, a capa já apresenta cor e uma impressão mais profissional, não tão artesanal como a anterior. A imagem escolhida como ilustração mostra duas crianças: um menino e uma menina cuidando, amparando uma planta, que pode ser considerada uma metáfora para o trabalho realizado nas creches, em que a planta seria as crianças atendidas e o menino e a menina representariam os profissionais envolvidos nos cuidados com as crianças e até mesmo a própria gestão municipal que cuida de suas crianças, uma possível menção a ideia de Froebel (2001) sobre os jardins de infância, como já explorado na abertura do capítulo. Alguns entrevistados

⁴³ Localizei outros exemplares na Biblioteca Pública do Paraná e no Arquivo Geral da Secretaria Municipal de Educação.

lembram-se deste manual e se referem a ele como o “*Manual com a capa de girassol*”. Esta comparação com a flor girassol, de fato é verdadeira, pois as crianças cuidando das plantas estão cercadas por algo que faz lembrar uma flor de girassol.

Este Manual apresentou uma normatização parecida com a do documento de 1984, no entanto ele foi enriquecido com outras informações. Materialmente, este documento conta com 69 páginas datilografadas e 15 ilustrações aparentemente feitas à mão. As ilustrações são complementares ao texto: parecem modelos de como o trabalho deveria ser realizado. Há ainda 6 páginas destinadas a anexos correspondentes a fichas que deveriam ser usadas no cotidiano da creche. A grande diferença trazida por este Manual foi a considerável presença de orientações didático-metodológicas com relação ao trabalho realizado nas creches. Pode-se afirmar que ele é uma versão ampliada do documento de 1984.

No Relatório Anual de 1984, produzido pelo Departamento de Desenvolvimento Social (DDS), há a menção dos estudos que teriam sido realizados para elaboração deste Manual. Esta atividade foi assim relatada:

Encontro para definição de documento de Normatização de Creches, em março de 1985: Contando com a participação de 120 funcionários, entre psicólogas, pedagogas, Assistentes Sociais, Administradoras, Representantes dos funcionários de creche, Coordenadores Regionais, Enfermeiros, Médicos, Dentistas, Auxiliar de Saúde e Representantes das Diretorias do Departamento, onde definiu-se um Documento com Normas Técnicas para o trabalho de creche, unificando 5 *objetivos* de atendimento à criança e estabelecimento de parâmetros para uma linha de atuação comum. (PMC/DDS, 1984, p. 421, grifos meus).

Diante do número de pessoas envolvidas, assim como a multiplicidade de profissionais de diferentes áreas, o Manual pode ser caracterizado como multidisciplinar e também como reflexo de discussões com pessoas de fato envolvidas com o atendimento às crianças em creches. Mais uma vez corroborando com a lógica de que a normatização é reflexo da prática social e do grupo social envolvido com aquela situação.

A escrita do Manual foi organizada em nove subitens: Histórico; Filosofia de Ação; Princípios Metodológicos; Objetivo Geral; Descrição do Programa Creche; Planejamento; Supervisão; Avaliação e Anexos. E os cinco objetivos do atendimento à criança, descritos no Relatório Anual de 1985, eram na verdade as próprias normas para cada segmento envolvido com o cotidiano da creche. Estes segmentos foram nomeados em blocos assim relacionados: 1) com relação à criança; 2) com relação aos funcionários; 3) com relação à comunidade; 4) com relação à escola; 5) com relação ao equipamento creche (rotinas da creche).

Já no início do documento a equipe que o elaborou anuncia a nova forma de atendimento proposta pela então recém-criada Secretaria de Desenvolvimento Social. Assim eles a definiram:

[...] preocupada com a qualidade do atendimento à criança, a secretaria vem implementando sua política de atendimento infantil, através do aperfeiçoamento do quadro de funcionários, da ampliação da rede de creches e da participação comunitária na implantação de novas creches, tendo como enfoque principal *a criança como cidadão*. (PMC/SMDs, 1986, p. 4).

Essa ideia da criança como cidadão foi uma mudança no repertório da documentação produzida sobre a Educação Infantil em creches de Curitiba. Esta noção pode ser inclusive considerada de vanguarda, pois apenas em 1990 com o Estatuto da Criança e do Adolescente é que a criança teve esse *status* perante a lei. Essa discussão da criança como cidadão era realizada mundialmente:

Fundada nos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e neste instrumento dos Direitos da Criança (1959) a Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos promoveu em 1989 a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança. (MARCILIO, 1998, p. 49).

Essas discussões ecoavam no plano nacional, e o Brasil, com a Constituição de 1988, demarcava sua opção pela criança cidadã, com destaque para o artigo 277:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à Criança e ao Adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-la a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988).

Nesse sentido, o Manual produzido em 1986 confirmou um debate mundial acerca dos direitos da criança. Essa discussão foi reiterada em entrevista pela então diretora do Departamento de Atendimento à Criança e Adolescente Schirle Margaret dos Reis. Sobre isso, ela falou: “Algumas técnicas nesta época já trabalhavam com um entendimento que já me chamava atenção: que a mulher era detentora de poder, mas a criança, fruto dessa mulher, ela era detentora de direitos e eu já falava nesta época direitos da criança” (REIS, 2014, p.1 – informação verbal). O entendimento da creche como direito da criança foi mencionado em entrevista do secretário Wilson Teixeira ao jornal *Gazeta do Povo* (28/06/1987), na qual ele reiterava que a creche não era apenas direito da mãe trabalhadora, mas também, e, principalmente da criança.

A proposta contida nessa normativa já trazia nas primeiras linhas: “Atualmente as creches são entendidas não só como um direito da mulher trabalhadora, mas também como direito da criança, enquanto cidadão” (PMC/SMDs, 1986, p. 5). A noção da creche como direito da criança era um discurso que circulava entre os envolvidos no processo da Constituinte Brasileira de 1988. Sobre isso, Fúlvia Rosemberg tratou o tema no *Congresso Menor e Constituinte* em 1985, com o seguinte discurso:

É neste sentido, que setores da sociedade civil e da classe política no Brasil vêm reivindicando o direito à creche, considerando-a como uma instituição que seja capaz de guardar, proteger e também educar a criança pequena. É com este sentido, também, que tem sido proposta a palavra de ordem: a creche é um direito da criança, um dever do Estado da sociedade, uma extensão do direito universal à educação. (ROSEMBERG, 1985, p. 3).

O fato deste entendimento da criança como cidadão de direitos circular e ser apropriado pelos técnicos responsáveis pelas creches em Curitiba fazia com que o alcance desta concepção fosse muito maior, afinal o Manual chegou a todas as unidades. A diretora do Departamento daquele período, em entrevista relatou acerca da circulação do mesmo nas creches:

A gente tinha que ter um desse em cada creche. Para que ninguém tivesse dúvida do que poderia ser adotado, porque não era simples. Porque no começo quando eu cheguei eu percebia que cada administrador de creche

era assim muito do jeito da pessoa, conviver com a população era como ela queria, no horário às vezes que ela determinava. Em cada lugar era de um jeito diferente. (REIS, 2014, p.1 – Informação verbal).

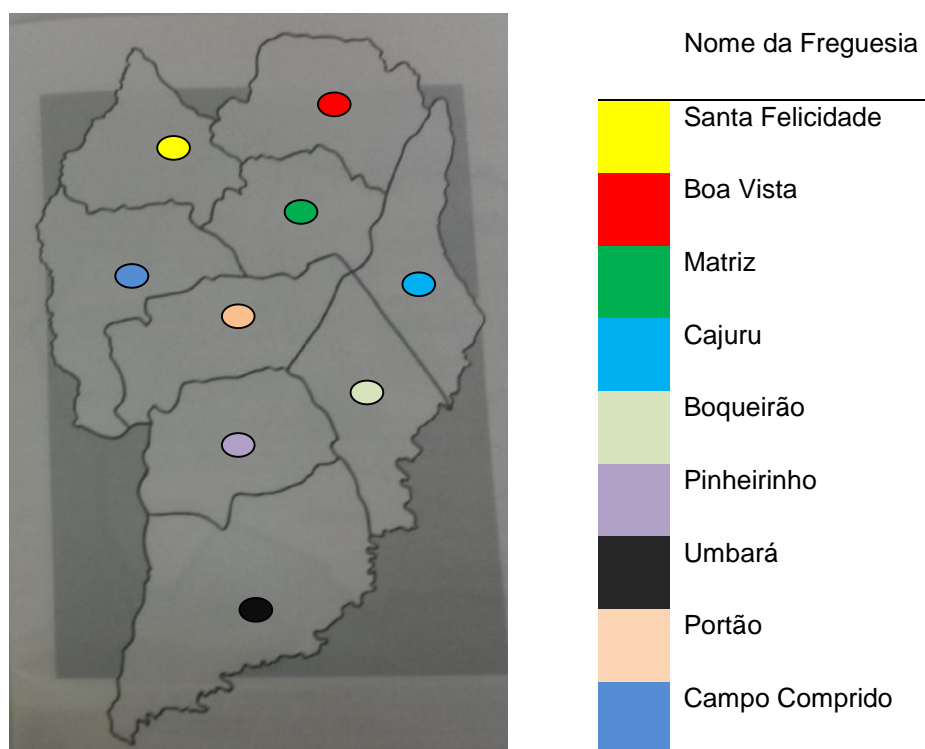
Possivelmente, em função desta diversidade de ações nas creches houve a necessidade da padronização do atendimento nas mesmas por meio de um documento oficial e amplamente divulgado que indicasse aquilo que a Prefeitura orientava para o trabalho ali desenvolvido. O texto do documento deixava claro o que se esperava dos funcionários da creche em relação ao uso do Manual recém-entregue às creches: os funcionários deveriam “ler, discutir, refletir, incorporar e cumprir este documento”. (SMDS, 1986, p. 16).

Este Manual teve circulação nas creches entre 1986 e 1991, transitando entre uma gestão municipal e outra (gestões de Roberto Requião e Jaime Lerner). Nesse sentido, pode-se afirmar que seu uso perdurou e que ele se fez presente no cotidiano das creches, já que é lembrado com saudosismo por muitos atores sociais que estiveram presentes na efetivação do atendimento às crianças de 0 a 6 anos em creches curitibanas. Assim como, foram localizados no arquivo de algumas creches cópias desse Manual.

Outra ação da gestão de Roberto Requião que atravessou as gestões e permanece até os dias atuais na organização da cidade, foi a criação das chamadas *Freguesias*. A proposta era organizar a cidade numa espécie de subprefeituras, com o intuito de descentralizar os serviços do poder público municipal. Em 1986 foi publicada uma cartilha intitulada “Plano de Ação das Administrações Regionais” para divulgar para a população a nova organização. A cidade foi subdivida em 9 regionais, sendo elas: Freguesia da Matriz, do Boqueirão, do Cajuru, da Boa Vista, de Santa Felicidade, do Campo Comprido, do Portão, do Pinheirinho, do Umbará. Os nomes escolhidos para as freguesias remetiam a bairros de referência na cidade, em volta deles organizavam-se os bairros menores, assim a freguesia atenderia aos bairros menores ao seu redor. O prefeito Roberto Requião em entrevista ao jornal *Diário Popular* declarava: “As freguesias são o braço do prefeito estendido às diversas áreas da cidade”. (27 e 28/04/1986).

A cidade então ficou subdividida como mostra o mapa a seguir:

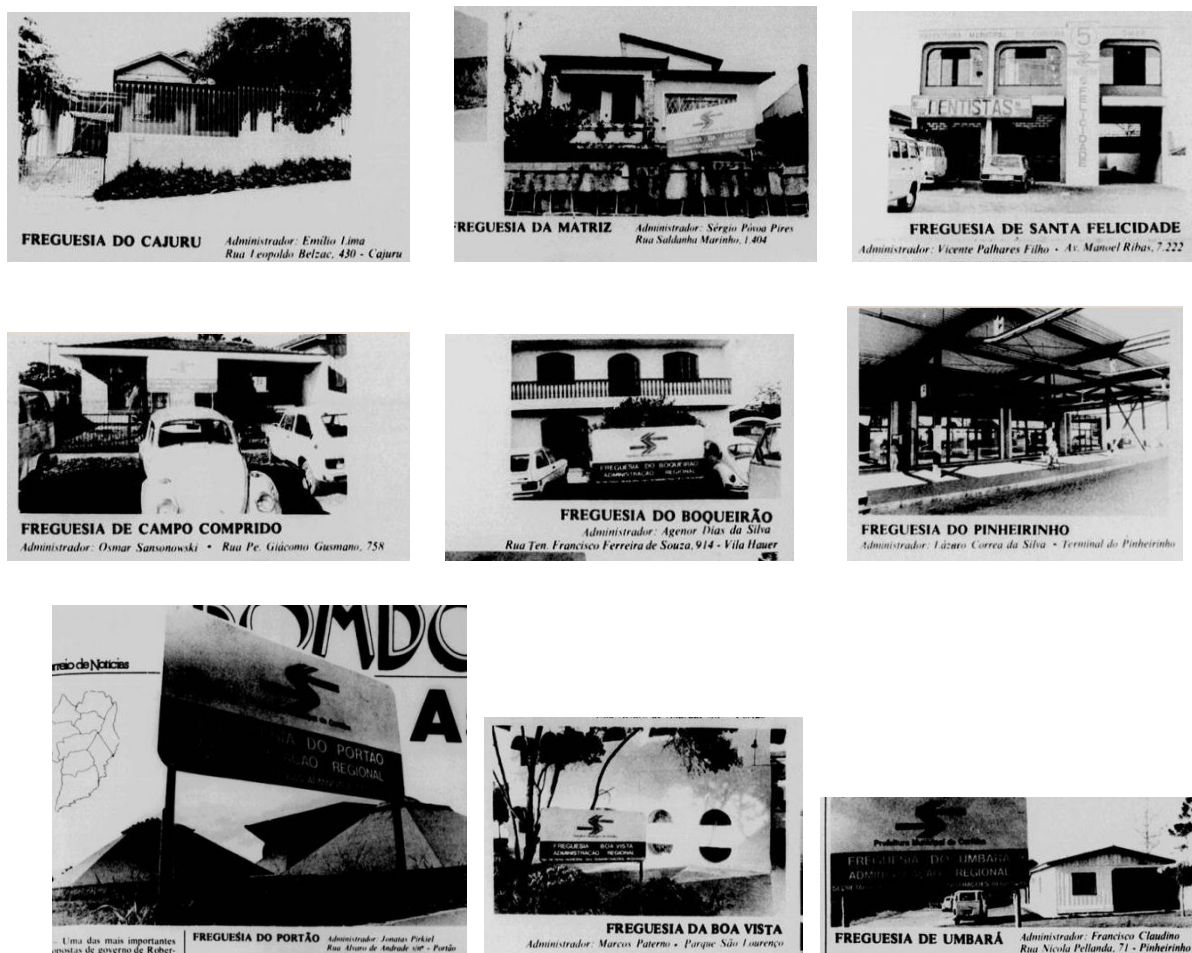
FIGURA 13: MAPA FREGUESIAS 1986



FONTE: PMC/SMDS, Caderno de Comunicação Social, 1986.

O jornal *Correio de Notícias* de 29/06/1986 apresentava à população esse novo modelo de gestão e explicava o seu funcionamento, assim como as fotografias e endereços dos espaços da cidade que foram destinados a abrigar essas subprefeituras.

FIGURA 14: FACHADAS DA LOCALIZAÇÃO DAS FREGUESIAS



FONTE: Jornal Correio de Notícias 29/06/1986, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=325538_01&pesq=Erony%20Santos&pasta=ano%20198>. Acesso em 05/12/2016.

Como já mencionado, este modelo de administração da cidade organizado em subprefeituras⁴⁴ foi mantido pelas gestões seguintes e permanece até os dias atuais, com algumas alterações em relação aos nomes e também aos bairros. Essa forma de organização facilitava o trabalho das técnicas que visitavam e orientavam os trabalhos nas creches, pois assim um grupo descentralizado ficaria focado naquela freguesia. Os estudos do Manual foram realizados a partir das necessidades de cada creche.

⁴⁴ No link a seguir o mapa atual das regionais. Atualmente estas regionais são chamadas de Ruas da Cidadania. Curitiba conta com dez regionais atualmente: Boqueirão, Bairro Novo, Portão, CIC, Pinheirinho, Santa Felicidade, Tatuquara, Cajuru, Boa Vista, Matriz Disponível em: <http://www.curitiba.pr.gov.br/fotos/album-novo-mapa-regionais/23644>>. Acesso em 17/01/2016.

O Manual organizou as rotinas de atendimento nas creches com relação à estrutura e ao funcionamento das mesmas. Uma destas questões era o critério de ingresso das crianças nas Unidades. Para que a criança pudesse frequentá-la, era necessário que sua família cumprisse alguns critérios estabelecidos pela Prefeitura ao longo do período estudado. A necessidade da seleção ocorria em função de que o número de vagas ofertadas era inferior ao número de famílias que gostariam de ter seu/sua filho/filha na creche. Como já indicado anteriormente, o jornal *Tribuna do Paraná* (21/11/1983) publicou a seguinte manchete: “Curitiba precisa de 470 creches e tem 26”. Esta problemática era tratada por autores do período que se dedicavam ao estudo das creches, como apresento a seguir:

Com a participação da mulher em atividades fora do lar, a procura de vagas na creche teve um aumento considerável, tornando assim o número de vagas existentes muitas vezes insuficiente para atender a demanda. Por isso [no momento da inscrição] há a necessidade de advertir sobre uma possível espera até que haja a vaga. (AUGUSTO, 1985, p. 62).

Desta forma, ficava claro àqueles que procuravam o serviço da creche que havia uma seleção, assim como uma provável espera para que a criança começasse a frequentar a Unidade. Em Curitiba, o critério inicial para que a criança fosse matriculada, desde a implantação da rede de creches oficiais, foi a situação financeira da família. (MANTAGUTE, 2008).

A creche surgiu como necessidade das famílias que eram realocadas em Conjuntos Habitacionais por meio do Plano de Desfavelamento Urbano, assim como pela necessidade da mulher, decorrente de sua entrada no mercado de trabalho. Nesse contexto, esta população, que estava morando na periferia da cidade, precisava de equipamentos públicos de todo tipo entre eles a creche, pois de fato, na maioria das vezes, estes locais estavam situados em regiões sem nenhuma infraestrutura.

Em reportagem publicada pelo jornal *Correio de Notícias* de 30/11/1986, que teve como manchete “A conquista do Chão”, ele mostrou a saga das famílias que vinham do interior e que finalmente tinham a regularização de seus terrenos na Vila

Campo Alto. A reportagem trouxe duas fotos emblemáticas, nas quais retratava a situação precária das moradias e a espera das crianças por uma creche.

FIGURA 15: MORADIAS NA VILA CAMPO ALTO



FONTE: Jornal Correio de Notícias, 30/11/1986. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=325538_01&pesq=C%C3%A9sar%20Pelozi&pasta=ano%201986. Acesso em 05/12/2016.

O jornal apresentou a fotografia acima com a legenda: “Muitas famílias carentes já são donas dos terrenos onde construíram suas casas e começam a realizar melhorias”. (Jornal Correio de Notícias, 30/11/1986). Nessa vila recém-estruturada a Prefeitura pretendia alocar uma creche para atender as crianças e famílias. O periódico publicou a foto a seguir para representar essas crianças:

FIGURA 16: CRIANÇAS DA VILA CAMPO ALTO



FONTE: Jornal Correio de Notícias, 30/11/1986. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=325538_01&pesq=C%C3%A9sar%20Pelozi&pasta=ano%201986. Acesso em 05/12/2016.

A precariedade do local no qual as crianças estavam sentadas, sobre uma ponte acima do esgoto a céu aberto, local, certamente, de brincadeiras infantis e o olhar do adulto que observa o cenário com as oito crianças de diferentes idades, posando para a fotografia do jornal. A legenda da foto anunciava: “Brevemente, as mães da Vila Campo Alto terão onde deixar seus filhos quando forem trabalhar, pois a prefeitura vai iniciar a construção de uma creche”. (Jornal Correio de Notícias, 30/11/1986, p. 1).

Os serviços públicos instalados nestes bairros, não conseguiam atender a demanda existente, por isso um dos critérios para que a criança fosse recebida nas creches públicas de Curitiba era o nível socioeconômico das famílias, o que ficou explícito no documento *Proposta de Expansão do Programa de Atendimento Infantil para Curitiba (1980)*: “O programa de Atendimento Infantil do Departamento de Desenvolvimento Social da administração municipal destina-se a atender prioritariamente as crianças e adolescentes cujas famílias apresentem renda familiar inferior a 3 salários mínimos” (IPPUC, 1980, p. 10).

Esta prioridade de atendimento para as famílias consideradas mais carentes estava prevista também nos documentos oficiais elaborados pelo MEC já na década de 1970. Sobre isso era assinalado:

Considerando que as crianças de baixo nível sócio econômico são as que têm o ambiente mais fraco em estímulos, carente de meios ao seu desenvolvimento e que, portanto, essas crianças crescerão em situação desprivilegiada, e marginalizada, o poder público tem o dever de se voltar prioritariamente a elas. (BRASIL/MEC, 1977, p. 19).

Novamente, nesta orientação do MEC a explícita função educativa da creche calcada na ideia de compensação de carências e também a situação da pobreza sendo generalizada, está presente. Como destaca Kuhlmann Junior (1991, p. 24): “As instituições pré-escolares assistencialistas tinham uma perspectiva educacional coerente com as proposições de assistência científica, claramente dirigida para a submissão não só das famílias, mas também das crianças das classes populares”.

Tal informação também pôde ser verificada no jornal *Folha de Curitiba*: “As normas básicas para admissão do candidato dizem respeito à renda familiar, que não deve ultrapassar 3 salários mínimos” (JORNAL FOLHA DE CURITIBA, 20/06/1984). Com esses critérios, o poder público municipal definiu claramente a população alvo do programa de creches em Curitiba: famílias que possuíam baixa renda. Em documento publicado em 1981, ficava assim definido o público-alvo das creches: “O atendimento infantil deve estar voltado para a infância carente, aquela que por razões várias deixa de contar com as possibilidades de suprir suas necessidades básicas em nível de normalidade (alimentação, saúde, educação e afeto)”. (IPPUC, 1981, p. 7). Interessante observar que as carências mencionadas pela Prefeitura incluíam até mesmo a falta do afeto. Essa suposição de que por serem pobres e carentes economicamente lhes faltaria inclusive o afeto, era uma forma de subjugar a atitude da família em relação à criança e dar à creche uma função social difícil de cumprir. Essas funções diferenciadas, observadas nas propostas, revelam disputas entre concepções de Educação Infantil circulantes na época.

De acordo com Patto (1988, p. 75), ao longo do tempo, os professores também reafirmam a relação entre a pobreza e o fracasso escolar. “A crença de que os

integrantes das classes populares são lesados do ponto de vista das habilidades perceptivas, motoras, cognitivas e intelectuais está disseminada no pensamento educacional brasileiro [...].”

Esta “preferência” pelo atendimento às crianças e famílias nomeadas de carentes era parte de um projeto que vislumbrava a ideia de compensação de carências. Autores como: Kramer (1982), Patto (1984) e Rosemberg (1992) explicam essa tendência mostrando que essa ideia de compensar carências pautava-se na proposta de que a instituição educativa deveria compensar as deficiências culturais das crianças menos favorecidas a fim de evitar um possível fracasso escolar. Esta compensação deveria ocorrer por meio do acesso à pré-escola.

A educação compensatória preventiva tem por objetivo impedir que o ambiente em que a criança se desenvolve produza as consequências negativas que costuma produzir. Neste sentido, a educação pré-primária seria utilizada como um “antídoto” às influências nefastas dos ambientes pobres de estimulação cognitiva. (PATTO, 1973, p. 61).

Este sentido de atendimento é uma das permanências nos critérios de admissão das crianças nas creches. Nas normatizações de 1984, os critérios com vistas a esta compensação foram mais detalhados para que se efetivasse a admissão das crianças. Eram eles:

1. Crianças que não possuam doenças graves, que necessitem cuidados especiais não tendo a creche estrutura para atendê-la. E com carteira de vacinação em dia.
 2. Que pertençam a comunidade onde a creche se localiza prioritariamente. Em casos especiais, 80% das vagas para a comunidade e 20% em aberto.
 3. Com renda familiar até 3 salários mínimos.
 4. Que haja prioridade para famílias com menores per captas.
 5. Filhos de pais:
 - 1º quando o pai e a mãe estão trabalhando
 - 2º quando o pai está desempregando (provisoriamente) e a mãe empregada
 - 3º quando ambos estão desempregados, dá-se um prazo de 30 dias para arrumar emprego (matrícula provisória).
 6. Filhos de pais ou mães solteiros, abandonados ou viúvos.
 7. Filhos de pais com deficiência física, mental ou viciados
 8. Cuja família possua filhos até 6 anos prioritariamente
- Obs: com exceção dos critérios 1, 2, 3 e 4, os demais deverão ser discutidos amplamente junto à comunidade como também hierarquizados de acordo com a necessidade da região. (PMC/DDS, 1984, p. 19).

Os itens 3 e 4 vinculam a entrada da criança à questão financeira dos familiares e o item 5 reforça a ideia do direito dos pais trabalhadores. Neste contexto, o

atendimento não está vinculado com o direito da criança, mas sim com o dos pais trabalhadores, o que para o período era bastante usual. Assim o critério da renda familiar figurava na documentação, bem como o critério dos pais estarem trabalhando. Essa é uma confirmação de que, embora a rede de creches estivesse crescendo, ela não era suficiente para a demanda da cidade, tendo assim que se realizar algum tipo de seleção para matricular as crianças. O critério que diz respeito à criança saudável, com vacinação em dia, já era defendido pelo Ministério da Saúde em 1972, que dizia: “Recomenda-se a creche a qualquer criança sadia”. (BRASIL, 1972, p. 35).

Esta situação é relatada no jornal *Correio de Notícias* que entrevistou o presidente da Associação da Vila Formosa, Jairo Graminho que disse: “Como escolher 70 crianças mais necessitadas, enquanto há 900? Acho que isso vai apenas provocar discórdia entre as famílias” (CORREIO DE NOTÍCIAS, 21/05/1980). Daí então a PMC tenha percebido a necessidade de se ter critérios claros e normatizados para a seleção das crianças.

A partir da normatização publicada em 1986, o processo de admissão da criança na creche passou a ter duas fases: uma de inscrição e outra da admissão. Augusto (1985) indicava estas fases para admissão das crianças: a inscrição, a seleção, a entrevista, a matrícula e a admissão. As fontes indicam o modelo curitibano de admissão das crianças, a partir de 1986, como sendo igual àquele proposto pelo autor. As entrevistas para averiguação da real necessidade da família em relação à creche já foram alvo de discussão feita por Mantagute:

Esta família atendida pela PMC aparece nas fontes consultadas como sujeito de inquirição frente às propostas oferecidas pelo poder público municipal, ou seja, a família pobre precisa apresentar um esforço e um movimento no qual apresente-se num processo de mudança de comportamento de acordo com a normatização do poder público. Assim, havia entrevistas para comprovar a real necessidade da família para o atendimento em creches, tanto quanto o acompanhamento para que estas não se desviassem dos preceitos colocados pela PMC. Neste sentido, pode-se inferir que a família a qual a creche estava destinada, precisava, por meio das entrevistas comprovar a sua real necessidade para que os seus filhos tivessem acesso a uma vaga nesta instituição pública. (MANTAGUTE, 2008, p.66).

Na fase da inscrição, a família deveria ir até a creche e junto com a administradora, preencher uma ficha e apresentar a Certidão de Nascimento da

criança e um comprovante de residência. Essa ficha tinha a finalidade de formalizar a intenção da família de matricular seus filhos na creche.

FIGURA 17: FICHA DE SOLICITAÇÃO DE VAGA - 1986

[illegible]

FONTE: PMC/SMDS, 1986, s/p.

Na ficha fica expressa a preocupação com a renda da família, com a situação profissional dos pais e também com os membros da família. Após a ida da família até a creche e o preenchimento da ficha da solicitação de vaga, a equipe da unidade fazia o levantamento daqueles que poderiam ser matriculados a partir dos critérios do *Manual de 1986*, que basicamente mantinha os mesmos critérios de 1984, com pequenas alterações:

1. Crianças que não possuam doenças graves, que necessitem cuidados especiais não tendo a creche estrutura para atendê-las;
2. Com carteira de vacinação em dia;
3. Que pertençam a comunidade onde a creche se localiza (área de abrangência da creche);
4. No caso de NÃO preenchimento da lotação total da creche, poderá se estender a crianças de outras comunidades.
5. Com renda per capta de no máximo 2 (dois) salários mínimos. Priorizar famílias que possuam menores per capta. (PMC/SMDS, 1986, p. 35).

O critério 5 para admissão das crianças trazendo a per capita de 2 salários mínimos possivelmente trouxe para a creche famílias com uma renda maior, pois dependendo do número de moradores na casa que trabalhassem, esta renda seria maior. No entanto, no mesmo critério, já se reitera que as famílias com menores rendas per capita deveriam ser priorizadas. O uso dos critérios para admissão era necessário devido à diferença entre a demanda manifesta e as vagas ofertadas. A escolha desses critérios em Curitiba coadunava com os critérios apresentados pela FUNABEM, no Paraná, como descrito abaixo:

Os critérios utilizados em creche remontam a meados dos anos 70, quando o Instituto de Assistência ao Menor-órgão estadual responsável, na época, pelo garante das políticas definidas pela então FUNABEM-, os definiu, influenciado pela concepção dominante de que os problemas com as crianças e adolescentes - os chamados menores - decorriam basicamente "da indigência ou desorganização do meio doméstico" o qual deveria ser econômico e socialmente fortalecido (Revista Brasil Jovem, 1972: 6). Estes critérios permaneceram os mesmos até os dias de hoje, com apenas algumas pequenas e insignificantes reformulações. Em documento de 1980 daquele Instituto, eram os critérios assim definidos: • per-capita familiar até 15% do salário mínimo vigente; • crianças carentes sócio-economicamente; • crianças em idade pré-escolar, cujos pais trabalham; • crianças cujos pais sejam portadores de vícios ou incapacitados físico ou mental; • crianças cujos pais estejam desempregados, ou exercendo subempregos; • crianças encaminhadas pelo Juizado de Menores ou pelo CEDIT; • prioridade a crianças da mesma família; • visita domiciliar. (SOCZEK, 2006, p. 63 e 64).

As normatizações também alcançaram o plano da escolha dos materiais enviados para as Unidades, assim, houve a padronização dos mesmos. Em 1986, a recém-criada Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social publicou o documento *Padronização do material para as creches oficiais*. Havia três tipos de materiais nesse documento: a) materiais didáticos; b) vestuário para berçário; c) material de higiene e limpeza. A lista de materiais didáticos consistia em: "lápiz preto, lápis de cor, lápis estaca, borracha, pinceis, papel crepom, papel lustro, tinta xadrez, tesoura, cartolina, papel pardo, giz colorido, argila, cola, durex, barbante, lixa e prego" (PMC/SMDS, 1986, p.5). O inusitado nesta lista é o prego e a lixa, que destoam dos outros materiais apresentados que são facilmente encontrados em papelarias. O que se faria com prego e lixa nas creches? Era para uso das crianças?

Assim, pesquisar e localizar a materialidade do contexto da instituição educativa, neste caso a creche, permitiu conhecer as práticas exercidas, como nos indica Escolano:

La cultura material de la escuela es una especie de registro objetivo de la cultura empírica de las instituciones educativas, distinta de la académica y de la política. Élla puede ser valorada como es el exponente visible, y tras su lectura el efecto interpretado, de los signos y de los significados que exhiben los llamados objetos-huella, así como también las representaciones que los replican o acompañan, fuentes intuibles y manejables en las que ha quedado materializada la tradición pedagógica. La cultura material es valorada pues por la nueva historiografía educativa como una fuente esencial para el conocimiento del pasado de la escuela en sus dimensiones práctica y discursiva, toda vez que este legado material otorga identidad a una cultura inventada (en parte también reinventada a partir de la tradición) por los actores que dieron vida y forma a los nuevos espacios y modos de sociabilidad de los que las revoluciones liberales comenzaron a implantar en el siglo XIX. En estas materialidades están impresas las prácticas de la cultura empírica y el habitus del oficio de enseñante, y también están implícitos los discursos y planteamientos teóricos que gobernaron su diseño y sus usos. (ESCOLANO, 2010, p. 17-18).

Concordando com Escolano, a análise da materialidade da creche mostra aquilo que os sujeitos que constituíram essa instituição fizeram; que usos e apropriações da cultura acadêmica e política fizeram e ainda suas invenções e reinvenções que denotam uma cultura escolar.

Em 1988, por meio do Decreto 8, o prefeito Roberto Requião alterou a organização da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, renomeando os departamentos que ficaram com a seguinte nomenclatura: Departamento de Alternativas Habitacionais e Promoção Social; Departamento de Ação Comunitária e Departamento da Criança.

A nova organização não apresentou novos departamentos, mas modificou os nomes deles. Assim, o organograma apresentado anteriormente não teve alteração em sua estrutura, apenas na nomenclatura, como é possível verificar na figura a seguir:

FIGURA 18: ORGANOGRAMA DA SMDS



FONTE: PMC, 1988.

Ao dar-se este nome, Departamento da Criança, criou-se um espaço exclusivo dentro da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social para o atendimento realizado nas creches. O decreto organizou este departamento em subáreas, quais sejam:

Diretor; Assistência; Assistente Divisão de Creches; Serviço de Coordenação de Creches Oficiais; Serviço de Apoio à Estrutura de Creches; Serviço de Projetos Especiais; Divisão de Orientação Sociopsicopedagógica; Serviço de Treinamento e Reciclagem; Serviço de Supervisão; Serviço de Documentação Didática e Divulgação. (PMC, 1988, s/p).

Essa organização compartimentalizada pode indicar uma maior especialização ou mesmo preocupação e interesse pela organização da rede de creches, do lugar que ela ocupava na administração pública, assim como mostra de que forma a creche estava sendo pensada e gerida no período desta gestão. Estes cargos foram ocupados pela equipe técnica da Secretaria, na figura de pedagogos, psicólogos, assistentes sociais e professores.

Além de especificar as frentes de atuação do Departamento da Criança, o decreto estabeleceu atribuições a ele, que eram:

- a) Definir a política municipal de atendimento às creches da rede Municipal de Curitiba, em consonância com as diretrizes estabelecidas a nível nacional;
- b) Coordenar o processo de planejamento, execução, acompanhamento e avaliação do programa creche;
- c) Promover a integração dos programas de atendimento infantil com outros afins desenvolvidos no Município;
- d) Promover a articulação com Entidades e Movimentos Organizados a fim de garantir espaço de discussão e decisão conjunta sobre a problemática da infância;
- e) Articular-se com organismos públicos e privados de nível municipal, estadual, federal e internacional buscando colaboração mútua;
- f) Identificar necessidade de extinção, ampliação ou implantação de programas em conjunto com as equipes de área da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e população organizada;
- g) Elaborar proposta orçamentária do Departamento;
- h) *Elaborar diretrizes técnicas pertinentes ao Departamento;*
- i) *Definir métodos de trabalho para o corpo de funcionários do Departamento;*
- j) *Promover e orientar reuniões periódicas de estudo e serviço com todos os setores do Departamento.*
- k) *Propor a contratação de pessoal em função das necessidades de trabalho;*
- l) Participar de programas interinstitucionais que tenham ações correlatas junto à população;
- m) Avaliar e documentar semestral e anualmente o trabalho desenvolvido pelo Departamento, considerando os objetivos e metas fixados e incluindo a proposição de novas metas;
- n) Repasse aos segmentos organizados da população das informações orçamentárias e da política geral da administração, para estabelecimento de alternativas e prioridades de ação;
- o) Coordenar e disciplinar as atividades das Divisões e Serviços, de modo a obter o máximo de eficiência e rendimento. (PMC, 1988, s/p, grifos meus).

Com este rol de atribuições dadas ao Departamento fica evidente que havia uma intenção de padronização e controle do atendimento realizado nas creches, assim como se vislumbrava a necessidade de efetivar um intercâmbio com entidades do poder estadual e nacional, e, com entidades não governamentais.

As tarefas do Departamento, vinculadas à formação e contratação dos profissionais, também podem indicar certa autonomia na elaboração das propostas, como também indicar uma preocupação com uma padronização nas ações do departamento e, por consequência, no atendimento ofertado nas creches.

A normatização produzida neste período se tornou referência para o atendimento realizado nas creches em todos os âmbitos: de alimentação, de higiene, de pessoal, de público alvo e de atuação junto às crianças e às famílias. Essa questão será tratada na sequência.

1.3 Creches: alimentação, saúde, higiene e educação

“As creches atendem as crianças e além de dar alimentação e cuidar da saúde da criança, promovem brincadeira e atividades artísticas, dando início a um desenvolvimento psicossocial e físico normal⁴⁵”.
(Jornal Correio de Notícias, 12/10/1986, p. 1).

O excerto do jornal apresentado acima trazia incutida a concepção de criança e a função social para a qual a creche estava pensada. A ideia de desenvolvimento psicossocial e físico normais traz em si o julgamento daquilo que a família também não conseguiria dar à ela. Para atender a essas necessidades, a produção de documentação e normatização para o atendimento das crianças de 0 a 6 anos foi ferramenta importante para a organização do cotidiano das creches.

Durante o período que vai de 1977 a 1986, houve a produção de dois Manuais e neles havia algumas orientações para as profissionais que atuavam diretamente com as crianças. Nesses Manuais, como já dito, havia uma preocupação em atender a função social pretendida para as creches naquele período que era a educação das crianças e das famílias. Dessa maneira, é possível afirmar que desde 1977 havia proposições para o trabalho realizado com as crianças nas creches.

Em 1981, o Jornal *Tribuna do Paraná* explicava, resumidamente, aos seus leitores qual seria a organização pedagógica das creches naquele período: “[...] até os cinco anos o menor recebe uma educação especial, através de jogos e recreação apropriada. Dos cinco aos sete anos é iniciada a alfabetização preparando para o ingresso na escola”. (Tribuna do Paraná, 10/06/1981).

De certa forma, a imprensa também fomentava a ideia da creche como preparatória para o ensino fundamental e também deixava claro que a recreação que

⁴⁵ Excerto de reportagem publicada no jornal *Correio de Notícias*, que tinha a seguinte manchete: “Tudo pela Criança” e divulgava o trabalho realizado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social com relação às creches. Reportagem disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=325538_01&pesq=Erony%20Santos&pasta=ano%20198>. Acesso em 05/12/2016.

ocorria na creche era apropriada. Nesse sentido, a função educativa da creche passava por uma organização de atividades a serem realizadas com as crianças.

Essa preocupação da PMC, de marcar que nas creches havia um trabalho pedagógico pode ser observada nos relatórios⁴⁶ produzidos pelos prefeitos e de cada uma das instâncias administrativas que compunham a ação do poder público municipal, que ao final de cada ano apresentavam relatórios de gestão anual. Na avaliação publicada ao final do ano de 1982 pelo DDS (Departamento de Desenvolvimento Social), há a indicação de que havia sido feita a “adoção do método Freinet⁴⁷ nas Unidades do Setor do Atendimento Infantil” (PMC/DDS, 1982, p. 103). Esta adoção de método, segundo a Avaliação do Departamento permitiu estabelecer uma metodologia “compatível com a proposição da cultura popular vivenciada nas áreas onde se desenvolve o trabalho” (1982, p. 103).

Já no *Relatório Anual de 1984* há o relato de que em março daquele ano, o Serviço de Atendimento Infantil – SAI, vinculado ao DDS, discutiu, planejou e

⁴⁶ No Arquivo Público Municipal há relatórios anuais da gestão municipal curitibana. Nestes relatórios cada um dos departamentos administrativos da Prefeitura apresentava as atividades realizadas durante aquele ano. Os textos de cada departamento foram encadernados num único volume, receberam capa dura e compõe as ações daquele gestor naquele ano. Consegui localizar relatórios de gestão dos anos de 1979, 1982, 1983, 1984, 1985, 1986, 1987, 1988, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002 e 2003. Os relatórios das décadas de 1990 e 2000 estão disponíveis também na Biblioteca do IPPUC. Estes relatórios constituem-se em fontes riquíssimas para a compreensão entre a proposição e a efetivação das propostas de governo municipais. Como eles são organizados por secretarias, apresentam também uma lógica diferenciada de elaboração.

⁴⁷ Célestin Baptistin Freinet nasceu no dia 15 de outubro de 1896, no sudoeste da França, no pequeno vilarejo de Gars, região de Provença. Completou seus estudos iniciais aos treze anos e, três anos mais tarde, ingressava na escola de Formação de Professores. Sua convocação para a 1ª Guerra Mundial, em 1914, modifica seus planos, não permitindo que chegue a concluir seu curso. Como consequência, a guerra trouxe graves problemas de saúde a Freinet. A absorção de gases tóxicos afetou seus pulmões, enfraquecendo-o fisicamente. Porém, Freinet não desistiu de sua luta pela educação e retomou suas atividades. Freinet começa então a se envolver com várias atividades ligadas à educação, tornando-se, entre os anos de 1923 a 1925, colaborador na revista *Clarté*, do Partido Comunista. Em seus artigos, defendia a obrigatoriedade de escolarização a todas as crianças de 6 a 10 anos. Em 1966, aos 70 anos, falece na cidade de Saint Paul, em sua própria escola, deixando uma pedagogia baseada na essencialidade da vida humana. Segundo Freinet, a sua proposta pedagógica é concebida em três fases que devem interpenetrar-se e completar-se: A experimentação, sempre que isso for possível, que pode ser tanto observação, comparação, controle, quanto prova, pelo material escolar, dos problemas que a mente se formula e das leis que ela supõe ou imagina; a criação, que, partindo do real, dos conhecimentos instintivos ou formais gerados pela experimentação consciente ou inconsciente, se alça, com a ajuda da imaginação, a uma concepção ideal do devir a que ela serve; e, enfim, completando-as, apoiando-as e reforçando-as, a documentação a busca da informação desejada em diferentes fontes que é como uma tomada de consciência da experiência realizada, no tempo e no espaço, por outros homens, outras raças, outras gerações. (FREINET, 1998, p. 354-355, grifos do autor). (DE BARROS *et al.*, 2012).

implantou junto ao grupo de profissionais de psicologia e pedagogia o programa de estimulação essencial de 0 a 6 anos para as crianças atendidas nas creches.(PMC/DDS, 1984).

Na imprensa local, já em março de 1985 se noticiava que as creches municipais desenvolviam “atividades de livre escolha, estimulação e trabalhos de grupo”. (Jornal Correio de Notícias, 13/03/1985). Esta divulgação de uma proposta realizada nas creches pode indicar a intencionalidade da gestão municipal de tornar acessível ao grande público o que ocorria nas creches, para além dos envolvidos com o trabalho realizado nas creches, a sociedade de uma maneira mais ampla poderia conhecer as atividades realizadas nas creches públicas de Curitiba, por meio da divulgação nos jornais da cidade.

O uso de referenciais teóricos como o de Freinet, anteriormente mencionado, foi localizado nas fontes apenas no Relatório de 1982 e em algumas entrevistas realizadas. Entre elas, há o relato de Eloísa Acires Candal Rocha⁴⁸ (2014), que

⁴⁸ Eloísa Acires Candal Rocha fez concurso público para professora do Ensino Primário na Prefeitura Municipal de Curitiba em 1979. Na sequência foi convidada a atuar no Departamento de Desenvolvimento Social. Pediu exoneração em 1990. Concluiu o Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas em 1999. Entre novembro de 2003 e outubro de 2004 realizou estágio pós-doutoral no Instituto de Estudos da Criança - IEC - na Universidade do Minho, Portugal, no qual aprofundou estudos sobre a Sociologia da Infância e estudos da criança. No ano de 2011, entre os meses de agosto e dezembro realizou um estágio pós-doutoral na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro sob supervisão de Sônia Kramer, no qual buscou identificar bases históricas determinantes do processo de construção da profissão de professora de educação infantil, ou seja, localização das marcas da invenção desta profissão nas raízes da história da educação infantil no Brasil, entre o século XIX e XX. Atualmente é professora associada na Universidade Federal de Santa Catarina. Publicou diversos artigos em periódicos especializados e trabalhos em anais de eventos científicos. É também autora de livros e capítulos em livros, além de coeditora da revista eletrônica Zero-a-Seis (<www.periodicos.ufsc.br/index.php/zeroa6>). Tem participado de diversos eventos no Brasil e no exterior. É orientadora de doutorado e de mestrado no Programa de Pós-graduação em Educação da UFSC na linha de Educação e Infância e Formação de Professores, orientando também trabalhos de iniciação científica na área de educação infantil, onde teve um trabalho premiado. Tem desenvolvido vários trabalhos de pesquisa, seja como coordenadora de projetos, seja como colaboradora. Atua como docente na área de educação tanto na formação inicial como continuada. Na pesquisa tem dado ênfase à educação infantil e em sua produção acadêmica interagiu com mais de 50 colaboradores em coautorias de trabalhos científicos. Em seu currículo Lattes os termos mais frequentes na contextualização da produção científica tecnológica e artístico-cultural são: educação infantil, formação de professores e docência em educação infantil, avaliação de processos educativos, currículo e pesquisa em educação infantil. Tem atuado como consultora ad-hoc para Capes e CNPq; foi membro do comitê científico da ANPEd (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação) por dois anos e coordenadora do GT Educação da Criança de 0 a 6 anos na mesma associação. Atuou como avaliadora de cursos de pedagogia e em comissões acadêmicas em nível de Pós-graduação *strito sensu* (doutorado e mestrado) em diversas instituições de ensino do país, em diferentes programas de Pós-graduação. Atuou como coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância - NUPEIN, grupo sediado no Centro de Ciências da Educação da

mencionou a atividade de um grupo de estudos feito entre as técnicas do DDS acerca de alguns livros⁴⁹ de Celestien Freinet. Sobre esse grupo ela relatou:

No sindicato semanalmente, a gente realizava um estudo sobre Freinet, que era pouco conhecido e que atendia essa necessidade de ter uma pedagogia diferente para as crianças, o grupo do DDS e algumas professoras da pré-escola faziam parte. A ideia era aplicar isso com as crianças [...] queríamos fazer o livro da vida, o autorretrato, os passeios... E chegamos a ir para um Encontro Nacional sobre Freinet. Essas influências pedagógicas diferenciadas foram importantes para as orientações nas creches. Havia uma ideia de assistência no DDS, mas também uma preocupação em fazer uma creche diferente daquilo que acontecia nas escolas naquele momento. (ROCHA, 2014, s/p – informação verbal).

Outro livro, que embora não tenha sido citado por entrevistadas, figura nas referências bibliográficas do Manual de 1986, trata-se do livro/manual *Comunidade Infantil: Creche*, de Marianna Augusto, enfermeira de formação e especialista em puericultura e pediatria. Tal publicação teve sua primeira edição em 1978 e a segunda em 1985. Seu livro tem a colaboração de um pedagogo e de outros 12 enfermeiros. Como a referência está no manual, possivelmente tenha sido objeto de estudo e base ao menos para consulta por ocasião da escrita do documento curitibano.

Aqui vale destacar a importância da circulação e apropriação destes materiais pelas equipes diretivas, assim como pelas equipes que atuavam diretamente com as crianças. Pois os mesmos textos “podem ser diversamente aprendidos, manipulados, compreendidos” (CHARTIER, 1991, p. 181). Portanto, o acesso à leitura “é sempre apropriação, invenção, produção de significados” (CHARTIER, 1999). Sobre isso Kuhlmann (2010, p. 89) comenta: “A circulação de ideias envolve relações sociais específicas entre pessoas que exercem funções intelectuais e de caráter administrativo e político, em diferentes lugares institucionais”.

Neste sentido, o possível uso e apropriação de tais referências pela equipe administrativa da creche pode ter circulado entre as babás e ter sido incorporado ao

UFSC, entre 2008 e 2010. Suas publicações mais recentes foram um capítulo no livro *Educar na Infância* da Editora Contexto e a organização conjunta do livro *Educação Infantil: enfoques em diálogo* da Editora Papyrus. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4782889D2>>. Acesso em 25/03/2016.

⁴⁹ Os livros mencionados por duas entrevistadas foram: *Pedagogia do bom senso*, *Método Natural* e *Pedagogia do Povo*.

cotidiano de atendimento às crianças nas creches. A apropriação, da maneira como a compreendo, tem por objetivo uma história das interpretações remetidas (que são sociais, institucionais, culturais) e são inscritas nas práticas específicas que as produzem (CHARTIER, 2002).

Assim, os conceitos de representação e apropriação (Chartier 1990 e 1991), compõem o repertório para a compreensão de como houve a apropriação destas leituras na rede de creches de Curitiba e também compreender as ações dos sujeitos envolvidos neste processo.

No *Manual de 1986* (p. 43 a 45) havia a orientação para a realização de “Atividades Psicopedagógicas”, que contribuiriam para o desenvolvimento integral das crianças. Neste Manual as atividades não estavam definidas de acordo com a idade das crianças, ao que parece eram indicadas para todas as crianças que frequentassem as creches. Ainda, eram propostas chamadas de “atividades psicomotoras” as quais deveriam ser realizadas pelas profissionais com as crianças em um clima de “alegria e brincadeira”. Tais atividades deveriam proporcionar, segundo o Manual, o desenvolvimento de:

[...] coordenação da grande musculatura, equilíbrio, orientação espacial, organização do esquema corporal, musculatura fina, coordenação motora fina, coordenação viso-motora, discriminação visual, discriminação auditiva, discriminação cinestésica, discriminação gustativa, discriminação gustativa, discriminação olfativa, observação, imaginação e memória, e, ritmo. (PMC/SMDs, 1986, p.44).

No *Manual de 1986*, as ações educativas propostas são as mesmas para todas as crianças de 0 a 6 anos. Não há especificação de atividades para um grupo ou outro. Neste Manual há indícios de uma prática que pretendia dar espaço às crianças e aos responsáveis pelo seu atendimento nas creches.

O documento propunha uma ação educativa pautada numa “formação libertadora” que estivesse voltada para: “a socialização, a criatividade; a espontaneidade; a solidariedade; o exercício da liberdade responsável; o espírito crítico da realidade; o desenvolvimento físico e intelectual afetivo” (PMC/SMDs, 1986,

p. 13-14). Organizava as atividades em: atividades livres e atividades psicoeducacionais. Atividades livres seriam aquelas que as próprias crianças escolheriam. Já as atividades psicoeducacionais seriam as atividades dirigidas pelas *babás* com objetivos determinados e deveriam proporcionar às crianças momentos de estimulação, de desenvolvimento psicomotor, a formação de hábitos e conceitos. (PMC/SMDS, 1986).

O documento ainda pretendia que esta ação educativa na creche colocasse em um patamar de *locus privilegiado* a formação tanto das crianças quanto dos pais. Pois dizia que:

A creche não é somente um lugar para os pais deixarem os filhos enquanto trabalham fora, mas sim que a finalidade da mesma é iniciar a criança na vida coletiva, de forma que ela possa estar melhor preparada para a vida. E é também dar melhores condições aos pais de participar da comunidade e das lutas dos trabalhadores”. (PMC/SMDS, 1986, p. 14).

Estes indícios podem ser notados em várias passagens. Sobre a ideia de participação ativa das crianças veem-se trechos que apresentam como filosofia de ação o seguinte: “a criança é ser histórico-cultural e enquanto sujeito da história, a criança tem possibilidades de criar seu processo de socialização e através dele interferir na realidade social que a envolve”. (PMC/SMDS, 1986, p. 5).

Outra passagem interessante sobre o lugar da criança na creche é a seguinte:

Na dinâmica das atividades a *babá deverá*: ouvir as crianças; estimular a participação efetiva das crianças no planejamento, execução e avaliação das atividades; oferecer escolha de atividades; oferecer desafios às crianças; não trabalhar em cima de modelos prontos, favorecendo e valorizando o processo criativo da criança; (PMC/SMDS, 1986, p. 44-45, grifos meus).

Esta orientação apresenta o caráter prescritivo do documento, mas a orientação dada é altamente progressista. Em outra passagem há ainda a orientação para que o trabalho da *babá* tenha um papel muito mais de expectador daquilo que as crianças realizam do que diretivo neste processo:

Atividades livres: são aquelas que as próprias crianças escolhem. São brincadeiras naturais e cuja função da *babá* é apenas oferecer o espaço, os brinquedos cuidar para que não se machuquem, muitas vezes participando das brincadeiras, junto com as crianças. (PMC/SMDS, 1986, p. 44-45).

O *Manual de 1986* orientava também para que a limpeza da creche não prejudicasse a ação lúdica da criança dentro da instituição e advertia o seguinte: “A limpeza não deve impedir a criança de brincar, pois a liberdade que se dá para a criança realizar suas brincadeiras é essencial ao seu desenvolvimento”. PMC/SMDs, 1986, p. 44-45).

Sobre o sono, o Manual também apresentava uma preocupação com o ritmo de cada criança e orientava que ele não deveria ser obrigatório na creche, assim como que cada criança deveria despertar ao seu tempo. (PMC/SMDs, 1986, p. 41).

Este *Manual de 1986* pode ser considerado progressista e detentor de uma concepção de criança sujeito de direitos, capaz e ativa no processo educativo. Evidente que vale aqui frisar que esta concepção figurava no Manual e que não necessariamente fosse praticada nas unidades, no entanto, ter um documento expressando essas ideias dá a dimensão de que havia uma discussão a partir deste repertório.

Embora houvesse o discurso acerca da creche enquanto direito da criança, era recorrente também a ideia da creche como preparatória aos anos iniciais, como vê-se na entrevista do secretário Wilson Teixeira dada à repórter Joyce Miriam do jornal *Correio de Notícias*, na qual o então secretário falava sobre a função do atendimento para as crianças. “Além do caráter preventivo no que diz respeito à saúde, o programa prepara as crianças para que tenham maior produtividade no período escolar, diminuindo os índices de repetência e evasão.” (Jornal *Correio de Notícias*, 12/10/1986).

A entrevista do secretário Wilson Teixeira e a reportagem sobre creche ocupou uma página inteira do jornal e foi publicada coincidentemente ou não no Dia das Crianças, e levava o título “Tudo pela criança”. Na entrevista o secretário ainda fez uma análise acerca do processo Constituinte que estava ocorrendo no país e sugeria que seria necessário promover um Programa Nacional de Creches, tornando a matrícula das crianças obrigatória, mas apenas das crianças que a família ganhasse até três salários mínimos, pois segundo ele, a creche seria: “Uma das melhores

alternativas para combater o problema da desnutrição e conseqüentemente da mortalidade infantil, cuja incidência ainda confere ao país uma das principais características de subdesenvolvimento” (Jornal Correio de Notícias, 12/10/1986).

Assim, a creche ocupava um lugar importante na administração municipal cumprindo uma função educativa que atingia também as famílias das crianças, principalmente das pobres, no sentido de melhorar as condições de saúde, de alimentação e de acesso à cultura, prevenindo um possível fracasso escolar das crianças no Ensino Fundamental.

1.4 Creches: substituta materna?

*“As babás desempenham um dos papéis mais importantes, já que fazem o papel de mãe: levam as crianças ao médico, fazem curativos e aplicam remédios, servem as refeições e ainda participam das brincadeiras”.
(Jornal Correio de Notícias, 12/10/1986, p. 1⁵⁰).*

Segundo o dicionário Aurélio Ferreira (1980), a palavra babá significa: ama-seca ou ama de leite. Estes significados falam muito sobre a escolha desse nome para a função de atendimento às crianças de 0 a 6 anos nas creches. “De Portugal transmitira-se ao Brasil o costume das mães ricas não amamentarem os filhos, confiando-os ao peito de saloias ou escravas. [...]: o precioso leite materno era quase sempre substituído pelo leite mercenário das amas” (FREYRE, 2003, p. 460). O Brasil mantinha uma tradição de que o leite da mulher negra seria mais forte e por isso a ama de leite deveria ser negra. “A tradição brasileira não admite dúvida: para ama-de-leite não há como a negra. [...] Alegava que além de serem mais sanguinhas, convertem melhor o alimento em leite, [...] que tanto é mais negra tanto é mais fértil” (FREYRE, 2003, p. 444). Essa imagem da ama de leite negra está vinculada ao

⁵⁰ Excerto de reportagem publicada no jornal *Correio de Notícias*, que tinha a seguinte manchete: “Tudo pela Criança” e divulgava o trabalho realizado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social com relação às creches. Reportagem disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=325538_01&pesq=Erony%20Santos&pasta=ano%20198>. Acesso em 05/12/2016.

período da escravidão no Brasil, com o cessar desse momento histórico as amas passaram a oferecer seus serviços⁵¹. Essa imagem sem dúvida acompanha a palavra babá e nas creches de Curitiba, a babá também era uma pessoa pobre, buscando um lugar tanto social quanto físico na capital paranaense.

Quando as creches foram inauguradas em 1977, os profissionais foram contratados via CLT (Consolidação das Leis de Trabalho), para a atuação nas Unidades, ou seja, embora as creches fossem públicas, não houve concurso público para estas vagas. Os profissionais eram contratados por assistentes sociais, muitas vezes na porta de suas casas. Como é o exemplo de Szczygiel⁵² (2014), que em entrevista recordou:

Quando foi um dia eu estava brincando com minhas crianças lá fora e aí bateu uma mulher com um livro na mão e me convidou para cuidar das crianças na creche Palmeiras, nos fundos do meu lote. Eu falei que mal sabia escrever, mas aí ela disse que não precisava e eu fui na creche fazer o cadastro. E ela disse “Você está empregada”. Eu saí dali em pranto de tanta alegria, eu achava tão bonito aquelas pessoas que cuidavam de crianças... Eu fui a primeira a lavar a creche. Me entregaram a chave da creche, me disseram que eu ia abrir e fechar a creche. Eu fui para a turma do berçário, fiquei oito anos no berçário. (SZCZYGIEL, 2014 – Informação verbal).

Maria Moreira Szczygiel, conhecida por todos na comunidade onde a creche Palmeiras está localizada – bairro Tatuquara – como “Tia Lika”, em sua entrevista não escondeu seu apreço pela Prefeitura e também a surpresa em ser contratada desta maneira. Relatou que nunca imaginou que mesmo sem estudo nenhum poderia trabalhar cuidando de criança. Disse que trabalhar na creche mudou a vida dela, pois além de melhorar financeiramente, pôde pagar sua casa própria e dar uma educação melhor para seus filhos, pois eles também passaram a frequentar a creche. Nesse relato fica claro o alcance que a instalação da creche teve na comunidade: os moradores passaram a acessar emprego, casa própria e atendimento aos filhos.

⁵¹ O texto de Silva (2016) apresenta essa relação entre a escravidão, as amas de leite e as relações de poder imbricadas.

⁵² Maria Moreira Szczygiel conhecida em seu bairro e na creche Palmeiras como “Tia Lika”, foi admitida na Prefeitura Municipal de Curitiba em outubro de 1981 como babá, com atuação em creches. Aposentou-se em 2015. Iniciou e finalizou suas atividades na creche Palmeiras. Concedeu entrevista em dois momentos: nas datas de 13/06/2014 e 24/09/2014 em seu local de trabalho. Mesmo depois de aposentada, continua realizando trabalho voluntário na creche Palmeiras.

O jornal *Correio de Notícias* de 21/09/1986 em matéria de página inteira trazia como manchete a seguinte expressão: “A terra prometida”, em longa reportagem ilustrada com fotos comoventes contava histórias parecidas com as das entrevistadas Szczygiel e Nogueira, de famílias advindas do interior do estado que sonhavam com um pedaço de terra na capital, e mostrava a felicidade dos moradores que recebiam seus lotes na recém-organizada Vila Verde na região da CIC.

Exemplo igual é o de Nogueira (2007 – Informação verbal), que depois de alocada no Conjunto Moradias Gramados recebeu abordagem parecida a de Szczygiel para ser contratada. Mantagute (2008) demonstrou tal situação, incluindo até mesmo os documentos de contratação⁵³ que eram feitos pela FREI - Fundação de Recuperação do Indigente⁵⁴.

Esta contratação, realizada na própria comunidade foi uma maneira de também baratear os custos da implementação das creches, Campos (1989) analisa essa questão quando discute a creche entre as ações de assistencialismo e educação. Movimento inverso ocorria em Florianópolis/SC, que contratava para atuação nas creches professoras com minimamente o Magistério e prioritariamente aqueles que faziam o curso adicional materno infantil. (OSTETTO, 2000; BRANT, 2013).

A situação de atuar profissionalmente junto a crianças pequenas, da sua própria comunidade, possibilita à educadora acionar seu próprio repertório acerca do que deve ser a educação das crianças que frequentam a creche. Nessa prática, encontram-se os valores construídos a partir das vivências da sua história pessoal remetida à própria infância, bem como aqueles que se constituem objeto de sua reflexão atual, como mulher, mãe e trabalhadora (SILVA, 2001, p. 117).

Na imprensa, a contratação de pessoas da própria comunidade para o trabalho nas creches também foi mencionada: em 1980 no jornal *Estado do Paraná*, quando da inauguração da creche Santa Quitéria, relatando que pessoas da própria comunidade trabalhariam na creche; e, em 1981, no jornal *Tribuna do Paraná* com uma reportagem de página inteira sobre as creches de Curitiba, o fato dos

⁵³ Na dissertação de Mantagute (2008) é possível verificar tais documentos.

⁵⁴ A Fundação de Recuperação do Indigente, criada em 1965 pela Lei 2585/1965 era um órgão vinculado à PMC, que mantinha financeiramente os trabalhos de assistência social da prefeitura. A FREI foi extinta e deu origem a atual Fundação de Assistência Social – FAS.

profissionais serem da comunidade foi considerado positivo, pois, segundo o jornal, depois que estas pessoas fossem treinadas pelo DDS acerca do melhor atendimento para crianças de 0 a 6 anos eles seriam “multiplicadores junto à comunidade, que também se enriqueceria com novos hábitos incorporados”. (Gazeta do Povo, 10/06/1981). A seleção das mulheres para atuarem nas creches diretamente com as crianças é perpassada por esse ideal materno: Moutinho, *apud* Khulmann (1990, p. 91), aponta para essa questão: “Da escolha da educadora das creches depende essencialmente o futuro da sociedade. A educadora das creches representa o papel da mãe de milhares de crianças; tem, como a mãe, de formar milhões de corações”.

Aqui fica claro o julgamento, feito pela PMC, acerca da comunidade que vivia nos locais de instalação das creches, no sentido de que precisavam ser educadas para viver na cidade que estava sendo organizada para elas, mas não com elas. Essa proposta de educar a família por meio da creche não era exclusividade de Curitiba. Oliveira & Ferreira (1989) relatam que em São Paulo, havia também um padrão determinado de convivência que era proposto às famílias: era esperado que a família, por via da creche adotasse esse novo padrão. Havia assim uma negação da especificidade da história da família para uma adequação a um padrão estabelecido pelos profissionais das creches.

Na inauguração da creche Liberdade o jornal *Gazeta do Povo* (13/04/1985) divulgava que a Unidade estava com as inscrições abertas tanto para admissão de crianças quanto para os interessados em trabalhar na creche, pois seria dado prioridade para a mão de obra local.

Como a contratação dos profissionais para atuar nas creches não apresentava nenhum critério inicial, a partir do momento que começavam sua atuação diretamente com as crianças, possivelmente se sentia a necessidade de orientar sobre o trabalho que deveria ser desenvolvido nas Unidades. No Relatório Anual do DDS de 1984 há a menção de que houve um treinamento para os funcionários das novas creches Santa Helena e Conjunto Tiradentes.

Como pontos positivos do treinamento foram indicados: “a integração da equipe e recebimento de subsídios teóricos e práticos para o desempenho de suas funções”

(PMC/DDS, 1984, p. 272). A indicação de que haveria tanto uma parte prática quanto outra teórica nos cursos pode revelar a atuação da equipe do Departamento para que o treinamento não versasse apenas sobre os fazeres a serem realizados nas creches com as crianças, mas que também esse fazer fosse minimamente respaldado em alguma teoria.

A ideia da necessidade de haver uma formação em serviço era algo que já aparecia nas propostas do MEC em 1977 e era recorrente nos livros/manuais que versavam sobre os profissionais atuantes nas creches.

O MEC (BRASIL, 1977, p. 188) orientava que houvesse dois momentos de formação, treinamento em serviço e reciclagem periódica. Segundo o documento: “O treinamento em serviço é exercido através de visitas aos grupos, no qual a supervisora observa o desempenho da educadora”. (p.188). Já a reciclagem periódica seria “o treinamento como processo de atualização de pessoal já atuante”. (Idem, p.189).

Augusto (1985) trata do assunto usando os mesmos termos “treinamento e reciclagem”. A autora indica que: “O treinamento geral deverá constar, portanto, de uma programação abrangendo as áreas de saúde, psicopedagógica e social. Deverá constar de uma parte teórica e outra prática”. (AUGUSTO, 1985, p.60). A autora indica que a reciclagem deveria ocorrer periodicamente, mas também de acordo com o desempenho das funcionárias.

No relatório do DDS de 1983 foi mencionada a palestra “Creche: um espaço de integração comunitária”, proferida por Moema Toscana⁵⁵, realizada em setembro de 1983. Moema era uma socióloga feminista, que nas décadas de 1970 e 1980 militou

⁵⁵ Nasceu em Garibaldi/RS, em 03 de janeiro de 1927. Em 1959, assume o cargo de professora universitária de Sociologia, na Faculdade Nacional de Filosofia, antiga FNFI, da Universidade do Brasil. Em 1975, recebe o diploma de Bacharel em Direito pela UERJ. Conquista a livre docência em Sociologia na PUC-RJ. Participa das muitas lutas da sociedade civil, nos anos 70 e 80, em que as minorias sociais buscavam expressão, e o movimento feminista desenvolvia ação na causa específica de reconhecimento e transformação do papel da mulher, no século XX. Para ela, o movimento social mais importante no século passado foi o das mulheres. O feminismo mudou a vida de todos. Professora, ativista política e escritora participou de Congressos Nacionais e Internacionais e viagens representando a mulher feminista. Realizou pesquisas, participou da formação de novas propostas das mulheres, para a luta por seus direitos sociais e políticos. Sua vida profissional esteve sempre ligada ao magistério, da jovem professora à experiente profissional, da pós-graduação à aposentadoria atual. Recebeu (*in memoriam*) em 2012 a medalha “Chico Mendes de Resistência”. Disponível em: <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/jornal/gtnm_79/projeto_memoria.html>. Acesso em 18/01/2016.

na luta em favor dos direitos das mulheres. A vinda de uma socióloga com esta bagagem possivelmente tenha relação com o governo municipal estabelecido por Maurício Fruet que, como já dito antes, pretendia revigorar a relação da prefeitura com a comunidade.

Este esforço é percebido no *Manual de 1984*, que já apresentava questões sobre desenvolvimento infantil e defendia uma postura do *educador* frente às crianças. Que esse educador deveria ouvir as crianças, aproveitar o momento para ensiná-las. (PMC/DDS, 1984). No entanto esta maneira do educador era cobrada de funcionários chamados de babás, sem nenhuma necessidade de formação inicial para exercício da função. Assim, este formato de atuação deveria ser construído na prática do trabalho e com os poucos cursos oferecidos.

Nas fontes consultadas, os cursos ofertados nas décadas de 1970 e 1980 pouco aparecem. Entre eles foi localizado um curso de 16h sobre Psicomotricidade ofertado em abril de 1984, que foi feito apenas pela a equipe do DDS. Segundo o relatório do Departamento, o curso foi ministrado pela docente Maria Eneida Holzmann⁵⁶. No relatório há a exaltação de que algumas profissionais do grupo optaram por realizar um curso avançado com duração de dois anos com a mesma docente.

Elidete Zanardini Hofius⁵⁷ (2014), em entrevista, comentou que fez esse curso, o qual teve duração de 120 horas, que apresentava o seguinte conteúdo programático:

⁵⁶ Maria Eneida Holzmann possui graduação em Licenciatura e Pedagogia pela Universidade Estadual de Londrina (1974), mestrado em Educação pela Universidade Federal do Paraná (1982) e doutorado em Psicologia Clínica - Família e Comunidade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2006). , atuando principalmente nos seguintes temas: jogos espontâneo-criativos, terapia de família e comunitária, formação de profissionais na área da saúde, educação e assistência social. É professora aposentada da UFPR e da UEL. Disponível em <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4793399A1>>. Acesso em 17/01/2016.

⁵⁷ Elidete Zanardini Hofius é pedagoga de formação e fez Concurso Público para a Prefeitura Municipal de Curitiba em 1982 para o cargo de professora. Em 1988 foi nomeada integrante da Divisão de Orientação Sociopsicopedagógica da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Em 1989 foi designada para atuar no Serviço de Treinamento e Reciclagem da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Em 1992 pela Secretaria Municipal da Criança foi nomeada chefe do Serviço de Aperfeiçoamento Profissional, cargo que ocupou até 1996. Em 1997 foi nomeada Assessora da Secretaria Municipal da Criança. Em 2002 foi dispensada das atividades desta Secretaria. Em 2003, com a incorporação das creches a Secretaria Municipal de Educação, Elidete foi colocada à disposição da Fundação Cultural de Curitiba - FCC, onde encerrou sua carreira aposentando-se em 06/01/2004. Atualmente é Diretora do Departamento de Educação Infantil da secretaria Municipal da Educação de

Psicomotricidade: conceitos básicos, afetividade: conceito, Desenvolvimento psicomotor e afetivo da criança – Le Boulch, orientação metodológica segundo estudiosos da psicomotricidade: Vayer, Le Boulch, Furth & Wachs, Lapierre e outros. (NÚCLEO DE PESQUISA EM PSICOMOTRICIDADE, 1985, s/p).

Hofius fazia parte da equipe técnica do DDS e somente esta equipe participou do curso. As profissionais da equipe, por sua vez, quando visitavam as creches faziam o repasse dos conteúdos ou ainda quando realizavam pequenos momentos nas creches e tinham a oportunidade de repassar esses conhecimentos. Com esta lógica de formação, a equipe técnica tinha a tarefa de ser multiplicadora dos saberes adquiridos. Esse modelo de formação é precário, pois o acesso ao conhecimento depende da aprendizagem da técnica. E ainda não havia uma estrutura para que o repasse do curso ocorresse.

O uso da proposta de “estimulação” é recorrente em diferentes manuais que versavam sobre o atendimento a crianças de 0 a 6 anos naquele período. No manual de Augusto (1985) havia a caracterização da estimulação como:

Conjunto de atividades executadas com a criança, pela mãe ou pessoa qualificada, tendo como objetivo desenvolver integralmente as potencialidades da criança, explicitar o desenvolvimento e crescimento normais e assisti-la adequadamente. (AUGUSTO, 1985, p. 71-72).

Nesse livro há um capítulo inteiro dedicado à “Estimulação e programação psicopedagógica para crianças na creche”, capítulo que foi escrito por Seiko Kakehashi e Sonia Regina Pereira, ambas enfermeiras especialistas em pediatria e puericultura. A formação destas autoras revela a importância da área da saúde nas orientações dadas às creches naquele período. Elas propuseram no livro (AUGUSTO, 1985) um programa de estimulação que orientava atividades a serem realizadas durante a higiene e o banho, durante a alimentação e nos momentos em que a criança estivesse acordada.

As funcionárias que atuavam nas creches e eram cobradas a exercerem essas atividades só tiveram sua contratação regulamentada por meio de Concurso em 1985. O edital deste concurso não apresentava requisitos de escolarização completa, apenas era solicitado o Primeiro Grau incompleto para a atuação como babá. Segundo Mantagute (2008), o edital também apresenta uma forma de diferenciar o trabalho na creche e na pré-escola, pois na pré-escola não era admitida a presença de professoras não formadas. Em mais este aspecto a história da pré-escola e da creche tem escolhas e caminhos diferenciados em Curitiba.

Em termos de Paraná, a maior parte das pré-escolas das Redes Municipais está com os mesmos problemas da rede Estadual, apresentando algumas poucas pré-escolas em estabelecimentos municipais, os demais, fruto dos programas e projetos nacionais de desenvolvimento nesta área. As prefeituras municipais apresentam ainda dificuldade de pessoal especializado, em educação pré-escolar, não tendo com isto uma estrutura pedagógica adequada para a elaboração de pré-escola (ARCO-VERDE, 1985, p. 50).

Na sequência houve outros concursos. As creches Conjunto Coqueiros e Vila Vitória, inauguradas em outubro de 1985, já contaram com profissionais concursados, conforme informou o jornal *Correio de Notícias* em 22/10/1985. Em entrevista, Noemia Miranda dos Santos⁵⁸ (2016) relatou que após sua aprovação no Concurso de 1985 (lembra, com orgulho, que foi aprovada com a 142ª colocação) iniciou suas atividades na creche Jardim Itamarati, inaugurada em 1986, numa turma de berçário.

Já no ano de 1985 foi organizada uma parceria entre Fundação Cultural de Curitiba e Prefeitura Municipal com o projeto “Treinamento de agentes multiplicadores”, que tinha como função treinar babás de creches nas áreas de “recreação, artesanato, artes plásticas e teatro de bonecos”. Os cursos pretendiam “libertar a fantasia das crianças e seu espírito criativo”. (Jornal do Estado, 09/07/1985).

No Relatório Anual do DDS de 1985, novamente há menção à realização de treinamento para os funcionários das novas creches Liberdade, União das Vilas,

⁵⁸ Noemia Miranda dos Santos fez Concurso Público para a Prefeitura Municipal de Curitiba, para o cargo de babá, e atuou nesta função em diferentes unidades até em 2010, por problemas de saúde ser readaptada para a função de Auxiliar Administrativo Operacional, área de atuação Apoio Administrativo. Desenvolve suas atividades nos dias atuais no CMEI Arnaldo Agenor Bertone. Disponível em: <<http://legisladoexterno.curitiba.pr.gov.br/AtosConsultaExterna.aspx>>. Acesso em 26/03/2016.

Eucaliptos, Coqueiros e Vila Vitória. O documento relata que participaram do encontro 89 profissionais, que tiveram informações sobre: “a compreensão da sua ação educativa para promoção de um ambiente adequado à livre expressão da criança na creche, de acordo com os princípios metodológicos definidos pelo SAI”. (PMC/DDS, 1985, p. 420).

Novamente a ideia que circulava no treinamento era a efetivação de uma proposta educativa na creche e ainda uma proposta que previa a organização de um ambiente no qual a criança pudesse ter livre expressão. Ora, sem dúvidas havia uma proposição da equipe gestora e ela era divulgada entre os profissionais que atuavam nas creches.

No entanto, embora haja nos relatórios esta descrição dos treinamentos, em suas entrevistas Nogueira (2007) e Szczygiel (2014) relataram que não receberam nenhum tipo de orientação ou formação para iniciar o trabalho nas creches, ambas relataram que simplesmente foram colocadas na creche e instruídas para que cuidassem das crianças.

Aqui vale considerar os limites da fonte oral, pois “no coração da história trabalha um criticismo destruidor da memória espontânea. A memória é sempre suspeita para a história, cuja verdadeira missão é destruí-la e a repelir” (NORA, 1993, p. 9). Será que a memória das entrevistadas foi traída? Esta *memória provocada* pela entrevista estava viva? Pois o entrevistado está lembrando-se de coisas que provavelmente nem imagina que lhe seriam perguntadas. (GRELE, 2000). Não se sabe, mas pelo menos no plano da proposição e mesmo dos relatórios de atividades havia o treinamento inicial para os profissionais numa perspectiva educativa.

Outra modalidade de formação continuada que acontecia na rede de creches curitibana era a formação nas regionais da cidade. Os encontros consistiam em pequenas atividades de formação que ocorriam nas dependências das creches. As técnicas da regional⁵⁹ organizavam o curso e o mesmo era realizado numa das creches atendida por aquela equipe.

⁵⁹As pedagogas, assistentes sociais ou psicólogas que atuavam junto ao Departamento ou às Regionais da prefeitura eram chamadas de técnicas.

Em abril de 1986, um desses cursos ocorreu na creche Formosa (regional Vila Leão) e o encontro gerou uma apostila com o título “Treinamento de babás”. Este curso foi ministrado pela professora Glória Maria Carraro Nodari. A apostila datilografada, com 8 páginas e algumas ilustrações referentes às indicações dadas, contava com sugestões de atividades e brincadeiras para serem realizadas nas creches.

Ao todo foram sugeridas na apostila 12 possibilidades de atividades, sendo elas: modelagem em argila, figura humana, dominó, figuras geométricas, quebra-cabeças, quadro-mural, jogo da chamada, varal, grampinhos no varal, máscaras e fantoches, histórias em quadrinhos e aproveitamento de sucatas. Apresentava também 7 brincadeiras sendo elas: Jogo do nó; Passar o elástico pelo corpo; Palmas só para....; A palavrinha é...; Jogo dos prendedores; Quem chega primeiro e Jogo dos lenços. (NORADI, 1986).

No mesmo ano, também na regional Vila Leão, na creche Santa Quitéria, ocorreu outro Encontro de babás que gerou outra apostila. O material era datilografado e ilustrado, com quatro páginas. A apostila trazia técnicas de dobradura, pintura e recreação com uma sugestão de dança para a festa junina. (APOSTILA, 1986).

Neste primeiro momento das creches em Curitiba entre 1977 e 1986, há a constituição de uma rede de creches públicas que nasceu no Departamento de Desenvolvimento Social com apenas quatro Unidades em 1977, e que foi alvo de normatização e regulação, passando a cento e vinte e cinco Unidades, um crescimento importante em nove anos de história. O crescimento do número de vagas infelizmente não acompanhou a demanda apresentada, no entanto é inegável o esforço da Prefeitura para a estruturação desse atendimento, assim como é inegável a participação do movimento popular para a garantia desse direito. A creche cumpriu uma função social importante na cidade em atender a necessidade das famílias, principalmente das mulheres de se lançarem ao mercado de trabalho e mais do que isso assumiu uma função educativa tanto da criança quanto da própria família para que houvesse uma adequação dela ao espaço urbano. Concordando com Nunes, esta fase pode ser assim caracterizada:

[...] houve a gradual montagem de um projeto multidisciplinar de intervenção na educação infantil que tinha os seguintes eixos condutores: a) Um rígido controle sobre os hábitos familiares da criança; b) Uma concepção meritocrática da vaga, condicionada ao trabalho da mulher fora do lar; c) Um controle sobre a maternidade, especialmente sobre o período de amamentação; d) Um disciplinamento sobre o modo de vida das famílias, em especial sobre os seus hábitos higiênicos e morais. (NUNES, 2009, p. 88).

No próximo capítulo, convido o leitor para avançar nesse processo de constituição da rede de creches na cidade e a importância social que ela recebeu no período seguinte, entre 1987 e 1996. A frase propagada durante o movimento feminista no período da Constituinte “O filho não é só da mãe!”⁶⁰ teve seus ecos em terras curitibanas e o capítulo 2 mostrará como isso se consolidou enquanto política pública municipal de grande visibilidade social e política para o governo municipal.

⁶⁰ Rosemberg (1989) e Teles (1993) apresentam o movimento feminista de São Paulo e a sua pauta de reivindicações, na qual figurava a creche. A expressão “O filho não é só da mãe!” estampou muitos cartazes das mobilizações femininas para a reivindicação de um lugar para deixar seus filhos.

CAPÍTULO 2

CRECHE: ESPAÇO QUE SE CONSOLIDA – 1987 A 1996

FIGURA 19: CRIANÇA: O DIREITO EM SER JÁ



FONTE: Ilustração do livreto Criança: compromisso social. Vol. 1, (1985 ou 1986) feita por Miguel Paiva e Virgínia Fujiwara.

A charge de Miguel Paiva e Virgínia Fujiwara dá indícios do que o processo constituinte significou no Brasil da década de 1980 em relação à criança. Esse período foi marcado pela discussão feita pela sociedade acerca dos direitos da criança, assim como a priorização das crianças nas políticas públicas nacionais e sua culminância no texto da Constituição de 1988.

Os direitos da criança representam, do ponto de vista simbólico, um dos maiores episódios de luta e reivindicação a favor de um dos grupos sociais mais vulneráveis e excluídos da história da humanidade. A Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) assim como toda a legislação e instrumentos jurídicos que se reportam às crianças, apesar de todas as limitações e críticas, é uma marca de cidadania, um sinal da capacidade que as crianças têm de serem titulares de direitos e um indicador do reconhecimento da sua capacidade de participação. (SARMENTO *et al.*, 2007, p. 191-192).

Neste cenário nacional, Curitiba vivenciava a gestão de Roberto Requião entre 1986 e 1988 que teve forte apelo popular e buscou atender às demandas da

população. Um dos programas de governo de caráter altamente popular foi a implementação do *Programa Toda quinta é dia de Creche*. Uma ação clara que demonstrou o lugar de destaque que as creches tomaram nesta gestão, muito influenciada pela discussão nacional da necessidade do atendimento à criança de 0 a 6 anos, fosse para atender a demanda crescente, como também a marca de um governo que tinha o apelo popular em suas diretrizes. Neste sentido, havia, inclusive, um protocolo formal para inauguração das creches, certamente com a intenção de marcar, naquela comunidade, a presença da prefeitura e de seus feitos.

O jornal *Gazeta do Povo* deu destaque a este programa com a seguinte manchete “Curitiba recebe creche por semana e atende periferia” (28/06/1987) e na reportagem afirmava: “Com a construção dessas novas creches, a prefeitura vai aumentar de 4576 para 12 mil o número de crianças atendidas, num período de 11 horas diárias. Cada unidade vai oferecer 4 refeições diárias, além de atendimento médico e odontológico” (JORNAL GAZETA DO POVO, 28/06/1987).

O caráter médico e higienista ainda estavam presentes na proposta de creche e louvado pela imprensa local. Naquele período as creches estavam localizadas muito próximas das Unidades de Saúde e havia uma relação muito próxima entre esses dois atendimentos públicos. A vinculação da medicina à educação no Brasil remete-se a concepções circulantes já no século XIX. Gondra (2016) analisa essa relação e a maneira como a área médica, por meio do ramo da Higiene, promoveu esta incursão ao campo da educação. “A higiene fornecerá um modelo de organização escolar calcado na razão médica, que ao ser constituído retiraria do espaço privado – religioso ou familiar – o monopólio sobre a formação dos meninos e das meninas” (GONDRA, 2016, p. 527). Embora Gondra faça uma análise referente ao século XIX o discurso higienista e a proximidade com a área médica é um elemento que permanece na educação, e em Curitiba esse movimento adentra até as décadas de 1970 e 1980.

A previsão de aumento de vagas anunciada no jornal citado acima, não se efetivaria em 1987: o quadro a seguir mostra os índices de crescimento da Educação Infantil em Curitiba.

QUADRO 5: NÚMERO DE CRECHES E CRIANÇAS ATENDIDAS ENTRE 1977 E 1987

Ano⁶¹	Número de creches	Percentual de crescimento	Número de crianças atendidas	Percentual de crescimento
1977*	4		480	
1978*	6	50,00%	910	47,25%
1979*	10	66,67%	1.430	36,36%
1980*	20	100,00%	2.235	36,02%
1982*	26	30,00%	2.870	22,13%
1983*	26	0,00%	2.850	-0,70%
1985	33	26,92%	3.589	20,59%
1987	64	93,94%	6.615	45,74%

FONTE: Relatórios de Gestão Municipal.

*Dados estimados com base no número de vagas para o qual a creche estava planejada.

Embora em 1987 a previsão de inauguração de creches não tenha sido efetivada, é inegável que naquele período houve um aumento significativo do número de vagas, totalizando em 45,74% o número de crianças curitibanas atendidas. De fato, o Programa *Toda quinta é dia de creche* foi audacioso e cumpriu sua função para a ampliação da rede de creches, reforçando seu papel enquanto política pública para a Educação Infantil na cidade. Assim, as creches passaram a ocupar, inclusive geograficamente mais espaço na cidade, ficando distribuídas em mais bairros, alcançando mais famílias.

Para essas inaugurações de creches, que ocorriam semanalmente, havia um cerimonial padrão que iniciava com o envio de um convite para toda a comunidade na qual a creche estava sendo instalada. Abaixo, exemplo do mesmo:

⁶¹ Os dados de 1984 e 1988 foram inconclusivos, por este motivo foram descartados. Ainda há a necessidade de se cruzar e analisar outras fontes para se publicar dados corretos destes anos.

FIGURA 20: FRENTE CONVITE PARA INAUGURAÇÃO DAS CRECHES

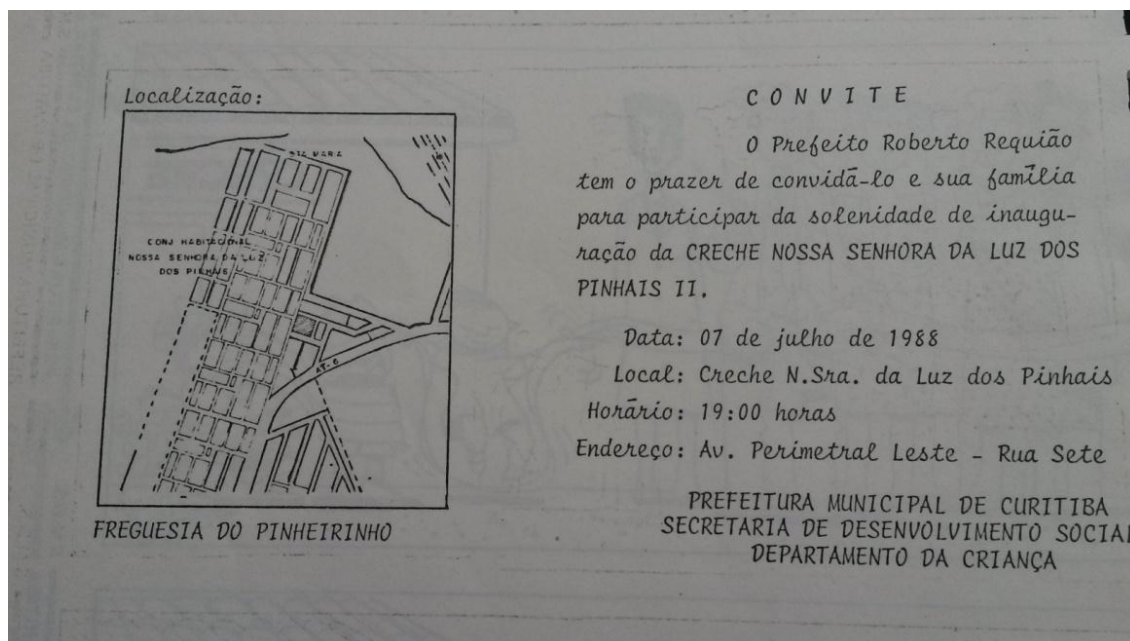


FONTE: Arquivo da Secretaria Municipal da Educação, 1988.

A imagem utilizada para a frente do convite é bastante interessante, fica fácil identificar a figura de autoridade representada pelo desenho do homem usando terno e gravata, segurando uma tesoura para cortar a fita inaugural, assim como a linguagem proposta pela ilustração “brinca” com a presença das crianças e bebês se enroscando na fita. Certamente o convite tinha essa intenção de comunicar à comunidade um momento festivo por ocasião da inauguração e fazer menção às crianças na imagem, que seriam os impactados diretamente pela presença da creche na região.

A seguir o verso do convite:

FIGURA 21: VERSO DO CONVITE PARA INAUGURAÇÃO DAS CRECHES



FONTE: Arquivo da Secretaria Municipal da Educação, 1988.

Já no verso do convite a intenção era com certeza, mais formal, de indicar o local da inauguração, mostrado inclusive por meio de um mapa. No texto, a comunidade é convidada pelo próprio prefeito a participar do evento. Este convite era entregue em toda a comunidade e havia uma festa no dia da inauguração, que previa o seguinte protocolo: apresentação inicial da Banda Lyra⁶², discurso do cerimonial de agradecimento, discurso do Secretário Wilson Teixeira⁶³, discurso do presidente da Associação de Moradores, discurso dos vereadores presentes, discurso do prefeito Roberto Requião, encerramento feito pelo cerimonial e apresentação final da Banda Lyra. Este protocolo foi descrito pela Divisão de Cerimonial da Prefeitura de Curitiba,

⁶² Fundada em 01 de junho de 1982, a Banda Lyra Curitibana faz a animação musical dos principais eventos públicos da cidade. Com 35 integrantes, tocando instrumentos de sopro e percussão, tem um repertório variado, composto por mais de 400 músicas. O grupo interpreta música erudita, samba, trilhas de novelas, mambos, marchas e hinos. A prioridade de atendimento na agenda é do cerimonial da prefeitura, mas atende pedidos diversos de outras instituições, mediante agendamento prévio e contratação. Fonte: <<http://www.curitiba.pr.gov.br>>. Acesso em 25/03/2015.

⁶³ Wilson Teixeira foi nomeado diretor geral do Departamento de Desenvolvimento Social em 05/04/1983, na gestão de Maurício Fruet. Em 02/01/1986 foi nomeado Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, na gestão de Roberto Requião e exonerado em 02/05/1988, no final da gestão. Recebeu o título de cidadão honorário de Curitiba em 11/07/1991. Disponível em: <<http://legisladoexterno.curitiba.pr.gov.br/AtosConsultaExterna.aspx>>. Acesso em 25/03/2016.

quando da Solenidade de Inauguração da Creche Salgueiro que ocorreu em 18/06/1987.

Uma das creches inauguradas neste período do Protocolo Cerimonialístico foi a creche Fazenda Boqueirão. A seguir, vê-se a imagem do momento do discurso do prefeito e a presença de outras autoridades, assim como de outras pessoas, que provavelmente seriam os moradores do bairro, e há também a presença de crianças de diferentes idades.

FIGURA 22: INAUGURAÇÃO CRECHE FAZENDA BOQUEIRÃO



FONTE: Jornal Gazeta do Povo, 11/07/1987.

Este momento, com certeza, aproximava a figura do prefeito da comunidade e era a efetivação da creche almejada por aquela população. A cerimônia de inauguração funcionava como o elo entre a administração municipal e a comunidade na qual a creche estava inserida.

Outra unidade inaugurada neste período foi a creche Conjunto Moradias São João Del Rey⁶⁴, localizada no atual bairro Sítio Cercado. A seguir imagem do terreno

⁶⁴ A creche Moradias São João Del Rey foi inaugurada em 21/07/1988.

sendo preparado para receber a construção da creche, assim como os novos moradores do bairro, que estavam sendo retirados da Vila Pluma (imagem seguinte).

FIGURA 23: LIMPEZA DO TERRENO PARA CONSTRUÇÃO DO CONJUNTO MORADIAS SÃO JOÃO DEL REY



FONTE: Jornal Correio de Notícias 15/05/1986.

Na figura 24 é possível verificar a precariedade das moradias e das ruelas na Vila Pluma e ao fundo o perigo das torres de alta tensão. A reinstalação destes moradores em um Conjunto Habitacional com certeza era muito positiva, assim como a estruturação do local para receber as famílias.

FIGURA 24: FAVELA NA VILA PLUMA



FONTE: Jornal Correio de Notícias, 15/05/1986.

Na gestão de Roberto Requião foram inauguradas 48 novas creches:

QUADRO 6: CRECHES INAUGURADAS NA GESTÃO DE ROBERTO REQUIÃO (1986-1988)

Creche	Localização quando da sua inauguração	Data da Inauguração
Itamarati	Rua Ten. Antônio Pupo, 527 Bairro: Xaxim	1986
Jardim Esmeralda	Rua Leôncio Lopes Cortiano, 100 Bairro: Xaxim	1986
Rio Negro	Rua Madre Emília Riquelme, 30 Bairro: Sítio Cercado	1986
Olga Benário Prestes	Rua José Manoel Voluz, 40 Bairro: Pinheirinho	1986
Jardim Paraná	Rua Fernandes Vieira, 400 Bairro: Alto Boqueirão	1986
Barigui I	Rua X Vila Conquista, 140 Bairro: Cidade Industrial	1987
Bracatinga	Rua Otalino Amado de Souza, 789 Bairro: Pilarzinho	1987
Campo Alegre	Rua Reinaldo Bonat, s/n Bairro: Cidade Industrial	1987
Conjunto Araucária	Rua Roberto B. de Almeida, 225 Bairro: Alto Boqueirão	1987
Conjunto Iracema	Rua. Jorge Luis Della Coletta, 100 Bairro: Capão da Imbuia,	1987
Conjunto Mercúrio	Rua. Ladislau Mikosz, 143 Bairro: Cajuru,	1987
Fazenda Boqueirão	Rua Bartolomeu Lourenço de Gus, 2250 Bairro: Boqueirão	1987
Independência	Rua José Osires Baglioli, 410 Bairro: Pinheirinho	1987
Moradias Augusta	Rua Robert Redzimski, 250 Bairro: Cidade Industrial	1987
Moradias Olinda	Rua Apucarana, 1065 Bairro: Sítio Cercado	1987
Nova Barigui	Rua Des. Cid Campelo, 112 Bairro: Cidade Industrial	1987
Salgueiro	Rua Netuno, 109 Bairro: Sítio Cercado	1987
Santa Cândida	Rua Engenheiro Benedicto Saddock de Sá, 74 Bairro: Atuba	1987
São Leonardo	Rua Padre Jacinto Miensopest, 1200 Bairro: Cidade Industrial	1987
Tapajós II	Rua Ver. Oswaldo N. Bittencourt, 93 Bairro: Xaxim	1987
Vila Califórnia	Rua Pedro Jacob Klock, 120 Bairro: Santa Cândida	1987
Vila Lorena	Rua Tenente Coronel Benjamin Lage, 650 Bairro: Uberaba	1987
Vila Nori	Rua Campo Largo da Piedade, 488 Bairro: Pilarzinho	1987
Vila Sandra	Rua Etelvina da Luz de Barros, s/n Bairro: Cidade Industrial	1987

Colombo I-II	Rua João Antônio Braga Cortes, 770 Bairro: Fazendinha	1988
Conjunto Abaeté	Rua Mal. Anôr Teixeira dos Santos, 680 Bairro: Boa Vista	1988
Conjunto Araguaia	Rua Profa. Antonia Reginato Vianna, 1250 Bairro: Capão da Imbuia	1988
Conjunto Atenas II	Rua Cidade Cel Freitas, 260 Bairro: Campo Comprido	1988
Conjunto Caiuá	Rua Arnaud Ferreira Velloso, 218 – Bairro: Cidade Industrial,	1988
Conjunto Caiuá/Ilhéus	Rua Tuneiras do Oeste, 209 – Bairro: Cidade Industrial,	1988
Conjunto Camponesa	Rua José Tissi, 68, Bairro: Cidade Industrial	1988
Conjunto Cananéia	Rua Cidade de Vargeão, 69 – Bairro: Cidade Industrial,	1988
Conjunto Itapema	Rua Estr. Velha do Barigui, 625 – Bairro Cidade Industrial	1988
Conjunto Itatiaia	Rua Formosa do Oeste s/n – Bairro: Cidade Industrial,	1988
Conjunto Marechal Rondon II	Rua Nossa Senhora da Cabeça, 2240 Bairro: Cidade Industrial	1988
Conjunto Nossa Senhora da Luz II	Rua Humberto Calixto Fruet, 7 – Bairro Cidade Industrial	1988
Conjunto Oswaldo Cruz 1	Rua. Angelina Turesso Cavalim, 51 – Bairro: Cidade Industrial,	1988
Conjunto Piquiri	Rua Professor Hugo Hohmann, 50 Bairro: Campo Comprido	1988
Conjunto São João Del Rey I	Rua Celeste Tortato Gabardo, 0 Bairro: Sítio Cercado	1988
Pimpão	Rua José Joaquim Teixeira, 197 Bairro: Portão	1988
Servidores I	Rua Professor Benedito N. dos Santos, 500 Bairro: Centro Cívico	1988
Ubatuba/Tambaú	Rua 19 Bairro: Cidade Industrial	1988
Vera Cruz II	Rua São Jorge do Oeste, 0 Bairro: Cidade Industrial	1988
Vila Ipiranga	Rua Maj. Sebastião Izidoro Pereira, 128 Bairro: Capão Raso	1988
Vila Lindóia	Rua Conde dos Arcos, 300 Bairro: Lindóia	1988
Vila Parolim	Rua Sergipe, 48 Bairro: Guaira	1988
Vila Rigoni	Rua Alfredo José Pinto, 1680 Bairro: Fazendinha	1988
Vila Rosinha	Rua Alfredo Jaime Felipe, 36 Bairro: Portão	1988

FONTE: PMC, Relatórios de gestão 1986, 1987, 1988.

Assim, a gestão de Roberto Requião mais que dobrou o número de creches na cidade, que passou de 33 unidades para 81, atendendo e marcando este período como aquele no qual a política de Educação Infantil às crianças de 0 a 6 anos se

consolidou em Curitiba e também ganhou visibilidade maior devido a toda propaganda realizada por meio dos eventos de inauguração das mesmas.

Ainda nessa perspectiva, outro exemplo de creche inaugurada neste período e localizada nos já tradicionais Conjuntos Habitacionais em Curitiba foi a creche Porto Seguro, que ficava no Conjunto Habitacional Colombo, no bairro Fazendinha. Foi inaugurada em 1988, pelo então prefeito Roberto Requião. Abaixo uma imagem da creche:

FIGURA 25: CRECHE PORTO SEGURO



FONTE: Jornal Estado do Paraná 02/10/1988.

Na imagem aparece os arredores da localização da creche e é possível verificar que a estrutura era precária, pois há um barranco em volta da cerca que rodeia a creche e até mesmo um portão de entrada que dá a impressão de ser feito de madeira. O prédio da creche dá a entender que havia três grandes pavilhões. Esta creche atenderia a 120 crianças.

Mais do que inaugurar novas Unidades, o desafio maior era manter em funcionamento as antigas e as novas creches, tanto do ponto de vista estrutural como também do ponto de vista dos profissionais que atuavam nas mesmas. Os prefeitos

então não tinham mais como não investir nessas instituições, pois uma vez inauguradas, a comunidade certamente não admitiria que fossem fechadas.

Nesse contexto, a gestão seguinte de Jaime Lerner, candidato que entrou no pleito quase no final⁶⁵, foi eleito com *slogan* de ser uma alternativa às figuras políticas do PMDB, partido que estava desgastado politicamente. Lerner surgiu como um candidato que seria uma alternativa técnica à política instituída na cidade. Segundo Rehbein:

[...] associado à sua imagem bastante difundida como urbanista, inovador e outros atributos profissionais positivos (capacidade), juntamente com o perfil técnico, favoreceram a construção da imagem do candidato frente ao eleitorado. O Partido PDT que deveria ser de esquerda, perde a sua posição ideológica em Curitiba com Lerner, pois estava na oposição, o que favorecia ao pedetistas, uma vez que o partido governista PMDB estava sofrendo desgaste. (REHBEIN, 2008, p. 245).

Na gestão de Lerner, as creches permaneceram sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social até que, em 1989, foi proposta a criação da Secretaria Municipal do Menor. Esta Secretaria foi criada na 3ª gestão de Lerner (PDT), por meio do Decreto 186 de 1989, que dizia:

[...] a passagem do Departamento da Criança da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, para a Secretaria Municipal do Menor, constitui um dos itens da Reestruturação Organizacional da Administração Municipal, decreta: Fica transferido o Departamento da Criança Sigla DSC, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, para a Secretaria Municipal do Menor, adotando a Sigla MNC. Ficam transferidos para a Secretaria Municipal do Menor, o acervo patrimonial e o pessoal lotado no Departamento da Criança, bem como as dotações orçamentárias destinadas à cobertura do Departamento da Criança. (PMC, 1989, s/p).

⁶⁵ A grande e primeira articulação política eleitoral que deu início a chegada à vitória desse grupo começou na eleição municipal de 1988 com a campanha dos “12 dias” com o retorno do “Coração Curitibano”, campanha de Jaime Lerner, na qual derrotou o candidato Maurício Fruet do PMDB, que estava liderando as pesquisas. Ocorreu que o candidato Algaci Túlio (PDT), que fazia campanha para e com o programa de Lerner, utilizou-se da estratégia do impedimento da transferência do título eleitoral, do Rio de Janeiro para Curitiba. Após ganhar o tempo que precisava com certo grau de risco, o TSE autorizou a transferência, sem respeitar o prazo legal. Com isso Algaci Túlio renunciou à candidatura, ficando como vice na chapa com Lerner, e outros dois candidatos envolvidos com o grupo político de apoio a Lerner renunciaram, Airton Cordeiro (PFL), a pedido de Ney Braga, e Enéas Faria (PTB), por conta de Andrade Vieira e Jayme Canet Junior. Foi uma estratégia sem precedentes nos processos eleitorais do Paraná. Essa foi a grande jogada política em campanha eleitoral que levou Lerner a retomar a Prefeitura de Curitiba. Depois dessa grande vitória Lerner foi elegendo seus sucessores. (REHBEIN, 2008, p. 363).

Na sequência, houve a publicação do decreto 224 de 1989, que dispunha sobre a estrutura organizacional, níveis hierárquicos, orgânicos e funcionais da Secretaria Municipal do Menor. Esse decreto deixou a estrutura do Departamento da Criança mais enxuta, ficando assim:

Diretor; Assistência; Divisão de Operação da Rede Municipal; Serviço de Supervisão Técnica; Serviço de Treinamento e Reciclagem; Divisão de Apoio às Entidades Particulares; Serviço de Identificação de Recursos Comunitários; Serviço de Apoio à Iniciativas Comunitárias. (PMC, 1989, s/p).

A Secretaria Municipal do Menor⁶⁶ teve vida curta na administração municipal, e, logo em 1991, ainda na gestão do prefeito Jaime Lerner, foi extinta e todas as atividades das creches foram repassadas para a Secretaria Municipal da Criança que foi criada por meio da Lei 7671 de 10 de junho de 1991, que em seu artigo 24 explicitava a atuação da nova secretaria:

Será de competência da Secretaria Municipal da Criança o planejamento operacional e a execução de programas de atendimento *à criança e ao adolescente carente* de 0 à 16 anos, para a satisfação das suas necessidades básicas, *propiciando condições adequadas a sua integração na sociedade e seu desenvolvimento como indivíduo*; a implementação de programas que visem o atendimento à criança de 0 à 6 anos, por meio do serviço de creches administradas diretamente pela Prefeitura ou por intermédio de terceiros; o atendimento da criança e do adolescente através de projetos de ocupação integral, iniciação profissional, profissionalização e alternativas de ocupação; as medidas de proteção e defesa da criança e do adolescente contra atos de violência por parte da família, da comunidade, ou do Estado; a prestação de apoio técnico e financeiro a entidades, grupos e movimentos comunitários em propostas que se coadunem com as diretrizes da Secretaria; a execução de programas, projetos e atividades relacionadas com serviços de natureza comunitária voltados para a criança e para o adolescente; a articulação e integração com os outros órgãos do município, demais níveis de governo, entidades da iniciativa privada nas programações inerentes às suas atribuições e outras atividades correlatas. (PMC, 1991, s/p, grifos meus).

Esta mudança no nome da Secretaria possivelmente tenha sido feita para atender o Estatuto da Criança e do Adolescente. No entanto, se observarmos o

⁶⁶ Em todas as entrevistas realizadas até agora, nenhum dos entrevistados recordou-se da Secretaria Municipal do Menor. Ao que parece, foi um momento transitório, mais burocrático do que prático. Ou seja, formalmente a Secretaria existiu na legislação e na produção de alguns documentos, no entanto essa nomenclatura não foi absorvida por aqueles que faziam a estrutura funcionar.

destaque feito na citação acima, é possível verificar que embora a legislação já considerasse o atendimento à criança de 0 a 6 anos como direito, ainda estava presente uma noção de compensação de carências e também de adequação das crianças à sociedade. Essa dualidade de concepções presentes num mesmo projeto de Educação Infantil revela uma luta interna de representações acerca do atendimento à infância em Curitiba. Para Chartier (1990 p. 17): “As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção de mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio”.

Contribuindo com as diferentes representações de educação Infantil nesse período, a promulgação da Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990 substituiu o malfadado princípio da situação irregular – o menor de rua, o menor abandonado – pela doutrina da proteção integral – da criança e do adolescente, cidadãos de direitos. (CUSTODIO, 2008). Sobre o Estatuto da Criança e Adolescente, vale reiterar que:

A homologação dos dispositivos da Carta Magna em favor da infância, fundados na Declaração dos Direitos Humanos e na Declaração dos Direitos da Criança, foi estabelecida primorosamente no Estatuto da Criança e do Adolescente – o ECA –, assinado em 1990. Este documento legal representa uma verdadeira revolução em termos de doutrina, ideias, práxis, atitudes nacionais ante a criança. Em sua formulação contou, igualmente, com intensa e ampla participação do governo e, sobretudo, da sociedade, expressa em organizações como a Pastoral do Menor, o Unicef, a OAB, o Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua, movimentos de igrejas e universidades, dentre tantos outros organismos. (MARCÍLIO, 1998, p. 51).

Assim, não coadunaria com a legislação vigente a PMC ter uma *Secretaria do Menor* para atender crianças e adolescentes, a nomenclatura *Secretaria da Criança* convinha melhor para a adequação da municipalidade à legislação. Segundo Ferreira (2000, p. 184), essa Lei é mais do que um simples instrumento jurídico, por que:

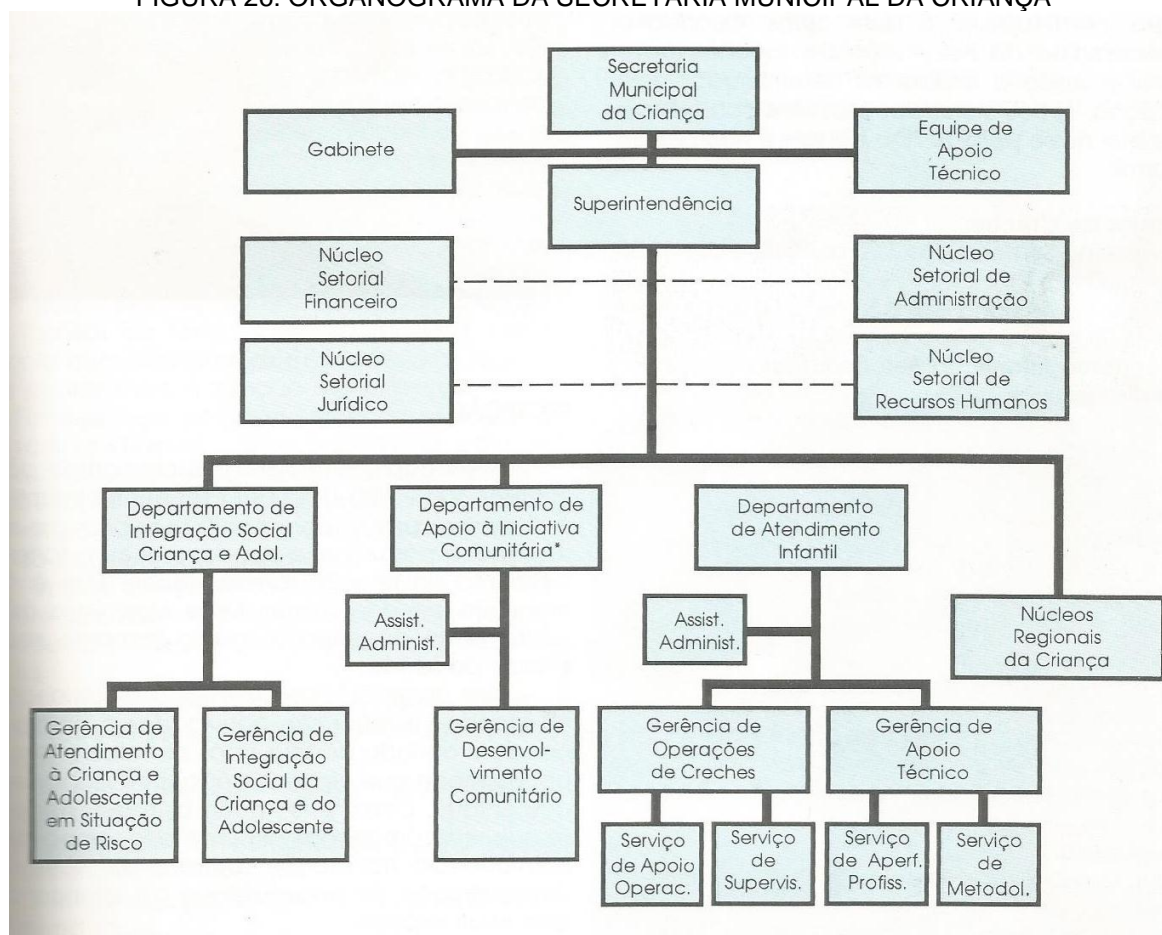
Inseriu as crianças e adolescentes no mundo dos direitos humanos. O ECA estabeleceu um sistema de elaboração e fiscalização de políticas públicas voltadas para a infância, tentando com isso impedir desmandos, desvios de verbas e violações dos direitos das crianças. Serviu ainda como base para a construção de uma nova forma de olhar a criança: uma criança com direito de ser criança. Direito ao afeto, direito de brincar, direito de querer, direito de não querer, direito de conhecer, direito de sonhar. Isso quer dizer que são atores do próprio desenvolvimento.

Destaco que esta Secretaria tinha uma abrangência grande na cidade, pois cuidava das crianças e adolescentes entre 0 a 16 anos. Para as crianças de 0 a 6 anos o programa instituído era a creche. No Decreto 542/1992 houve a aprovação do Regimento Interno da Secretaria Municipal da Criança, no qual foi indicado de que a secretaria se reportaria diretamente ao prefeito.

A Secretaria Municipal da Criança, sigla SMCR, nível de direção superior, reporta-se diretamente ao Prefeito do Município de Curitiba, supervisiona diretamente o Gabinete, a Equipe de Apoio Técnico e Administrativo e a Superintendência e indiretamente o Departamento de Integração Social da Criança e Adolescente, o Departamento de Integração Social da Criança e Adolescente, o Departamento de Atendimento Infantil e os Núcleos Regionais da Criança. (PMC, 1992).

Havia uma organização hierárquica bem clara na organização dessa Secretaria. O organograma a seguir mostra isso:

FIGURA 26: ORGANOGRAMA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA CRIANÇA



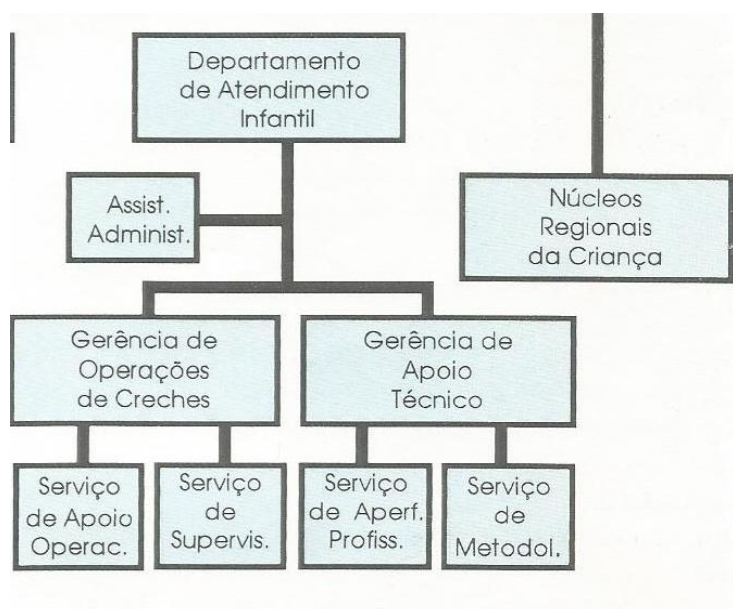
FONTE: IPPUC/SMCR, 1992, p. 33.

Nessa nova organização, o Departamento de Atendimento Infantil – DAI – ficou responsável pela operacionalização das creches. Nessa estrutura de Secretaria Municipal da Criança, todos os atendimentos da cidade às crianças e aos adolescentes ficaram centralizados e houve, então, a necessidade de um departamento específico para cuidar das creches. A este Departamento foram atribuídas, no Regimento, as seguintes funções:

1 - Coordenar a execução do Programa de Atendimento em Creches no Município de Curitiba; 2 - Estabelecer os critérios para a expansão física da rede de Creches no Município de Curitiba; 3 - Desenvolver programas integrados de atendimento à criança, a família e comunidade, envolvidas no atendimento de creche; 4 - Definir as normas de funcionamento para as creches da rede municipal; 5 - Estabelecer critérios para o dimensionamento e seleção do pessoal para a operação das creches municipais, informando ao Núcleo de Recursos Humanos; 6 - Definir e supervisionar o desenvolvimento da programação do Departamento junto aos Núcleos Regionais; 7 - Estabelecer os padrões relativos às instalações físicas, equipamentos e materiais para as creches; 8 - Participar da elaboração do Plano de Trabalho da proposta orçamentária da Secretária; 9 - Coordenar a operacionalização e avaliação das Creches Municipais; 10 - Garantir o aperfeiçoamento profissional dos funcionários do Departamento. (PMC, 1992, s/p).

O organograma a seguir mostra a estrutura do Departamento:

FIGURA 27: ORGANOGrama DO DEPARTAMENTO DE ATENDIMENTO INFANTIL/SECRETARIA MUNICIPAL DA CRIANÇA



FONTE: IPPUC/SMCR, 1992, p. 33.

Tal organograma revela a estrutura técnica que a Secretaria da Criança tinha, em nível central. Nele aparecem também os Núcleos Regionais, que ficavam nas freguesias, que era a estrutura regional da Secretaria. Ou seja, a lógica de repasse de informações e de organização hierárquica estava bem estruturada e as creches, que eram as Unidades Locais respondiam primeiramente para o Núcleo, que era a Unidade Regional e depois para a Secretaria, que era a Unidade Central.

O Regimento de 1992 delimitou a atuação das creches na cidade, que deveria ser:

As Creches Municipais, nível de atuação operacional, reportam-se diretamente aos Núcleos Regionais da Criança. Tem por finalidade garantir o atendimento integral à criança, através de processo educativo das mesmas e de suas famílias. Para tal, tem as seguintes atribuições: 1 - Atender a criança de 0 a 6 anos e 11 meses, no horário das 07 às 18 horas, de acordo com a capacidade de cada creche, e segundo a filosofia de trabalho e princípio metodológicos definidos pela Secretaria Municipal da Criança; 2 - Assegurar à criança um ambiente saudável e limpo; 3 - Manter contato com a comunidade, buscando a divulgação, apoio e melhora do trabalho realizado; 4 - Promover reuniões sistemáticas com pais, para conhecimento, participação e avaliação do trabalho realizado; 5 - Oferecer quatro refeições diárias às crianças, de forma adequada, quantitativa e qualitativamente à faixa etária, objetivando o suprimento das necessidades nutricionais; 6 - Desenvolver proposta de trabalho sócio-psicopedagógica com as crianças. (PMC, 1992, s/p).

Embora o Regimento seja de 1992, data posterior à publicação do Estatuto da Criança e Adolescente, ainda há um forte apelo para que a creche continuasse oferecendo um ambiente limpo, alimentação adequada e a educação de crianças e famílias, mantendo uma proposta educacional assistencial tanto para as crianças quanto para as famílias. Há ainda o destaque de uma proposta sócio-psicopedagógica, que pretendia associar aspectos sociais, psicológicos e pedagógicos do cuidado às crianças de 0 a 6 anos.

Neste contexto de mudanças nas instâncias administrativas das creches e na normatização desse trabalho, Lerner inaugurou 17 novas creches, como mostra o quadro a seguir:

QUADRO 7: CRECHES INAUGURADAS NA GESTÃO DE JAIME LERNER (1989-1992)

Creche	Localização quando da sua Inauguração	Data da Inauguração
Caramuru	Rua Guiroku Gastão Ayabe, 150 Bairro: Uberaba	1989
Cassiopéia	Rua Alberto Poltier, 200 Bairro: Boa Vista	1989
Conjunto Caiuá II	Rua Arnaud Ferreira Velloso, 218 – Bairro: Cidade Industrial,	1989
Conjunto Ilha Bela	Rua Araranguá, 190 Bairro: Cidade Industrial	1989
Conjunto Monteverdi	Rua Três Corações, 179, Bairro Sta. Felicidade	1989
Conjunto Paquetá	Rua São Miguel do Oeste, 0 Bairro: Cidade Industrial	1989
Servidores II	Av. Mal. Floriano, 1895 Bairro: Rebouças	1989
Conjunto Itacolomi/Sabará	Rua. São Valério, 70 – Bairro: Sabará,	1990
Estação Barigui	Rua 3304 Bairro: Cidade Industrial	1991
Vila Verde	Rua Emilio Romani, 230 Bairro: Cidade Industrial	1991
Angela A. F. Dellatre	Rua. Cel. Benedito Tertuliano Cordeiro, 319 Bairro: Tingüi	1992
Krachinski	Rua Aluizio de Azevedo, 349 Bairro: Abranches	1992
Luz do Amanhã	Rua. Des. Cid Campelo, 01 – Bairro: Cidade Industrial	1992
Santos Andrade	Rua Reinaldo Richter, s/n Bairro: Campo Comprido	1992
Trindade	Rua da Trindade, 1000 Bairro: Cajuru	1992
Vista Alegre	Rua Batista Pessine, 540 Bairro: Vista Alegre	1992
Xapinhal/Pirineus	Rua José Manoel Voluz, 0 Bairro: Pinheirinho	1992

FONTE: PMC, Relatórios de Gestão 1989, 1991 e 1992.

Nesse período, como mostra o Quadro 7, sete creches ficaram concentradas no bairro CIC, as demais foram pulverizadas em diferentes bairros, inclusive da região norte da cidade. Nesse período as creches ocupavam toda a cidade, assim a estrutura central da SMCR necessitava de um trabalho descentralizado para manter um padrão

de atendimento na Educação Infantil. Concordando com Vieira sobre a expansão da rede de creches, neste período, do contexto nacional:

A expansão da educação de crianças pequenas em instituições específicas no Brasil ocorreu predominantemente de forma paralela à constituição dos sistemas formais e regulares de ensino, e sempre à sombra dos debates, das ações e das exigências que envolveram (e envolvem) o acesso e a qualidade do ensino brasileiro obrigatório, público e gratuito. (VIEIRA, 2016, p. 36).

A configuração política da cidade neste período circulava em volta da influência política exercida por Jaime Lerner, que era um dos centros do poder político no município. Segundo Nazareno (2005), essa rede de coalizações contribuiu para que Rafael Greca⁶⁷ fosse eleito já no primeiro turno e, em troca do apoio ele deu continuidade ao que tinha sido proposto na gestão anterior⁶⁸. Greca manteve a gestão centrada na proposta de uma cidade voltada para a preservação do meio ambiente, criando o *slogan* para a cidade de “Curitiba, capital ecológica⁶⁹”. Essa representação para a cidade a faria lograr destaque no cenário nacional. Em sua gestão foram inauguradas quatorze creches, a saber:

⁶⁷ Rafael Valdomiro Greca de Macedo nasceu em Curitiba em 17 de março de 1956. É formado em Economia pela Fundação de Estudos Sociais do Paraná (FESP) em 1977, e em Engenharia Civil, com especialização em Urbanismo pela Universidade Federal do Paraná em 1978. Rafael Greca é filho da professora Terezinha Greca de Macedo e de Eurico Dacheux de Macedo, engenheiro do Departamento de Estradas e Rodagem (DER) do Paraná. Seus avós exerceram diversas profissões, incluindo a extração de madeira, areia, erva-mate e no comércio. Rafael é casado com a jornalista Margarita Sansone. (PEREIRA, 2016, p. 5 e 6). Foi vereador pelo PDS de 1983 a 1988 e deputado estadual pelo PDT em 1986. Rafael Valdomiro Greca de Macedo, candidato que representava a continuidade da administração de Lerner, liderou as pesquisas de intenção de voto e foi eleito no primeiro turno com 51,96% dos votos válidos. (REHBEIN, 2008, p. 254). Voltou à prefeitura na eleição de 2016, assumindo sua segunda gestão em 1º de janeiro de 2017, pelo partido PMN (Partido da Mobilização Nacional).

⁶⁸ O candidato da União trabalhista em Defesa de Curitiba (PDT-PTB-PTR), tinha em seu discurso a garantia da continuidade da obra de Jaime Lerner. O prefeito licenciado em seu discurso de campanha afirmava: ‘Votem em Rafael como se fossem votar em mim’ (REHBEIN, 2008, p. 255).

⁶⁹ Conforme documento do IPPUC, Curitiba teria criado uma Escola de Planejamento Ecológico resultante da boa qualidade ambiental da cidade baseada na relação área verde/ habitante associada ao transporte urbano eficaz. IPPUC (1992). Em seu texto, Mendonça (2002) desmistifica essa imagem e esclarece que este foi apenas um jogo de marketing da gestão municipal, pois segundo ele a área verde apresentada pela administração municipal era superior àquela de fato existente.

QUADRO 8: CRECHES INAUGURADAS NA GESTÃO DE RAFAEL GRECA (1993-1996)

Creche	Localização quando da sua inauguração	Data da Inauguração
Bairro Alto	Rua Alberico Flores Bueno, 2173 Bairro Alto	1993
São José	Rua: Sargento Haroldo Cordeiro Jr, 315 Bairro: Augusta	1993
Osternack	Rua Jundiá do Sul, 313 Bairro: Sítio Cercado	1994
Vila Diana	Rua Ten. Cel. Muniz de Aragão, 475 Bairro: Barreirinha	1994
Vila Real	Rua Zeferino Pires Barbosa, 228 Bairro: Orleans	1994
Professora Lygia Carneiro	Rua Daniel Cesário Pereira, s/n Bairro: Santa Felicidade	1995
Tia Chiquita	Rua Des. Carlos P. Guimarães, 0 Bairro: Sítio Cercado	1995
Vó Anna	Rua Ernesto G. Francisco Hannem, 0 Bairro: Tatuquara	1995
Vó Nazareth	Rua Fortaleza, 1932 Bairro: Cajuru	1995
CAIC Cândido Portinari	Rua Trinta e três (Moradias Diadema) Bairro Cidade Industrial	1996
Cantinho do Sol	Rua: Francis Bacon, 177 Bairro: Santa Cândida	1996
Santa Izabel	Rua Pastor Waldomiro Bileski, 71 Bairro: Sítio Cercado	1996
Santo Antônio	Rua Felício Zibarth, 0 Bairro: Uberaba	1996
Sonho de Criança	Rua Reinaldo de Carvalho, 322 – Bairro: Ganchinho,	1996

FONTE: PMC, Relatórios de Gestão 1993, 1994, 1995 e 1996.

Esses momentos de inauguração refletem a consolidação da rede de creches na cidade, pois além de manter as que já existiam em funcionamento (que até 1993 eram 98 unidades) continuar construindo, equipando e contratando pessoal para atuação era um esforço que merecia ser destacado na comunidade e nos jornais. Dessa maneira, os rituais de inauguração foram mantidos ao longo de todo o período estudado. A seguir, imagem do dia da inauguração da creche Tia Chiquita em 1995.

FIGURA 28: INAUGURAÇÃO DA CRECHE TIA CHIQUITA



FONTE: Jornal Diário Popular 29/07/1995.

Na imagem é possível verificar que a inauguração continuou sendo um momento festivo na comunidade, haja vista os balões acima do portão da creche, a presença de adultos e crianças, e de um guarda também. Mantagute (2015) apresentou a importância das inaugurações no âmbito do governo municipal e a representação que elas trouxeram para a comunidade:

A festa de inauguração foi sim o evento que movimentou o bairro, a vila na qual a creche foi inaugurada e também trouxe visibilidade do governo municipal na imprensa. A produção e a divulgação da inauguração também revelam aquilo que queria ser mostrado por aquela gestão. [...] é uma forma de escolher os feitos importantes para a comunidade. Assim, o registro das inaugurações mostra a verdade que uma gestão municipal quer mostrar de sua ação. Dessa forma, a festa da inauguração é representativa de um momento, assim como é um evento produzido com finalidades bem claras para o sucesso e visibilidade do gestor. (MANTAGUTE, 2015, p. 246).

No caso da Creche Tia Chiquita, a inauguração pública também se confunde com a vida pessoal do então prefeito: o nome da creche inaugurada foi uma homenagem de Greca à sua madrinha Francisca Greca de Macedo, justificada na notícia do jornal *Diário Popular* que dizia: “Queremos que o amor que nos deu Tia Chiquita seja dado a todas as crianças do Bairro Novo” (Jornal Diário Popular,

29/07/1995). Esta escolha representa o privado invadindo a esfera pública na cidade e a noção de poder do gestor sobre os equipamentos públicos. A seguir vista da creche Tia Chiquita:

FIGURA 29: VISTA DA CRECHE TIA CHIQUITA



FONTE: PMC, 1995, s/p.

Na imagem, a grande construção de esquina mostra a visão de cima da creche Tia Chiquita, localizada no Bairro Sítio Cercado. Nota-se a organização do bairro de maneira geométrica, assim como a prevalência de casas térreas. As ruas eram de saibro. Havia a presença de postes de luz elétrica, denotando a urbanização e infraestrutura sendo organizadas num bairro recém-criado na cidade.

A seguir uma visão do espaço externo da creche, do parque. As crianças brincam livremente, inclusive sem se preocuparem com a presença do fotógrafo. Parecem bastante envolvidas no sobe e desce da gangorra e do escorregador. No enquadramento da fotografia há a presença de apenas um adulto, que parece observar a brincadeira das crianças. No entanto o enquadramento da foto privilegiou a visão das crianças ocupando o espaço. Recostado à parede há um menino sozinho. O que estaria fazendo lá? Opção ou exigência do adulto?

FIGURA 30: ÁREA EXTERNA DE PARQUE CRECHE TIA CHIQUITA



FONTE: Arquivo Público Municipal, negativo 279.

A creche enquanto política pública consolidada na cidade ganhava uma melhor estruturação administrativa e também pedagógica da PMC. Concordando com Sarmiento *et al.*:

É certo que a protecção das crianças, a par dos progressos inegáveis da modernidade, tem garantido uma melhoria muito substancial, ainda que parcial, das condições de vida da maioria das crianças e são incomensuráveis os avanços verificados em indicadores como as taxas de mortalidade infantil, a libertação de formas opressivas e ignominiosas de trabalho, o usufruto da informação e da cultura escrita, e o acesso a bens de primeira necessidade (educação, saúde, habitação). Importa, no entanto, frisar bem que esses progressos não são universais, nem comuns a todas as crianças do mundo. (SARMENTO, *et al.*, 2007, p. 188-189).

Parte da estruturação da creche enquanto política pública era a organização e sistematização do trabalho realizado nas Unidades, para isso, todas as creches oficiais da Prefeitura eram supervisionadas e orientadas pelas técnicas da Secretaria Municipal da Criança, que tinham como documento norteador das atividades o Manual

que foi publicado em 1986 pela Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social. Somente em 1991 foi produzido outro documento orientador, sob a gestão da secretária Fani Lerner⁷⁰, recebendo para a escrita a supervisão de toda a equipe da Secretaria Municipal da Criança.

Diferente do Manual de 1986, este documento de 1991 foi pouco lembrado pelos entrevistados, assim como não localizei cópia do mesmo nos arquivos pesquisados. O acesso a ele só foi possível por meio da servidora aposentada da Prefeitura Municipal de Curitiba – Lea Margareth Christmann Cardoso da Silva⁷¹, que na época era Coordenadora no Departamento de Atendimento Infantil – por ocasião da entrevista concedida por esta funcionária, o acesso ao documento foi possível.

O documento publicado em 1991 recebeu o nome de: *Manual⁷² de Procedimentos Administrativos do Programa Creche*. O documento é um conjunto de 35 páginas datilografadas e mais 33 páginas com anexos que são modelos de fichas a serem utilizadas nas creches. Foi encadernado em espiral.

⁷⁰ Fani Lerner foi esposa de Jaime Lerner, foi nomeada em 01/01/89 para exercer o cargo de Secretária Municipal do Menor, na gestão do esposo Jaime Lerner. Em 10/06/91 foi nomeada Secretária da Criança na gestão de Lerner ainda e em 1993 foi mantida no cargo pelo prefeito Rafael Greca, saiu do cargo em 1994. Foi ela que, como primeira dama, abriu a tradição curitibana de que a esposa do prefeito ocupa cargos na Prefeitura Municipal. Faleceu em 21/05/2009.

⁷¹ Lea Margareth Christmann Cardoso da Silva é formada em Serviço Social, foi aprovada em Concurso Público na Prefeitura Municipal de Curitiba em 1976 para o cargo de professora normalista. Em 1982 foi nomeada para exercer função gratificada no Núcleo Comunitário São Braz, em 1986 foi nomeada Coordenadora da Regional Boqueirão Baixo pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, em 1988 foi nomeada para atuar no Serviço de Projetos Especiais da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, em 1989 foi nomeada para atuar na Divisão Orientação Sócio Psicopedagógica da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, em 1989 foi nomeada como Assistente da Secretaria Municipal do Menor, em 1992 foi nomeada Assessora do então prefeito Jaime Lerner para assuntos da Secretaria Municipal da Criança. Em 1997, foi nomeada da Equipe Apoio Técnico Administrativo da Secretaria Municipal da Criança, na gestão de Cassio Taniguchi. Em 2003, com a incorporação das creches à Secretaria Municipal da Educação, Lea foi colocada a disposição da Fundação de Assistência Social – FAS, onde encerrou sua carreira aposentando-se em 29/01/2009. Disponível em: <<http://legisladoexterno.curitiba.pr.gov.br/AtosConsultaExterna.aspx>>. Acesso em 12/01/2015.

⁷² Este documento recebeu os nomes dos profissionais que o elaboraram, sendo eles: Elisabete Engraf, Elaine Teixeira, Jussara da Luz Alves, Leonide Garcia de Melo, *Lea M. Christmann Cardoso da Silva*, Márcio Tadeu Costa, Maria Odila dos S. Rodrigues, Maria Beatriz Olandoski, *Mary Lucy Dal Bosco Carletto*, Marli Brandani Tenório, Regina de Cássia C. Pinto, Rosângela O. S. Alves, Silvana R. C. Cruz, Solange Fernandes, Trindade de S. Guerra, Therese Kalife e Yara L. M. Buchmann. Neste período o Manual foi escrito na Secretaria Municipal da Criança, que tinha como secretária Fani Lerner e como secretária adjunta Dacylia Vieira dos Santos e a diretora do Departamento de Atendimento Infantil (DAI) era a Maria Ângela Fávaro Foltran. (Em destaque os profissionais que participam desta pesquisa por meio de entrevistas).

Uma característica importante deste documento é o vínculo com o Projeto Araucária, uma parceria da Universidade Federal do Paraná com a Fundação Holandesa Van Leer⁷³. Abaixo este vínculo está explícito logo na capa do documento:

FIGURA 31: RECORTE DA CAPA DO MANUAL DE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DO PROGRAMA CRECHE



FONTE: PMC, 1991.

Neste recorte da capa é apresentada a logomarca da Prefeitura Municipal de Curitiba junto ao nome da Universidade Federal do Paraná e a logomarca da Fundação Van Leer. A edição de um documento normatizador da ação das creches em Curitiba em parceria com uma fundação internacional dá a dimensão do nível de atuação e influência do Projeto Araucária na rede de creches de Curitiba. Tanto a fundação holandesa como a UFPR figuraram como “colaboradoras” na escrita do documento. A normatização diz respeito à administração de pessoal de creche, ao funcionamento da creche e faz orientações administrativas.

Este documento não trouxe a discussão acerca das questões pedagógicas que estavam presentes nos Manuais de 1984 e 1986, perdeu, inclusive, o sentido do atendimento à criança como direito dela. Nele foram privilegiadas as questões burocráticas da creche, assim como a descrição das funções de cada profissional dentro da mesma. O fato de este documento dar destaque às questões administrativas, provavelmente tenha sido uma estratégia da gestão municipal para separar as questões administrativas das pedagógicas. Minha hipótese é que a

⁷³ Há uma pesquisa de mestrado que intentou a elucidação do Projeto Araucária em Curitiba. Alessandra Giacomitti defendeu sua dissertação em 2012, sob o título: *Em meio a arquivos e memórias, o Projeto Araucária: da proposta curricular a formação dos profissionais da educação infantil em Curitiba (1985-1992)*. A Fundação Bernard van Leer continua ativa e possui um site no qual divulga suas ações: <<http://www.bernardvanleer.org/>>.

separação dos assuntos revela a representação de Educação Infantil presente nas creches curitibanas. Em 1992 foi publicada a revista *Creches: Espaço de Educação* e em 1994 a revista *Proposta Pedagógica de 0 a 6 anos*⁷⁴, esta em parceria com a Fundação Holandesa Van Leer também. Essas duas revistas discutem as questões de orientações didático-pedagógicas para as creches.

No Manual administrativo de 1991 havia um tópico novo, que não tinha sido explorado nos documentos anteriores. A novidade era a presença de professores formados nas creches, atendendo as turmas das crianças de seis anos. Esta proposta de trabalho foi criada ainda sobre a supervisão da Secretaria Municipal do Menor, em 1990. O documento que tratou dessa parceria entre Secretaria Municipal da Educação e Secretaria Municipal do Menor foi chamado de *Integração da ação pedagógica nas creches e escolas municipais*. Nessa parceria, o poder público municipal propunha que:

O aproveitamento de professores concursados como regentes das turmas de 5 e 6 anos, nas creches municipais, representa um avanço no sentido de *se implementar a função pedagógica* da pré-escola. *A atuação do professor qualificado* contribuirá para a ação educativa mais entrosada com o 1º Grau, contribuindo significativamente para o processo de aquisição de conhecimento pelas crianças dessa faixa etária. (PMC/SMM, 1990, p. 1, grifos meus).

De acordo com a citação acima, é possível supor que segundo as duas secretarias envolvidas, seria necessário incluir o *professor qualificado* na turma do pré-escolar para que a ação educativa ocorresse, assim como para que as crianças tivessem acesso ao conhecimento. No jornal *Estado do Paraná*, a imprensa informava que a Prefeitura teria implantado o pré-escolar nas creches para que as crianças dessem os “primeiros passos” da alfabetização, ao invés de ficar somente dedicados ao lazer nas creches. (Jornal Estado do Paraná, 12/05/1992).

Nesse sentido, há a desqualificação do atendimento oferecido na creche pelas babás assim como se reforça a representação da pré-escola como preparatória para o 1º Grau. Autores como Brandão, Abramovay, Kramer (1981) e Patto (1973, 1984,

⁷⁴ Estas revistas serão objeto de análise ainda neste capítulo.

1988, 2000) já trataram dessa questão, discutindo a problemática de se conferir à pré-escola um lugar de preparação ao ensino primário, assim como, um lugar de compensar carências afetivas, cognitivas e sociais.

O jornal *Indústria e Comércio* de 1993 abordou este assunto com a manchete: “Creches preparam para a pré-escola”. Na notícia foi abordado o aniversário de dois anos do Convênio entre Secretaria Municipal da Criança e Secretaria Municipal da Educação para garantir a presença do “professor especializado” nas creches. A diretora do Departamento de Atendimento Infantil – Maria Ângela Favaro Foltran⁷⁵, em entrevista ao jornal fez destaque na reportagem, aos conteúdos que seriam ensinados por esse professor, que seriam:

[...] noções de ciências, como os sistemas terrestres, ação transformadora do homem e a Terra no sistema solar; Matemática, com construção de números, quantidade, medidas e observação e exploração do espaço; História, com abordagem de trabalho, habitações, crenças, artes, transporte, lazer, vestuário e meios de comunicação. Noções de Geografia também, aulas para compreensão do espaço e a importância da natureza em nossa vida (JORNAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO, 06/07/1993).

Ainda, na mesma notícia, a Secretária da Criança – Fani Lerner – reforçou a importância de que o ensino ofertado nas creches estivesse em consonância com o ensino de 1º Grau, numa clara defesa de que a creche deveria ser preparatória para o nível escolar seguinte.

Ora, ao mesmo tempo em que havia a tentativa de qualificar e dar visibilidade ao trabalho realizado nas creches, por meio das publicações oficiais e também na imprensa local, também havia a desqualificação do mesmo quando a própria Secretaria indicava a necessidade da presença do professor formado para preparar para o ensino primário. Esse professor ficava, na prática, apenas 4 horas com a turma das crianças de 5 a 6 anos e nas outras 7 horas em que as crianças estavam nas creches, elas continuavam sob os cuidados das babás.

⁷⁵ Maria Angela Favaro Foltran foi nomeada em 1989, na gestão de Jaime Lerner como diretora da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e em 1991, diretora do CRAI, vinculado à Secretaria Municipal da Criança. Em 1997, na gestão de Cássio Taniguchi foi nomeada superintendente da Secretaria Municipal da Criança e saiu junto com Taniguchi.

Essa parceria entre Secretaria Municipal da Educação e Secretaria Municipal da Criança reforçou ainda a diferenciação dada aos profissionais de Educação Infantil e Ensino Fundamental, revelando a dificuldade de criação de uma identidade profissional para aquele que trabalhava com a Educação Infantil e também a desvalorização a que ele foi submetido, seja pela falta de formação inicial ou pelo salário ou, ainda, pelo status social que ocupava na sociedade.

A valorização da presença do professor na creche é uma das contradições presentes na rede de creches, pois ao mesmo tempo em que a PMC entendia que ter um professor formado, do quadro funcional do Magistério era importante, não o solicitava nos concursos para a contratação dos profissionais que atuavam nas creches, apenas os “emprestava” da SME. Em se tratando da Secretaria da Criança e da Secretaria da Educação, apenas esta promovia concursos públicos que exigiam formação inicial profissionalizante e/ou de nível superior. Os concursos que contrataram os profissionais para a atuação nas creches exigiam, em 1985, o ensino primário incompleto e apenas em 2002, por meio da Lei 10.390 de 11 de abril de 2002, criou as carreiras de Atendimento à Infância e Adolescência e de Atendimento Social, quando foi exigido o Ensino Médio. Ora, há a valorização do profissional formado na área da educação, mas ele não pertence ao quadro de profissionais da creche, ele apenas é “emprestado” pela Secretaria Municipal da Educação por um curto período diário de 4 horas, num universo de atendimento de 11 horas que era realizado nas Unidades.

2.1 Creche: construindo um currículo para a Educação Infantil

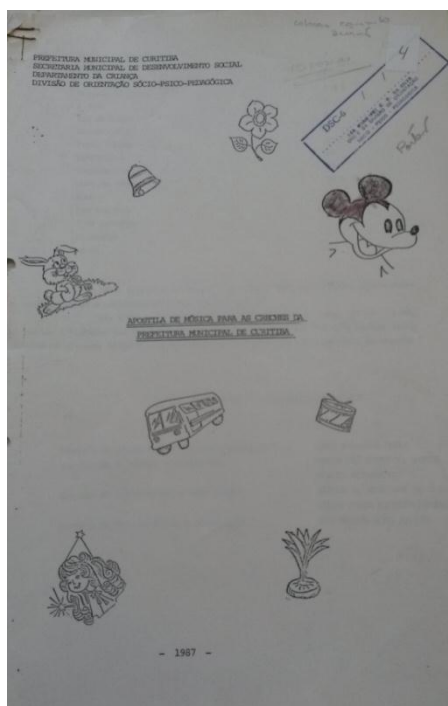
Desde a inauguração das primeiras creches em 1977, havia uma proposta pedagógica para a Educação Infantil realizada nessas Unidades. Dacylia Vieira em entrevista ao jornal *Correio de Notícias* de 16/08/1977, explicava que:

Para as crianças entre um a dois anos, haverá um início do processo de orientação no caminhar, falar e demais aspectos do desenvolvimento. As crianças de idade entre 2 a 4 anos os professores começarão a orientar o desenvolvimento psico-motor. A última fase do atendimento para crianças entre 4 a 6 anos serão ensinados princípios de higiene, processo educativo, incluindo a pré-alfabetização. (CORREIO DE NOTÍCIAS, 1977, s/p).

Dacylia Vieira era assistente social de formação à frente do Departamento de Desenvolvimento Social, no Programa Creche. Essa proposta, citada por ela ao jornal, não foi localizada nas fontes consultadas desse período, pois somente no ano de 1984, com o primeiro Manual é que uma proposta oficial passou a figurar em documentos oficiais. Provavelmente havia uma intenção de trabalho, que foi efetivada e posteriormente houve o registro do que foi realizado. Ao lado da proposta escrita passou a surgir no arcabouço das fontes consultadas diferentes materiais escritos, que circularam entre os profissionais envolvidos com a Educação Infantil em Curitiba.

Como exemplo, foi localizado no arquivo geral da Secretaria Municipal da Educação uma apostila com músicas infantis produzida e distribuída para as creches. As músicas tratavam de temas diversos e tinham o objetivo de facilitar o trabalho nas creches e auxiliar as babás “para o desenvolvimento integral das crianças”. (PMC/SMDS, 1987, p. 1). A apostila contava com 20 páginas datilografadas, com desenhos feitos a mão, e suas folhas eram grampeadas. A seguir a capa da Apostila:

FIGURA 32: CAPA DA APOSTILA DE MÚSICA



FONTE: Arquivo Secretaria Municipal da Educação.

A lista de músicas que figurava no índice privilegiava a temática das datas comemorativas: “[...] músicas para a páscoa; para o dia do índio; para o dia das mães; para a festa junina; para o dia dos pais; para o 7 de setembro; para a primavera; para o natal”. (PMC/SMDs, 1987). Havia ainda outras músicas que exploravam temáticas como: as profissões; o esquema corporal; a hora do lanche e o sono. Para Veiga (2000, p. 414), “as festas escolares, cívicas ou não, foram pensadas dentro da relação cultura nacional e educação estética, como um momento de manifestação máxima de emoções”.

A escolha desse repertório coaduna com a ideia que circulava que em instituições que atendiam crianças pequenas, o repertório das datas comemorativas do país deveria ser explorado. Maia (2011) discutiu em sua dissertação de Mestrado essa prática de utilização das datas comemorativas para organização de um pseudocurrículo de trabalho na Educação Infantil em cinco municípios do Rio de Janeiro. A autora analisou e problematizou essa prática em sua pesquisa:

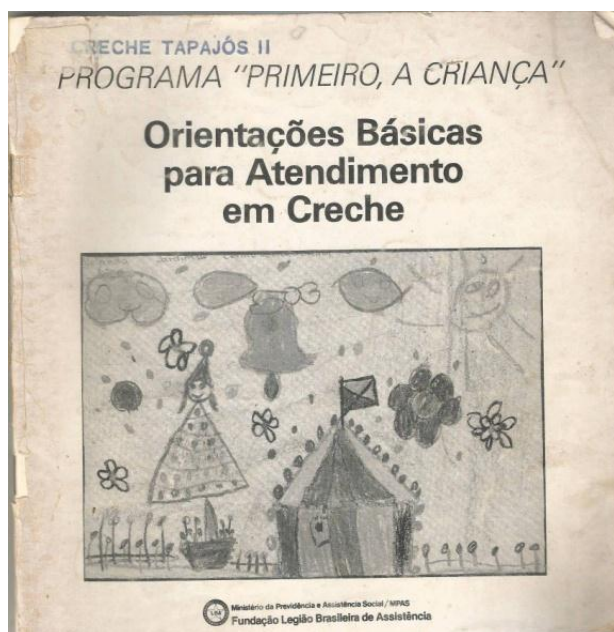
Através da organização do currículo em torno de datas comemorativas, a escola solidifica e mantém um currículo monocultural, ideologicamente dominante. O currículo assim organizado seleciona determinados conhecimentos e valores e os professores não se questionam sobre isso. O professor está comprometido com um currículo e através dele com uma perspectiva de humanidade e sociedade. Através do currículo defende, ainda que não se dê conta, “verdades” que não são problematizadas no cotidiano da escola e compõem as subjetividades que se constituem na relação social. (MAIA, 2011, p. 137-138).

Na gestão de Roberto Requião (1986-1988), foi definido que seria adotado nas creches oficiais o programa de Estimulação Essencial para crianças de berçário e maternal I, que seria uma espécie de currículo para essas turmas. Em 1988 a equipe da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social publicou o documento “Programa de Estimulação Essencial nas creches municipais”, direcionado para as turmas do berçário e maternal I. Este programa “baseava-se na vinculação afetiva e na utilização dos estímulos do meio, proporcionando à criança o desenvolvimento do seu potencial”. (SMDs, 1988, s/p).

A indicação de que houvesse Estimulação Essencial em creches era uma ideia que circulava nacionalmente, como por exemplo, no livreto *Programa Primeiro a Criança*, produzido pelo Ministério da Previdência e Assistência Social. Neste material

foram feitas indicações de como a creche deveria se organizar do ponto de vista administrativo e também acerca do planejamento para as atividades. Neste documento foi indicado que houvesse na sala de berçário um local para estimulação que tivesse: “colchonetes de pouca espessura (3 cm), forrados de plástico resistente (vinil) em cores alegres. Barra para locomoção, a 50 cm do chão com espelho atrás dela, a partir do rodapé” (BRASIL, MAPS, 1988, p. 81). A seguir a imagem do referido livreto.

FIGURA 33: CAPA DO LIVRETO



FONTE: CMEI Tapajós II.

Vale ressaltar que este livreto foi localizado no arquivo de uma das creches da Prefeitura, o que deixa evidente que os materiais produzidos nacionalmente circulavam dentro das Unidades e possivelmente as profissionais tinham acesso a eles. Permanece a questão de identificar como estes materiais chegavam às creches: por meio da própria Prefeitura ou eram enviados diretamente pelo Ministério da Previdência e Assistência Social?

A estimulação essencial também foi indicada por Rizzo (1988) em seu Manual como uma atividade a ser desenvolvida com as crianças na creche. Ela orientava no Manual atividades de estimulação para o berçário e para o maternal. O município de

São Paulo, da mesma maneira, teve presente nas propostas de 1971 e 1972 a indicação da estimulação essencial para os bebês. (OLIVEIRA & FERREIRA, 1986).

Nesse sentido, havia certa sintonia entre as orientações que eram dadas nacionalmente e as opções que a administração municipal fazia para organizar o atendimento às crianças de 0 a 6 anos, o que reforça a ideia de circulação e apropriação das representações acerca da Educação Infantil.

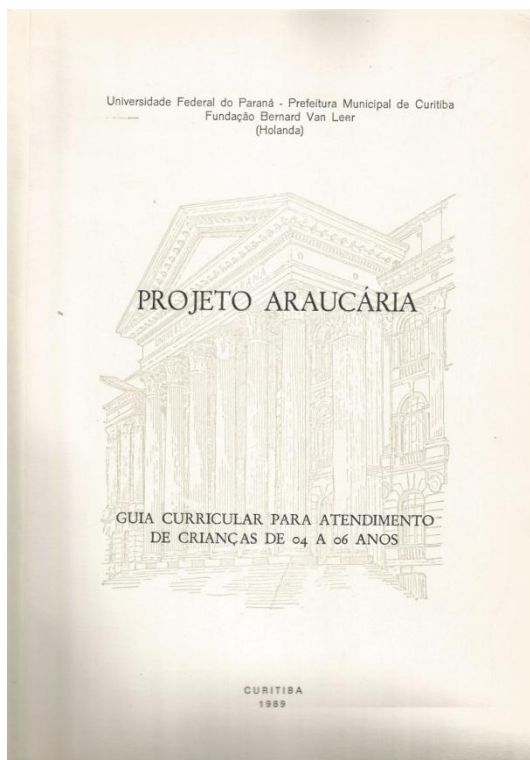
Os documentos orientadores de uma proposta pedagógica para as creches de Curitiba foram sendo aprimorados, tanto do ponto de vista do conteúdo, quando da forma e das parcerias para a produção dos mesmos. Em março de 1989 foi firmado o convênio com a Fundação Bernard Van Leer e a Universidade Federal do Paraná para a implementação do Projeto Araucária, que pretendia melhorar a condição do pré-escolar nas creches municipais de Curitiba. (GIACOMITTI, 2012). O Guia Curricular proposto pela Fundação e pela Universidade organizava o planejamento pedagógico apenas para as turmas de 4 a 6 anos.

O Guia Curricular para atendimento de crianças de 4 a 6 anos, foi publicado em 1989 em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e a Fundação Bernard Van Leer (FBVL). O Guia consistia na tradução de material produzido na Colômbia, na Universidade Del Norte em Barranquilla. As professoras⁷⁶ do Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação da UFPR fizeram a tradução e implementaram seu uso nas creches curitibanas e nos demais municípios atendidos pelo Projeto Araucária no Paraná. Ou seja, não houve participação dos profissionais da PMC na escrita ou tradução do material, eles apenas utilizaram os planejamentos e atividades nas creches.

A seguir a capa do Guia Curricular, documento datilografado, com mais de 200 páginas (que não foram numeradas), sem ilustrações e sem referências bibliográficas.

⁷⁶ Rosa Elisa Perrone de Souza; Claraidalia Stechmann; Denise Grein Santos e Vera Libretti Pereira.

FIGURA 34: CAPA DO GUIA CURRICULAR PARA ATENDIMENTO DE CRIANÇAS DE 04 A 06 ANOS



FONTE: Acervo da Biblioteca da Universidade Federal do Paraná. Há ainda um exemplar na Biblioteca Pública do Paraná e em alguns CMEIs de Curitiba.

Uma análise aprofundada deste Guia foi realizada por Giacomitti (2012), que em sua dissertação verificou a repercussão do Projeto Araucária em Curitiba, a discussão e tensão teórico metodológica que havia naquele momento entre Universidade, Secretaria Municipal da Educação e Secretaria Municipal da Criança.

Já na introdução do documento, os autores indicam o lugar deste Guia dentro das creches: “É o conjunto de princípios científicos sobre o processo educativo que orientam o desenvolvimento global da metodologia” (UFPR/FBVL, 1989, s/p).

O Guia estava organizado por temas e destes temas eram apresentados planejamentos que indicavam os tipos de atividades que deveriam ser realizadas, descreviam-nas e os materiais necessários para a realização das mesmas. Havia práticas indicadas para o Jardim I e outras para o Jardim II, no entanto os temas centrais eram os mesmos, quais sejam: Minha escola; Eu me conheço; Meu vestuário;

Minha família; A casa e suas dependências; O Bairro em que vivo; A cidade em que vivo; Os alimentos que comemos; Os animais; As profissões. (UFPR/FBVL,1989).

O Guia contava com descrição detalhada das atividades, inclusive com as letras de músicas que deveriam ser cantadas com as crianças, ou então com as histórias que deveriam ser lidas/contadas para as mesmas. Assim, áreas como literatura, música e artes plásticas estavam bastante contempladas nas propostas sugeridas. A seguir um exemplo de como estava organizado o guia.

FIGURA 35: EXEMPLO DE ATIVIDADE SUGERIDA PELO GUIA CURRICULAR

TIPOS DE ATIVIDADES	EXPERIÊNCIAS SUGERIDAS	RECURSOS
Pequenos grupos Estruturada	A educadora fala sobre o sal e o açúcar e os mostra às crianças. A seguir coloca o sal e o açúcar em pratos separados. Pede às crianças que provem o açúcar e enquanto o fazem as estimula para que nomeiem outros alimentos que têm sabor doce. Faz o mesmo com o sal.	Sal, açúcar, pratos.
Expansão	As crianças pintam algum alimento e depois de pronto, a educadora escreve o nome do alimento desenhado.	Folhas de papel, lápis.
Jogo Todo o grupo	Nos locais de interesse Ensinar às crianças a canção: Meu limão, meu limão-eiro, meu pé de jacarandá uma vez tindolele, outra vez, tindolalá. (folclore brasileiro) As crianças cantam em roda e os pares vão dançando no centro dela.	Espaço amplo.
Vocabulário sugerido: doce, salgado, alimento, sal, açúcar.		

FONTE: Guia Curricular para Atendimento de Crianças de 04 a 06 anos, 1989, s/p.

Este exemplo de atividade sugerida revela o detalhamento dado pelos planejamentos propostos pelo Guia Curricular. Assim, acabava sobrando pouco espaço para criação das profissionais das creches. Evidente que não é possível afirmar que as profissionais cumprissem expressamente as orientações, mas o fato delas circularem no ambiente da creche e se fazerem presentes nas orientações sugere que o grupo tinha acesso a essas orientações e caso as colocasse em prática não precisaria pensar ou criar outras atividades, pois havia muita sugestão e orientação no Guia, desse modo os profissionais então poderiam exercer uma função docente sem serem docentes.

O Projeto Araucária foi implementado em outros municípios da região metropolitana⁷⁷ de Curitiba ao mesmo tempo. Marafon (2012) analisa essa implementação no município de Piraquara que, a partir do Projeto Araucária, ocorrido em 1985, escreveu sua própria proposta no ano de 2004. Sobre esses momentos Marafon afirma:

[...] é possível sustentar que as políticas públicas para a Educação Infantil em Piraquara, estabelecidas em dois momentos diferentes, não podem ser concebidas como proposições antagônicas, pois os documentos evidenciam que é equivocada a assertiva de que apenas recentemente as creches e pré-escolas tornaram-se instituições educativas. (MARAFON, 2012, p. 280)

O Projeto Araucária passou a ter uma importância muito grande na Secretaria e sua presença na rede é contada com muito entusiasmo pelas entrevistadas dessa pesquisa. Elas, sem exceção, teceram muitos elogios à parceria. Corroborando Benjamin (1994, p. 37), quando nos chama atenção para o valor de revivermos um momento: “Um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois”.

⁷⁷ Segundo dados da Secretaria Estadual da Educação, o Projeto Araucária abrangia os seguintes municípios: “Os municípios participantes foram: Agudos do Sul, Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campo Largo, Colombo, Cerro Azul, Campo do Tenente, Lapa, Piraquara, Quatro Barras, Quitandinha, Rio Branco do Sul, Rio Negro, São José dos Pinhais e Tijucas do Sul”. (PARANÁ, 2006, p. 11).

Como continuidade do Projeto e para dar visibilidade ao trabalho realizado nas creches, em 1992 foi lançada a revista⁷⁸ *Creches: Espaço de Educação*⁷⁹, que tinha um apelo gráfico muito forte e pretendia divulgar o trabalho realizado nas creches de Curitiba. A revista era ricamente ilustrada com fotografias das Unidades, nela foi apresentada uma história resumida da rede de creches até aquele momento e foi promovida a representação das creches de Curitiba como espaços de educação, conforme o próprio título anunciava. A seguir imagem da revista⁸⁰:

FIGURA 36: CAPA DA REVISTA



FONTE: PMC/IPPUC, 1992, capa e contracapa.

⁷⁸ A revista foi publicada pela Secretaria Municipal da Criança em parceria com o IPPUC. Na página de abertura são listados os nomes dos técnicos, tanto do IPPUC quanto da Secretaria. A sistematização e organização da revista foram atribuídas à Márcia Teixeira Sebastiani (Técnica do Setor de Monitoração no IPPUC; Pedagoga do Departamento de Atendimento às Creches na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social; Pedagoga da Divisão de Apoio Técnico-Pedagógico na Secretaria Municipal da Educação. Atuou na PMC entre 1986 a 1999), Dulce Aparecida Maestri (Socióloga, funcionária do IPPUC, já aposentada) e Maria de Fátima Paiva (Assistente Social, funcionária do IPPUC, também já aposentada).

⁷⁹ Foi publicado no evento: XII Congresso Nacional de Educação (EDUCERE), III Seminário de Representações Sociais (SIRSSE), IX Encontro Nacional sobre Atendimento Escolar Hospitalar e I Congresso Nacional sobre Atendimento Pedagógico ao Escolar em Tratamento de Saúde (APETS), realizado em outubro de 2015, um artigo sob o título: “Creches em Curitiba: espaço de educação” uma representação do atendimento à criança curitibana na década de 1990”, no qual apresentamos a análise das fotografias utilizadas na revista (MANTAGUTE & SANTINI, 2015).

⁸⁰ A revista foi distribuída em todas as creches da PMC em 1992. Como é relativamente recente, muitas creches ainda têm em seus acervos um exemplar da mesma. Localizei exemplares na Biblioteca Pública do Paraná, no IPPUC, no Arquivo da Secretaria Municipal da Educação e no Arquivo Público Municipal.

A revista apresentou um histórico aligeirado acerca da constituição da rede de creches em Curitiba e na sequência trouxe o que os autores chamaram de “Princípios Educacionais” expostos em sete páginas da revista, que apresentaram, de maneira concisa, a proposta pedagógica.

Neste documento, a então proposta pedagógica da rede, foi organizada por faixa etária. Foram apresentadas características do desenvolvimento infantil de cada idade e em seguida a proposta pedagógica para a Educação Infantil, como demonstra o quadro a seguir:

QUADRO 9: PROPOSTA PEDAGÓGICA 0 A 6 ANOS

Faixa Etária	Proposta	Convênio/parceria para elaboração
0 a 3 anos – Berçário e Maternal I	<ul style="list-style-type: none"> • Contexto psico-afetivo para o trabalho de estimulação • Jogo espontâneo da criança • Programa de estimulação • Atividades sistematizadas nas áreas: motor, sensório-perceptiva, cognitiva e de comunicação 	Não apresenta
3 a 5 anos – Maternal II e Jardim I	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecimento historicamente construído • Jogo como estratégia 	Projeto Araucária – Guia Curricular
5 anos e 6 meses a 6 anos e 11 meses – Jardim II	<ul style="list-style-type: none"> • Vínculo com o ensino de 1º Grau; • Contato com música, desenho, teatro, pintura e literatura • Psicomotricidade Relacional 	Secretaria Municipal da Educação – Currículo Básico

FONTE: Revista Creches em Curitiba: espaço de educação, 1992.

O quadro revela a “Proposta Mosaico” delineada por Dal Molin⁸¹ (2015) em sua entrevista: segundo ela, as práticas educativas para as crianças de 0 a 6 anos,

⁸¹ Vera Lucia Grande Dal Molin é pedagoga concursada da Prefeitura Municipal de Curitiba desde 1991. Segundo ela própria, logo que foi aprovada no Concurso já foi convidada para trabalhar na Secretaria Municipal da Criança. Atua desde então nas instâncias administrativas que orientam e propõem o atendimento para as crianças de 0 a 6 anos em Curitiba. Em 2003 foi nomeada como Chefe de Serviço

previstas e efetivadas na rede de creches de Curitiba compunham um “mosaico” (DAL MOLIN, 2015). O termo mosaico foi sugerido pela entrevistada, que é pedagoga da rede de ensino municipal desde 1991, atuante nos quadros técnicos das instâncias administrativas/pedagógicas da rede municipal de creches. Assim a entrevistada explicou a “proposta mosaico”:

Para os pequenos era o Programa de Estimulação, desde a década de 1980 com a autora Janine Lèvy e também o material do MEC: *O que podemos fazer juntos*⁸², que era para a família, mas a gente utilizava. De quatro a cinco anos, as propostas eram do *Projeto Araucária – Guia Curricular e para os de seis anos* e do *Currículo Básico da Pré Escola da Prefeitura Municipal de Curitiba* (1988). (MOLIN, 2015, grifos meus – Informação verbal).

Embora essa nomenclatura dada por Molin (2015) seja uma análise que não leva em conta o que ocorreu antes de 1990 para a Educação Infantil curitibana e use como ponto de análise o *Guia Curricular da Fundação Araucária* publicado em 1989 e o *Currículo Básico* publicado em 1988, ela pode ser uma boa metáfora para as proposições e realizações pedagógicas na rede de creches, pois de fato haviam diferentes propostas embasadas em referenciais bastante distintos dentro de uma mesma rede.

Na publicação feita na Revista, fica bastante explícito que a idade das crianças determinava que tipo de propostas elas teriam nas creches, e, que não havia um fio condutor central para o atendimento, que de fato ele era disperso e tinha diferentes elementos teóricos e práticos que o embasavam.

A revista ainda apresentou outras temáticas conforme mostra o quadro a seguir:

de Apoio Pedagógico da Educação Infantil, em 2005 foi nomeada Gerente de Educação Infantil e permanece com este cargo até os dias atuais. Disponível em: <<http://legisladoexterno.curitiba.pr.gov.br/AtosConsultaExterna.aspx>>. Acesso em 12/03/2016.

⁸² Consegui localizar um exemplar desta revista no arquivo do CMEI Gramados. O exemplar, que foi publicado em 1992, pelo Ministério da Saúde, apresenta as características da criança em cada faixa etária (de 0 a 3 anos) com sugestões de atividades que podem ser desenvolvidas com ela. O texto é escrito para os pais das crianças e para pessoas que interagem com elas. (BRASIL, 1992).

QUADRO 10: TEMÁTICAS PRESENTES NA REVISTA *CRECHES EM CURITIBA: ESPAÇO DE EDUCAÇÃO*

Tema abordado	Resumo
Histórico da expansão da rede de creches	Apresenta dados quantitativos sobre a estruturação da rede de creches em Curitiba
Princípios educacionais	Apresenta a proposta pedagógica específica para cada faixa etária atendida nas creches
Planejamento da rede física	Mostra o número de crianças atendidas nas creches e os planos de ampliação da rede
Projetos arquitetônicos	Apresenta os projetos arquitetônicos e a relação com o número de crianças atendidas
Funcionamento: estrutura e organização	Apresenta o organograma da secretaria na qual as creches estão inseridas e as rotinas de trabalho (com horários e atividades) existentes nas creches, apresenta ainda os critérios de admissão e matrícula das crianças
Profissionais	Apresenta quais profissionais atuam nas creches indicando sua formação e salário médio
Aperfeiçoamento profissional	Apresenta seu modelo de formação em serviço: treinamento inicial, treinamento operacional e treinamento técnico
Recursos financeiros	Apresenta os custos mensais de uma creche para a PMC
Creches Comunitárias	Apresenta o que são as creches comunitárias, como funcionam e o papel da PMC como co-financiadora desse programa
Programa vale-creche	Apresenta o que é o programa, como funcionam as creches e qual o papel da sociedade civil/empresarial como patrocinadora de algumas creches
Lista de anexos	Apresenta 4 anexos, sendo: 1) listas dos materiais e gêneros alimentícios enviados para as creches; 2) atribuições do Departamento de Atendimento Infantil; 3) Atribuições dos profissionais envolvidos com as crianças; e, 4) Regulamento das creches comunitárias.

FONTE: Revista *Creches em Curitiba: espaço de educação*, 1992.

Com este vasto rol de temáticas abordadas na revista há a apresentação de um panorama de como a Prefeitura organizava a Educação Infantil em Curitiba, tanto do ponto de vista estrutural, de pessoal e também pedagógico. Essa revista, sem dúvidas, propunha ao leitor comum um conhecimento de como a rede de creches estava estabelecida na cidade, mas não problematizava esta mesma rede. A revista, feita num tom altamente publicitário, joga luz numa proposta, mas não faz a avaliação da mesma, nem demonstra como se faz, fica apenas no plano da proposição. Ao leitor que atuava nas creches, apresentava um caráter prescritivo e também um ideal de atuação.

No ano de 1992 houve uma proliferação de documentos de cunho pedagógico emitidos pela Secretaria da Criança. Nessa esteira, foi publicado o *Documento de Metodologia Básica para o atendimento de crianças de creche*, que pretendia tornar mais clara a atuação dos profissionais junto às crianças. Logo na apresentação havia a indicação de que este era o resultado das discussões ocorridas entre a equipe interna da SMCR e a equipe do Projeto Araucária no período entre 1989 a 1992. O quadro a seguir faz um resumo do que era previsto na Metodologia:

QUADRO 11: PROPOSTA DE ATIVIDADE PARA AS CRIANÇAS

Faixa etária	Proposta	Fundamentação	Temas sugeridos
0 a 3 anos	Exercícios de Estimulação Psicomotricidade relacional	Janine Lévy André Lapierre	Não apresenta
4 a 6 anos	Organização do planejamento a partir do tema, conteúdo e estratégias Estratégia: jogo e brincadeira		Maternal II Creche Meu corpo Minha casa Bairro Natureza
			Jardim I A creche como espaço de relações Meu corpo Família Bairro Natureza

FONTE: Documento de Metodologia Básica para o atendimento de crianças de creche, 1992.

Os temas apresentados para a faixa etária entre 4 e 6 anos são muito semelhantes àqueles do *Guia Curricular do Projeto Araucária (1989)*, revelando a importância deste projeto na construção da proposta municipal e que, de fato, as formações oportunizadas pelo Projeto Araucária, assim como as práticas propostas, tiveram eco por algum período na rede curitibana. Já a proposta para as crianças de 0 a 3 anos teve como permanência as atividades de Estimulação, que desde o início da rede de creches estiveram nas propostas municipais.

Os temas apresentados no documento de Metodologia (1992) foram abordados em um documento chamado *Caderno de Pesquisa*, publicado em 1995 (PMC/SMCR/DAI, 1995) que foi organizado pela fonoaudióloga Cátia Eliz Boscardin, pelas pedagogas Ida Regina Moro Milleo de Mendonça⁸³, Rosa Aparecida Comazi

⁸³ Ida Regina Moro Milleo de Mendonça é pedagoga de formação, prestou Concurso Público para a Prefeitura Municipal de Curitiba e ingressou na função em 1980. Em 1985 foi nomeada para atuar no Serviço Recepção Triagem do Departamento de Desenvolvimento Social – DDS. Em 1990 foi nomeada para exercer Serviço Supervisão Controle na Secretaria Municipal do Menor. Em 1994 foi nomeada para atuar no Serviço Metodologia CRAI da Secretaria Municipal da Criança. Em 2003, com a incorporação das creches a Secretaria Municipal da Educação, Ida Regina foi colocada a disposição da Fundação de Assistência Social – FAS. Em 2005 foi nomeada Diretora do Departamento da Educação Infantil onde permaneceu até 2012. Em 2013 foi nomeada Superintendente de Gestão Educacional, cargo que ocupa até os dias atuais. Disponível em: <<http://legisladoexterno.curitiba.pr.gov.br/AtosConsultaExterna.aspx>> . Acesso em: 25/03/2016. Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Tuiuti - Curitiba - Paraná (1981). Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Paraná (2000). Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Paraná (2009). Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4706727T4>>. Acesso em 26/03/2016.

Giovanini⁸⁴, Zanete Pasquina Buzzi⁸⁵ e a fonoaudióloga Zilda Ferraz de Paula⁸⁶. O Caderno apresenta 157 páginas datilografadas, com algumas ilustrações e fotocópias de livros de literatura. Nesse caderno os temas são apresentados seguidos de texto informativo e sugestões de atividades com as crianças. Os temas explorados foram: a creche; conhecendo a criança; a família; o bairro; e o corpo humano.

No entanto, logo em seguida, em 1994, houve a publicação da revista *Proposta Pedagógica para o trabalho com crianças de 0 a 6 anos*⁸⁷. Esta revista foi uma revisão da metodologia publicada em 1992. A intenção desta publicação era: “contribuir para a qualidade do atendimento oferecido às crianças de 0 a 6 anos”. (PMC/SMCR, 1994, p. v). Quando os dois documentos são lidos comparativamente, fica nítido de que a publicação de 1992 foi um primeiro exercício para esta, de 1994.

A Proposta foi fruto da parceria profícua entre a Prefeitura e o Projeto Araucária/UFPR, teve como consultora a importante estudiosa da Educação Infantil,

⁸⁴ Rosa Aparecida Comazi Giovanini é pedagoga de formação, prestou Concurso Público para a Prefeitura Municipal de Curitiba e ingressou na função em 1980, em 1987 foi nomeada Coordenadora da Área Esportes do Projeto Irmão Menor da Secretaria Municipal da Educação. Em 1992 foi nomeada para Apoio Técnico da Secretaria Municipal da Criança, do Núcleo do Portão. Em 1993 foi nomeada para o Serviço de Apoio Operacional do Núcleo do Portão. Em 1997 foi nomeada como Gerente Apoio Técnico da Secretaria Municipal da Criança. Nesta função permaneceu na segunda gestão de Cassio Taniguchi no ano de 2001. No final do ano foi designada ao Núcleo Regional do Cajuru, na mesma Secretaria. Em 2003, com a incorporação das creches a Secretaria Municipal da Educação, Rosa foi colocada a disposição da Fundação de Ação Social – FAS. Aposentou-se de suas funções em 03/05/2005. Disponível em: <<http://legisladoexterno.curitiba.pr.gov.br/AtosConsultaExterna.aspx>>. Acesso em 26/03/2016.

⁸⁵ Zanete Pasquina Buzzi é pedagoga de formação, prestou Concurso Público para a Prefeitura Municipal de Curitiba e ingressou na função em 1982. Em 1989 foi nomeada para o Serviço Documentação Didática e Divulgação da Secretaria Municipal do Menor. Em maio de 1989 foi indicada para a Administração da Creche Vizinhança Menino Jesus de Praga. Em 1990 foi transferida para a Administração da Creche Autódromo. Em 1992 foi transferida para a Administração Creche Vizinhança Santo Inácio. Em 2003, com a incorporação das creches a Secretaria Municipal da Educação, Zanete foi colocada à disposição da Fundação de Ação Social – FAS. Aposentou-se de suas funções em 19/07/2012. Disponível em: <<http://legisladoexterno.curitiba.pr.gov.br/AtosConsultaExterna.aspx>>. Acesso em 26/03/2016.

⁸⁶ Zilda Ferraz de Paula é fonoaudióloga de formação, prestou Concurso Público para a Prefeitura Municipal de Curitiba e ingressou na função em 1992. Contribuiu para documentos produzidos na esfera da Secretaria Municipal da Criança. Atualmente exerce suas atividades no Instituto Curitiba de Saúde. Disponível em: <<http://legisladoexterno.curitiba.pr.gov.br/AtosConsultaExterna.aspx>>. Acesso em 26/03/2016.

⁸⁷ A revista foi distribuída em todas as creches da PMC em 1994. Como é relativamente recente, muitas creches ainda têm em seus acervos um exemplar da mesma. Localizei exemplares na Biblioteca Pública do Paraná, no IPPUC, no Arquivo da Secretaria Municipal da Educação e no Arquivo Público Municipal.

a professora Sônia Kramer⁸⁸, que no período gozava de grande destaque no cenário nacional em função de suas pesquisas, engajamento e produção na área. Nos créditos da proposta, consta que ela foi elaborada por Ana Cristina Moura Baggio, Ida Regina M. Milléo de Mendonça, Janete Maria Miotto Shiontek e Márcia Mazzarotto, todas do quadro de servidores municipais. Há também a indicação de que Luiz Carlos Rischbieter⁸⁹ fez a redação final da proposta, pois neste período ele fazia parte da equipe técnica da Secretaria, tendo cargo comissionado. Por parte da UFPR/Projeto Araucária os responsáveis pela elaboração do documento foram: Rosa Elisa Perrone de Souza; Claraidalia Stechmann; Denise Grein Santos e Vera Libretti Pereira, que eram professoras da Universidade Federal do Paraná.

A proposta foi organizada em formato de revista, contou com 70 páginas e 26 fotografias em preto e branco que ora complementavam a compreensão do texto ora foram apenas ilustrativas. As fotografias sugeriam um currículo a ser realizado nas creches, pois traziam imagens de crianças lendo, escrevendo, brincando,

⁸⁸ Sonia Kramer é graduada em Pedagogia pela Faculdade de Educação Jacobina (1975), Mestrado em Educação na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1981), Doutorado em Educação na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1992), Pós-doutorado na New York University. É professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, onde coordena o Curso de Especialização em Educação Infantil, o Curso de Pós-Graduação em Estudos Judaicos e o grupo de pesquisa sobre Infância, Formação e Cultura (INFOC). Tem experiência na área de Educação, atuando principalmente com educação infantil e primeiros anos do ensino fundamental, infância, formação de professores, políticas públicas e educação, alfabetização, leitura e escrita. Seus principais autores de estudo e reflexão são: Walter Benjamin, Mikhail Bakhtin, Lev Vigotski, Martin Buber, Paulo Freire, Leandro Konder e Hilton Japiassu. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4788245Y0>>. Acesso em 28/01/2016.

⁸⁹ Luiz Carlos (Luca) Rischbieter possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (1982) e D.E.A. em Sciences de l'Education - Université de Paris V (Rene Descartes) (1990), com equivalência ao Mestrado validada pela UFPR. É autor do livro *Guia Prático de Pedagogia Elementar*, fruto de mais de uma década de atuação e pesquisa com redes públicas de creches. A Educação Infantil, especialmente o trabalho com educadoras pouco qualificadas, é uma de suas maiores paixões. Além de ministrar palestras e cursos especialmente nas áreas de currículos para a Educação Infantil e de aplicações e usos pedagógicos das novas mídias e tecnologias é desde 1994 consultor pedagógico para desenvolvimento de *softwares* e portais educacionais junto à Positivo Informática, tendo participado da concepção e criação de vários *softwares* (Jogo da Balança, Casa Maluca, O Patrulheiro das Galáxias, entre outros), artefatos (como as Mesas Educacionais Alfabeto e E-blocks Matemática) e sendo um dos criadores da Central de Projetos dos portais da Positivo Informática, que busca trazer para a Internet a inspiração de Freinet, na concepção de propostas para redes particulares e públicas de centenas de escolas brasileiras. Nos últimos anos tem estado intensamente envolvido com o desenvolvimento de novas tecnologias educacionais junto à Positivo Informática, além de ser articulista dos portais Educacional e Aprende Brasil. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4709299J1>>. Acesso em 28/01/2016. Teve cargo comissionado de diretor e de apoio técnico administrativo no ano de 1995 na Secretaria Municipal da Criança. Disponível em: <<http://legisladoexterno.curitiba.pr.gov.br/AtosConsultaExterna.aspx>>. Acesso em 31/10/2016.

preenchendo calendários, atividades essas que foram sugeridas na proposta. A seguir a capa da referida revista:

FIGURA 37: CAPA E CONTRACAPA DA PROPOSTA PEDAGÓGICA 0 A 6 ANOS (1994)



FONTE: Biblioteca do IPPUC.

A fotografia escolhida para compor a capa e contracapa da revista revela a imagem da creche a ser transmitida aos leitores: uma creche que tem a criança como destaque e uma criança que brinca. Na contracapa é possível visualizar a logomarca, tanto do Projeto Araucária quanto da Prefeitura e do próprio IPPUC. Essa revista foi o resultado da avaliação do uso do Guia Curricular elaborado pela Fundação Araucária e utilizado nas creches curitibanas. Como o Guia atendia a apenas uma faixa etária, a revista unificou as propostas pedagógicas para as creches num mesmo documento (GIACOMITTI, 2012).

Já na introdução, escrita pela então consultora Sônia Kramer, a autora deixou explícita a opção teórica do documento que seria a perspectiva sócio histórica, baseada em Vygotsky, mas também assumiu que o documento tinha lacunas, pois

era fruto das discussões entre os colaboradores que o escreveram. As páginas de abertura da revista revelam que esta relação entre a administração pública municipal e UFPR/Fundação Araucária foi de bastante discussão, conquistas, mudanças, mas também de “alguns percalços”, possivelmente em função da existência de diferentes propostas numa mesma rede, pois o Projeto Araucária atuava somente com as turmas de 4 e 5 anos. Para as turmas de 6 anos era usado o *Currículo Municipal para o Pré-Escolar, elaborado pela Secretaria Municipal da Educação* e para as crianças de 0 a 3 anos havia o programa de estimulação e psicomotricidade. Provavelmente essa proliferação de teorias e modos de trabalho resultava em um atendimento complexo na Unidade, visto que havia três modelos pedagógicos distintos sendo desenvolvidos pelas profissionais que atuavam diretamente com as crianças. Ao mesmo tempo poderia haver entre as próprias técnicas preferências e defesas teóricas e práticas que circulavam nos cursos, nas supervisões e visitas realizadas às creches.

A proposta foi organizada de modo que abarcasse as orientações para os bebês até as crianças de seis anos, possivelmente para pôr fim a esta diferenciação entre as idades e propostas. No entanto, embora a proposta tivesse esse objetivo, seu texto foi organizado de maneira mais geral fazendo poucas especificações para cada nível. O quadro a seguir apresenta os assuntos tratados na proposta:

QUADRO 12: TEMÁTICAS DA PROPOSTA PEDAGÓGICA DE 1994

Temas	Assuntos
O desenvolvimento dos Bebês	Apresenta teoricamente o entendimento do bebê enquanto ser em potencial
Atividades de rotina	Destaca quais são as rotinas e apresenta sugestões para efetivá-las nas creches. Rotinas: entrada, saída, alimentação, sono, banho de sol, hábitos de higiene, banho, troca de fraldas e banheiro
A exploração do meio e as interações entre as crianças	Apresenta teoricamente a importância das relações entre adulto e criança e entre criança e criança.
Organização das salas	Apresenta sugestões para organização das salas e do ambiente externo. Sugere a organização de cantinhos a partir do Maternal I

Desenvolvimento da linguagem oral	Apresenta perspectiva teórica sobre o desenvolvimento da linguagem oral (La Pierre, Stern e Luria)
Atividades Pedagógicas e a Linguagem	Apresenta sugestões de atividades com vistas ao desenvolvimento da linguagem oral
Outras formas de linguagem	Apresenta os nomes das linguagens que serão abordadas: expressão corporal, música, expressão gráfica e plástica e a escrita e sugere atividades para cada uma delas.
O jogo infantil	Explora o conceito de jogo simbólico (Vygotsky)
Atividades pedagógicas e o jogo infantil	Apresenta perspectiva teórica sobre jogos (Vygotsky), sugere e orienta algumas atividades a serem realizadas com as crianças para desenvolver a fala e outras formas de linguagem
A linguagem escrita	Apresenta perspectiva teórica sobre a leitura e escrita (Vygotsky), sugere e orienta algumas atividades a serem realizadas com as crianças e materiais a serem utilizados e trazidos para a sala.
Matemática	Apresenta perspectiva teórica (Piaget e Vygotsky) sobre o ensino dos números e sugere e orienta algumas atividades a serem realizadas com as crianças
Anexo 1 Psicomotricidade Relacional	Explica do ponto de vista teórico e prático o que é a psicomotricidade, o jogo integrativo e as fichas para acompanhamento do mesmo
Anexo 2 Freinet e o texto livre	Explica a técnica do texto livre de Freinet e indica que seja utilizada a partir das turmas de Maternal II
Anexo 3 Sugestões materiais para os Cantinhos	Apresenta lista de materiais para organização dos cantos
Anexo 4 Temas para Maternal II e Jardim I*	Apresenta temas com possíveis conteúdos a serem trabalhados com as crianças, assinala ainda que datas comemorativas seriam acrescidas a estes temas. Elas seriam apresentadas em outros cadernos pedagógicos.

*Nota-se que os temas não são trazidos para todos os níveis – de 0 a 6 anos – como seria a proposta da revista. Cabe problematizar por que estas turmas foram escolhidas.

FONTE: PMC/SMCR, Proposta Pedagógica de 0 a 6 anos, 1994.

Com base nesta Proposta Pedagógica, foram organizados os cadernos pedagógicos que foram subsídio para o trabalho realizado nas creches. Na imprensa municipal, o jornal *Estado do Paraná* noticiava que o método utilizado nas creches públicas municipais era: “brincadeiras, jogos, teatro, histórias, passeios, música, dança e manipulação de materiais variados”. (Jornal Estado do Paraná, 29/02/1996).

Evidente que este rol de atividades não pode ser considerado propriamente um método, mas para uma publicação que tinha o leitor leigo como público-alvo, daria a entender o que era realizado nas creches curitibanas. Além do que, as atividades relatadas apontam uma leveza no trabalho, sem conteúdos formais para essa faixa etária.

Em 1996 foi publicada uma *Síntese da Proposta Pedagógica para o Jardim I*, esta síntese foi organizada no Núcleo Regional do Pinheirinho, pela assistente social Regina Flizikowski⁹⁰. Nela é apresentado um roteiro que indicava quais seriam as atividades pedagógicas de rotina e as atividades pedagógicas específicas, como mostra o quadro a seguir:

QUADRO 13: SÍNTESE DA PROPOSTA PEDAGÓGICA PARA JARDIM I

ATIVIDADES PEDAGÓGICAS DE ROTINA	ATIVIDADES PEDAGÓGICAS ESPECÍFICAS
<ul style="list-style-type: none"> • Recepção e entrega das crianças • Atividades de entrada • Alimentação • Chamada • Calendário • Conversação • Condições climáticas higiene • Atividades ao ar livre • Atividades de saída 	<ul style="list-style-type: none"> • Linguagem: gestos, linguagem oral, linguagem escrita, leitura, • Matemática: construção do número, medidas, geometria • Educação física: jogos, dança, ginástica, brinquedos cantados, cantigas de roda, atividades respiratórias • Educação Artística: artes plásticas, música, dança, teatro

FONTE: PMC/NRE/PN, 1996.

Na síntese ainda apareciam os temas a partir dos quais os *conteúdos* deveriam ser trabalhados, que eram: “A creche como espaço de relações; Meu corpo; Família; Bairro; Natureza”. (SMCR/NRPN, 1996). Estes temas são herança do *Guia Curricular do Projeto Araucária*.

⁹⁰ Regina Flizikowski é assistente social de formação, prestou Concurso Público para a Prefeitura Municipal de Curitiba para professora normalista e ingressou na função em 1976. Em 1998 foi nomeada como Serviço Apoio Técnico do Núcleo Regional do Pinheirinho, pela Secretaria Municipal da Criança. Em 2003, com a incorporação das creches à Secretaria Municipal da Educação, Regina foi colocada à disposição da Fundação de Ação Social – FAS. Aposentou-se de suas funções em 30/03/2010. Disponível em: <<http://legisladoexterno.curitiba.pr.gov.br/AtosConsultaExterna.aspx>>. Acesso em 26/03/2016.

A proposta previa “Outras Atividades”, para serem realizadas com as crianças: “jogo integrativo; atividades respiratórias; cantinhos; atividades relacionadas à apostila ‘História do Pequeno Reino⁹¹’; atividades relacionadas às datas comemorativas” (SMCR/NRPN, 1996).

Embora houvesse a divulgação das atividades realizadas nas creches Rosiney dos Santos Mendes⁹² (2015), que foi auxiliar de desenvolvimento infantil e atuou diretamente com as crianças nas creches, relatou em sua entrevista que dar banho, dar comida, trocar a roupa ocupava muito espaço do dia a dia da creche, deixando pouco tempo para realizar outras atividades. Segundo ela era muito cansativo este trabalho de troca, banho e higiene, pois havia muitas crianças e poucos adultos. Essa priorização das ações vinculadas ao cuidado foram reforçadas pela própria Prefeitura, quando tratou das creches em relatório anual:

[...] se formos visitar as nossas creches, parecem criancinhas holandesas ou suíças. São as crianças mais pobres da cidade, mas estão muito bem [...] só por esse aspecto assistencialista, a creche já seria um investimento espetacular [...] É um investimento em que se começa a trabalhar com a criança antes dos 6 anos, quando é muito mais fácil civilizá-la e educá-la. (PMC, 1995, p. 53-54).

Nas vésperas da promulgação da LDB, que firmou a Educação Infantil como primeira etapa da educação básica, a gestão curitibana ainda trazia uma concepção de creche marcada por um ideário civilizatório, ideia circulante desde o início do século, que permaneceu ora de forma explícita como no documento citado e ora de forma velada, essa dualidade revela que havia uma disputa de representação

⁹¹ Esta história foi escrita por Luiz Carlos Rischbieter e circulou na rede de creches na década de 1990 em páginas datilografadas e mimeografadas. A maioria das Unidades tinha esse material. A história pretendia ser um conto de fadas pedagógico, que buscava utilizar uma linguagem acessível para atingir às profissionais que não tinham formação inicial e atuavam nas creches. Mais tarde, no ano 2000 foi publicado pela Editora Nova Didática, com uma 2ª edição pela Editora Positivo em 2005 e a última edição publicada em 2011 pela editora Cultural. O material está disponível *on line* no site: <<http://www.lucapr.com.br/>>. Acesso em 01/11/2016.

⁹² Rosiney dos Santos Mendes fez Concurso Público na Prefeitura Municipal de Curitiba para o cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Social – Atendente Infantil, em 1992, atuou diretamente em sala com as crianças até maio de 2000. Em 08/05/2000 foi nomeada diretora da Creche São Jose Operário. Em 2003 foi transferida para a Creche Jardim Urano, onde atua como diretora até a presente data. Disponível em: <<http://legisladoexterno.curitiba.pr.gov.br/AtosConsultaExterna.aspx>>. Acesso em 12/06/2015.

(Chartier, 1990) acerca da concepção de Educação Infantil que vigorava na rede de creches curitibanas.

Essas concepções serão exploradas na análise a seguir das orientações dadas para a Educação Infantil em creches para as crianças de 0 a 6 anos. Optei por descrevê-las e analisá-las em três blocos: sendo o primeiro aquele que se refere às práticas indicadas para as crianças entre 0 a 6 anos, que estão relacionados a uma proposta educativa que tinha como base para o currículo as datas comemorativas. O segundo bloco trata das práticas que foram orientadas especificamente para as turmas nomeadas de berçário e maternal. O terceiro bloco discute as práticas indicadas para as crianças entre 4 a 6 anos, organizadas em turmas nomeadas de Jardim I e Jardim II.

2.2 Uma proposta educativa baseada nas datas comemorativas

Em muitas fontes localizadas que tratam da prática cotidiana das creches há indícios de que havia uma organização das atividades baseada no calendário cívico, que muitas vezes culminava numa festa que reunia todas as crianças e adultos atuantes na Unidade. Algumas fotografias desses eventos demonstram esse senso de coletividade que era vivenciado nestes momentos. A entrevistada Noemia Miranda dos Santos⁹³ (2016) apresentou uma série de fotografias de seu acervo pessoal⁹⁴ que revelaram essa relação entre as datas comemorativas e as atividades realizadas com

⁹³ Noemia Miranda dos Santos fez Concurso Público para a Prefeitura Municipal de Curitiba, para o cargo de babá. Atuou nesta função em diferentes unidades até em 2010, por problemas de saúde ser readaptada para a função de e Auxiliar Administrativo Operacional, área de atuação Apoio Administrativo. Desenvolve suas atividades nos dias atuais no CMEI Arnaldo Agenor Bertone. Disponível em: <<http://legisladoexterno.curitiba.pr.gov.br/AtosConsultaExterna.aspx>>. Acesso em 26/03/2016.

⁹⁴ Foi difícil convencer a entrevistada sobre o valor histórico de suas fotografias. A princípio ela avaliou como “um monte de fotos velhas”.... Foi necessário explicar sobre o uso delas como fonte e o valor desse registro para a historiografia da educação da infância. Estes momentos formativos também são importantes na pesquisa. Além disso, o uso destas lembranças tão íntimas traz à tona uma história de outros sujeitos: “Ouvir a voz dos excluídos e dos esquecidos; trazer à luz as realidades ‘indescritíveis’, quer dizer, aquelas que a escrita não consegue transmitir”. (JOUTARD, 2000, p. 33).

as crianças. Sobre a relação do entrevistado quando relata suas lembranças por meio das fotografias, Pacheco afirma:

Quando as pessoas exercitam a arte de lembrar suas vivências, mediatizadas pelas fotografias que trazem pedaços das experiências comungadas, acionam representações que colocam em diálogo realidade e ficção. Ao relembrem tempos passados, retalhos de suas trajetórias, recriam o vivido e nele projetam outros elementos constituintes da vida material e simbólica que dão às suas trajetórias vividas um caráter ficcional, pautada numa materialidade experimentada. (PACHECO, 2012, p. 137).

Essa relação entre as vivências e as fotografias apresentadas Santos (2016) revelou alegria e carinho. A seguir, imagem que demonstra essa presença do calendário cívico nas creches:

FIGURA 38: FESTA JUNINA CRECHE INDEPENDÊNCIA – 1988



FONTE: Acervo pessoal de Noemia Miranda dos Santos.

Na figura é possível visualizar as crianças caracterizadas com roupas e adereços típicos de Festa Junina e posando para a fotografia; ao fundo aparece também a decoração do espaço. Essas festas, segundo Bencostta, (2010, p. 251) são fatos sociais no espaço escolar e “colocam em destaque momentos simbólicos de integralização dos atores do universo escolar frente à construção de instrumentos que as viabilizem na qualidade de fenômeno cultural”. Estes momentos festivos além de

repercutirem o cotidiano das creches, demonstram a cultura local e institucional, assim como o foco do trabalho do profissional que atuava diretamente com as crianças.

Este trabalho a partir das datas comemorativas não ocorria aleatoriamente, havia uma orientação da secretaria para esta ação: após a publicação do documento *Metodologia Básica para o atendimento de crianças de creche* (1992) foram publicados cadernos pedagógicos para orientar o trabalho nas creches. Os cadernos tinham o objetivo de subsidiar o trabalho das educadoras com as crianças. Havia a indicação para que as profissionais, com base neles, organizassem um planejamento para suas turmas. Em 1993 foi enviado para as creches um *Caderno Pedagógico* com orientações e sugestões para o trabalho com as datas comemorativas que abordava os seguintes eventos: Carnaval, Aniversário de Curitiba, Índio, Páscoa, Dia do Trabalho, Festa Junina, Folclore, Soldado, Semana da Criança, Semana do Livro, Aviação, Eleições, Bandeira Nacional e Natal. O Caderno consistia num conjunto de 202 páginas datilografadas, encadernadas em espiral, com algumas ilustrações. No Caderno era apresentado um texto informativo sobre a data comemorativa e sugestões de trabalhos a serem realizados com as crianças, como por exemplo, músicas, brincadeiras, histórias e atividades relacionadas a expressão plástica. (PMC/SMCR/DAI, 1993).

A seguir imagens de momentos festivos nas creches, possivelmente calcados nessas orientações:

FIGURA 39: FESTA PÁSCOA CRECHE RONDON – S/D



FONTE: Acervo pessoal de Noemia Miranda dos Santos.

FIGURA 40: FESTA PÁSCOA CRECHE INDEPENDÊNCIA - 1989



FONTE: Acervo pessoal de Noemia Miranda dos Santos.

FIGURA 41: FESTA PÁSCOA CRECHE TIA CHIQUITA - 1996



FONTE: Acervo pessoal de Noemia Miranda dos Santos.

As figuras 39, 40 e 41 ilustram a ocasião festiva da Páscoa, mostrando momentos de alimentação, de pose para foto com orelhas de coelho e também prováveis cestas de doces a serem oferecidas às crianças. As fotografias podem ser consideradas a apropriação feita, pelas creches, das orientações dadas pela Secretaria acerca do trabalho que deveria ser realizado com a temática das datas comemorativas. Santos (2016 – Informação verbal) comentou cada uma das fotos

lembrando-se da alegria presente nestas festas, que as comidas eram ótimas, que todos se envolviam para que “a festa fosse linda”!

Ainda seguindo o calendário cívico e também as datas comemorativas que figuram nos cadernos de orientações, seguem registros de outras festividades ocorridas nas creches de Curitiba.

FIGURA 42: TEATRO PRIMAVERA CRECHE RONDON – 1990 OU 1992⁹⁵



FONTE: Acervo pessoal de Noemia Miranda dos Santos.

Na figura 42 a pose para a fotografia, na qual figuram crianças e o adulto responsável pelo teatro. Santos (2016) assim descreveu essa imagem: “A gente gostava de registrar, demorava pra revelar as fotos... Às vezes a gente só ia ver no ano seguinte... Mas aqui a gente tinha feito as máscaras de flores e tinha ficado tão lindo.. Tinha que registrar”! (SANTOS, 2016 – Informação verbal). Essa lembrança afetiva da espera das fotografias e dos momentos fotografados revela as relações presentes entre o fotografado e a fotografia: “[...] o narrador encontra, muitas vezes,

⁹⁵ Nesta fotografia há uma divergência em relação a data: há uma anotação na fotografia de 1992, mas uma marca feita pela própria máquina fotográfica datando novembro de 1990.

mediante a presença das fotografias, a essência de sua experiência, testemunha de sua existência e também de parentes e pessoas próximas”. (RIBEIRO, 1994, p. 50).

FIGURA 43: FESTA DIA DA CRIANÇA CRECHE RONDON- 1991



FONTE: Acervo pessoal de Noemia Miranda dos Santos.

Na figura 43 o destaque dado ao adulto, fantasiado, e as crianças, sentadas ao redor da apresentação. Fica claro que este momento foi pensado para que as crianças estivessem numa postura de plateia frente à apresentação feita pelas adultas fantasiadas de palhaço. Nota-se ainda a festividade com a presença dos balões decorando o espaço. Bencostta (2010) problematizou a festa do Dia da Criança nas escolas do Paraná desde 1924, com o Decreto Lei nº 4867 de 05/11/1924, que institucionalizou as comemorações do Dia da Criança no Brasil em 12 de outubro. As comemorações desta data segundo Bencostta (2010), assumiram o discurso político dos diferentes períodos, mas não deixou de contar com a presença do universo infantil com “convescotes, corridas de sacos e capilés”. (BENCOSTTA, 2010, p. 260). Nesse registro de comemoração ao Dia da Criança a presença da figura que ilustra o universo infantil é o palhaço.

Outro Caderno foi enviado para as creches no final do ano de 1994 e era indicado para embasar o trabalho realizado com as crianças nos meses de novembro e dezembro. O Caderno previa atividades específicas para cada turma, com os seguintes temas comuns: Dia da bandeira, Universo, Natureza (poluição), Natal, Ano Novo, Encerramento das atividades do ano e Brincadeiras para as férias, entre outros.

(PMC/SMCR/DAI, 1994). O Caderno contava com 90 páginas com sugestões de histórias, músicas, brincadeiras e atividades para serem realizadas com as crianças.

A temática do Natal foi a que ocupou mais páginas no Caderno, ao todo 31. Isso indica que de fato esta data comemorativa era explorada nas creches e que tanto a equipe central quanto a equipe da unidade a valorizavam. A comemoração desta data religiosa possui registros desde 1977, como as imagens abaixo revelam:

FIGURAS 44 e 45: FESTA DIA DA CRIANÇA CRECHE RONDON- 1991



FONTE: Acervo da Creche Vila Hauer.

FIGURA 46: NATAL CRECHE VILA HAUER – DÉCADA DE 1980



FONTE: Acervo da Creche Vila Hauer.

O acervo de fotografias da Creche Vila Hauer é bastante rico e tem registros desde a sua inauguração. Assim, é possível neste conjunto de figuras – 44, 45 e 46 ver diferentes momentos e formas de comemoração da festa do Natal, em que novamente está presente a alimentação, as diferentes faixas etárias no mesmo ambiente e a presença de adultos. Estas imagens nos levam a inferir que os momentos de festa eram formas de viver a coletividade entre adultos e crianças e as maneiras de apropriação e representação desta festa social no ambiente da creche.

FIGURA 47: TEATRO DE NATAL CRECHE RONDON – 1993



FONTE: Acervo pessoal de Noemia Miranda dos Santos.

Na figura 47 há uma criança usando a roupa do Papai Noel e adultos e outras crianças apreciando a entrada da figura natalina no espaço da creche. Nessas imagens que exploram as datas comemorativas como modelo organizativo do trabalho pedagógico, foi possível perceber a presença de crianças de diferentes faixas etárias, nos próximos subitens, são exploradas as atividades organizadas por faixa etária específica. Vejamos.

2.3 Práticas específicas para crianças de 0 a 3 nas creches

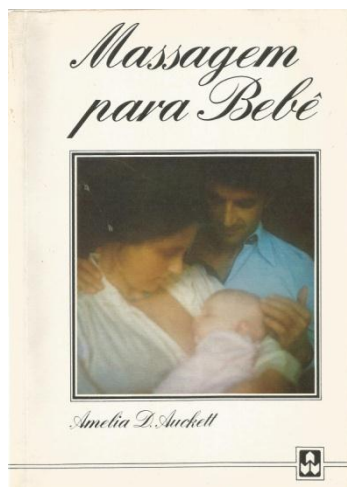
*Se sou seu bebê,
 Por favor, me toque.
 Preciso de seu afago de uma maneira que talvez nunca saiba.
 Não se limite a me banhar, trocar minha fralda e me alimentar,
 Mas me embale estreitado, beije meu rosto e acaricie meu corpo.
 Seu carinho gentil, confortador, transmite segurança e amor.
 Se sou sua criança,
 Por favor, me toque.
 Ainda que eu resista e até o rejeite,
 Insista, descubra um jeito de atender minha necessidade.
 Seu abraço de boa noite ajuda a adoçar meus sonhos.
 Seu carinho de dia me diz o que você sente de verdade.
 [...]
 Não tenha medo.
 Apenas me toque⁹⁶.
 (DAVIS, 1991, p.28,29).*

2.3.1 Massagem para Bebês

A massagem para os bebês foi introduzida nas creches a partir do Projeto Araucária. No ano de 1993 foi produzida uma apostila nomeada *Massagem para bebês*, baseada no livro *Massagem para bebês* de Amélia D. Auckett. Este livro tem sua edição brasileira produzida em 1983 pela editora “Ao livro técnico”. O livro não faz mais parte do catálogo da editora, segundo o site da mesma. Abaixo a capa do livro da edição de 1983.

⁹⁶ Parte desta citação estava na página de abertura da apostila sobre massagem organizada pela PMC. Tive acesso ao livro completo - *O poder do toque*, de Phyllisk Davis – e retirei este trecho que ilustra o lugar que a massagem para bebês ocupava para os autores que embasaram esta prática realizada nas creches da PMC.

FIGURA 48: CAPA DO LIVRO MASSAGEM PARA BEBÊ



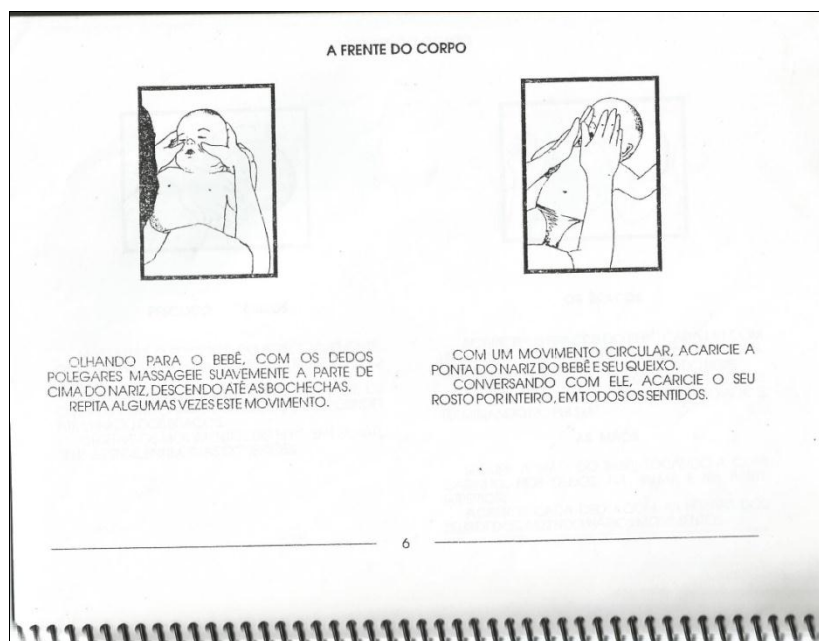
FONTE: Arquivo pessoal da pesquisadora, 2015.

O livro apresenta uma linguagem simples endereçada aos pais e principalmente às mães. Em seu prefácio a autora indica este uso: “Eu acredito na eficácia da massagem para bebê e desejo partilhar o que aprendi com mães, pais e pessoas que trabalham profissionalmente com crianças e famílias.” (AUCKETT, 1983, p. 7). O prefácio leva a data de 1981, com primeira edição no Brasil em 1982 e reimpressões em 1986 e 1988. Amelia D. Auckett foi enfermeira geral, obstétrica e infantil em Melbourne, na Austrália, e desenvolveu técnicas para massagear bebês.

O mote central do livro é reconstruir a ligação afetiva entre mãe e filho. Assim ela defende: “Quando as mães massageiam seus bebês nos primeiros dias de vida, a massagem continua o processo de ligação e ajuda a estabelecer um relacionamento mãe-filho caloroso e positivo.” (AUCKETT, 1983, p. 14). O livro nesta versão conta com 75 páginas e partir da página 24 é iniciada a explicação da técnica da massagem. Há fotos e imagens ilustrativas dos movimentos a serem realizados e uma descrição de como deveria ser feito.

O livro não foi distribuído nas creches públicas em Curitiba, mas recebeu uma adaptação feita pelas técnicas da Secretaria Municipal da Criança, que o transformaram em uma apostila, que recebeu além da descrição de como a massagem deveria ser realizada nos bebês, as ilustrações orientadoras. Abaixo exemplo de uma das páginas da apostila:

FIGURA 49: ORIENTAÇÃO PARA MASSAGEM – APOSTILA



FONTE: Apostila Massagem para bebês, 1993, arquivo CMEI Palmeiras.

Na apostila há algumas orientações gerais para a realização da massagem nos bebês:

Antes de iniciar a massagem, procure se sentir calma, tranquila e à vontade; organize o ambiente para que fique iluminado e arejado; sente confortavelmente no chão sobre uma almofada ou um tapete, com roupas leves e cômodas; coloque o bebê ao longo de suas pernas com a cabeça em direção aos seus pés; fale com ele, com seus olhos, suas mãos, com sua pele, enfim com seu corpo; sinta sua mão leve, suave, tire as bijuterias e mantenha as unhas curtas para poder acariciar com vontade e delicadeza o bebê. (SMCR/UFPR, 1993, p. 4).

Nas orientações há um tom prescritivo para a execução da massagem, assim como, percebe-se que estas orientações foram retiradas do livro de Auckett, mas reescritas num tom imperativo. Interessante observar que há a orientação para que a babá estivesse calma e tranquila para realizar a massagem no bebê, mas o que ou quais atitudes revelariam essa calma e tranquilidade? Todas estariam aptas a realizar a massagem? E se não se considerassem tranquilas e calmas, o que deveriam fazer? Ou a criança ficaria sem a massagem?

Segundo a Apostila organizada para o curso de aperfeiçoamento das atendentes de berçário I e II, a massagem teria a função de: “estimular a criança a

perceber cada vez com maior clareza a dimensão de seu corpo e suas possibilidades de movimento de modo que a criança, aos poucos adquira os primeiros traços onde se irá estruturar seu esquema corporal”. (ROSA, 1994, p. 6).

O uso da massagem nas creches chegou a ser noticiado em um jornal da cidade. A matéria publicada em 28 de junho de 1998 ressaltava o que eram considerados “serviços de qualidade” oferecidos às crianças matriculadas nas creches públicas de Curitiba e exemplificava as rotinas das turmas de crianças. O lide da notícia dizia: “Estabelecimentos vêm assegurando alimentação, ensino pré-escolar, banho e até massagem para milhares de crianças curitibanas” (Gazeta do Povo, 28/06/1998).

A matéria tem claramente um teor propagandístico acerca do trabalho realizado nas creches, haja vista que na redação é destacado que milhares de crianças receberiam “até massagem” nas creches. Ora, a massagem era realizada apenas nas turmas de Berçário e Maternal 1, o que não poderia ser considerado como “milhares de crianças”. Sobre a questão da massagem nos bebês reforçou-se na reportagem que eles participariam de sessões de massagem estimulante diariamente. No entanto, nas entrevistas as babás mencionaram que a massagem nos bebês era semanal. (MENDES 2015 e SANTOS, 2016).

No mesmo ano, em outro jornal da cidade, esta prática foi noticiada. O jornal *Indústria e Comércio* de 11 de setembro de 1998 também relatou a prática da massagem para os bebês nas creches. Pode-se inferir que a gestão municipal queria divulgar esta ação e usou os jornais da cidade para fazê-lo. Pois da mesma forma que o jornal *Gazeta do Povo* fez uma matéria altamente elogiosa ao atendimento oferecido nas creches, o jornal *Indústria e Comércio* repetiu a fórmula de enaltecer esta ação do poder público. A divulgação na imprensa revela que o jornal é o “lugar de produção, veiculação e circulação de discursos”. (VIEIRA, 2007, p. 16). Neste caso, um discurso positivo em relação às creches.

A seguir imagens deste momento de massagem fotografado em 1999⁹⁷, na Creche Vila Lindóia:

FIGURAS 50 E 51: PROFISSIONAL COM BEBÊ NO MOMENTO DE MASSAGEM



FONTE: Arquivo Público Municipal, 1999.

Em ambas imagens é possível verificar a atenção da profissional junto ao bebê assim como os movimentos indicados na apostila quando se tratava da massagem nos braços e nas mãos. O bebê parece estar confortável e tranquilo e tem uma expressão de alegria no rosto. Importante refletir sobre a intenção deste registro na creche e que também ao saber que seria registrado, com certeza, procuraria atender às orientações dadas pela Secretaria.

Angela Maria Juai⁹⁸, que é Pedagoga da rede municipal de Curitiba e atuou junto às creches na década de 1990, concedeu entrevista em que relatou que as técnicas/supervisoras recebiam uma formação dada pela SMCR e multiplicavam para as educadoras de suas regionais. Segundo ela, havia uma formação teórica e prática: uma fazia massagem na outra. “Algumas pessoas não gostavam, diziam que se sentiam invadidas”. (JUI, 2015, s/p – Informação verbal). Na sequência os cursos

⁹⁷ Estas fotografias foram localizadas no Acervo do Arquivo Público Municipal, mas não tem registro de quem foi o fotógrafo, nem de que as imagens tenham sido publicadas. As fotografias são um achado de pesquisa, mas infelizmente não foi possível esclarecer o por que destas fotos terem sido realizadas ou se foram utilizadas e/ou publicadas

⁹⁸ Angela Maria Juai fez Concurso para a prefeitura Municipal de Curitiba para o cargo de pedagoga, é funcionária desde 1992. Em 1998 foi nomeada para desenvolver a função de Apoio técnico da Secretaria Municipal da Criança no Núcleo do Boqueirão. Em 2001 foi nomeada Diretora do Centro Municipal de Educação Infantil Moradia dos Nobres, onde atuou até 2009. Em 2010 foi nomeada coordenadora de Projetos do Núcleo Regional do Boqueirão. Atualmente exerce atividade de Gerente do Núcleo Regional de Educação do Boqueirão. (JUI, 2015 – Informação verbal).

eram realizados nas regionais. Ela relatou que faziam as técnicas de massagem em bonecas com as educadoras. A massagem estava na rotina do berçário e as educadoras faziam um quadro com uma escala para organizar um cronograma de atendimento aos bebês.

Este quadro de massagem comentado por Juai (2015) era indicação do documento *Organização do Ambiente nas Unidades de Educação Infantil da Rede Municipal (2000)*. Abaixo o quadro sugestivo:

FIGURA 52: QUADRO DE MASSAGEM PARA O BERÇÁRIO

MASSAGEM				
Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
PEDRO	CAMILA	FELIPE	PRISCILA	LUCAS
JOANA	GUILHERME	KELLY	MATEUS	ISABELLA
CARLOS	LUANA	PAULO JOSÉ	AMANDA	MARCOS
EDUCADORES				
SOLANGE	DÉBORA	CAROLINE	DÉBORA	SOLANGE
CAROLINE	SOLANGE	DÉBORA	SOLANGE	CAROLINE
DÉBORA	CAROLINE	SOLANGE	CAROLINE	DÉBORA

FONTE: Livroto *Organização do Ambiente nas Unidades de Educação Infantil da Rede Municipal* (2000, p. 29).

Segundo o livreto, “o quadro de massagem é o registro semanal dos educadores sobre quais bebês e crianças estão tendo oportunidade de aconchego e aproximação de modo mais individualizado”. (PMC/SMCR, 2000, p. 29). Se considerarmos o número de crianças proposto no quadro e o número de crianças previsto para a turma do berçário, numa semana ficaria faltando fazer a massagem em três bebês. Assim é possível inferir que contrário ao que a reportagem do jornal dizia, as crianças não recebiam massagem diariamente e que provavelmente não ocorresse semanalmente também, em função do número de crianças em relação ao número de adultos. A orientação para a realização da estimulação e massagem foi mantida na apostila do assessoramento realizado em 1998 para o berçário.

Já em 1999, com a publicação do *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil - RCNEI*⁹⁹, pelo MEC, a Secretaria Municipal da Criança se apropriou da publicação e incluiu em suas orientações que a massagem poderia estar contida no eixo do Movimento proposto pelo RCNEI em seu volume 3. Assim, a SMCR, mesmo se apropriando de um documento nacional, acrescentava uma prática local a ele, mostrando como as táticas locais puderam subverter as estratégias nacionais.

A equipe técnica local orientava que a massagem deveria ser realizada em todos os bebês e que as atendentes deveriam organizar uma escala para que todos os bebês recebessem a massagem ao longo da semana. A massagem, segundo a apostila, tinha como objetivo “transmitir segurança, serenidade e afeto. Os efeitos da massagem são relaxamento, comunicação, confiança e afeto para a criança, melhorando seu sono, a digestão, os movimentos e a saúde”. (SILVA & LIMA, 1999a, p. 23). Em entrevista, Rosiney dos Santos Mendes relatou que ficava meia hora com cada criança realizando a massagem.

As crianças chegavam a dormir.... Era maravilhoso! Eu adorava fazer! Ah, eu amava fazer! Tirava a roupinha, passava óleo na mão e fazia”. [Perguntada se as famílias sabiam dessa atividade que ocorria no berçário, ela rapidamente disse que não, que as famílias não eram informadas, não participavam]. As famílias nem sabiam o que acontecia lá dentro! (MENDES, 2015 – Informação verbal).

Outra referência sobre massagem que circulou entre os profissionais foi a massagem conhecida como Shantala. O uso de tal técnica foi noticiado no jornal *Indústria e Comércio* de 30 de setembro de 1993, que trazia a seguinte manchete:

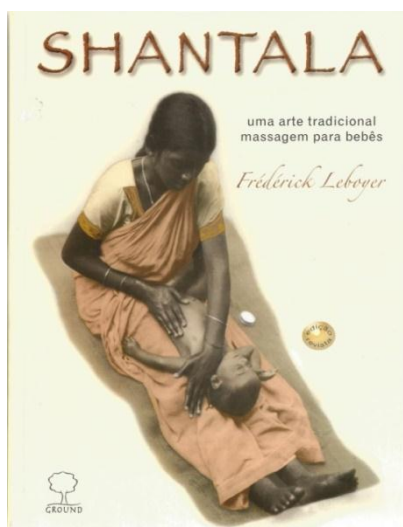
⁹⁹ O Referencial Nacional Curricular para a Educação Infantil foi elaborado por uma equipe do MEC e publicado em 1998. Foi organizado em três volumes, sendo o primeiro a Introdução, o segundo Formação Pessoal e Social e o terceiro Conhecimento de Mundo. Este documento foi entregue pelo MEC a todos os professores de Educação Infantil do Brasil cadastrados no Censo Escolar. Foi um material amplamente divulgado e teve como objetivo orientar a prática pedagógica de professores de Educação Infantil de 0 a 6 anos. O documento preocupou-se em organizar objetivos, conteúdos e avaliação para o trabalho com as crianças. Muitos municípios o adotaram como um currículo. O MEC classificou-o da seguinte maneira: O RCNEI “constitui-se em um conjunto de referências que visam a contribuir com a implantação ou implementação de práticas educativas de qualidade que possam promover e ampliar as condições necessárias para o exercício da cidadania das crianças brasileiras” (BRASIL, RCNEI, 1998, p. 13). O documento sofreu muitas críticas dos pesquisadores que tratavam da infância (GT 7 da ANPED) e que o consideraram “teórica e metodologicamente eclético”. (LUCAS, 2005). O artigo de Cerisara, (2002b) revela algumas das críticas feitas ao RCNEI, elucidando os meandros da produção e circulação do documento. Em Curitiba, conforme se observa nas fontes o RCNEI foi incorporado ao trabalho que já estava sendo realizado e a massagem foi considerada dentro do eixo Movimento, proposto no volume 3 – Conhecimento de Mundo do RCNEI.

“Curso melhora atendimento em creches públicas”. A matéria divulgava a atuação do Projeto Araucária nas creches públicas de Curitiba e região metropolitana enaltecendo a importância da capacitação dos profissionais que atuavam nas creches. Entre os cursos descritos estava o seguinte: “Técnicas de Shantala – uma massagem de relaxamento, específica para bebês”.

A divulgação da técnica de massagem realizada em creches públicas, possivelmente tinha uma visibilidade diferenciada, pois esta prática não era comum. Não localizei nenhuma rede de creches públicas que neste período tenha colocado na sua rotina tal atividade.

No ano de 1994 uma apostila com imagens e orientações sobre este tipo de massagem foi distribuída pelo Núcleo Regional de Educação do Pinheirinho. Esta apostila foi organizada com base no livro de Frédérick Leboyer¹⁰⁰. Abaixo a imagem da capa do livro da edição de 2009, a que tive acesso. Esta é a oitava edição do livro no Brasil.

FIGURA 53: CAPA DO LIVRO

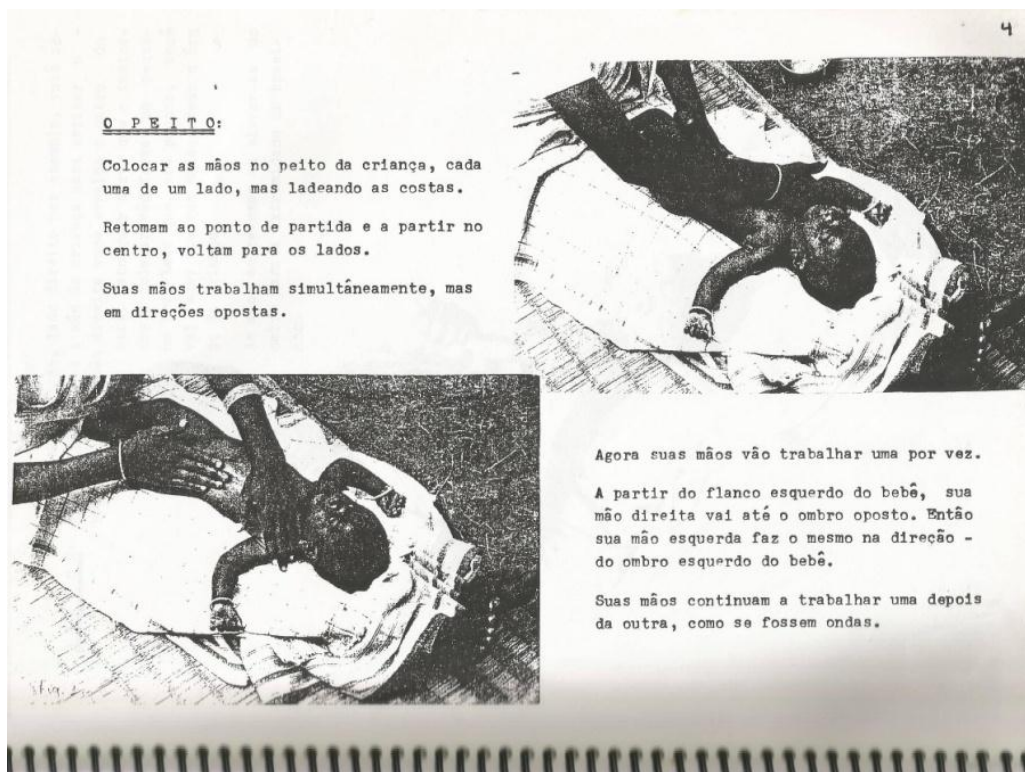


FONTE: Arquivo pessoal da pesquisada

¹⁰⁰ Leboyer é um médico obstetra francês que realiza discussões importantes sobre o parto humanizado na França e no mundo. Seus estudos são referência para obstetras. Na década de 1970 este médico fez uma viagem à Índia e descobriu nas ruas de Calcutá uma mãe que massageava seu bebê. A imagem o atraiu e ele acabou fotografando-a e descrevendo como ela fazia a massagem em seu filho. O nome desta mulher era Shantala e Leboyer acabou nomeando a massagem com o nome da mãe e a divulgou no mundo todo. Organizou um livro com as fotografias que fez e a descrição dos passos da massagem, o publicou em 1976 na França e a tradução chegou ao Brasil em 1986, pela editora Ground.

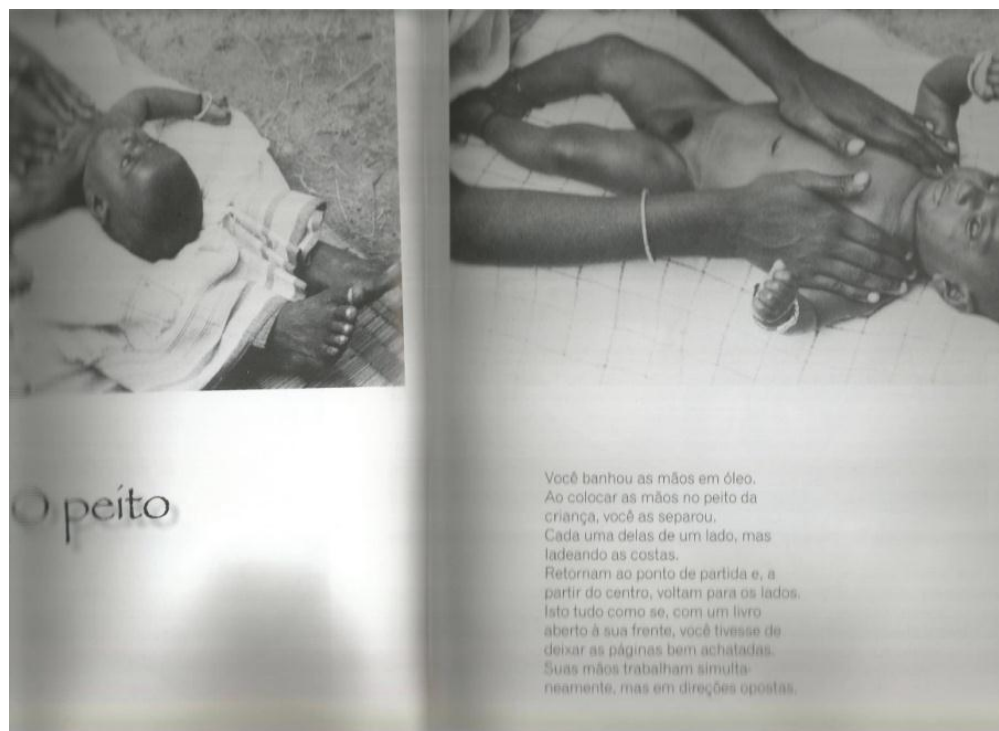
A apostila produzida pela equipe da Prefeitura apresentava fotocópias das fotografias do livro e o texto resumido de maneira datilografada. A seguir o exemplo de uma página da apostila e na sequência a correspondente do livro.

FIGURA 54: APOSTILA SHANTALA PMC



FONTE: Apostila Massagem para bebês, 1994, arquivo CMEI Palmeiras.

FIGURA 55: FOTOS MASSAGEM NO PEITO - SHANTALA



FONTE: LEBOYER, (2009 p. 36,37).

Evidente que a qualidade da imagem do livro não tem comparação com aquela apresentada na apostila. A fotocópia da fotografia ficou escura e possivelmente o fato de se fazer a cópia várias vezes prejudicava ainda mais a visualização do movimento. Assim, pode-se inferir que as condições para a aplicação da técnica da Shantala eram parcas e improvisadas. Ao mesmo tempo, nota-se que havia um esforço por parte das técnicas, para que o material chegasse às creches, mesmo com recursos parcos e condições mínimas de produção gráfica, fazia-se a distribuição dos materiais.

Nas orientações para massagem produzidas em 1997 são indicadas as técnicas de Auckett (1983) e também de Leboyer (2009). Observa-se que a indicação da massagem para os bebês, orientada aos profissionais que atuavam nas turmas de berçário permaneceu como rotina nas creches municipais até os anos 2000.

A entrevistada Mirta Lagaggio Rosa¹⁰¹ relatou sobre a importância da massagem que era realizada nas creches: “A massagem é uma comunicação com a criança, a criança não fala, mas a gente precisa falar com ela, quando você toca na criança você passa o seu afeto. Elas faziam Shantala com as crianças do berçário”. (2015 – Informação verbal).

Outra atividade indicada para as turmas de berçário e maternal I era a estimulação. Esta orientação está presente desde 1977. E no *Manual de 1991*, na rotina proposta para o berçário e para o maternal I, era indicado que no período da manhã houvesse a estimulação e a sessão semanal de psicomotricidade relacional e novamente no período da tarde ocorresse a estimulação. A psicomotricidade era ainda indicada para as turmas do maternal II e jardim I.

Na revista *Creches em Curitiba: espaço de Educação* (1992) também havia a indicação de que o Programa de Estimulação fizesse parte da proposta pedagógica para o atendimento às crianças de 0 a 3 anos, como dito anteriormente. Segundo a publicação, o propósito deste programa seria: “favorecer o desenvolvimento da criança, acompanhando e estimulando sua atividade espontânea e respeitando seu ritmo”. (IPPUC/SMCR, 1992, p. 14).

Na imprensa local, o jornal *Estado do Paraná* noticiava que as creches de Curitiba “promoviam ações básicas de desenvolvimento infantil, com exercícios de estimulação e psicomotricidade” (Estado do Paraná, 12/05/1992).

Na mesma revista – *Creches em Curitiba: espaço de Educação* (1992) – há a indicação de que desde 1989 “havia um trabalho preventivo e educativo, dentro dos princípios da Psicomotricidade Relacional” de André e Anne Lapierre¹⁰² (IPPUC/SMCR, 1992, p. 17). Segundo a revista:

¹⁰¹ Mirta Lagaggio Rosa é psicóloga de formação e fez Concurso Público para a Prefeitura Municipal de Curitiba em 1988 quando foi nomeada professora. Em 2001 foi nomeada como Apoio Técnico da Secretaria Municipal da Criança. Em 2003 aposentou-se de suas atividades.

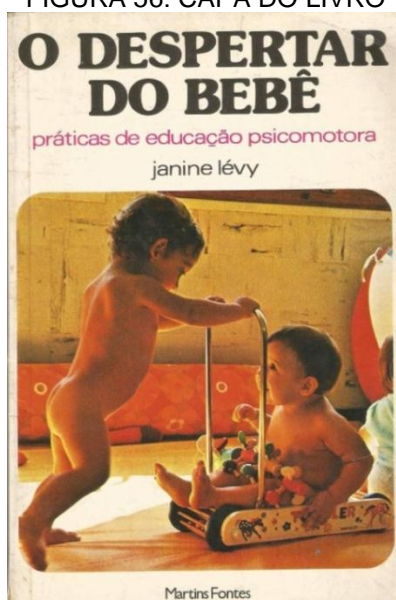
¹⁰² Andre Lapierre nació en Imphy, un pueblo cerca de Nevers, (France) el 25 de octubre de 1923. Nos dejó a orillas del Mediterráneo, Hyères (France) el 6 de abril de 2008. Terminó sus estudios en la École Normale Supérieure de Éducation Physique de París en 1947 y ejerció varios años como profesor en Liceos. Sus apuntes de estudiante, a semejanza de Julián Marías con su Historia de la Filosofía (30 ediciones), los convirtió en su primer libro, La Rééducation Physique, 1ª edición en 1951, 3 volúmenes y cerca de 1000 páginas, en el que desarrolla, tanto la teoría: Cinesiología, como la práctica:

Essa concepção tem por objetivo permitir que a criança expresse suas dificuldades, colocando em evidência sua significação simbólica, e utilize-se do jogo livre e espontâneo. O adulto observa o jogo e tenta atendê-lo, atribuindo-lhe um significado real. (IPPUC/SMCR, 1992, p. 17).

O trabalho de estimulação essencial na Prefeitura Municipal de Curitiba trouxe como referência para a Proposta Pedagógica de 0 a 6 anos lançada em 1994 o livro de Janine Lévy. Este livro foi distribuído nas creches de Curitiba e, em minhas visitas aos arquivos das creches pude verificar que muitas delas ainda mantêm este livro em seu acervo. O livro da creche Gramados está marcado com data de 1990, o que pode indicar que o livro circulava nos cursos dados, nas orientações das técnicas nas creches e que o seu uso fora oficializado na proposta de 1994.

A seguir capa da edição de 1982, a qual circulou nas creches de Curitiba.

FIGURA 56: CAPA DO LIVRO



FONTE: Acervo pessoal da pesquisadora.

Kinesiterapia, con numerosísimos ejercicios. La primera edición en castellano es de 1968 en Dossat 2000, y como ha ocurrido en Francia e Italia, ha llegado a la 6ª edición (1996). A continuación ejerce durante 15 años como Kinesiterapeuta (palabra que no recogía el DRAE) con gran éxito en vertebralterapia. Paralelamente dirige centros de Reeducción Física y Educación Física Especial, durante casi 30 años, (1950-1978) actúa como Secretario de Asociaciones Profesionales y finalmente funda y preside (1968-1976) la Sociedad Francesa de Educación y Reeducción Psicomotriz, al término de la cual iniciará una nueva etapa científica de la que vendríamos a participar nosotros. (González, 2008). Anne Lapiere é Criadora da Análise Corporal da Relação em parceria com André Lapiere. Analista Corporal da Relação Didata, atua em vários países da Europa e América Latina. Supervisora dos Cursos de Formação em Psicomotricidade Relacional conduzidos pelo CIAR - Centro Internacional de Análise Relacional. Presidente de honra da SIAC - América do Sul - Sociedade Internacional de Análise Corporal. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4479110T6>>. Acesso em 21/02/2016. Anne é filha de Andre Lapiere.

O livro ora apresentado traz orientações para exercícios motores com crianças de 0 a 15 meses de idade, apresenta rica ilustração dos movimentos por meio da fotografia e também a descrição dos mesmos. Lévy (1982, p. 7) propõe que o trabalho indicado no livro “é um método de desenvolvimento pelo movimento”. O autor defende a realização dos exercícios, pois segundo ele:

Esta educação motora contribui não apenas para prevenir deformações, corrigir a má postura e consolidar as aquisições motoras, mas é também um extraordinário fator de equilíbrio da criança: acalma-lhe a angústia e dá-lhe algo de inestimável que é o sentimento de segurança. (LÉVY, 1982, p. 8).

O autor indica alguns materiais que deveriam compor um acervo para realização dos exercícios, são eles: “almofadas cônicas, almofadas cilíndricas, uma bola de praia grande, dois bastões de madeira, carrinho sobre rodas, um arco, um banquinho, um espelho, uma mesa, vários brinquedos.” (LÉVY, 1982, p. 11,12 e 13). Nas fotografias de creches encontradas nos arquivos é possível verificar a presença de alguns destes materiais. Abaixo um exemplo na creche Vila Hauer:

FIGURA 57: CRIANÇAS DE BERÇÁRIO NA CRECHE VILA HAUER



FONTE: Arquivo CMEI Vila Hauer, 1994.

Analisando a fotografia possível verificar que é o registro de uma turma de berçário, essa informação fica evidente pelo tamanho das crianças e os berços ao fundo. Ao lado direito da imagem, próximo aos cadeirões de alimentação há uma bola de praia, material indicado para as atividades de estimulação. Este trabalho de

Estimulação também foi orientação para que as turmas de berçário no município de São Paulo. Segundo Kuhlmann Junior:

O princípio educacional a se adotar nos berçários, para as crianças de 0 a 18 meses, era o da *estimulação*, de modo a obter aqueles comportamentos previstos nas escalas. Partia-se da valorização do envolvimento afetivo entre pajem (nome atribuído à profissional) e criança. Depois, a decoração do ambiente físico, vista "como parte de uma programação que visa uma estimulação viso-sensório-motora", com brinquedos e móveis que pudessem ser manipulados pelas crianças. Recomendava-se retirar, sempre que possível, as crianças dos berços, para explorar ambientes maiores, de modo a sentir a evolução do próprio corpo. Os exercícios proporcionariam à criança "atingir o máximo de rendimento de seu organismo" (KUHLMANN JUNIOR, 2000, p. 16).

A seguir, imagem da Creche Vila Lindóia com bebês usando estes objetos para estimulação.

FIGURA 58: BEBÊ COM ROLO DE ESTIMULAÇÃO



FONTE: Arquivo Público Municipal, 1999.

Esta imagem não traz uma sensação de conforto e de alegria. Parece que o bebê realmente não está gostando e nem está confortável. Na série de fotos desta creche, que são de 30 imagens, há apenas duas do mesmo bebê neste rolo de estimulação. Parece que a criança foi colocada nesta posição apenas para a fotografia e que de fato não se sentiu confortável e ainda assim foram realizadas duas fotografias. Neste caso, pode-se sugerir que a fotografia foi realizada para mostrar os

materiais que as creches dispunham e o seu uso. Não houve a preocupação com a criança que estava envolvida.

Em sua entrevista, Mendes (2015 – informação verbal) relembrou a tarefa de estimulação que tinham no berçário: “criança que não sentava a gente estimulava pra sentar, criança que não engatinhava a gente estimulava para engatinhar, criança que não andava a gente estimulava para andar...” E ainda fez uma análise: “Quer dizer: a criança não tinha o tempo dela, não respeitava o tempo da criança”! Nesta análise de Mendes, novamente fica claro que a concepção de criança da PMC estava calcada no que ela poderia ser, no devir, e não no que a criança expressava naquele momento.

A apostila de metodologia produzida em 1999 também previa a utilização do livro de Lévy. No entanto esta orientação está vinculada ao eixo do Movimento do RCNEI, indicando que a estimulação deveria ser realizada com todos os bebês, principalmente com aqueles que ainda não andavam. A estimulação previa: “a preparação para sentar, engatinhar, andar e ter independência. A estimulação deveria ser visual, auditiva, tátil, motora, gustativa e olfativa” (SILVA & LIMA, 1999b, p. 20).

Tanto no *Manual de 1998* quanto no de *2001* as atividades indicadas para berçários e maternais tiveram permanências e algumas pequenas alterações como é possível verificar no quadro a seguir:

QUADRO 14: PROPOSTAS EDUCATIVAS PARA OS BERÇÁRIOS

Atividade Indicada	Manual de 1998	Manual de 2001
Massagem	X	X
Estimulação essencial	X	X
Jogos e brincadeiras	X	----
Atividades diversas em sala ou solário: cantigas, histórias infantis entre outras	X	----

FONTE: (PMC/SMCR, 1998a, p. 24 e PMC/SMCR, 2001, p. 51).

Nas turmas de berçário, observa-se a exclusão de algumas práticas e a permanência apenas da massagem e da estimulação. É possível, assim, inferir, que

a manutenção destas atividades revela a importância das mesmas na rotina dos berçários. Já nas turmas de maternal, há uma variação muito maior nas propostas. Segue:

QUADRO 15: PROPOSTAS EDUCATIVAS PARA O MATERNAL

Atividade Indicada	Manual de 1998	Manual de 2001
Expressão artística	X	X (organizada em teatro, dança, artes plásticas e música)
Literatura	X	X
Jogos e brincadeiras/brinquedos cantados	X	—
Atividades diversas em sala pátio e parque	X	X
Jogo Integrativo	X	X
Massagem	X	X
Atividades respiratórias	X	X
Passeios	—	X
Trabalhos com temas	—	X

FONTE: (PMC/SMCR, 1998a, p. 24 e PMC/SMCR, 2001, p. 51).

O repertório para o Maternal é muito maior e há a manutenção da maioria das atividades nos dois manuais. O pouco repertório para o Berçário e o mais variado para o Maternal revela a provável dificuldade de escolha e aplicação de atividades com os bebês, tendo em vista possivelmente a ocupação da rotina dos bebês se dar com atividades de higiene e alimentação.

Para incrementar essa rotina, a partir de 1998 foi incorporado às turmas de berçários a Literatura para bebês. Nas apostilas da SMCR de 1998 e 1999, havia a orientação para o trabalho com a literatura. O encaminhamento didático indicado era que se contassem histórias no mínimo duas vezes na semana. Havia a seguinte orientação para estes momentos:

Colocar as crianças em semicírculo; colocar o livro aberto de frente para as crianças, folhear vagarosamente; as ilustrações devem ser grandes e de fácil identificação; deixar as crianças pegarem nos livros; é importante que o final da história seja 'feliz' pois reforça na criança a crença positiva na vida e no amor. (SILVA & LIMA, 1999a, p. 30-31).

Analisando o excerto acima é possível verificar que houve uma orientação detalhada da proposta, assim como o tom prescritivo e com foco especialmente no adulto, daquilo que ele deveria fazer.

No ano de 2003, o trabalho de Literatura para bebês ganhou destaque na Revista Pátio: uma reportagem de três páginas que tratava sobre o Projeto de Literatura para bebês desenvolvido nas creches de Curitiba. A pedagoga Ana Araújo e Silva¹⁰³ relatou para a revista que o programa iniciou em 1996. Explicou que confeccionavam com figuras de revistas álbuns de pano, álbuns informativos de animais, brinquedos e outros temas. Informou a participação da equipe em uma oficina com a professora Maria José Sotomayor¹⁰⁴ para confecção de livros.

O texto que figura na reportagem da revista é muito parecido com aqueles que estão nas apostilas de 1998 e 1999. Parece que a publicação na revista de repercussão nacional tinha o interesse de divulgar o trabalho realizado nas creches de Curitiba.

2.4 Práticas específicas para crianças de 4 a 6 anos nas creches

2.4.1 O Jogo integrativo

¹⁰³ Ana Araujo e Silva é pedagoga de formação e fez Concurso Público para a Prefeitura Municipal de Curitiba em 1992. Na Secretaria Municipal da Criança exerceu algumas atividades na Secretaria e em 2005 foi nomeada diretora do Centro Municipal de Educação Infantil Bairro Novo. Aposentou-se de suas atividades em 27/12/2012.

¹⁰⁴ Maria José Sotomayor é especialista em literatura infanto-juvenil. Autora de artigos e críticas publicados em jornais e revistas portuguesas e estrangeiras sobre a literatura para a criança e o jovem, ela já realizou trabalhos de sensibilização para a importância do livro infantil e juvenil no Ministério da Educação, Escolas Superiores de Educação, Sindicatos de Professores, Câmaras Municipais, Bibliotecas e Associações de Profissionais de Educadores de Infância e Associações de Pais, em Portugal. Há 19 anos, Maria José Sotomayor é membro do Comitê Internacional da Bienal de Bratislava (Eslováquia). Durante três anos, foi membro do Júri Internacional do Prêmio "Octogone – Prix Graphiques", na França. Disponível em: <http://www.pbh.gov.br/cultura/salaodolivro/encontroliteratura_curriculos_int.htm>. Acesso em 18/08/2015.

A implementação da proposta de Jogo Integrativo na rede de creches de Curitiba ocorreu devido à dificuldade em expandir para toda a rede as atividades de Psicomotricidade Relacional, o que acabou não sendo possível, pois a Psicomotricidade Relacional requeria uma formação muito especializada para quem iria aplicar a atividade, o que para os padrões da rede não era possível, pois os cursos em geral ocorriam por meio das Técnicas da Secretaria e poucas vezes as profissionais faziam um curso longo. O Jogo Integrativo então surgiu como uma adaptação da Psicomotricidade Relacional, que era de fato o que a SMCR tinha como meta.

Seu idealizador – Daniel Silva¹⁰⁵ - concedeu entrevista e relatou:

Eu criei uma metodologia baseada na psicomotricidade relacional que se chama Jogo Integrativo, que, inclusive, está na Proposta de 1994. Ele é uma adaptação da psicomotricidade relacional, com uma ideia de simplificação, pautada na ideia de jogo livre e desenvolvimento corporal, de deixar jogar. De jogar e deixar jogar. Havia uma regra básica: jogar sem machucar. (SILVA, 2015 – Informação verbal).

O Jogo Integrativo, segundo a SMCR seria: “uma introdução às técnicas e ao vocabulário da Psicomotricidade Relacional, diferenciando-se desta pela menor intensidade das intervenções da educadora”. (SMCR/UFPR, 1994, p. 52). Para divulgar em toda a rede de creches essa proposta, em 1994 todas as diretoras das 120 creches oficiais de Curitiba realizaram curso sobre a Metodologia do Jogo Integrativo para as turmas de Maternal I e II. (SMCR/UFPR, 1994). A intenção era que

¹⁰⁵ Daniel Vieira da Silva é Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (2007), mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná (2002), Pedagogo (UTP - 2000), Psicomotricista (CCT- Curitiba, 1986). Titular da Sociedade Brasileira de Psicomotricidade (SBP- 019/94). Possui formação complementar em Psicomotricidade Relacional (AECR Barcelona, 1993), Análise Corporal da Relação (SIAC França, 1997), Abordagem Terapêutica Sistêmica e Terapia de Energia Abordagem Corporal de Base Bioenergética (NPC - Curitiba, 1987). Autor, dentre outros textos, dos livros "A Psicomotricidade como prática social: uma análise de sua inserção como elemento pedagógico nas creches oficiais de Curitiba (1986-1994)", "Educação Psicomotora" e "Ludicidade e Psicomotricidade". Atualmente, além da atividade docente como professor do Centro Universitário Internacional - UNINTER, no Programa de Mestrado - Educação e Novas Tecnologias, leciona em cursos de especialização e formação continuada e é colaborador do Centro de Estudos da Atividade Humana Movimento consciência pelo corpo / Curitiba. Tem experiência na área de Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: educação infantil; educação psicomotora; corpo, educação e trabalho; política e gestão da educação, fundamentos da educação e metodologia da pesquisa. (Texto informado pelo autor na plataforma Lattes. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4706154U5>>. Acesso em 08/06/2015).

as diretoras multiplicassem o conhecimento em suas Unidades e pudessem acompanhar a sua execução junto às crianças.

Hofius (2014 – Informação verbal), Técnica da Secretaria, participou do curso ofertado pela SMCR, com carga horária de 32 horas, com a temática o “Desenvolvimento de RH para o jogo integrativo”, que teve como docente o professor Daniel Vieira da Silva. Neste curso foram abordados “Subsídio teórico prático na dinâmica do jogo integrativo x desenvolvimento relacional infantil” (SMCR, 1994, s/p). Nota-se que o próprio autor da proposta ministrou o curso oferecido, o que de certa maneira poderia garantir o conhecimento teórico e prático para a execução dessa proposta nas creches.

O curso foi oferecido novamente pela SMCR em 1995, com carga horária de 12 horas, ministrado também pelo docente Daniel Vieira da Silva. Nos conteúdos programáticos figurava: “Subsídio teórico/prático na dinâmica do jogo integrativo x desenvolvimento relacional infantil; encaminhamento do jogo integrativo nas creches municipais; reflexão sobre a prática; aprofundamento sobre a questão teórica”. (SMCR, 1995, s/p). A profusão de cursos com essa temática possivelmente se deve ao fato de que havia uma metodologia muito específica, que precisava ser ensinada a todos os envolvidos, inclusive com a orientação da organização do ambiente para a realização do jogo, que era a seguinte: “o local seja agradável e aconchegante, que permita a circulação livre das crianças. Devem ser retirados da sala os móveis como mesinhas e cadeiras”. (FRANCO & SANTOS, 1997, p. 23). Com tantas especificidades, era necessário formar o maior número de pessoas para que a efetivação do jogo fosse garantida.

Rosa (2015) em entrevista relatou que uma das dificuldades para elaboração do Jogo Integrativo foi colocar a educadora no chão. Segundo ela, uma das orientações era que o adulto não falasse, pois senão ele só mandaria. O educador deveria observar as crianças. As intervenções deveriam ser apenas com o corpo não com a palavra. “Eu como psicóloga tinha mais facilidade, eu mostrava, me sentava no chão e mostrava como fazia”. (ROSA, 2015 – Informação verbal). O resultado do jogo integrativo, segundo ela era que as crianças ficavam mais calmas, pois saíam da rotina rígida que existia nas creches. (ROSA, 2015 – Informação verbal).

Sobre a realização do Jogo Integrativo nas creches, havia profissionais que não se sentiam totalmente seguros para efetivá-lo. Sobre esta questão, a entrevistada Juai relatou:

Nós pedagogos tínhamos um pouco de dificuldade... Porque o objetivo era realmente fazer uma leitura daquilo que estava ocorrendo lá dentro do jogo, com as crianças e depois até fazer algumas interferências: a criança que precisava de limite, aquele que bate em todo mundo, de você fazer contenção... Na realidade, pra te falar a verdade, assim é.... Os psicólogos adoravam, tinham uma afinidade maior por ser da área, da leitura do comportamento, da interpretação das intervenções... Muitas vezes a gente se sentia um pouco perdida, assim... Não tinha aquele entendimento, às vezes eu achava que estava 'viajando' quando [fazia] a leitura: a criança está brincando, não está querendo voltar ao útero da mãe (risos)... Tinha umas coisas assim... Nós tínhamos uma psicóloga que era até meio contra... ela não achava que ali era um espaço terapêutico. (JUI, 2015 – Informação verbal).

Nestes depoimentos fica clara a tensão existente entre a proposta e a efetivação da mesma, até mesmo pelos próprios técnicos da SMCR.

Os seguintes materiais eram indicados para a realização do jogo: “colchonetes, tecidos, caixas de papelão, papel ou jornal, cordas, bambolês, tubos de papelão, bolas, isopor grande”. (FRANCO & SANTOS, 1997, p. 23). Silva (2015) nomeia os materiais utilizados:

Os materiais que a gente conseguia eram caixas de papelão, rolo de panos, bambolês, tecidos coloridos, a gente ia se virando com o que tinha, eu levava umas bolas mais leves, porque nas creches tinha aquelas de borracha, que eram muito duras e poderiam machucar as crianças. (SILVA, 2015, informação verbal).

A seguir imagens de momentos de vivências do Jogo Integrativo numa creche:

FIGURAS 59 E 60: JOGO INTEGRATIVO



FONTE: Arquivo Público Municipal, 1995.

FIGURAS 61 E 62: JOGO INTEGRATIVO



FONTE: Arquivo Público Municipal, 1995.

Nas imagens, é possível verificar o envolvimento das profissionais numa brincadeira que, ao que parece utilizou como material os tecidos. Há a presença de dois adultos e mais ou menos 16 crianças. A ação do adulto que puxa as crianças sentadas no tecido, ao que parece causa grande alegria nas crianças. A sala está livre de cadeiras e mesas e que as crianças brincam livremente por todo o espaço. Interessante pensar sobre a produção e a guarda das fotografias, tendo claro que as

fontes não “surgem aqui ou ali”, dependem da ação humana tanto na sua realização e, principalmente, com relação àquilo que se pretende lembrar através das gerações. (BLOCH, 2001).

No *Relatório Anual da PMC/SMCR de 1996* há menção de que 600 profissionais de creches tinham realizado o curso sobre o Jogo Integrativo. No *Manual de 1998*, eram previstas as seguintes atividades para as turmas de Maternal II, Maternal III e Jardim I: “jogos e brincadeiras, expressão artística, literatura, noções de língua portuguesa, noções de matemática, atividades da área de educação física, atividades diversas em sala, pátio e parque, jogo integrativo e atividades respiratórias”. (PMC/SMCR, 1998a, p. 25).

As entrevistadas Rosiney dos Santos Mendes, Regina de Fátima Gasperi¹⁰⁶, Shirley Taranto Nogueira¹⁰⁷, Adriana Pagnoncelli Fett¹⁰⁸, Celina Fátima Kroska¹⁰⁹, Erondina Pedroso da Silva¹¹⁰, Maria Moreira Szczygiel¹¹¹ e Noemia Miranda dos Santos¹¹², todas profissionais que atuaram diretamente com as crianças se lembraram da metodologia do Jogo Integrativo e afirmaram utilizá-la em sala.

¹⁰⁶ Regina de Fátima Gasperi fez Concurso Público para babá em 1989, Foi nomeada diretora da creche Tiradentes em 1996. Em 2001 foi transferida para a direção da creche Xaxim, onde exerce essa função até os dias atuais. Disponível em: <<http://legisladoexterno.curitiba.pr.gov.br/AtosConsultaExterna.aspx>>. Acesso em 12/03/2016.

¹⁰⁷ Shirley Taranto Nogueira fez Concurso Público para atendente infantil em 1991, trabalhou na creche Vila Sandra, na Creche Santos Andrade, na Creche Saturno, na creche Vila Hauer. Em 2010 foi readaptada para a função de agente administrativo e atualmente exerce essa função na creche Vila Hauer. Disponível em: <<http://legisladoexterno.curitiba.pr.gov.br/AtosConsultaExterna.aspx>>. Acesso em 26/03/2016.

¹⁰⁸ Adriana Pagnoncelli Fett fez Concurso Público para atendente infantil em 1995. Em 2002 foi nomeada diretora da creche Tapajós II, onde atua até os dias atuais. Disponível em: <<http://legisladoexterno.curitiba.pr.gov.br/AtosConsultaExterna.aspx>>. Acesso em 01/05/2016.

¹⁰⁹ Celina Fátima Kroska fez Concurso Público para atendente infantil em 1992. Foi readaptada para a função de agente administrativo em 2012. Atua no CMEI Tapajós II até os dias atuais. Disponível em: <<http://legisladoexterno.curitiba.pr.gov.br/AtosConsultaExterna.aspx>>. Acesso em 01/05/2016.

¹¹⁰ Erondina Pedroso da Silva fez Concurso Público para atendente infantil em 1991, atualmente trabalha no CMEI Vila Hauer. Disponível em: <<http://legisladoexterno.curitiba.pr.gov.br/AtosConsultaExterna.aspx>>. Acesso em 01/05/2016.

¹¹¹ Maria Moreira Szczygiel, conhecida em seu bairro e na creche Palmeiras como “Tia Lika”, foi admitida na Prefeitura Municipal de Curitiba em outubro de 1981 como babá, com atuação em creches. Aposentou-se em 2015. Iniciou e finalizou suas atividades na creche Palmeiras. Concedeu entrevista em dois momentos: nas datas de 13/06/2014 e 24/09/2014, ainda quando estava atuando. Autorizou a divulgação de seu nome e dados fornecidos nesta pesquisa. Disponível em: <<http://legisladoexterno.curitiba.pr.gov.br/AtosConsultaExterna.aspx>>. Acesso em 26/03/2016.

¹¹² Noemia Miranda dos Santos fez Concurso Público para a Prefeitura Municipal de Curitiba, para o cargo de babá. Atuou nesta função em diferentes Unidades até que, em 2010, por problemas de saúde, foi readaptada para a função de Auxiliar Administrativo Operacional, área de atuação Apoio

Nos anos entre 1994 a 1998 houve um grande investimento da PMC nesta proposta de Jogo Integrativo e ela foi de fato incorporada na rotina das creches e os profissionais, tanto os técnicos, quanto aqueles que atuavam diretamente com as crianças, tiveram acesso à proposta e de fato a colocavam em prática. Não localizei em minhas pesquisas outros lugares ou profissionais que tenham trabalhado ou pesquisado sobre o Jogo Integrativo; essa parece ser uma prática genuinamente curitibana.

Em 1999 o Jogo integrativo continuava fazendo parte da rotina das turmas nas creches, indicado como prioridade para as turmas do Maternal I e II. Tanto na *apostila de Metodologia Básica para o Maternal I* quanto na *apostila de Metodologia Básica para o Maternal II* o objetivo proposto para o Jogo Integrativo era: “a relação enquanto processo, pois possibilita o surgimento do vínculo entre as pessoas e a prática da sua autonomia em direção a uma independência”. (ARAÚJO & LIMA, 1999b, p. 25). Nestes documentos/apostilas o Jogo Integrativo passou a figurar no eixo Movimento, citado nos RCNEIs, e não fazia mais referência à Psicomotricidade Relacional. Neste sentido fica claro que a PMC queria estar em consonância com as publicações nacionais, mas fazia uma ligação forçada, pois o Jogo Integrativo e o RCNEI não tinham aproximações nem teóricas nem práticas.

Em longa reportagem sobre creches em Curitiba, publicada no jornal *Gazeta do Povo* de 21 de junho de 1999, o repórter Fernando Martins dá luz ao trabalho realizado por meio do Jogo Integrativo. Martins descreve o jogo assim:

Nas creches oficiais, uma vez por semana, durante 50 minutos, as crianças participam de jogos nos quais têm total liberdade. Para desenvolver as atividades, os menores estão utilizando materiais como caixas de papelão, bolas, cobertores, bambolês e colchonetes. (MARTINS, 1999, s/p).

Já no *Manual de 2001*, foram mantidas algumas atividades e acrescidas outras, como a seguir: “jogos e brincadeiras, *expressão artística: música, dança, artes plásticas e teatro*, literatura, noções de língua portuguesa, noções de matemática,

atividades no solário e ou parque, jogo integrativo, atividades respiratórias, passeios e trabalhos com temas". (PMC/SMCR, 2001, p. 51, grifos meus). Os itens em itálico são as inclusões realizadas em 2001. Observa-se que no item expressão artística, há a separação de acordo com os eixos da área de arte previstos no currículo, possivelmente para deixar claro que todas as linguagens deveriam ser abordadas nas atividades realizadas com as crianças.

2.5 De babás a atendentes infantis: profissionais docentes da Educação Infantil

*Duas mães eu tenho,
Sei que ambas me têm amor sem fim.
uma lá em casa, hoje deixei,
Outra me espera no Jardim.
E a tanto amor corresponder
Sabe com força o coração.
Amar é ouvir e obedecer,
Amar também é gratidão.*

(Zalina Rolim, Versos para a entrada, apud Kuhlmann Jr., 2011, p.108)

A canção trazida por Kuhlmann Jr. representa a relação materna existente entre a criança e a profissional atuante na creche, pois a babá na creche teria esse papel de substituta da mãe e essa representação era reforçada pela PMC. No processo seletivo realizado em 1987 com base na CLT houve a seleção de pessoas exclusivamente do sexo feminino para atuar nos cargos de: babá, encarregada de cozinha de creche, auxiliar de serviços gerais (servente) e auxiliar de cozinha de creche. As inscritas deveriam ter como requisito de escolaridade o 1º grau completo. A prova ocorreu em duas etapas no dia 08 de agosto de 1987:

A primeira fase: prova escrita sobre assuntos relacionados ao atendimento infantil, questões de conhecimentos gerais, português e matemática com questões de múltipla escolha e a segunda fase composta por dinâmica de grupo visando avaliar aspectos relacionados ao desempenho profissional, posicionamento sobre o atendimento infantil e características de personalidade da candidata. (PMC, 1987, s/p).

Na ficha de avaliação da dinâmica de grupo estavam presentes os seguintes critérios de avaliação: “iniciativa, espontaneidade, criatividade, cooperação, *gostar de crianças*, repertório mínimo de atividades, paciência, comunicabilidade, empatia, raciocínio lógico”. (CURITIBA, 1987, s/p. grifos meus).

Estas características, muitas vezes subjetivas comungam com as características apontadas pelo MEC em 1977, que deveriam ser: “[...] flexibilidade, senso de humor, juventude, curiosidade, capacidade de amar, ter voz agradável, saber rir, ser sincero e espontâneo, cuidar da aparência pessoal” (BRASIL, 1977, p. 197).

Dois critérios para o cargo de babá chamam atenção: ser do sexo feminino e gostar de crianças. Será que *gostar de crianças* estava requerendo a habilidade de lidar com crianças como apontava Cerisara (1984, p. 80)? Como papel desse profissional: “O chavão ‘gostar de criança’ precisa perder o sentido piegas da palavra para ser entendido como a capacidade do adulto de interagir com a criança, de forma a ajudá-la no seu desenvolvimento físico, mental e afetivo” (CERISARA, 1984). Ou ainda era um chavão? Augusto (1985) também indica *gostar de crianças* como critério para a seleção dos profissionais. Parece-me que no caso, ainda havia a ideia chavão sobre a relação com as crianças.

O critério que diz respeito ao sexo do pretendente à vaga também reitera a ideia de que a mulher seria mais adequada para esta função de “substituta da mãe” na creche. O MEC, em 1977, já trazia esta concepção:

No recrutamento é aconselhável que se aceitem elementos do sexo masculino para alguns cargos (administrativos, de serviços gerais e outros), pois considera-se indispensável a presença de homens em programas pré-escolares. Para as atividades que implicam cuidados diretos e ininterruptos com as crianças, é preferível que se recrute mulheres, visando a formação de laços afetivos que permitam a melhor adaptação da criança à unidade pré-escolar, e o seu consequente afastamento da mãe. (BRASIL, vol. 1, 1977, p.186).

No Manual produzido por Rizzo (1988), que serviu de referência para a prefeitura, a autora tratou da seguinte maneira a questão: “Quando as atenções maternas têm que ser substituídas por uma instituição, cai sobre esta a grande

responsabilidade da escolha das pessoas que irão substituir as mães durante sua ausência” (RIZZO, 1988, p. 143).

Em entrevista ao *Jornal do Estado* em 1986, a administradora da creche Vila Pinto, a senhora Sueli Pires de Lima apontava a importância e o entendimento dela sobre o trabalho das babás: “As babás fazem o papel de mãe: levam as crianças ao médico, fazem curativos e aplicam remédios, servem as refeições e ainda participam das brincadeiras”. (JORNAL DO ESTADO, 08/04/1986, s/p). Considerando essas afirmações sobre o lugar da profissional que atua em creches fica nítida a circulação e apropriação da ideia da creche como substituta da mãe no cuidado com a criança de 0 a 6 anos. “[...] ser mulher é o requisito mais importante para ser uma competente cuidadora de crianças pequenas ou, ainda, o pressuposto de que ser portadora de um útero implica necessariamente a existência de um algo mais, chamado de instinto materno” (MEYER, 2003, p. 19).

O Secretário municipal de desenvolvimento social Wilson Teixeira, em 1987, apontou para o jornal *Gazeta do Povo* qual seria o papel da babá na creche:

Para a criança, a creche só será boa quando conseguir oferecer o calor afetivo que a mãe estaria apta a oferecer, e também acrescentar às suas responsabilidades a proteção, a segurança, a estimulação da saúde física e mental, gerado por relações humanas boas e saudáveis (JORNAL GAZETA DO POVO, 28/06/1987).

A representação da profissional da creche como substituta da mãe é descrita literalmente no livro de Gilda Rizzo, referência essa usada pela prefeitura na década de 1980: “O educador-estimulador, na creche, deve continuar o papel da mãe”. (RIZZO, 1988, p. 183). Percebe-se que esse entendimento de fato era recorrente no período e aceitável em diferentes ambientes pelos envolvidos na proposição e execução da Educação Infantil. Dessa maneira, há uma representação¹¹³ que associa os papéis professora/mãe, essa representação não existe de maneira ingênua, ela é construída historicamente e ao mesmo tempo influencia na ação docente cotidiana.

¹¹³ Chartier (1990) destaca que as representações não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.

A educação infantil tanto na vertente creche quanto na vertente pré-escola é uma atividade historicamente vinculada à produção humana e considerada de gênero feminino, tendo, além disso, sido sempre exercida por mulheres, diferentemente de outros níveis educacionais, que podem estar mais ou menos associados à produção da vida e de riquezas. Isto é, diferentemente de outras formas de ensino, que eram ocupações masculinas e se feminizaram, as atividades do jardim-da-infância e de assistência social voltadas à infância pobre iniciaram-se já como vocações femininas no século XIX, tendo ideais diferentes das ocupações masculinas que evoluíam no mesmo período. (ROSEMBERG, 1999, p. 11).

Esta compreensão do papel do profissional que atuava diretamente com as crianças foi sendo alterada ao longo do período estudado, assim como a sua nomenclatura. No Manual produzido pela equipe da Prefeitura em 1991, há uma alteração na nomenclatura do profissional, o nome babá é substituído por atendente infantil. Esta mudança se deu em função da promulgação da Lei Nº 7670 de 10/06/1991 que "Instituiu o Plano de Carreiras da Administração Municipal" e não permitia mais a contratação das babás por meio de regime CLT e com escolaridade inferior ao 1º grau. Aqueles que pleiteavam as vagas tiveram que realizar um concurso interno e foram enquadrados na categoria de atendente infantil. Os Administradores de Creche, da mesma forma, foram reenquadrados na função de Assistente de Desenvolvimento Social. Na sequência o Decreto nº 452/1991 dispôs sobre o regulamento de enquadramento que a lei previa.

Art 4º: § 5º - Os servidores que, sob a vigência da Lei nº 6.615/84 e Decreto nº 535/88, ocupavam cargos e funções das classes de Administrador de Creche e Guarda Municipal de 3ª Classe, e tiveram ou tiverem suas propostas de enquadramento acolhidas e homologadas para as carreiras de Assistente de Desenvolvimento Social e Guarda Municipal, respectivamente, do novo Plano de Carreiras, terão suas propostas de enquadramento revistas "ex-offício", observando-se todos os critérios estabelecidos e obedecendo ao previsto no Anexo II-C. § 6º - Os servidores que, sob a vigência da Lei nº 6.615/84, ocupavam cargos ou funções da classe de Babá e tiveram sua proposta de enquadramento acolhidas e homologadas para a carreira de Auxiliar de Desenvolvimento Social, na função de Atendente Infantil, no novo Plano de Carreiras, terão suas propostas de enquadramento revistas "ex-offício", observando-se todos os critérios estabelecidos e obedecendo ao previsto no Anexo I-A. (PMC, 1991, s/p).

Este Concurso Interno foi mencionado anteriormente pela entrevistada Maria Moreira Szczygiel (2014), Ela foi contratada inicialmente na porta da sua casa por uma

assistente social e iniciou sua carreira na rede municipal como babá na creche Palmeiras. Sobre o Concurso ela mencionou: “Teve um concurso geral, uma moça lia a pergunta, perguntava pra gente e mandava marcar o ‘X’ onde estivesse certo. Todo mundo passou, porque ela estava lá pra ajudar a gente”. A problemática dos profissionais leigos na Educação Infantil é analisada por Rosemberg:

[...] educadores (as) ou professores (as) leigos (as), isto é, não profissionais, justificando salários reduzidos; espaços improvisados, mesmo quando especificamente construídos para a EI; improvisação, também, de material pedagógico, ou sua escassez, como brinquedos, livros, papéis e tinta. A educação infantil para os países subdesenvolvidos tornou-se a 'rainha da sucata'. (ROSEMBERG, 2002, p.35).

No jornal *Estado do Paraná* (12/05/1992) lia-se a notícia que a estrutura de creches de Curitiba naquele ano contava com 1.960 servidores, sendo 110 administradores de creches, 1.100 atendentes infantis, 300 cozinheiras, 150 auxiliares de cozinha, e 300 auxiliares de serviços gerais, além da equipe multidisciplinar e de supervisão técnica. Este *staff* era então responsável por atender as 11.140 crianças matriculadas nas creches curitibanas naquele ano. O que considerando apenas o número de atendentes infantis, daria uma média de 10 crianças para cada adulto.

Esses profissionais que eram contratados ou concursados para atuarem nas creches, realizavam cursos oferecidos pela PMC com o intuito de aprimorar sua ação nas Unidades. No Relatório anual da SMDS de 1987, há menção da ação de formação dos profissionais atuantes nas creches. O curso foi assim descrito: “Reciclagem de funcionários de acordo com a metodologia baseada no Tema Integrador favorecendo o desenvolvimento integral da criança através da Estimulação Essencial e Psicomotricidade”. (PMC/SMDS, 1987, s/p). Entendendo que o termo “reciclagem” estava em consonância com o período estudado, mas vale a reflexão sobre o seu uso em programas de formação de docentes.

O termo reciclagem surge na década de 80, nos discursos cotidianos, envolvendo profissionais de várias áreas, incluindo a educação. Reciclar supõe um movimento circular mais adequado às coisas do que às pessoas. Este termo vem sendo usado atualmente para indicar a reutilização de materiais usados ou não degradáveis, para outros fins. Para tanto, o material passa por alterações radicais, nada tendo a ver com a ideia de “atualização pedagógica”. Hoje, entendemos a inconveniência de usar esse termo quando se trata de pessoas, embora tenha sido amplamente utilizado no meio

educacional, referindo-se a cursos rápidos e descontextualizados, envolvendo o ensino de forma geralmente muito superficial. (HYPOLITTO, 2000, p. 101).

Da mesma maneira, as fontes apontaram que na gestão do prefeito Roberto Requião houve um momento de formação inicial para atuação nas creches. Na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social havia o Departamento da Criança e nele a Divisão de Orientação Sócio-Psico-Pedagógica e dentro desta divisão o serviço de Treinamento e Reciclagens. O treinamento proposto para os novos concursados seria necessário para que os mesmos tivessem “maior conhecimento e condições para desempenhar suas funções”. (PMC/SMDS, 1988, p.177). A necessidade de maior conhecimento e condições para desenvolver suas funções apresentada justificaria a necessidade do curso inicial para os profissionais. Já para o termo *treinamento*, também utilizado de maneira adequada naquele período pode-se fazer a seguinte análise:

Treinamento é um termo, ainda hoje, utilizado frequentemente na área de Recursos Humanos, incluindo os profissionais da educação. Treinar implica “repetição mecânica” e passividade de quem é treinado. A própria etimologia da palavra diz: quem treina traz alguém aonde quer. Essa terminologia nos faz lembrar do adestramento de animais. Tais ações dependem de automatismos, e não da manifestação da inteligência. (HYPOLITTO, 2000, p. 101).

Já Marin faz também uma crítica ao uso desse termo quando se refere a profissionais da educação:

Penso que, em se tratando de profissionais da educação, há inadequação em tratarmos os processos de educação continuada como treinamentos quando desencadearem apenas ações com finalidades meramente mecânicas. Tais inadequações são tanto maiores quanto mais as ações forem distantes das manifestações inteligentes, pois não estamos, de modo geral, meramente modelando comportamentos ou esperando reações padronizadas estamos educando pessoas que exercem funções pautadas pelo uso da inteligência e nunca apenas pelo uso de seus olhos, seus passos ou seus gestos. (MARIN, 1995, p.15).

A carga horária do curso foi de 30 horas e ocorreu no Salão de Reuniões da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Como subsídio para o treinamento foi utilizado o *Manual de Orientações Técnico-Administrativas do Programa Creche*

(1986). As técnicas responsáveis por esse treinamento foram a pedagoga Elidete Zanardini Hofius, a assistente social Lea Margareth Christmann Cardoso da Silva e a administradora de creche Denise Vilela¹¹⁴, que era formada em direito.

As temáticas escolhidas para o treinamento com as babás foram:

Organograma da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social; direitos e deveres do funcionário público e CLT; funções da creche e filosofia do trabalho; princípios metodológicos do trabalho com a criança; etapas do desenvolvimento infantil; atividades pedagógicas para crianças de 3 meses a 6 anos (estimulação essencial, tema integrador e psicomotricidade); rotina diária da creche; funções específicas na creche; relação creche X comunidade. (PMC/SMDs, 1988, p. 181 a 184).

Analisando as temáticas escolhidas é possível perceber que elas versavam sobre diferentes aspectos desde o conhecimento sobre desenvolvimento infantil até a relação com a comunidade. Havia também uma preocupação com os aspectos burocráticos do serviço público e também com a hierarquia prevista na Secretaria. Fica claro também que a proposta educativa – estimulação, psicomotricidade e tema integrador foram objeto de estudo e formação dos profissionais iniciantes na função. Dessa maneira pode-se inferir que havia uma preocupação de que a proposta da Secretaria circulasse entre os profissionais que atuavam diretamente com as crianças nas creches.

Já as temáticas escolhidas para o treinamento com os administradores de creches foram:

Processo educativo na creche; creche como equipamento democrático; relações interpessoais; elaboração e acompanhamento do planejamento; orientação das atividades de rotina; criança como cidadão; organograma da SMDs; orientações para admissão e desligamento das crianças; saúde e higiene na creche; orientação para preenchimento de livros de registros; organização de reuniões; orientação para horários de descanso e trabalho dos funcionários; alimentação na creche; orientação para uso do livro ponto;

¹¹⁴ Denise Villela é advogada de formação e fez Concurso Público para a Prefeitura Municipal de Curitiba, para o cargo de administradora de creche em julho de 1986 e foi designada para atuar na creche Jardim Urano. Em 1987 foi para a creche Estrela. Em 1989 foi designada para o Serviço De Coordenação de Creches Oficiais na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Em 1989 assumiu a administração da creche Cassiopeia, pela Secretaria Municipal do Menor. Em 1990 foi designada como Assessora da Secretaria Municipal da Administração. Atualmente é procuradora do Município de Curitiba. Disponível em: <<http://legisladoexterno.curitiba.pr.gov.br/AtosConsultaExterna.aspx>>. Acesso em 26/03/2016.

papel do administrador para a formação integral da criança. (PMC/SMDS, 1988, p. 185 a 190).

No que diz respeito às temáticas propostas para os administradores das creches, é interessante observar a preocupação em tornar a creche um “equipamento democrático”. Provavelmente, o advento da Constituição Federal de 1988 trouxe essa discussão para o curso. Segundo Craidy (2002) a Constituição contribuiu para a afirmação de uma nova doutrina em relação à criança e às instituições de Educação Infantil:

Impunha-se, assim, a partir da Carta Constitucional, a superação da tradição clientelista e paternalista que marca a história do Estado e da sociedade no Brasil. Foi também a Constituição que, pela primeira vez na nossa história afirmou a cidadania da criança ao estabelecer que ela é sujeito de direitos. Definiu, ainda, que a creche e a pré-escola são direitos não só da criança como de seus pais trabalhadores, homens e mulheres, e afirmou a natureza educativa da creche e pré-escola. (CRAIDY, 2002, p. 85).

Já na década de 1990, em parceria com o Projeto Araucária, foi oferecido um curso de Extensão Universitária, de 12 horas, sobre Psicomotricidade Relacional, tendo como docente André Lapierre e coordenação da professora Maria Eneida Fabian Holzmänn. Os conteúdos ministrados no curso foram:

Conceitos básicos da psicomotricidade relacional; educação e profilaxia mental; o corpo da criança na educação; a formação do educador e do terapeuta; psicomotricidade relacional e análise corpora da relação: educação e terapia. (UFPR, 1990, s/p).

Ainda dentro da temática da Psicomotricidade Relacional, Hofius (2014) relatou que participou de um curso de 180 horas sobre psicomotricidade relacional que foi oferecido pela SMCR, que foi ministrado pelo docente Daniel Silva. Como conteúdos programáticos do curso estavam os seguintes itens: “orientação ‘in situ’; trabalho corporal pessoal; seminários teóricos” (SMCR, 1992, s/p). No certificado há uma observação que diz: “Este certificado não confere ao portador o título Psicomotricista Relacional”. (SMCR, 1992, s/p). Este cuidado no certificado de deixar claro sobre o nível de atuação da pessoa que fez o curso, se deve ao fato de que há a atuação de

psicomotricista fora do ambiente escolar, que demanda uma outra formação, que não era o caso desse curso.

A formação dos profissionais de creche ganhava destaque na imprensa local: no jornal *Indústria e Comércio* de 30 de julho de 1993, Denise Grein, representante do Projeto Araucária (Parceria entre UFPR e Fundação Bernard Van Leer) mencionava que: “os cursos oferecidos pelo Projeto Araucária tinham o mérito de mudar a postura das profissionais de creche. Elas deixaram de ser ‘babás’ que apenas tomam conta das crianças, para se tornarem agentes auxiliaadoras na formação de crianças”. (JORNAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO, 1993, s/p).

Verifica-se que essa transição no entendimento do papel do profissional também era um desejo daqueles que atuavam na formação deles. Dessa forma reafirmar a necessidade de transição de babá à educadora na imprensa, e que esta transição se daria pelo viés da formação. Assim, o Projeto Araucária marcava a necessidade da sua presença na rede de creches de Curitiba com vistas a uma mudança na característica do atendimento que era ofertado.

De forma mais acentuada que nas demais etapas da educação básica, a educação infantil constitui-se como um lócus por excelência de diversidade de formas de composição e organização do trabalho docente. Colaboram para isso, os processos e origens históricas das instituições de educação infantil, a composição nos municípios de instituições públicas e privadas (organizações comunitárias, filantrópicas etc), a presença, em muitas redes, de uma estrutura dual na composição do corpo docente – professores pertencentes à carreira do magistério e auxiliares de sala, vinculadas aos chamados quadros da carreira civil, além da diversidade de terminologias e denominações dos grupos de profissionais que atuam na educação infantil. (VIEIRA, 2010, p.14).

A parceria com a Fundação Bernard Van Leer, da Holanda, deu fôlego ao processo de formação continuada aos profissionais da SMCR, pois o financiamento internacional possibilitou a vinda de profissionais de renome nacional e internacional para a realização de cursos. Sobre isso Santos (1993, p. 72) apontou: “A preocupação com a capacitação ocorre em todos os níveis. Especialistas internacionais foram convidados para proferir palestras, participar em grupos de estudos com os responsáveis pela educação pré-escolar”. Neste artigo, Santos (1993) relatou os objetivos da parceria com a fundação Bernard Van Leer e demonstrou os resultados

obtidos. A autora mencionou ainda, a vinda de André Lapierre para tratar da temática de psicomotricidade e de Emília Ferreiro para tratar de alfabetização.

Ainda durante a parceria entre PMC, UFPR e Fundação Bernard Van Leer, em 1992, ocorreu o III Seminário Metropolitano de Educação Pré-escolar, que trouxe como um dos palestrantes a docente Zilma de Moraes Ramos de Oliveira¹¹⁵, que já era reconhecida nacionalmente por suas pesquisas na área da Educação Infantil. O Seminário¹¹⁶ atingia aos profissionais de Curitiba como também aos profissionais da região metropolitana que mantinham parcerias com a Fundação Bernard Van Leer.

Em 1993 ocorreu o IV Seminário Metropolitano de Educação Pré-escolar, organizado pela UFPR e Fundação Bernard Van Leer, que trouxe como palestrantes as professoras Madalena Freire¹¹⁷, que tratou do tema: “Construção de representações (desenho, jogo, escrita)”; Fúlvia Rosemberg¹¹⁸ que falou sobre “A pré-

¹¹⁵ Zilma de Moraes Ramos de Oliveira possui graduação em Pedagogia pela Universidade de São Paulo (1969), mestrado em Educação (Psicologia da Educação) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1978), doutorado em Psicologia (Psicologia Experimental) pela Universidade de São Paulo (1988) e Livre-docente pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. É Professora Associada (aposentada) da Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia do Desenvolvimento Humano, atuando principalmente nos seguintes temas: educação infantil, creche, formação de professores, desenvolvimento infantil e currículo para educação infantil. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4783386U3>>. Acesso em 30/04/2015.

¹¹⁶ Nos arquivos consultados foi possível localizar fontes referentes apenas aos III e IV Seminário Metropolitano de Educação Pré-escolar. O fato de não haver fontes dos seminários anteriores pode se dar ao fato da não participação do município de Curitiba.

¹¹⁷ Madalena Freire é filha de Paulo Freire, importante pesquisadora sobre a educação da infância, autora de livros sobre a infância.

¹¹⁸ Fúlvia Rosemberg possui graduação em Psicologia pela Universidade de São Paulo (1965) e doutorado em Psychobiologie de l'Enfant - Ecole Pratique des Hautes Etudes /Université de Paris (1969). Atualmente é pesquisadora consultora da Fundação Carlos Chagas, professora titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, onde coordena o Negri (Núcleo de Estudos de gênero, raça e idade). Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Social e Estudos Sociais da Infância, atuando, principalmente, nos seguintes temas: relações raciais, relações de gênero, relações de idade, ação afirmativa, educação e educação infantil. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4783060H3>>. Acesso em 30/04/2015. Fúlvia Rosemberg faleceu em 12 de setembro de 2014, deixando vasta contribuição acerca do atendimento às crianças de 0 a 6 anos no Brasil e suas políticas públicas. Em 17/03/2016 a prefeitura Municipal de Curitiba inaugurou um Centro Municipal de Educação Infantil que levou o seu nome. Em notícia institucional, a prefeitura divulgou a decisão de homenagear a pesquisadora: “O CMEI homenageia a professora e psicóloga Fúlvia Rosemberg, que atuou como pesquisadora consultora da Fundação Carlos Chagas e representante do Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (MIEIB). Foi importante articuladora sobre a necessidade de uma revisão urgente, consistente e reflexiva da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), particularmente no que diz respeito à educação infantil em decorrência da Emenda Constitucional 59/09 (EC 59/09), que instituiu a obrigatoriedade da educação básica para crianças e jovens entre 4 e 17 anos de idade. Julia Rosenberg, filha de Fúlvia, comentou a homenagem feita à mãe. “É uma honra e uma emoção ter o nome da minha mãe nessa unidade. Ao

escola no Brasil de hoje” e novamente Zilma de Moraes Ramos de Oliveira que abordou a temática “O problema da seleção de conteúdos na pré-escola”. A participação de profissionais de renome nacional no cenário curitibano ilustra a força financeira e também a circulação de ideias que ocorria acerca da Educação Infantil. Pois de fato estas pesquisadoras tinham uma produção muito profícua sobre este assunto, eram e continuam sendo referência para os estudos desta temática.

O jornal *Indústria e Comércio* (30/07/1993) noticiou a parceria entre a Fundação e a SMCR, descrevendo a importância e qualidade dos cursos oferecidos para as atendentes. Relatou que os cursos abrangiam as temáticas de: “noções básicas de higiene, alimentação e recreação, noções de primeiros socorros, identificação de doenças infantis, técnicas de Shantala, música, dobraduras, teatro e dança”. (Jornal Indústria e Comércio, 30/07/1993).

A entrevistada Noemia Miranda dos Santos mostrou com orgulho seus certificados de cursos emitidos pela UFPR e FBVL na época do Projeto Araucária. Os cursos dos quais ela participou foram em 1989, 1990, 1991 e 1992, o que demonstra uma continuidade na proposta de formação. Os cursos abrangiam as seguintes temáticas:

QUADRO 16: CURSOS OFERECIDOS PELO PROJETO ARAUCÁRIA

Ano	Tema do Curso	Carga Horária
1989	Atualização em metodologia da educação pré-escolar	20h
1990	Atualização em educação pré-escolar	16h
1991	O desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos	20h
1992	Aperfeiçoamento em educação pré-escolar	20h

FONTE: Certificados pessoais de Noemia Miranda dos Santos.

Interessante observar nas temáticas escolhidas o apelo para a faixa etária das crianças de pré-escola, que era o foco do Projeto Araucária, assim como a ininterrupta oferta de cursos durante este período.

longo de toda sua vida, ela lutou pela defesa dos direitos da criança e pelo acesso à educação infantil de qualidade”. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/novo-cmei-no-boqueirao-abre-vagas-para-mais-200-criancas-em-tempo-integral/39200>>. Acesso em 30/04/2016.

Em âmbito Nacional, a discussão sobre a formação dos profissionais atuantes em creches, ganhava corpo: o "Encontro Técnico sobre Política de Formação do Profissional da Educação Infantil" reuniu em Belo Horizonte, em abril de 1994, especialistas das áreas da Educação Infantil e formação de professores, convidados pelo MEC. Como fruto desse encontro, construiu-se o documento "Por uma política de formação do profissional de Educação Infantil" (Brasil, 1994), que reuniu textos dos diversos especialistas que participaram do encontro e apresentou uma síntese das discussões e conclusões. Nesses textos discutia-se o perfil necessário ao profissional da Educação Infantil e o lócus da formação desse profissional.

Rosemberg (1994) apontava algumas temáticas para serem exploradas em cursos de formação de profissionais para atuar em creches, tais como:

[...] desenvolvimento e crescimento da criança pequena; observação da criança; trabalho em grupo; planejamento de atividades e/ou currículo; relações com a família e comunidade; saúde, nutrição, higiene e segurança; campo profissional, ética profissional e direitos da criança. (ROSEMBERG, 1994, p.57).

Nesse período entre 1987 a 1996 a rede de creches curitibanas ganhou a cidade, ocupou os espaços urbanos e atravessou gestões bastante diversas, tanto no plano político, quanto administrativo. Esse foi um período de muitas publicações da Prefeitura direcionadas para a prática pedagógica a ser realizada nas creches e por um franco crescimento nas propostas de formação em serviço aos profissionais envolvidos com o atendimento às crianças e às famílias. No âmbito nacional é concretizada a representação da criança como sujeito de direitos e essa ideia é incorporada aos documentos e ações no plano municipal.

No próximo capítulo aprofundarei a análise sobre as questões de formação dos profissionais atuantes em creche, tanto no aspecto da escolarização formal quanto do preparo para o trabalho, assim como a transição das creches da Secretaria da Criança para a Secretaria da Educação.

CAPÍTULO 3

CRECHES: DIREITO ‘ADQUIRIDO’¹¹⁹ – 1997 A 2003

“Os novos direitos da criança”¹²⁰

1. *Toda criança tem o direito de ser feliz.*
2. *O primeiro direito da criança é o direito de nascer.*
3. *Toda mulher grávida tem o direito aos exames pré-natais.*
4. *Toda criança tem o direito de ficar com a mãe após o parto.*
5. *Toda criança tem o direito de mamar.*
6. *Toda criança tem o direito ao colo e ao aconchego.*
7. *Toda criança tem o direito ao sono.*
8. *Toda criança tem o direito às vacinas.*
9. *Toda criança tem o direito de chorar.*
10. *Toda criança tem o direito à não violência.*
11. *Toda criança tem o direito de ser reidratada.*
12. *Toda criança tem o direito à proteção.*
13. *Toda criança tem o direito de ser estimulada.*
14. *Toda criança tem o direito à liberdade.*
15. *Toda criança tem o direito à confiança.*
16. *Toda criança tem o direito de ser reconhecida.*
17. *Toda criança tem o direito de ser criança.*
18. *Toda criança tem o direito de brincar.*
19. *Toda criança tem o direito de riscar e rabiscar.*
20. *Toda criança tem o direito de ter limites.*
21. *Toda criança tem o direito à fantasia.*
22. *Toda criança tem o direito ao amigo imaginário.*
23. *Toda criança tem o direito de ter companhia.*
24. *Toda criança tem o direito ao alojamento conjunto.*
25. *Toda criança tem o direito de lidar com a morte.*
26. *Toda criança tem o direito de ter uma boa imagem de si mesma.*
27. *Toda criança tem o direito de não ser rotulada.*
28. *Toda criança tem o direito de mostrar o que sente.*
29. *Toda criança tem o direito de não ser comparada.*
30. *Toda criança tem o direito de não ficar em desvantagem.*
31. *Toda criança tem o direito de ser egocêntrica.*
32. *Toda criança tem o direito à oportunidade justa”.*

¹¹⁹ Bobbio (1992) chama atenção para a dificuldade de garantir na prática o direito adquirido. Discute a necessidade de considerar as dificuldades procedimentais e substantivas da implementação dos direitos, para que não se configure apenas como direito acadêmico. Assim, o direito à creche, adquirido no final da década de 1990, não necessariamente quer dizer que ele foi efetivado para todos em Curitiba.

¹²⁰ Este texto foi publicado pela PMC no Manual: Orientações Pedagógico-Administrativas, de 2001, como texto de abertura. Originalmente, em 1992, a UNICEF publicou o livro “Os novos direitos da Criança” em comemoração aos 30 anos da Declaração Universal dos Direitos da Criança pelas Nações Unidas, escrito por Luiz Lobo. (LOBO, 1992).

No ano de 1997 houve a eleição, já no primeiro turno, de Cassio Taniguchi¹²¹. Durante a sua primeira gestão entre 1997 e 2000, foi publicado pela Secretaria Municipal da Criança o documento que recebeu o título: *Política de Educação Infantil*, cujo texto iniciava fazendo um apanhado da legislação vigente no período sobre a Educação Infantil, principalmente ancorada na Lei de Diretrizes e Bases Nº 9394 de 1996. Com base nessa legislação, o atendimento nas creches curitibanas era proposto da seguinte maneira naquele período: “[...] garantia da operacionalização da proposta pedagógica de educação infantil integrando as ações do cuidar e educar, ressaltadas na legislação vigente” (PMC/SMCR, 1998b, p. 1).

As ações devem ser implantadas principalmente pelos municípios, cabendo aos Estados executá-las de forma suplementar. Após a Constituição surgiram leis no âmbito da Saúde e da Assistência Social, compreendendo a prioridade do atendimento à criança de 0 a 6 anos por estas áreas. Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 a Educação Infantil passou a ser a primeira etapa da Educação Básica (MARAFON, 2007, p. 20).

Nesta primeira gestão de Cássio Taniguchi, sob a concepção de Educação Infantil enquanto direito da criança, a função social primeira da creche figurava como possibilidade de garantia desse direito, ou seja, a creche tinha a função de ser a instituição pública que garantiria à criança o acesso a esse direito que ainda estava sendo estruturado, pois, ao mesmo tempo em que esse atendimento era considerado como direito da criança, não havia legislação que obrigasse nem financiasse o governo municipal a manter essa etapa da Educação Básica para todos. Dessa maneira, as 129 Unidades existentes na cidade (em 1997) ainda não eram suficientes

¹²¹ Cassio Taniguchi, à época, era desconhecido pelo eleitorado. Candidato pelo PDT, Taniguchi, filho de imigrantes japoneses, nasceu em outubro de 1941 em Paraguaçu Paulista – SP, morava em Curitiba há 31 anos. Casado com Marina Klamas Taniguchi, tem dois filhos. Em Curitiba foi presidente da URBS (Companhia de Urbanização de Curitiba) e do IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba) (PERFIL DOS CANDIDATOS, 2000, p. 2). Formado em Engenharia Eletrônica pelo ITA, e ex-secretário de Planejamento Urbano (há 20 anos) do grupo de Lerner; chegou a ser Secretário Estadual de Planejamento, Indústria e Comércio, e na ocasião dessa eleição estava licenciado do cargo de presidente do diretório estadual do PDT. Dentre seus feitos, Cássio teria sido responsável pela elaboração final, implantação e controle do sistema operacional da Estação Rodoferroviária de Curitiba, e também pela criação e implantação da CIC; além de levar em seu currículo parcerias em projetos com Lerner em outras grandes cidades do país. (REHBEIN, 2008, p. 272 e 274). Esta falsa ideia de isenção política dos indicados de Lerner a prefeitura de Curitiba, fez com que um mesmo grupo político estivesse à frente da prefeitura de Curitiba sob o véu de prefeito técnico, urbanista.

para atender a toda demanda manifesta. Nessa primeira gestão de Cassio Taniguchi foram inauguradas apenas mais quatro Unidades, como mostra o quadro a seguir:

QUADRO 17: CRECHES INAUGURADAS NA GESTÃO DE CÁSSIO TANIGUCHI (1997-2000)

Creche	Localização quando da sua inauguração	Data da Inauguração
Ana Proveller	Rua: Dr. Fábio Rogério Bertolli Arns, 15 Bairro: Uberaba	1998
Bairro Novo	Rua Francisco Kochinski, 810 Bairro: Sítio Cercado	1998
Jequetibá	Rua: Eduardo Pinto da Rocha, 3650 Bairro: Sítio Cercado	1999
Jardim Gabinete	Rua Padre Paulo Warkock, 1980 Bairro: Cidade Industrial	2000

FONTE: Dados de Relatórios de Gestão 1998, 1999 e 2000.

A tímida inauguração de creches nessa gestão refletiu a ação da Secretaria Municipal da Criança, que pretendia a terceirização dos serviços da creche. Na gestão de Taniguchi a SMCR totalizava 12 anos de atuação e já tinha passado por três diferentes gestões na cidade: Jaime Lerner (PDT) – 1989 a 1992, Rafael Greca (PDT) – 1993 a 1996 e Cássio Taniguchi 1997 a 2000 (PDT/PFL), dessa maneira, sua atuação administrativa intentava uma reformulação de linha de trabalho e já vislumbrava a associação da creche às instâncias administrativas vinculadas à educação.

No entanto, embora a Secretaria Municipal da Criança tivesse atravessado três gestões diferentes na Prefeitura Municipal de Curitiba, estas gestões estavam vinculadas ao mesmo grupo político na cidade¹²². Nazareno (2005), mostra que este grupo político era ligado a Jaime Lerner e que mantinha interesses e ideais parecidos para a cidade. Segundo Nazareno:

[...] a ideia de coalizão política dominante pode ser usada para explicar a dinâmica política curitibana, considerando uma grande estabilidade da

¹²² “As eleições dos anos de 1988, 1992, 1996, 2000 e 2004 fecham um ciclo de 20 anos do grupo político de Jaime Lerner no poder municipal. Isso significa que o eleitorado avaliou favoravelmente o desempenho administrativo de Jaime Lerner. Por extensão, avalizou, por meio do voto, as administrações de Lerner, tanto na prefeitura como no governo de estado por duas vezes, e, portanto, naturalmente deu continuidade com os seus candidatos sucessores, Rafael Greca, por um mandato, Cássio Taniguchi, por dois mandatos, e Beto Richa, com dois mandatos, concorrendo à reeleição em 2008”. (REHBEIN, 2008, p. 349).

política no período (1985 – 2004), na dinâmica interna das redes, com respaldo da continuidade eleitoral do grupo Lerner durante 16 anos (1989 a 2004) da história de Curitiba. (NAZARENO, 2005, p. 117).

Taniguchi fazia parte desse mesmo grupo político e, quando em 1997 assumiu a Prefeitura Municipal de Curitiba, havia ficado a herança da gestão anterior que mantinha o atendimento às crianças de 0 a 6 anos conduzido por duas Secretarias distintas, uma delas a Secretaria Municipal de Educação (SME), que era responsável pelas turmas de pré-escolar, de crianças de 6 anos, que funcionavam em algumas escolas municipais. A Secretaria da Educação também cedia professores para a atuação nas creches com as turmas de crianças de cinco a seis anos. A outra Secretaria que era responsável pelo atendimento das crianças em Curitiba era a Secretaria Municipal da Criança (SMCR) que era responsável pelas Creches oficiais públicas do Município de Curitiba. A sua administração teve que atender a demanda legal imposta pela LDB Nº 9394/1996 que previa a incorporação da Educação Infantil ao sistema de educação municipal. Assim, a gestão de Taniguchi se tornou responsável pela transição das ações da Secretaria da Criança para a Secretaria da Educação. Esse processo só foi efetivado no final da sua segunda gestão, em 2003.

Durante esse processo de transição, foram inauguradas outras quatro creches, sendo elas:

QUADRO 18: CRECHES INAUGURADAS NA GESTÃO DE CÁSSIO TANIGUCHI (2001-2004)

Creche	Localização quando da sua inauguração	Data da Inauguração
Dalagassa	Rua Antonio Sarote, 50 Bairro: Tatuquara	22/06/01
Santa Rita	Rua Carlos Munhoz da Rocha, s/n Bairro: Tatuquara	15/03/03
Moradias da Ordem	Rua Antônio Zanon, s/n Bairro: Tatuquara	21/03/03
Autódromo	Rua Avenida do Trabalhador, 72 Bairro: Cajuru	30/07/03

FONTE: Dados de Relatórios de Gestão 2001, 2002 e 2003.

Nacionalmente todos os municípios brasileiros também se organizavam para cumprir a legislação em vigor. São Paulo (SP) concluiu essa transição em dezembro de 2001, Franco (2009) fez um estudo desse processo transitório e relatou as tensões entre a Secretaria da Assistência e da Educação nessa transferência de responsabilidade. Lá, segundo Franco (2009) a Secretaria de Educação não compreendia o trabalho realizado nas creches e foi necessário realizar estudos, seminários e organizar uma equipe de transição para que a transferência ocorresse de modo respeitoso tanto com os profissionais quanto com as crianças e familiares.

Em São José do Rio Preto (SP) esse movimento ocorreu entre 1999 e 2000 de uma maneira rápida e dolorosa, principalmente para os profissionais da secretaria de Bem-Estar Social. (YAMAGUTI, 2001). Vieira & Souza (2010) analisam a dificuldade dos municípios em operacionalizar essa transferência e ao mesmo tempo de organizar esse atendimento às crianças de 0 a 6 anos. Segundo elas: “A diversidade de situações, com as suas disparidades e desigualdades, que se refletem em diferentes arranjos de políticas municipais, emprestam enorme complexidade à organização da oferta de educação infantil no País”. (VIEIRA & SOUZA, 2010, p. 128).

Embora houvesse uma preocupação com a legislação do período que compreendia a creche como direito da criança e de suas famílias, bem como se entendia que a ação efetivada na creche deveria ser educativa, essa preocupação representava um momento de transição da concepção de Educação Infantil. Isso pôde ser percebido em um informe publicitário da PMC sobre as creches, publicado no *Jornal do Estado* em 23 de agosto de 1997, no qual mesmo que ainda fosse mencionado o Estatuto da criança e do Adolescente como legislação cumprida na cidade, logo em seguida se escrevia: “A creche é uma ação sócio-educativa da PMC, é um programa social para aumentar a qualidade de vida da população”. (Jornal do Estado, 23/08/1997).

No mesmo informe ficava clara a preocupação com a mulher trabalhadora “que precisava de um lugar para deixar o filho” (Jornal do Estado, 23/08/1997). Esse discurso vai de encontro ao que estava proposto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente mencionados no mesmo informe. Esta publicação revela o quanto a identidade da Educação Infantil ainda estava em construção nesse período histórico,

pois sua função social oscilava entre perspectiva de educação assistencialista, de substituição da mãe e de educação dos direitos das crianças e de suas famílias. Claramente aqui existem concepções de Educação Infantil que figuravam num mesmo período mostrando as lutas de representação (CHARTIER, 1990) presentes na cidade referentes a esta etapa da Educação Básica.

Nesse contexto de adequação das propostas curitibanas acerca da Educação Infantil à legislação vigente, houve a reeleição de Cassio Taniguchi que foi bastante acirrada, sendo vencida apenas no segundo turno¹²³. E foi dentro deste contexto político que internamente, ao fim de 2003, a Prefeitura publicou em seu Relatório de Gestão a transição das creches da Secretaria da Criança para a Secretaria da Educação:

Os Centros Municipais de Educação Infantil, provenientes da extinta Secretaria Municipal da Criança (SMCr), foram incorporados pela SME, atendendo a prerrogativas legais e competências inerentes ao Município, respaldada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), que amplia o conceito de desenvolvimento infantil, tornando a Educação Infantil parte integrante da Educação Básica, o que, mesmo sem caráter obrigatório de escolarização, representa um dever do Estado e da família, com a finalidade de promover o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social. (PMC, 2003, p. 205).

A transição foi oficializada por meio da Lei N° 10.644 de 03 de abril de 2003 que extinguiu a Secretaria Municipal da Criança e todas as atividades referentes ao atendimento das crianças de 0 a 6 anos em creches foram transferidas para a Secretaria Municipal da Educação.

A transição trazia em si a função social da creche de cuidar e educar. Esse binômio passava a fazer parte do discurso acadêmico e pedagógico dessa etapa de ensino. Essa nova função da creche, de cuidar e educar, estava prevista nos recentes documentos publicados nacionalmente: “Para cuidar é preciso antes de tudo estar comprometido com o outro, com sua singularidade, ser solidário com suas necessidades, confiando em suas capacidades. Disso depende a construção de

¹²³ As eleições de segundo turno ocorreram pela primeira vez no ano 2000 e também pela primeira vez uma campanha do PT (Partido dos Trabalhadores) chegou à segunda colocação no pleito municipal curitibano.

um vínculo afetivo entre quem cuida e é cuidado”. (BRASIL/RCNEI, 1998, Vol. 1, p. 75).

Já os profissionais que atuavam nas creches curitibanas, vinculados à estrutura da Secretaria Municipal da Criança (os educadores, os diretores das creches e os profissionais das equipes técnicas - pedagogos, assistentes sociais e psicólogos), com a transição para a SME passaram a incorporar essa Secretaria.

No entanto, apenas os educadores e diretores ficaram diretamente vinculados à Educação. Os profissionais da equipe técnica, com exceção dos pedagogos foram transferidos para a Fundação de Ação Social e não puderam opinar, a ação foi mandatória. Os Pedagogos foram realocados em funções na Secretaria da Educação, ou, em alguns casos assumiram vagas de direção nas creches.

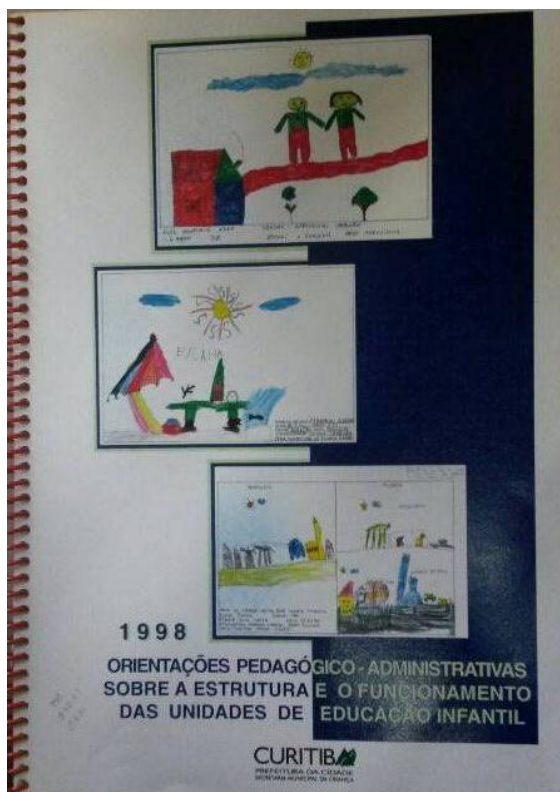
Os profissionais que permaneceram passaram a receber uma formação específica para a compreensão do binômio cuidar e educar, assim como para que pudessem atender a legislação acerca da formação profissional. Essa nova perspectiva nacional de função da creche foi percebida na produção dos documentos normatizadores das creches, como apresento a seguir.

3.1 Creche: Documentação norteadora do trabalho administrativo e pedagógico

Logo depois da promulgação da LDB em 1996, a Prefeitura publicou o documento intitulado “*Orientações pedagógico-administrativas sobre a estrutura e o funcionamento das unidades de educação infantil*”¹²⁴. A seguir a imagem da capa do mesmo:

¹²⁴ Este documento também recebeu os nomes dos profissionais que fizeram a revisão do documento anterior, sendo eles, da equipe interna do Departamento de Atendimento Infantil: Maria Cristina Brandalize, Rosa Aparecida C. Giovanini, Ângela Portugal Clavisso, Cláudia Regina Bronner Foltran, Vera Lúcia Grande Dal Molin e também os representantes dos Núcleos regionais: Carmem Lucia Brun, Emerson Ângelo de Souza, Ester Caçula Duarte, Lídia Alves Grub, Marisa Sonaglio D. Varela, Milton Guaraci de Carvalho, Tereza de Oliveira, Cíntia Leitão Dalcuche, Niucéia de Fátima Oliveira, Solange F. Ilivinski e Doroty Maciel Soares. Neste período o Manual foi escrito na Secretaria Municipal da Criança, que tinha como secretária Dacylia Vieira dos Santos, a superintendente era Maria Ângela

FIGURA 63: CAPA DO DOCUMENTO: ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICO-ADMINISTRATIVAS SOBRE A ESTRUTURA E O FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL



FONTE: Biblioteca Pública do Paraná¹²⁵.

Este documento apresentou diferentes características gráficas se comparado aos anteriores (1984, 1986, 1998): a digitação foi realizada em computador e a impressão em tinta colorida. A própria capa apresentou o uso de desenhos infantis, que, segundo as legendas apresentadas foram feitos por crianças de seis anos que frequentavam as creches de Curitiba. O documento contou com 38 páginas de orientações e 34 páginas de anexos que diziam respeito à legislação, orientação e fichas diversas que deveriam ser utilizadas nas creches.

A publicação foi realizada pela gestão do então prefeito Cassio Taniguchi e a Secretária da Criança era a senhora Dacylia Vieira dos Santos. Dacylia foi Assistente

Fávaro Foltran e a diretora do Departamento de Atendimento Infantil (DAI) era *Beatriz Malucelli Lamarão*. (Em destaque os profissionais que participam desta pesquisa por meio de entrevistas).

¹²⁵ Há ainda outros exemplares no Centro Municipal de Educação Infantil Palmeiras, no Arquivo Geral da Secretaria Municipal de Educação e há a possibilidade de que outros CMEIs tenham este material em seus arquivos visto que sua publicação é relativamente recente.

Social de carreira do poder público municipal e na década de 1970 foi Diretora do Serviço Social da instituição quando da inauguração das primeiras creches em Curitiba em 1977, sob a gestão do prefeito Saul Raiz. A presença dela na história das creches de Curitiba é longa, o que comprova a ideia do grupo político vinculado a Jaime Lerner, que se manteve de diferentes maneiras nas administrações da prefeitura de Curitiba.

Essas permanências ocorreram principalmente porque os profissionais atuantes possuíam carreira de servidores públicos da administração municipal. Muitos deles iniciaram como professores do quadro do Magistério e foram realocados para a função de organizar o atendimento que se iniciava na então Rede de Creches Municipais. Outros ainda, como o exemplo de Dacylia Vieira dos Santos, fizeram concursos para áreas de atuação específicas e foram lotados nas instâncias administrativas que cuidavam das creches, como é o caso, por exemplo, de nutricionistas, fonoaudiólogos, assistentes sociais e psicólogos.

A rede de relações sociais entre estas técnicas pode ser analisada sob o prisma de Norbert Elias:

[...] a mais elementar das observações ensina-nos que a importância de diferentes indivíduos para o curso dos acontecimentos históricos é variável e que, em certas situações e para os ocupantes de certas posições sociais, o caráter individual e a decisão pessoal podem exercer considerável influência nos acontecimentos históricos. (ELIAS, 1994, p. 51).

Considerando-se esta análise de Elias juntamente com as fontes levantadas, fica evidente a maneira com que cada qual trouxe suas experiências pessoais sobre o atendimento infantil e acabou deixando marcas históricas nele. Interessante também verificar que entre 1977 e 2003 houve uma prevalência importante de mulheres conduzindo o trabalho destinado ao atendimento às crianças nas creches. Apenas nas gestões de Maurício Fruet e Roberto Requião, o secretário da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social ou da Criança era um homem.

O quadro a seguir dá a dimensão da prevalência feminina, assim como identifica os sujeitos que estavam à frente das instâncias administrativas:

QUADRO 19: COMPOSIÇÃO DA GESTÃO MUNICIPAL E GESTÃO DAS CRECHES

Período	Gestão	Instância Administrativa	Secretário (a)/ Diretor (a)	Superintendente/ outros
1975 a 1979	Saul Raiz	Departamento do Bem Estar Social	Luiz Carlos Cunha Zandoni	Diretora do Serviço Social – Dacylia Vieira dos Santos
1979 a 1983	Jaime Lerner	Departamento de Desenvolvimento Social	Dacylia Vieira dos Santos	Não havia esse cargo.
1983 a 1985	Maurício Fruet	Departamento de Desenvolvimento Social	Wilson Teixeira	Diretora Departamento de Atendimento à Criança e Adolescente – Schirle Margaret dos Reis
1986 a 1988	Roberto Requião de Mello e Silva	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	Wilson Teixeira	Diretora Departamento de Atendimento à Criança e Adolescente – Schirle Margaret dos Reis
1989 a 1992	Jaime Lerner	1989 - Secretaria Municipal do Menor	Fani Lerner	Dacylia Vieira dos Santos
		1991 - Secretaria Municipal da Criança	Fani Lerner	Dacylia Vieira dos Santos
1993 a 1996	Rafael Greca de Macedo	Secretaria Municipal da Criança	1993 - Maria Helena Silveira Maciel	Diretora do Departamento de Atendimento Infantil - Maria Ângela Fávaro Foltran
			1994 – Fani Lerner	Diretora do Departamento de Atendimento Infantil - Maria Ângela Fávaro Foltran
1997 a 2000	Cássio Taniguchi	Secretaria Municipal da Criança	Dacylia Vieira dos Santos	Maria Ângela Fávaro Foltran
2001 a 2004	Cássio Taniguchi	Secretaria Municipal da Criança	Dacylia Vieira dos Santos	Maria Ângela Fávaro Foltran

FONTE: Dados da pesquisa empírica, 2016.

No quadro acima possível verificar o caso específico da profissional Dacylia Vieira dos Santos: é interessante observar que ela esteve no quadro técnico desde 1977 até 2003, vindo a ser, inclusive Secretária da Criança nas duas gestões de Cássio Taniguchi. Ela é assistente social de carreira na prefeitura, mas, além disso, foi capaz de transitar por diferentes perspectivas de atendimento, se adaptar e reinventar-se em sua ação para a gestão da cidade. Ginzburg (1991, p. 173-174) alerta sobre a importância dos sujeitos em diferentes momentos históricos: “As séries documentais podem sobrepor-se no tempo e no espaço de modo a permitir-nos encontrar o mesmo indivíduo em contextos sociais diversos”.

Outro aspecto relevante neste quadro é a presença maciça de mulheres nestas gestões. A figura feminina nos quadros do atendimento às crianças de 0 a 6 anos é fato corriqueiro na história (CAMPOS, 1994; CERISARA, 2002B; KRAMER & NUNES, 2007). Ocorre que em Curitiba, além delas estarem no atendimento direto às crianças, também ocuparam cargos de chefia nas instâncias administrativas, até mesmo o cargo de Secretária da pasta que cuidava das creches na cidade. Dessa maneira, pode-se inferir que houve a prevalência das mulheres tanto no atendimento quanto no planejamento e proposição no que diz respeito à Educação Infantil em creches públicas.

Essa equipe, eminentemente feminina, produziu toda documentação acerca da Educação Infantil para as creches na cidade. No documento de 1998, já na sua apresentação, ficam claras algumas mudanças, principalmente em função da LDB 9394/1996, os autores optaram por usar o termo *educador* para se referir à função de *Auxiliar de Desenvolvimento Social*, embora fosse esse o nome oficial dado ao profissional que atendia as crianças. Outra mudança de nomenclatura foi a relacionada à instituição de atendimento que foi nomeada de *Unidade de Educação Infantil* ao invés *creche*, muito embora oficialmente o nome fosse creche. (PMC/SMCR, 1998). Ou seja, embora o termo Educação Infantil já estivesse presente na legislação nacional e nos documentos municipais oficiais, ainda era utilizado o termo creche na legislação municipal.

Fica evidente que esta mudança extraoficial na nomenclatura se deveu ao proposto na LDB 9394/1996 – que previa que a o atendimento às crianças de 0 a 6 anos seria ofertado em creches para crianças de 0 a 3 anos e pré-escolas para crianças de 4 a 6 anos ou em Centros de Educação infantil. Assim, o documento municipal mostra a intenção clara do poder público de se adequar à nova legislação daquele período, assim como a criação de uma nova cultura organizacional no que diz respeito ao trabalho realizado em creches. No entanto, as mudanças ainda eram apenas na nomenclatura, pois oficial e legalmente, nada havia mudado. No jornal *O Estado do Paraná* de 8 de abril de 1999, essa preocupação é clara: a gestão municipal adiantou a mudança no nome: de “Creche” para “Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI”, fato que ocorreria oficialmente, por meio de lei, apenas em 2001.

Os responsáveis pela escrita do documento sinalizavam que:

[...] as informações contidas no documento anterior [de 1991] foram amplamente discutidas e revistas por uma comissão com representantes da equipe de supervisores do Programa Creche, diretores das Unidades de Educação Infantil e coordenação da Gerência de Operações de Creches do Departamento de Atendimento infantil. (PMC/SMCR, 1998, p.2).

Ainda o documento *“Orientações pedagógico-administrativas sobre a estrutura e o funcionamento das unidades de educação infantil”* reiterava que: “as orientações aqui descritas se destinam a todos os funcionários envolvidos diretamente com a educação infantil nas Unidades e às equipes responsáveis dos núcleos regionais” (PMC/SMCR, 1998, p.2).

As orientações foram organizadas em tópicos que sugeriam um “passeio” pelas creches de Curitiba devido aos títulos que cada item recebeu. Ficou assim organizado: Introdução; Localizando a Educação Infantil na Secretaria Municipal da Criança; Conhecendo a unidade de Educação Infantil; Conhecendo a equipe de funcionários; Conhecendo a metodologia de Educação Infantil da Secretaria Municipal da Criança; Inserindo a criança na unidade de Educação Infantil; Organizando o acervo de documentos na unidade; Referências bibliográficas; Anexos.

Já na introdução do documento os organizadores trazem a legislação sobre Educação Infantil produzida até então, tais como: Constituição Federal de 1988, Declaração Universal dos Direitos da Criança de 1959, Convenção Mundial dos Direitos da Criança de 1989¹²⁶, O Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. Este cabedal de legislação, trazido já na introdução, acena para uma preocupação do poder público municipal em deixar claro que o mesmo estaria em consonância com esta legislação.

¹²⁶ Segundo Pilotti (1995, p.22) “A Convenção constitui a síntese mais acabada de um novo paradigma para interpretar e enfrentar a realidade da infância. A convenção combina direitos civis e políticos com direitos econômicos, sociais e culturais, que são considerados como componentes complementários e necessários para assegurarem a proteção integral à criança”.

Neste documento fica nítida a intenção de se voltar a atrelar as questões pedagógicas e didáticas com as administrativas. Na introdução do documento essa intenção fica explícita:

A reescrita do documento teve a preocupação de apresentar as informações de maneira inter-relacionada, pois entende-se que as ações cotidianas que se desenrolam no trabalho de atendimento educativo às crianças são complementares, e que uma relação saudável entre funcionários e destes com as famílias e crianças é de fundamental importância para o estabelecimento de um espaço de exercício de cidadania que sirva de modelo à educação infantil. (CURITIBA, 1998, p.2).

Estas orientações de 1998 tiveram vida curta. Logo em seguida, em 2001, no início da segunda gestão de Cássio Taniguchi, a Secretaria Municipal da Criança, que mantinha a mesma secretária – Dacylia Vieira dos Santos – reeditou o documento de 1998 sob o título: “*Orientações Pedagógico-Administrativas: Centros Municipais de Educação Infantil*”¹²⁷. Logo no título do documento uma mudança significativa em relação à nomenclatura da creche que passou de Unidade Infantil para Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI, nome que é utilizado atualmente. Naquele momento a mudança não foi extraoficial: a alteração foi realizada legalmente também.

Essa mudança ocorreu por força da LDB 9394/1996, que dispunha que estabelecimentos que atendessem crianças de 0 a 3 seriam chamados de creches e de 4 a 6 de pré-escolas. Em Curitiba a alteração na nomenclatura se deu pelo decreto Nº 55/2001, que dizia: “Fica alterada a denominação de equipamento Creche Municipal, sigla CRE, para Centro Municipal de Educação Infantil, sigla CMEI, em todas as creches municipais” (PMC, 2001, s/p.). Beatriz Malucelli Lamarão, que era

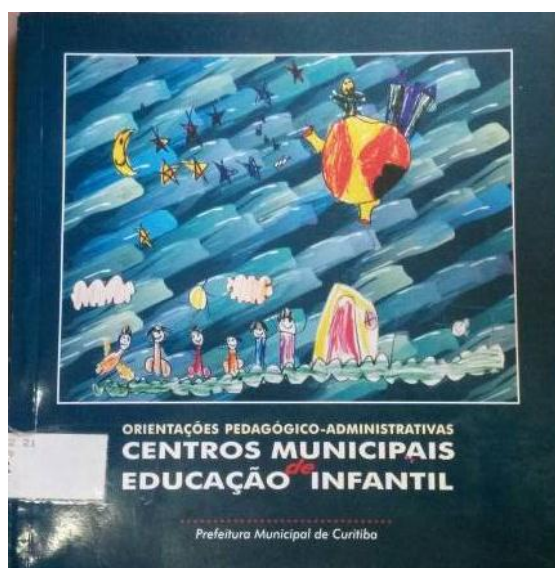
¹²⁷ Este documento também recebeu os nomes dos profissionais que fizeram a revisão e reescrita como é indicado na folha de rosto, do documento anterior. A maioria da equipe de escrita de 1998 foi mantida, mas foi retirada da lista de colaboradores a equipe das regionais e mantida apenas a equipe interna do departamento com a respectiva função de cada um no departamento. Sendo eles: Maria Cristina Brandalize – gerente da operação de creches, Rosa Aparecida C. Giovanini – gerente de apoio técnico, Ângela Portugal Clavisso – nutricionista, Vera Lúcia Grande Dal Molin – pedagoga e como participantes que apareceram apenas nesta versão, são indicados os nomes de Lígia Mara do Pilar Alves Savarin – diretora de CMEI, e de Margareth Cristina Bolino – psicóloga. Neste período o manual foi escrito na Secretaria Municipal da Criança, que tinha como secretária Dacylia Vieira dos Santos, a superintendente era Maria Ângela Fávaro Foltran e a diretora do Departamento de Atendimento Infantil (DAI) era Beatriz Malucelli Lamarão. Nota-se que a equipe gerencial permanecia a mesma. (Em destaque os profissionais que participam desta pesquisa por meio de entrevistas).

diretora do Departamento de Atendimento infantil na época, em sua entrevista comentou:

A primeira ideia era colocar CEI – Centro de Educação Infantil, mas daí ia confundir com as escolas de educação Integral – CEI, aí a gente conversou muito até que nesta mesa onde a gente estava sentada brotou o CMEI. Esta nomenclatura foi decidida junto com a equipe do DAI e a superintendência na figura da Maria Angela Fávaro Foltran. (LAMARÃO, 2014 – Informação verbal).

A adaptação do aparato administrativo e pedagógico que a nova legislação trouxe para a Secretaria Municipal da Criança fomentou um discurso preocupado em garantir que a creche fosse um ambiente educativo. O documento que oficializou estes atos foi materializado pela Secretaria Municipal da Criança. A seguir imagem da capa do documento:

FIGURA 64: CAPA DO CADERNO ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICO-ADMINISTRATIVAS: CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL



FONTE: Biblioteca Pública do Paraná¹²⁸.

Este documento de 2001 ficou conhecido entre os profissionais atuantes nas creches como OPA – Orientações Pedagógico-Administrativas – muitos deles mencionaram nas entrevistas que ele era a “bíblia” da creche, pois todas as ações

¹²⁸ Por se tratar de um documento relativamente recente – 2001 – muitos CMEIs ainda mantêm em seu acervo essas orientações, exemplo disso o CMEI Palmeiras e o CMEI Gramados.

cotidianas eram respaldadas neste documento. Sobre essa “força de lei” dentro das unidades, Rosiney dos Santos Mendes, em entrevista declarou:

Se desse alguma coisa errada na creche, a diretora chamava e dizia: “Está vendo esse OPA aqui na mesa”? Ela chamava pra orientar. Ela pegava o OPA e falava: “Você não fez isso, isso, isso que está no OPA”. Tinha que rezar aquela cartilha. Era uma cartilha na verdade. Ele era um documento mais respeitado que o Estatuto do Servidor, que é um documento legal. (MENDES, 2015 – Informação verbal).

O OPA foi publicado em formato de livreto, com capa colorida e ilustrada com desenho infantil. Há a indicação de que o Instituto Municipal de Administração Pública foi o responsável pela produção gráfica do documento. Indica ainda que houve a tiragem de 500 cópias do mesmo. O livreto é composto de 102 páginas, sem ilustrações.

Estas orientações de 2001 são consideradas uma 2ª edição daquelas publicadas em 1998. Na introdução é apresentada a intenção desta reedição:

Esta 2ª edição oferece uma visão atualizada do funcionamento dos Centros Municipais de Educação Infantil, sua organização, acervo de documentos, procedimentos para matrículas, recepção e segurança das crianças, bem como atribuições e procedimentos relativos à equipe de funcionários. A metodologia utilizada integra as ações do cuidar e educar, descreve a rotina diária e as atividades pedagógicas, bem como atribuições e procedimentos relativos à equipe de funcionários. (CURITIBA, 2001, p.13).

Essas Orientações eram exploradas em cursos de formação continuada oferecidos para os profissionais, o que mostra que ele circulava entre todos nas creches. Nesse sentido, a clara intenção da Prefeitura em padronizar as ações nas creches, que já passavam de 120 Unidades nesse período. A educadora Noemia Miranda dos Santos (2015 – informação verbal) relatou que participou do curso, em seu certificado constava a participação em 12 horas de curso que dizia respeito aos seguintes temas: “Procedimentos administrativos, normas e procedimentos que constam no OPA, Responsabilidade e competências de cada função e Organização do ambiente”. O curso foi ministrado por Vera Lúcia de Barros Oliveira Queiroz, que era funcionária pública municipal. (CURITIBA, 2000). Essa temática revela a importância do OPA no contexto da creche e a forma como o Manual circulava no ambiente da creche e com os profissionais envolvidos.

Essas Orientações tinham a tarefa de organizar o cotidiano das creches em seus aspectos administrativos e também pedagógicos. A questão do horário de funcionamento da Unidade foi central, pois interferia diretamente nos horários dos familiares também. A questão do atendimento em período integral foi também orientação do MEC na década de 1970 e mesmo pelos documentos do Ministério da Assistência. Em Curitiba, desde 1977, as crianças foram atendidas em período integral, totalizando 11 horas diárias de atendimento. O horário integral nesse sentido revela a função social da creche de guarda da criança que permaneceu ao longo do período estudado, revelando uma representação de creche para a família trabalhadora que dependia da creche para o cuidado com seus filhos.

Nas *Orientações* de 1998 e 2001 foi mantido o horário das 7h às 18h mas foi incluída a opção de meio período das “7h às 12h ou 13h e das 12h ou 13h às 17h ou 18h” (CURITIBA, 1998, p. 5 e CURITIBA, 2001, p. 17). Esta abertura para atendimento em período parcial era apenas possível em ambos os documentos nas seguintes situações:

- a) Para as crianças cujas mães não trabalham ou estão a procura de emprego;
- b) Para as crianças cujas mães trabalham apenas em meio período;
- c) Para as crianças que já frequentam a creche de acordo com a necessidade da família (CURITIBA, 1998, p.5)

O atendimento feito em período integral, preferencialmente, revela a dupla função que a creche exercia tanto atendendo a criança, mas também a uma necessidade da família, como aponta Rosemberg:

Em decorrência da dupla função da creche/pré-escola (direito à educação da criança e lugar que assegure a “guarda” – ou cuidado – do filho enquanto os pais, em especial as mães, trabalham fora), além do nível de rendimento familiar, a situação conjugal da mãe – se cônjuge ou chefe de domicílio – e sua participação no mercado de trabalho são variáveis importantes para a compreensão do padrão de uso de oferta de educação infantil no país. (ROSEMBERG, 1999b, p. 11).

Já no documento de 2001 há uma alteração no item “c”, critério que foi retirado e incluído o seguinte: “c) para as crianças, cujas mães trabalham somente à noite” (PMC/SMCR, 2001, p. 17).

Esta questão do horário de atendimento era algo discutido pelos usuários das creches. Eles pleiteavam o aumento da jornada das crianças na creche. Este pleito foi anunciado em dois jornais: “A reivindicação do Movimento de Creches é a ampliação no horário de atendimento fixado atualmente, porque não corresponde ao horário em que as mães saem do trabalho” (Jornal Estado do Paraná, 1983). Tal reivindicação também foi matéria do jornal *Tribuna do Paraná* de 21/11/1983, que trazia o problema do horário do atendimento, assim como do número de vagas. Esta reivindicação nunca foi atendida: o horário previsto para as crianças na creche permaneceu inalterado durante todo o período compreendido entre 1977 e 2003.

Em 2001 houve a implantação da primeira Unidade que faria o atendimento durante 24 horas às crianças. A unidade estava localizada na Vila Torres, região da cidade onde as famílias realizavam a coleta de materiais recicláveis e saíam de madrugada para o trabalho ou chegavam muito tarde do mesmo. A Unidade atendeu 50 crianças naquele ano (PMC, 2001).

O atendimento noturno na creche Vila Torres foi noticiado no jornal *O Estado do Paraná*, que divulgava os horários de atendimento possíveis na creche, que seriam: “7h às 18h ou 14h às 23h, ou 17h às 23h”. A creche, em 2002, segundo o jornal, atendia 150 crianças no período diurno e 40 no período noturno. (Jornal O Estado do Paraná, 20/10/2002).

No Relatório de Gestão de 2003, esse atendimento foi descrito:

O Atendimento noturno é direcionado a unidades cujas famílias trabalham como coletoras de material reciclável. Foi ampliado em 100 vagas, com a implantação do atendimento noturno nos CMEIs Parolin e Pimpão. Esse programa atende crianças de 4 meses a 6 anos no período das 14h às 23h, indo ao encontro das necessidades das famílias, oferecendo segurança, cuidados e educação afastando-as do risco constante das ruas e das alterações climáticas. (CURITIBA, 2003).

No que diz respeito à organização do horário para o atendimento à criança, fica claro ao longo deste período que esse horário sempre esteve previsto em função da necessidade da família que trabalhava e não em função da necessidade da criança. Aqui a tensão entre o trinômio mulher/trabalho/criança já apontado por Didonet (2001).

A creche nacionalmente esteve vinculada ao lugar que a mulher ocupou no mercado de trabalho e também na família. Sua saída para o trabalho e a ocupação do espaço com o chefe de família limitou a ação da mulher com relação aos cuidados com os filhos, assim a instituição creche sempre esteve vinculada a esta nova posição da mulher na sociedade.

Nesse sentido, o que se observa quando o horário de atendimento nas creches é analisado, é que, embora desde a década de 1980 já houvesse uma discussão da creche enquanto direito da criança, o vínculo deste atendimento permaneceu com a mãe trabalhadora. (CAMPOS, 1999).

Outra organização importante da creche dizia respeito à distribuição das vagas, pois a demanda permaneceu maior do que a oferta durante o período estudado, como mostra o quadro a seguir:

QUADRO 20: DADOS DO CENSO X NÚMERO DE CRIANÇAS ATENDIDAS ENTRE 1977 E 2000

Ano	Número de crianças atendidas nas creches	Número de crianças segundo os dados do censo	Percentual de atendimento
1977	480	105.219 (0 a 6 anos)	0,46%
1980	2.235	167.075 (0 a 6 anos)	1,34%
1991	10.565	208.203 (0 a 4 anos) ¹²⁹	5,07%
2000	16.065	128.386 (0 a 4 anos)	12,51%

FONTE: Censo Escolar 1977 e 1980, Censo IBGE 1991 e 2000.

No ano de 2000 o jornal *Gazeta do Povo* em dois momentos: 24 de abril e em 20 de agosto apresentou reportagens de página inteira com as seguintes manchetes “Famílias sofrem sem creche” e “Creches municipais têm 17 mil crianças na fila de

¹²⁹ Os dados do Censo de 1991 e 2000 foram apresentados por faixa de idade: 0-4 e 5-9, assim não é possível verificar os dados absolutos de 0 a 6 anos. Mas é possível se ter uma percepção do atendimento da faixa de 0 a 4 anos nas creches. Já os dados de 1980 e 1977 são do Censo Escolar realizado pelo Governo Estadual e foram apresentados por idade. Não localizei fonte parecida para os outros anos da pesquisa, mas de acordo com o aumento das vagas há a possibilidade de análise da média de atendimento realizada.

espera” respectivamente. As manchetes do jornal coadunam-se com os dados apresentados no Quadro 18. Com um atendimento de apenas 12% da população de 0 a 6 anos, com certeza a demanda reprimida (todas as crianças em idade de atendimento, pois nem todas chegavam a solicitar o atendimento) era ainda maior que a demanda manifesta (famílias que ficavam na lista de espera) que foi noticiada em 2000.

No ano seguinte, em 2001 o jornal *Gazeta do Povo* abria mais duas reportagens, de página inteira também. Uma em 28 de abril, que noticiava a ação do Ministério Público contra a Prefeitura de Curitiba requerendo as vagas necessárias, pois de acordo com o jornal a administração municipal estaria atendendo 26 mil crianças nas creches, mas ainda haveria 20 mil esperando uma vaga. A reportagem de 10 de dezembro já indicava que “38 mil crianças esperavam vagas em creches”. Neste ano também o jornal *Estado do Paraná* noticiava, em página inteira a falta de vagas anunciando: “Vinte mil esperam vagas em creches. Creche Tapajós II atende 120 crianças e tem 200 na espera”. O desafio da ampliação das vagas não foi privilégio curitibano, esta problemática era nacional:

A ampliação, com qualidade, da oferta de vagas em creches públicas é um dos desafios dos próximos anos para a educação pública brasileira, haja vista que a cobertura desta etapa para a população de até três anos de idade era de apenas 17%, em 2007, com variação significativa entre as faixas de distribuição de renda. A oferta limitada de creches é um problema nacional, presente em todas as unidades da federação em maior ou menor escala. (GOMES, 2011, p. 3).

A oferta de vagas no início da década de 2000 realmente deixou a desejar: do ponto de vista do crescimento obtido foi um dos menores no período estudado, tanto no que diz respeito à inauguração de novas Unidades ou ampliação de vagas. Assim, o crescimento do atendimento às crianças de 0 a 6 anos em creches públicas em Curitiba não manteve um padrão de crescimento, revelando a falta de política pública para este nível de ensino. Mesmo com a inclusão da Educação infantil como primeira etapa da educação básica (LDB 6394 de 1996), não houve uma ampliação de vagas de modo a garantir a demanda.

Essas famílias que pleiteavam uma vaga nas creches curitibanas, obedeciam a um protocolo estabelecido pela PMC desde 1984, como já explorado no capítulo 1. Este protocolo requeria que a família fosse a uma Unidade e solicitasse por meio de uma ficha o requerimento para a vaga. A prática da solicitação de vaga anterior à seleção e matrícula permaneceu no *Manual de 1991*, e foram estabelecidos alguns critérios para o preenchimento da mesma. Para o preenchimento da ficha de solicitação da vaga as famílias deveriam atender aos seguintes requisitos:

- Pertencer à comunidade onde a creche se localiza. No caso de não preenchimento da lotação total, poderá se estender a crianças de outras comunidades;
- Não apresentar doenças ou problemas graves que necessitem de cuidados especiais, não tendo a creche estrutura para atendê-las;
- Apresentar a carteira de vacinação. (CURITIBA, 1991, p. 24)

Nestes critérios fica clara a preocupação, por parte da Prefeitura, com as questões da saúde da criança, assim como um possível despreparo¹³⁰ para o trabalho com crianças que dependessem de algum cuidado especial. A entrevistada Mary Lucy Dal Bosco Carletto¹³¹, relatou que em 1986 ela era administradora de creche, e uma das crianças atendidas naquele período fez uma sequência de consultas e exames. Ao final, a família recebeu o diagnóstico de que a criança seria autista. Na mesma semana essa criança teve que sair da creche. Segundo Carletto (2014 – Informação verbal): “Na minha cabeça aquilo foi uma discriminação imensa. E para os pais foi horrível! A mãe dizia assim: ‘Enquanto meu filho não tinha nada ele era bom pra creche; agora que ele foi diagnosticado ele não pode ficar aqui’”!

Além de haver esse despreparo e discriminação das crianças com alguma deficiência, ainda havia a preocupação com a questão da vacinação das crianças, sendo a carteira de vacinação¹³² um documento necessário para a solicitação da

¹³⁰ A Declaração de Salamanca (1994) e a previsão do entendimento educacional inclusivo teve regulamentação apenas na LDB de 1996.

¹³¹ Mary Lucy Dal Bosco Carletto é formada em sociologia, fez Concurso Público para administrador de creche em 1985. Iniciou como administradora na creche Estrela, depois no Jardim Paraná, Creche Parolim e por último em 1992 a creche Vila Rosinha, onde se aposentou em 01/03/2011. Disponível em: <<http://legisladoexterno.curitiba.pr.gov.br/AtosConsultaExterna.aspx>>. Acesso em 12/06/2015.

¹³² O Programa Nacional de Imunização foi criado em 1973, regulamentado no ano de 1975 pela Lei nº 6.259, de 30/10/1975, e pelo Decreto nº 78.231, de 30/12/1976, representando um instrumento destinado à proteção da população brasileira contra doenças que podem ser evitadas com o uso de imunobiológicos, incluindo as vacinas. Em 1977 o Brasil definiu as vacinas obrigatórias para os

vaga. Percebe-se a permanência do vínculo da creche com a medicina, presente desde o início do século XIX, que discutiam a puericultura infantil e as teses de medicina e educação figuravam nos congressos sobre educação. Essas permanências do vínculo da medicina com a educação podem ser percebidas nos critérios de seleção para atendimento nas creches curitibanas:

1. Famílias que possuem renda familiar de até três salários mínimos, com prioridade para as famílias com menor renda per capita, podendo o atendimento ser estendido às famílias com renda até cinco salários mínimos, quando houver vagas disponíveis.
2. Famílias que já estão sendo atendidas na Unidade, visando à continuidade do processo educativo da criança e à estabilidade da família.
3. Famílias que não possuem outros elementos responsáveis que possam cuidar das crianças.
4. Filhos de pais ou mães solteiros, abandonados ou viúvos.
5. Filhos de pais com deficiência física, mental ou viciados.
6. Crianças cujos pais estão trabalhando.
7. Crianças que só a mãe está trabalhando.
8. Crianças cujos pais estão desempregados. (CURITIBA, 1991, p. 24-25).

Nestes critérios já é trazida a ideia de atendimento social às famílias que tinham pais com deficiência física, mental ou viciados, entendendo, possivelmente, que estes familiares teriam menos condições de cuidar de crianças de 0 a 6 anos. Eram aceitos pais que estivessem desempregados, o que de certa forma traz embutido o possível entendimento que a vaga é direito da criança. Chama-se atenção que há uma ordem nos critérios, que de fato não se sabe se é eliminatória, pois esse dado não aparece nas fontes.

A consideração da vaga como direito da criança poderia sim ter sido observada neste período, pois já vigorava o Estatuto da Criança e do Adolescente que foi publicado em 1990 e também havia ocorrido uma grande discussão acerca da aprovação desta legislação.

A partir de 1998, posterior ao preenchimento da solicitação da vaga, a família passaria por um segundo processo: Avaliação Social das Famílias, que era

menores de 1 ano de idade: contra tuberculose, poliomielite, sarampo, difteria, tétano e coqueluche (Portaria Ministerial nº 452, de 6/12) (BRASIL, 2003). Sobre a história do atendimento à criança sob a perspectiva da saúde consultar: Moreira, Laura Monteiro de Castro, *et al.* "Políticas públicas voltadas para a redução da mortalidade infantil: uma história de desafios." *Revista Médica de Minas Gerais* v. 22, 2012, p. 48-55.

organizada para: “[...] preenchimento das vagas em aberto e as que poderão surgir no mês, segundo critérios e procedimentos amplamente discutidos com os pais e/ou responsáveis” (PMC/SMCR, 1998, p. 33).

Os critérios definidos na normatização de 1998 eram iguais aos de 1991, acrescido de um, para aqueles que já estavam matriculados na creche:

Na situação de rematricula deverá ser observado se a mãe está trabalhando, caso contrário, a vaga da criança poderá ser destinada à família que cumprir esse requisito. No entanto, é importante refletir com as famílias sobre essa questão e documentar o caso com as assinaturas dos responsáveis. (CURITIBA, 1998, p. 33).

Neste adendo às orientações, fica clara a penalização que a criança sofreria no caso dos pais terem perdido o emprego, a família ficaria duplamente penalizada, pois teria perdido o emprego e também o atendimento na creche.

Já nas *Orientações de 2001*, permanecem os dois momentos: um da inscrição e outro da admissão. Para a inscrição era utilizada a ficha seguir:

FIGURA 65: FICHA DE SOLICITAÇÃO DE VAGA – 2001

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA SECRETARIA MUNICIPAL DA CRIANÇA DEPARTAMENTO DE ATENDIMENTO INFANTIL					
SOLICITAÇÃO DE VAGA					
Centro Municipal de Educação Infantil:					
Nº da ficha:		Data:		Recadastro () sim () não	
Nome da criança:					
Data de nascimento:			Turma pretendida:		
Horário pretendido: () integral () manhã () tarde					
Nome do pai:			Profissão:		
Nome da mãe:			Profissão:		
Endereço residencial:					
Referência:					
Telefone da mãe:			Telefone do pai:		
Renda familiar:			Per capita:		
Despesa com aluguel ou prestação de moradia () sim () não Valor:					
Solicita vaga em outra turma () sim () não Qual:					
Renovação / Datas					

FONTE: CURITIBA, 2001, p. 75.

Quando se compara a ficha de 1986, apresentada na página 95 e esta de 2001, percebem-se algumas diferenças entre elas: além dos campos específicos para a

renda familiar e *per capita*, há ainda a averiguação se a família tinha despesas com aluguel, o que antes não era perguntado. Talvez esse pudesse ser outro critério para se oferecer ou não a vaga à criança. O espaço destinado a renovação sugere que as famílias deveriam voltar a creche para renovar sua vontade de matricular seu filho, possivelmente pelas negativas que tinham até conseguir a vaga. Há ainda como novidade o espaço para escolha do período a matricular a criança na creche que poderia ser integral ou parcial, opção que não havia na ficha de 1986.

Depois da seleção feita com base nesta ficha de inscrição, a criança para ser admitida precisaria atender aos critérios estabelecidos que tiveram uma mudança importante neste Manual:

Deverão ser atendidas, prioritariamente, crianças provenientes de famílias com renda familiar de até três salários mínimos ou que apresentem renda per capita familiar de meio salário mínimo, observando-se, na sequência, os seguintes critérios:

- a) *Crianças que se encontrem em situação de risco social e pessoal.*
- b) Crianças cujos pais possuam deficiências físicas, mentais, dependência de drogas e que não apresentem condições de cuidar de seus filhos.
- c) Crianças cujos pais estejam trabalhando.
- d) Crianças cujas famílias não possuam outras pessoas responsáveis para auxiliar no cuidado delas.
- e) Quando houver disponibilidade de vagas, poderão ser atendidas, na modalidade de meio período, crianças cujas mães estejam à procura de emprego (CURITIBA, 2001, p. 27, grifos meus).

O item 'a' indica a sintonia com o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, pois a vaga disponível na instituição é tratada como direito da criança. O ECA indica em seu Artigo 4º que:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990, s/p).

Outra mudança importante, no tocante à oferta desta etapa de ensino, está presente no artigo 54, que determina: “É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente. IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade” (BRASIL, 1990, s/p). O texto deste artigo veio consolidar o direito da criança

ao acesso à creche, assim como com relação ao dever do Estado em ofertar esta modalidade.

Bobbio (1992) alerta para a crescente especialização dos direitos do homem a fim de atender a especificidade de cada grupo etário, étnico e de gênero. O autor chama a atenção para a necessidade premente de não apenas criar direitos específicos para cada nicho, mas apresenta o desafio de colocá-los em vigor.

Esses critérios, para a matrícula das crianças nas creches, estabelecidos ao longo da trajetória desta rede tiveram poucas alterações. A mudança efetiva foi o foco do atendimento que saiu da compreensão de que a vaga na creche era direito exclusivo da mulher trabalhadora, e, com base na legislação nacional, passou a considerar o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) que entendeu o acesso das crianças às creches como direito delas e não apenas das mães.

Fica claro que, durante o período analisado, entre 1977 e 2003, há a permanência no que diz respeito ao processo de seleção das crianças, assim como na valorização do direito da mulher trabalhadora. Há mudanças nas normatizações para que a representação da creche como direito da criança fosse implementada no cotidiano da creche.

No entanto, embora a creche aparecesse como direito da criança, ainda o critério da renda familiar figurava na documentação, assim como o critério de os pais estarem trabalhando. Isso é uma confirmação de que embora a rede de Educação Infantil de Curitiba, em especial as creches, tenha sido ampliada, ela não era suficiente para a demanda da cidade, tendo assim que se realizar algum tipo de seleção para matricular as crianças. Nesse sentido, a importância do estabelecimento de critérios para seleção.

A questão da oferta e da demanda de vagas nas creches foi uma questão complexa, pois embora tenha havido uma considerável ampliação na oferta das vagas ainda assim, não acompanhava o crescimento da população infantil dessa faixa etária. No quadro a seguir é possível verificar esses dados:

QUADRO 21: NÚMERO DE CRECHES E CRIANÇAS ATENDIDAS ENTRE 1977 E 2003

Ano¹³³	Número de creches	Percentual de crescimento	Número de crianças atendidas	Percentual de crescimento
1977*	4		480	
1978*	6	50,00%	910	47,25%
1979*	10	66,67%	1.430	36,36%
1980*	20	100,00%	2.235	36,02%
1982*	26	30,00%	2.870	22,13%
1983*	26	0,00%	2.850	-0,70%
1885	33	26,92%	3.589	20,59%
1987	64	93,94%	6.615	45,74%
1990	100	56,25%	10.660	37,95%
1991	103	3,00%	10.565	-0,90%
1992	106	2,91%	11.140	5,16%
1993	118	11,32%	12.891	13,58%
1994	120	1,69%	13.398	3,78%
1995	124	3,33%	14.350	6,63%
1996	127	2,42%	15.650	8,31%
1997	127	0,00%	15.505	-0,94%
1998	127	0,00%	15.775	1,71%
1999**	126	-0,79%	15.955	1,13%
2000	126	0,00%	16.065	0,68%
2001	125	0,79%	15.984	-0,51%
2002	125	0,00%	16.230	1,52%
2003	140	12,00%	17.370	6,56%

FONTE: Relatórios de Gestão Municipal.

*Dados estimados com base no número de vagas para o qual a creche estava planejada.

**Em 1999 a Creche Autódromo foi desativada.

Os dados apresentados no quadro acima demonstram que o período de maior crescimento do número de creches na cidade foi entre 1980 e 1990. De 1979 para 1980 há um crescimento de 100% no atendimento, passando de 10 para 20 creches na cidade. Mas quando há a comparação entre 1980 e 1990 houve um crescimento de 400% no número de creches passando de 20 para 100 creches, sendo 1987 o ano de maior crescimento. Estas marcas significativas de crescimento se vinculam à gestão de Jaime Lerner e Roberto Requião, demonstrando o investimento da Prefeitura para a ampliação das vagas e manutenção das já existentes. Assim, para além da criação das creches, havia o desafio da manutenção das mesmas. A

¹³³ Os dados de 1984 e 1988 foram inconclusivos, por este motivo foram descartados.

consolidação da rede de creches públicas explorada no capítulo 2 revelou a função de garantia do direito da criança à creche, no entanto o “direito adquirido” ainda estaria sendo concretizado no início da primeira década do ano 2000.

Outro aspecto normatizado pelos Manuais a partir de 1986 foi a relação adulto x criança dentro das salas¹³⁴ de Educação Infantil nas creches curitibanas. A organização no que diz respeito ao número de crianças recebeu regulamentação apenas no Manual escrito em 1986, e que essa mesma orientação foi replicada no Manual de 1991, como se vê no quadro a seguir:

QUADRO 22: RELAÇÃO DO NÚMERO DE CRIANÇAS E PROFISSIONAIS PARA AS TURMAS DAS CRECHES

TURMA	NÚMERO DE CRIANÇAS	NÚMERO DE PROFISSIONAIS
Berçário	15	2 babás
Maternal I	20	2 babás
Maternal II	25	2 babás
Jardim	30	2 babás

FONTE: CURITIBA, 1986, p. 34, CURITIBA, 1991, p. 15.

Com relação a esta proporção de crianças para adultos, o *Jornal do Estado* publicou em 27/11/1986 matéria intitulada: “Parigot: conjunto de problemas e soluções, na creche, crianças pedem mais funcionários”. A reportagem relata a situação da creche Parigot de Souza, localizada no Conjunto Habitacional de mesmo nome, que enfrentava a falta de funcionários para o bom atendimento das crianças. A reportagem dizia:

Mais do que comida apropriada e na hora certa, seguida de medicamentos necessários para o tratamento pediátrico, as crianças desta creche precisam de atenção e carinho. Para ter isto é humanamente impossível que 11 funcionárias, das mais diversas funções, incluindo ai cozinheira e faxineira, possam dar a devida atenção a 90 crianças. O trabalho de cada funcionário é exaustivo, pois eles têm que dividir o tempo sem causar problemas para as crianças, com uma grande dose de boa vontade individual. (JORNAL DO ESTADO, 1986, s/p).

¹³⁴ Entendendo sala aqui como espaço de referência para crianças e educadores.

Esta reportagem denunciava a insatisfação dos funcionários frente ao número de crianças atendidas. Levantava também uma questão interessante que é a relação afetiva estabelecida na instituição entre a criança e o adulto.

Sobre a organização das turmas, a senhora Ingrid Jane Giraldi de Souza, que atuou entre 1980 e 2003 em cargos de gestão das creches, foi entrevistada e indicou que um dos livros de referência, que foi utilizado pelas técnicas do departamento foi “*Creche: organização, montagem e funcionamento*” publicado por Gilda Rizzo em 1984 – 1ª edição e 1988 – 2ª edição. Souza (2014) afirmou que este livro foi distribuído em todas as creches naquele período entre 1983 a 1986. Este, segundo ela, foi um dos materiais que subsidiaram a escrita do documento de normatização da Prefeitura de Curitiba. De fato este livro figura nas referências bibliográficas do referido Manual.

Analizando o livro de Rizzo, há também uma indicação de organização dos grupos de crianças, que de acordo com ela deveria ser assim: “Crianças de 3 a 12 meses: 2 adultos para 6 ou 8 bebês; crianças de 12 a 24 meses: 2 adultos para 10 ou 12 crianças; crianças de 24 a 36 meses: 2 adultos para 16 ou 18 crianças; crianças de 36 a 54 meses: 2 adultos para 25 a 30 crianças” (RIZZO, 1988, p. 45). O livro de Augusto (1985), que também foi utilizado como referência em Curitiba, não apresentava nenhuma indicação sobre a relação do número de crianças por profissional.

A proposta de Rizzo era muito diferente daquela feita pelo poder público municipal, pois a relação adulto X criança era bem menor, principalmente nas turmas de crianças com idade de 0 a 3 anos. Evidente que o processo de apropriação se faz em maior ou menor grau. O fato de o livro figurar nas referências não quer dizer que ele foi simplesmente incorporado, mas que ele serviu de repertório para a elaboração do Manual de Curitiba assim configurando uma nova representação dele.

Mendes (2015), no entanto, relatou em sua entrevista que numa determinada ocasião, ela trabalhava em um berçário e a lactarista¹³⁵ ficou doente. As educadoras, em duas, tinham que cuidar das crianças, fazer mamadeira, comida e ainda limpar a

¹³⁵ Profissional que atuava na cozinha exclusiva do berçário, preparando as fórmulas e alimentação de acordo com a faixa etária das crianças da turma.

sala, pois só tinha uma pessoa na limpeza e ela não daria conta do serviço. “Era muita criança e pouca gente! O dia de receber o pagamento era uma loucura... a gente tinha que ir no banco... então uma babá ia pra fila do banco e a gente ficava sozinha na turma com as crianças... era bem difícil”! (MENDES, 2015 – Informação verbal).

A relação adulto-criança, passou a figurar em todas as Orientações da PMC. Os documentos de 1998 e de 2001 passaram a nomear o profissional atuante com as crianças de *educadores*, embora essa mudança só tenha sido oficializada em 2002. Além da mudança na nomenclatura dada ao profissional que atuava diretamente com a as crianças, há mudanças também no número de crianças em relação ao número de profissionais:

QUADRO 23: NÚMERO DE CRIANÇAS EM RELAÇÃO AO NÚMERO DE PROFISSIONAIS

TURMA	NÚMERO DE CRIANÇAS	NÚMERO DE PROFISSIONAIS
Berçário	18	3 educadores
Maternal I	22	2 educadores
Maternal II	28	2 educadores
Jardim I	32	2 educadores
Jardim II	30	2 educadores

FONTE: CURITIBA, 1998, p. 6, CURITIBA, 2001, p. 22.

Os números propostos pela PMC estavam em sintonia com as orientações do MEC emitidas em 1998. Essa consonância pode ser atribuída à grande circulação da documentação produzida em nível nacional entre os entes federados. As indicações de organização da Educação infantil que foram feitas pós LDB tiveram grande aceitação, pois os municípios estavam ensaiando os modos de financiamento e organização da então primeira etapa da Educação Básica. Outro ponto importante que fortaleceu a circulação e apropriação das orientações do MEC foi o crescimento da produção de pesquisa e trabalhos na área da Educação Infantil que tiveram uma efervescência na década de 1990. Rocha (1999), em sua tese de doutorado aponta esse crescimento na pesquisa e na “acumulação de conhecimentos sobre a Educação Infantil, que tem contribuído para a constituição de um campo particular no âmbito da Pedagogia”. (ROCHA, 1999, s/p). Essa complexidade na produção acadêmica

também teve um impacto nos municípios e na contribuição para a incorporação das creches aos sistemas de Ensino. Assim, se observarmos a orientação a seguir dada pelo MEC e a compararmos com a organização feita pela PMC, ambas estão em consonância.

QUADRO 24: RELAÇÃO ENTRE NÚMERO DE CRIANÇAS E PROFESSOR

Faixa Etária	Crianças/Professor
0 a 1 ano	6 a 8 crianças
1 a 3 anos	8 a 10 crianças
3 a 5 anos	12 a 15 crianças
5 a 6 anos	20 a 25 crianças

FONTE: BRASIL/MEC, 1998.

Se compararmos o quadro de 1986 e 2001, neste período, houve um aumento no número de crianças nas turmas, possivelmente para atender a uma demanda de ampliação de número de vagas. Proporcionalmente ao número de profissionais, a única turma que saiu ganhando foi a turma de berçário, que embora tenha ampliado o número de crianças, ampliou junto o número de adultos responsáveis. Desta forma, a relação de crianças x adulto era assim neste período:

QUADRO 25: NÚMERO DE CRIANÇAS EM RELAÇÃO AO NÚMERO DE PROFISSIONAIS

TURMA	NÚMERO DE CRIANÇAS X ADULTO
Berçário	6 a 7 crianças para cada adulto
Maternal I	10 a 11 crianças para cada adulto
Maternal II	12 a 14 crianças para cada adulto
Jardim I	15 a 16 crianças para cada adulto
Jardim II	15 crianças para cada adulto

FONTE: CURITIBA, 2001, p. 22.

No documento de 2001 aparece ainda a figura do professor na turma de Jardim II, devido ao Convênio que a SMCR estabeleceu com a Secretaria Municipal da Educação (SME), como mencionado anteriormente. Essa atuação do professor da SME em uma turma da SMCR foi uma parceria tumultuada que trazia uma série de

tensões para os adultos envolvidos, pois havia uma orientação pedagógica diferente de ações entre os professores e os educadores.

Em entrevista, a professora Thayana Lyss de Sá Oliveira Silva (2015 – Informação verbal) revelou essa dificuldade e comentou sobre o tempo de atuação com as crianças que era apenas de quatro horas. Ela relatou que no restante do tempo as educadoras ficavam responsáveis pelo atendimento às crianças e gerava muita contradição. As lutas de representação (CHARTIER, 1990) estavam presentes também acerca dos encaminhamentos pedagógicos com as crianças de 5 e 6 anos. Essas ações educativas ainda também podem ser percebidas nas rotinas diárias, como será explorado no próximo item.

3.2 Creche: rotinas que revelam a ação educativa

A organização do cotidiano das crianças nas creches também foi ação normatizada por meio dos Manuais. Tal indicação da organização do tempo, do espaço e das tarefas a serem realizadas figurou regulamentada e cobrada pelas equipes de gestão responsáveis pelas creches. A esta organização de tempos, horários e espaços os Manuais produzidos pela prefeitura entre 1977 e 2003 deram o nome de “Rotinas”.

Ao analisar as produções sobre a Educação infantil verifica-se que esta terminologia é utilizada e também estudada. Barbosa (2000) realizou importante estudo em sua tese de doutorado e conceituou rotina como:

As rotinas podem ser vistas como produtos culturais criados, produzidos e reproduzidos no dia a dia, tendo como objetivo a organização da cotidianidade. A rotina é uma racionalização ou uma tecnologia constituída pelos seres humanos e pelas instituições para organizar e controlar a vida cotidiana. Assim, a rotina é apenas um dos elementos que integra o cotidiano (BARBOSA, 2000, p. 43).

A previsão de uma rotina no ambiente de atendimento a crianças de 0 a 6 anos é assunto abordado na documentação escrita pelo MEC em 1977 (*Atendimento ao pré-escolar*). Neste material a rotina é assim conceituada: “As atividades de rotina são aquelas que devem desenvolver-se diariamente, e que levam a criança a adquirir e manter os hábitos indispensáveis à preservação da saúde física e mental: alimentação adequada, ordem e higiene e repouso” (BRASIL/MEC, 1977, p. 153).

Esta rotina alicerçada na alimentação, ordem e higiene, retrata o lugar da creche e da pré-escola para estas crianças, confirmado o seu atendimento vinculado à manutenção da saúde das crianças, assim como na tarefa de deixá-la bem atendidas e com saúde. Reforçando a função social da creche de cuidado. Concordando com Barbosa (2000, p. 53) sobre a função normatizadora da rotina:

Ainda pode ser apontado como característica das rotinas o fato de elas conterem a ideia de repetição, de algo que faz resistência ao novo, e que recua frente à ideia de transformar. E também que as rotinas são feitas a partir de uma sequência de atos ou conjunto de procedimentos associados que não devem sair da sua ordem; portanto, as rotinas têm um caráter normatizador. Dessa forma, podemos observar que a rotina pedagógica é um elemento estruturante da organização institucional e de normatização da subjetividade das crianças e dos adultos que frequentam os espaços coletivos de cuidados e educação.

Em Curitiba essa preocupação estava na proposta de creche desde o início da sua configuração em 1977 e permaneceu ao longo do período analisado. Somente no *Manual de 1984* a questão da rotina não foi fixada. Em 1984 houve somente uma orientação para que o trabalho na creche possibilitasse o desenvolvimento físico, intelectual, social e emocional, mas não houve a preocupação em estruturar estas orientações em ações predeterminadas em um tempo e um espaço específicos.

Já no *Manual de 1986*, foi publicada uma lista de atividades diárias que compunham a rotina da creche, que era defendida para que o trabalho fosse simplificado e para que “houvesse uma consequente economia de tempo” (CURITIBA, 1986, p. 37). Essa ideia de economia do tempo denota a importância do controle do mesmo seja pelo relógio, seja pelas atividades que precisam “caber” dentro daquele espaço de tempo. Sobre o relógio, Viñao Frago & Escolano (1998, p. 43-44) dizem:

[...] organizador da vida da comunidade e também da vida da infância. Ele marca as horas de entrada na escola e de saída dela, os tempos de recreio e todos os momentos da vida da instituição. A ordem temporal se une assim a do espaço para regular a organização acadêmica e para pautar as coordenadas básicas das primeiras aprendizagens.

Sem dúvidas a previsão de uma atividade dentro de um tempo específico traria para os profissionais envolvidos um controle da criança, principalmente de sua condição física, pois as atividades ligadas à higiene, saúde e alimentação eram orquestradas de modo que todas as crianças fizessem tudo ao mesmo tempo, desconsiderando as necessidades individuais de cada um.

A rotina na Educação Infantil curitibana foi prevista com as ações a seguir: “a) chegada e recepção das crianças; b) higiene; c) refeições; d) descanso e sono; e) atividades; f) saída” (CURITIBA, 1986, p. 37). Para cada uma destas ações havia um pequeno texto explicativo sobre a importância de cada uma delas, assim como sugestões para cada ação cotidiana.

A lógica desta sequência previu a chegada da criança na unidade e as demais atividades que se desenrolariam ao decorrer do dia. Esta mesma lógica de organização do dia foi apresentada por Augusto (1985). A autora deu um nome diferenciado para esse roteiro diário, ela chamou de “Atividades diárias da criança” e também as resumiu em: sono, refeições, horas ao ar livre, períodos dados para uso de brinquedos, higiene e atividades de estimulação ou psicopedagógicas. Apresentou também dois modelos de atividades diárias, bem detalhados, com horário, local, atividades e procedimentos a serem realizados. Esta ordem temporal das atividades em ambientes educativos é considerada por Escolano como:

[...] estructuras que se internalizan a partir de los primeros aprendizajes, es decir, justamente desde la experiencia que los niños tienen del tiempo escolar que, en las sociedades dotadas de sistemas de educación formal, constituye uno de los esquemas básicos destinados a la regulación de la vida y necesario por cuanto el hombre es un «reloj biológico» que precisa una organización temporal. (ESCOLANO, 1992, p.57).

Estas especificidades do trabalho que acontecia nas creches foram nomeadas por Granger (1976) de “Actividades Diárias”, e, que segundo ele, deveriam ser: “chegada, refeições, cuidados com higiene, repouso e sono, brincadeiras ou período de atividade, visita dos pais, saída” (GRANGER, 1976, p. 177-178).

Esta previsão de uma organização das atividades que determina os espaços e os tempos no ambiente da creche pode ser explicada por Viñao Frago (1998, p. 5):

El tiempo escolar es un tiempo a la vez institucional y personal, cultural e individual. Desde un punto de vista institucional se muestra como un tiempo prescrito y uniforme. Y efectivamente lo es, al menos en su intención. Sin embargo, desde una perspectiva individual, es un tiempo plural y diverso. No hay sólo un tiempo, sino una variedad de tiempos. En cuanto tiempo cultural, además, el tiempo escolar es una construcción social historicamente cambiante, um producto cultural que implica uma determinada vivencia o experiencia temporal.

Tomando esta definição de tempo escolar, pode-se perceber que ela está diretamente ligada com as construções culturais feitas no interior das instituições escolares, no sentido de que os diferentes tempos escolares são reguladores do ritmo de aulas, da aprendizagem, dos professores, das crianças, mas também é um tempo social.

Com relação ao espaço e ao que ele representa sobre o atendimento oferecido em instituições educativas, Viñao Frago (1998, p. 78) esclarece que “há ordenações do espaço, configurações do mesmo, adequadas ou inadequadas, segundo o modelo de organização educativa, método de ensino ou clima institucional que se pretenda adotar”.

O *Manual de 1991*, que era de cunho mais administrativo, também previa uma rotina básica de atividades para as creches, que era quase idêntica à de 1986, a não ser por uma pequena mas importante alteração em relação às atividades. A rotina prevista em 1991 era “a) chegada e recepção das crianças; b) higiene; c) refeições; d) descanso e sono; e) *atividades pedagógicas*; f) saída” (CURITIBA, 1991, p. 16, grifos meus). Este acréscimo do termo “pedagógicas” ao termo atividades é uma mudança importante, principalmente para marcar o lugar da creche com o espaço educativo onde seriam realizadas “atividades pedagógicas”.

Neste *Manual*, citado acima, havia em anexo o detalhamento dos horários de rotina a serem cumpridos em cada uma das turmas. Como exemplo, segue a rotina proposta para a turma do Maternal II:

7h00 às 8h00 – entrada e recepção das crianças
 8h00 às 8h30 – desjejum
 8h30 às 8h45 – higiene
 8h45 às 9h45 – sessão de psicomotricidade relacional e/ou desenvolvimento do planejamento
 9h45 às 10h45 – brincadeiras ao ar livre
 10h45 às 11h00 – higiene para o almoço
 11h00 às 12h15 – almoço/higiene, escovação de dentes/organização da sala
 12h15 às 13h45 – repouso
 13h45 às 14h00 – preparação para o lanche
 14h00 às 14h30 – lanche/higiene
 14h30 às 16h15 – desenvolvimento do planejamento e/ou atividade ao ar livre
 16h15 às 16h30 – higiene
 16h30 às 17h00 – jantar
 17h00 às 18h00 – entrega das crianças – deixar a disposição das crianças material variado (jogos, brinquedos, revistas, livros, etc.) para manusearem enquanto aguardam seu horário de saída. (CURITIBA, 1991, anexo 2).

Para um manual que pretendia “nortear e oferecer subsídios para o funcionamento e administração das creches municipais” (CURITIBA, 1991, p. 1), o mesmo o fez de maneira bastante detalhada. Esta organização do dia foi feita para cada uma das turmas com sutis diferenças. Mas com um rigor em horários e atividades.

Assim como no *Manual de 1986* havia um texto explicativo para cada uma das atividades das rotinas e sugestões de trabalhos para a efetivação das mesmas. No aspecto das refeições houve a padronização dos horários das mesmas. Havia a seguinte recomendação: “[...] a distribuição das refeições *deverá obedecer* o seguinte horário [...]” (CURITIBA, 1991, p. 18, grifos meus). O caráter mandatório deste horário pode indicar uma necessidade da padronização, seja em função do trabalho da equipe que atuava na cozinha ou na limpeza da creche ou mesmo para a adequação, ou inclusive a correção, de procedimentos que estavam sendo considerados inadequados.

Nas *Orientações de 1998*, a rotina também foi apresentada, mas recebeu uma pormenorização em relação às turmas organizadas nas creches. O Manual assim organizava o dia das crianças na Educação Infantil:

- I. Atividades pedagógicas rotineiras
 - 1. Chegada e recepção das crianças
 - 2. Higiene
 - 3. Alimentação
 - 4. Descanso e sono
 - 5. Saída
- II. Atividades pedagógicas específicas por faixa etária e/ou turmas
 - 1. Berçário: estimulação essencial, massagem, jogos e brincadeiras e atividades diversas em sala ou solário.
 - 2. Maternal 1: jogos e brincadeiras/ brinquedos cantados, expressão artística, literatura, atividades respiratórias, massagem, atividades diversas em sala, pátio e parque e jogo integrativo.
 - 3. Maternal 2: Maternal III e Jardim I: jogos e brincadeiras, expressão artística, literatura, noções de língua portuguesa, noções de matemática, atividades da área de educação física, atividades respiratórias, atividades diversas em sala, pátio e parque e jogo integrativo.
 - 4. Jardim II e Jardim único – período da tarde: literatura, atividades da área de educação artística, atividades da área de educação física. (Nesta turma no período contrário, há a permanência do professor). (CURITIBA, 1998, p. 19, 24 e 25).

Além desta rotina geral para a organização das turmas, as orientações ainda traziam uma rotina detalhada, com horário e atividade a ser realizada de todo o dia na creche, para todas as turmas com diferenças pequenas entre elas.

Os autores do *Manual de Orientações* advertiram aos usuários do Manual sobre o uso dos horários e sugestões apresentadas no documento: “Os horários que se apresentam na rotina não são fixados rigidamente, mas deverão obedecer a um limite de tempo para o início e o término de cada atividade” (CURITIBA, 2001, p. 25). Esta advertência por certo se fez necessária para evitar que os profissionais envolvidos com o cuidado da criança privilegiassem os horários e não o atendimento com qualidade. Resta indagar se a advertência foi considerada ou se o uso destes horários predeterminados se tornou o foco do atendimento na creche.

Nas *Orientações de 2001*, permaneceram as mesmas indicações de 1998 com relação às rotinas e à manutenção do quadro de horários com a determinação das

atividades a serem realizadas. Essa preocupação com os horários das atividades ignora o tempo da criança e prioriza o tempo escolar, o tempo do relógio.

Houve uma inclusão no que diz respeito à organização dos espaços: a organização de Cantinhos¹³⁶ a partir das turmas do Maternal. Esta inclusão da discussão da organização dos espaços foi reflexo da publicação de um caderno de orientações editado pela SMCR em 2000. O Caderno recebeu o nome de “*A organização do ambiente nas Unidades de Educação Infantil da Rede Municipal*”¹³⁷. Sobre esta organização, o Caderno trazia a seguinte definição:

Cantinhos é uma forma de organização do ambiente, [que] promove um envolvimento das crianças nas atividades, requisitando menos a atenção do educador. Nesses cantinhos, as crianças aprendem, aos poucos, a manter o ambiente organizado e a respeitar o espaço do outro para brincar, conquistando progressivos graus de autonomia (PMC/SMCR, 2001, p. 52).

Foi localizado no Arquivo Público Municipal o registro feito pela creche Tapajós, que em 2001 efetivou a organização das salas utilizando a proposta dos Cantinhos:

FIGURAS: 66, 67, 68 E 69: IMAGENS DE CANTINHOS EM SALAS DE CRECHES DE CURITIBA

¹³⁶ Esta proposta de cantinhos é baseada nas produções de Celestin Freinet (1896-1966).

¹³⁷ Este documento também recebeu os nomes dos profissionais que o escreveram, no entanto é destacado o nome de Vera Lúcia Grande Dal Molin como autora do texto e da organização do caderno e aparecem os nomes de colaboradores, sendo eles: Cleusa L. C. Godniski, Débora Oliveira Pompeu da Silva, Gesely Vanessa de Lara Miecznikowski, Márcia Janet Guérios Barbosa, Margareth Cristina Bolino, Maria Carmem Amado, Marici Farion, Mirta Lagaggio Rosa, Roberta C. B. Soares e Silvana Regina C. Cruz. A equipe gestora da secretaria neste período tinha como secretária Dacylia Vieira dos Santos, a superintendente era Maria Ângela Fávaro Foltran e a diretora do Departamento de Atendimento Infantil (DAI) era *Beatriz Malucelli Lamarão* e Rosa Aparecida C. Giovanini – gerente de apoio técnico. (Em destaque os profissionais que participam desta pesquisa por meio de entrevistas). Sobre este Caderno houve tratamento detalhado no capítulo 2.



FONTE: Arquivo Público Municipal.

Sabendo que essa proposta de organização dos espaços por meio de Cantinhos é baseada na pedagogia de Celeste Freinet, levanto novamente a hipótese da circulação das ideias deste autor nas propostas para as creches de Curitiba. Pois o mesmo foi citado e utilizado na proposta da década de 1980, como abordado no capítulo 1 e novamente foi recuperado nos anos 2000. Outro aspecto de destaque é a autoria deste Caderno, que é atribuída à Vera Lúcia Grande Dal Molin, uma das pedagogas que permaneceu nas diferentes instâncias administrativas responsáveis pelo funcionamento das creches. Nesta inter-relação de saberes que ora se apresentam num tempo e num espaço e ora noutro se faz necessário problematizar o conceito de histórias conectadas que nos possibilita esta análise de acordo com Gruzinski:

Parece-me que a tarefa do historiador pode ser a de exumar as ligações históricas ou, antes, para ser mais exato, de explorar as connected histories,

se adotarmos a expressão proposta pelo historiador do império português, Sanjay Subrahmanyam, o que implica que as histórias só podem ser múltiplas — ao invés de falar de uma história única e unificada com H maiúsculo. Esta perspectiva significa que estas histórias estão ligadas, conectadas, e que se comunicam entre si. Diante de realidades que convém estudar a partir de múltiplas escalas, o historiador tem de converter-se em uma espécie de eletricista encarregado de restabelecer as conexões internacionais e intercontinentais que as historiografias nacionais desligaram ou esconderam, bloqueando as suas respectivas fronteiras. (GRUZINSKI, 2001, p.176).

Nesta perspectiva de história conectada continuo na tarefa de religar os saberes, os sujeitos, os itinerários, os lugares e os caminhos percorridos para que a história da rede de creches e os sujeitos envolvidos possam mostrar seus percursos e para que eu possa seguir suas pistas a fim de trazer à tona aquilo que os adultos prescreveram, regularam e efetivamente realizaram para consolidar a Educação Infantil em Curitiba, e, que de fato são os sujeitos que mobilizam a história. Concordando com Le Goff (2013, p. 490): “Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem” (LE GOFF, 2013, p.490).

Os sujeitos envolvidos na estruturação da rede de creches em Curitiba, que compuseram as equipes nos diferentes departamentos responsáveis sobre esta ação, em sua maioria foram selecionados com base nos profissionais concursados para as áreas de Psicologia, Assistência Social e Pedagogia.

Esta composição multidisciplinar das equipes possivelmente tenha enriquecido as discussões que ocorriam para que este atendimento fosse consolidado. Esta composição multiprofissional não foi privilégio de Curitiba, tal organização ocorreu também na cidade de São Paulo, na década de 1970, quando o município incluiu na organização do atendimento realizado nas creches, profissionais como: psicólogos, assistente social, pedagogo, enfermeiro, nutricionista e orientador musical (OLIVEIRA & FERREIRA, 1986).

Essa equipe multidisciplinar provavelmente tenha sido montada desta maneira, pois a creche vinha recebendo orientações do Ministério da Saúde, da Assistência e começava a receber do Ministério da Educação também. Daí então a presença de

profissionais de diferentes áreas. Assim a história da Educação Infantil se delinea a partir da história da assistência, das mulheres, das creches e das crianças.

3.3 “Caso das creches vai à justiça”¹³⁸: a conjuntura nacional neoliberal e a tentativa de terceirização da Educação Infantil curitibana

Na segunda gestão de Cássio Taniguchi (neste período - 2001 a 2004 filiado ao PFL) foi marcada pela tentativa de terceirização do serviço da creche. Ou seja, a administração municipal lançou um edital de licitação no qual 26 creches oficiais passariam a ser administradas pela iniciativa privada. A tentativa de um modelo de creche terceirizada ocorreu em maio de 2001 e causou muitas manifestações na cidade contra a proposta. Frigotto & Ciavatta analisaram a questão da descentralização da educação:

A descentralização e a autonomia constituem um mecanismo de transferir aos agentes econômicos, sociais e educacionais a responsabilidade de disputar no mercado a venda de seus produtos ou serviços. Por fim, a privatização fecha o circuito do ajuste. O máximo de mercado e o mínimo de Estado. O mercado passa a ser o regulador, inclusive dos direitos. (FRIGOTTO & CIAVATTA, 2003, p. 106).

Os jornais noticiaram a questão com ênfase: no jornal *Gazeta do Povo* de 10/05/2001 esta questão foi abordada e os protestos que os pais fizeram contra tal medida receberam destaque na publicação. A então Secretária daquela gestão – Dacylia Vieira dos Santos¹³⁹ – explicou, na reportagem, que a terceirização era necessária para que houvesse a solução para o problema de falta de funcionários nas creches. A proposta era que as empresas privadas oferecessem às creches,

¹³⁸ Manchete do jornal *Primeira Hora* de 18/05/2001, que denunciava a intenção da Prefeitura Municipal em privatizar as creches.

¹³⁹ Dacylia Vieira dos Santos como já mencionado é assistente social de formação e esteve vinculada ao trabalho com as creches públicas de Curitiba desde 1977, quando era diretora do serviço Social da prefeitura. Passou por diferentes cargos, chegando a ser Secretária da Criança na gestão de Cassio Taniguchi, encerrou sua carreira na Fundação de Ação Social de Curitiba.

funcionários contratados via CLT e fizessem a total manutenção da Unidade para atender às crianças.

Soczek (2006), em sua dissertação de mestrado analisou o Edital nº 005/21 – Concorrência Pública – Para contratação de entidades para a administração e manutenção total de 26 (vinte e seis) Centros de Educação Infantil da Prefeitura Municipal de Curitiba e o resumiu da seguinte maneira:

O contrato estipulado pela Prefeitura de Curitiba no processo de licitação previa que o contratante se responsabilizasse pelos funcionários contratados para o trabalho nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) em todos os custos patronais, por todos os serviços de apoio (alimentação, manutenção, limpeza) necessários para o funcionamento dos CMEIs, pelo provimento dos materiais que não foram ofertados pela mantenedora, pela designação do coordenador para a Instituição, pela adoção da proposta pedagógica da Secretaria Municipal da Criança, por manter nos CMEIs, preferencialmente, profissionais habilitados de acordo com a LDB 9493/96, socorrer as crianças em caso de acidentes, desenvolver projetos de capacitação dos funcionários, reservar 10% das vagas para as crianças em situação de risco pessoal e social, prover integralmente sem cobrar mensalidades e materiais pedagógicos e didáticos, responsabilizar-se pelo recrutamento e seleção dos funcionários, manter sistemas de segurança, encaminhar mensalmente relatórios estatísticos para a Secretaria Municipal da Criança, prestar atendimento médico emergencial necessário e garantir 12 horas de funcionamento. *A responsabilidade da prefeitura se resumia a ceder o imóvel e os materiais permanentes e equipamentos necessários* para o desenvolvimento das atividades, designarem um coordenador, que seria responsável pelo processo, ofertar capacitação inicial aos profissionais atuantes, efetuar pagamento à contratada de acordo com o número de crianças a serem atendidas. (SOCZEK, 2006, s/p, grifos meus).

Com esse edital a Prefeitura Municipal de Curitiba se eximia de toda a operacionalização do atendimento realizado nas creches curitibanas, inclusive da contratação e formação dos funcionários, e a contratante deveria apenas orientar sobre a proposta pedagógica da Secretaria da Criança. A questão ganhou discussão na esfera jurídica: o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente e o partido dos Trabalhadores entraram com ação civil pública contra o processo licitatório. (Jornal Primeira Hora de 18/05/2001).

A secretária Dacylia Vieira dos Santos teve que prestar esclarecimentos na Câmara de Vereadores sobre tal processo licitatório e o caso ganhou mais visibilidade na edição do dia 11/05/2001 do jornal *Gazeta do Povo*. Segundo o jornal: “Funcionários e pais de crianças protestaram na Boca Maldita contra a medida de

terceirização”. (2001, p. 4). A seguir, imagens do protesto que ocorreu na Boca Maldita¹⁴⁰, centro de Curitiba:

FIGURA 70: PROTESTO POPULAR CONTRA A TERCEIRIZAÇÃO DAS CRECHES (1)



FONTE: Jornal Gazeta do Povo, 11/05/2001.

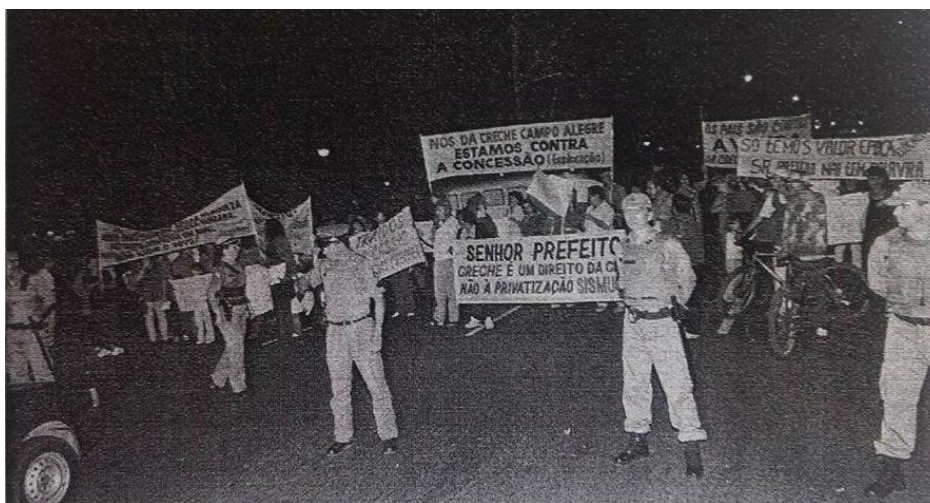
No mesmo jornal, em outra seção havia a versão da PMC sobre os fatos. O poder público municipal publicou como “Informe publicitário” uma notícia com a seguinte manchete: “Prefeitura reafirma: creches são públicas e gratuitas”. (Gazeta do Povo, 11/05/2001, p. 1). No informe há a tentativa pública de esclarecer que não haveria a privatização das creches – que legalmente seria vender um bem público,

¹⁴⁰ A “Boca Maldita” é um trecho do calçadão da rua XV, no centro de Curitiba. “O Calçadão de Curitiba é, assim, uma via pública sem tráfego de veículos, como uma grande ‘sala de estar’, propícia para encontros e bate-papos descontraídos. Com isso esse lugar público proporciona maior segurança à população, que pode transitar em uma rua reservada apenas para pedestres, onde o acesso de veículos é bastante restrito e limitado a determinados serviços. Com efeito, enquanto via exclusiva para pedestres tornou-se um espaço público de encontro, ‘social’, disponível à população no centro da cidade de Curitiba, oportunizando relacionamentos sócio-políticos, econômicos e culturais, de forma livre e democrática sem qualquer tipo de segregação. Na ‘Boca Maldita’, espaço frequentado pelos Cavaleiros da “Boca Maldita”, são discutidos assuntos de forma aberta e livre. Os cavaleiros são políticos, empresários, personalidades e pessoas da população. Não há qualquer distinção, todos podem expor seus pensamentos livremente sem qualquer restrição. Um espaço público, social e democrático atende ao princípio constitucional da liberdade, do direito de ir e vir, da diversidade econômico-comercial e também ao princípio da liberdade de expressão. É também o termômetro político da cidade, já que nesse local se reúnem também personalidades do cenário público e político, onde no chamado corpo a corpo com a população surgem ideias para novas propostas de vida da cidade e da população, diante das necessidades que lhes são expostas”. (DITTRICH, *et al.*, 2016, p.178).

mas que abriria concessão para a administração das mesmas. Acrescentava ainda que com a concessão o horário de atendimento seria ampliado, assim como o número de refeições servidas, e indicava ainda que a creche que fosse concedida à administração privada atenderia no período de férias. Claramente uma representação diferente daquela dada pela população ao mesmo fato. Nesse sentido, a presença de lutas de representação, uma disputa entre poder público e população.

O esclarecimento público feito pela PMC não foi bem aceito. O caso da terceirização das creches teve uma repercussão muito negativa na sociedade curitibana. Na edição do jornal *O Estado do Paraná* de 07/06/2001 a manchete diz: “Cássio desiste de privatizar creches”. A seguir a fotografia estampada no jornal que ilustrava a presença popular nas ruas. Nota-se na imagem o direcionamento ao prefeito da insatisfação com o edital publicado:

FIGURA 71: PROTESTO POPULAR CONTRA A TERCEIRIZAÇÃO DAS CRECHES (2)



FONTE: Jornal O Estado do Paraná, 07/06/2001.

Os protestos tiveram eco e a derrota da gestão municipal ocorreu na justiça, o juiz José Roberto Junior suspendeu o processo licitatório. Essa tentativa curitibana mal sucedida acontecia em conformidade com o que figurava no cenário nacional e estadual acerca das privatizações e terceirizações ocorridas nesse período. Vários autores como Azevedo (2002), Hidalgo & Silva (2001) e Frigotto & Ciavatta (2003) discutiram a política nomeada de neoliberal proposta pelo governo de Fernando

Henrique Cardoso e as consequências dela nas políticas municipais referentes à educação. Haddad (1998) caracterizou assim esse período:

- focalização dos gastos sociais no Ensino Fundamental, em detrimento do Ensino Médio, da Educação de Jovens e Adultos e da Educação Infantil;
- descentralização, que se traduz em municipalização;
- privatização, pela constituição de um mercado de consumo dos serviços educacionais;
- desregulamentação, no sentido de que o governo federal 'abre mão do processo' (financiamento e gestão municipal no caso do Ensino Fundamental e EI) mas 'controla o produto', por meio dos currículos nacionais e da avaliação de resultados. (HADDAD, 1998, p. 49).

Sobre o caso do Paraná, Tavares (2004, p. 13) explicita a maneira com o estado paranaense implantou suas políticas públicas sob a ótica do neoliberalismo:

Na última década, o Paraná foi cenário da efetivação de políticas neoliberais, como em curso em todo o Brasil, tendo em vista a nova ordem (ou desordem) internacional. O Estado passou a ser progressivamente privatizado, quer do ponto de vista do seu detrimento no provimento dos serviços sociais, quer do ponto de vista da preponderância, no seu interior, do interesse de determinados grupos. Como demonstração, temos a venda das empresas públicas, o sucateamento dos serviços de educação e de saúde, o elevado grau de corrupção que tem levado à instalação de CPIs e ao rompimento de contrato escusos firmados no governo anterior, fatos amplamente divulgados pela imprensa.

A gestão de Cassio Taniguchi não teve sucesso na tentativa da privatização das creches, mas como a lógica de terceirização dos serviços estava muito forte naquele período a prefeitura acabou por privatizar os serviços de alimentação e limpeza realizados nas Unidades. Segundo Azevedo (2002, p. 54), “a descentralização é considerada um instrumento de modernização gerencial da gestão pública, pela crença nas suas possibilidades de promover a eficácia e a eficiência dos serviços concernentes”. Beatriz Malucelli Lamarão¹⁴¹ que era superintendente da

¹⁴¹ Beatriz Malucelli Lamarão, pedagoga de formação, realizou Concurso Público na Prefeitura Municipal de Curitiba em 1972 para o cargo de professor normalista. Em 1989 foi nomeada Coordenadora do Núcleo Regional do Portão, pela Secretaria Municipal do Menor. Em 1991 foi nomeada Coordenadora do Núcleo Regional do Portão da Secretaria Municipal da Criança, onde permaneceu até 1994. Em 1995 foi nomeada superintendente da Secretaria Municipal da Criança. Em 03/10/00 foi nomeada Diretora do Departamento de Atendimento Infantil exercendo-o até 2002. Aposentou-se em 2000, mas continuou exercendo atividades na prefeitura até 2002. Atualmente é funcionária do Governo Estadual na Secretaria de Estado da Administração e da Previdência. Dados disponíveis em: <<https://leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/5520/leis-decuritiba?types=o&types=c&types=d&types=r&types=l&types=k&q=Beatriz+Malucelli+Lamar%C3%A3>>. Acesso em 25/03/2016.

Secretaria da Criança nesse período, relatou em entrevista (Lamarão, 2014 – Informação verbal), que os atestados médicos dos funcionários destas áreas eram corriqueiros, que havia uma dificuldade para substituição dos funcionários e que naquele momento todos ganharam com a terceirização, pois não haveria mais falta de pessoal nestas áreas e a administração deles já não ficava subsidiada diretamente à Prefeitura. Assim, de acordo com o discurso neoliberal a descentralização gerou eficiência e economia nesses setores.

Os funcionários públicos que atuavam nas áreas de limpeza e alimentação foram reenquadrados em outras atividades no serviço público, em especial nas áreas administrativas, inicialmente sem o preparo para o trabalho, que foi sendo proporcionado aos poucos.

A creche passou a cumprir a função social de espaço privilegiado de discussão acerca da formação inicial e em serviço. No próximo item a discussão sobre essa temática será abordada.

3.4 Atuação na creche e o espaço de formação escolar e preparação docente para os profissionais

Os profissionais que atuavam diretamente com as crianças nas creches passaram por diferentes momentos históricos e a nomenclatura da sua carreira também foi alterada ao longo do período estudado. Como revela Sebastiani:

[...] sobre os profissionais que atuam diretamente com a criança, a discussão pode ser iniciada pela questão da sua identidade profissional. A primeira problemática que se observa é a questão de como se chama essa categoria de profissionais. Hoje, no Brasil, são inúmeros os nomes que recebem: professores, atendentes, babás, pajens, recreacionistas etc. A dificuldade de tal definição tem como principal origem a falta de clareza da própria prática do trabalho [...] e, por outro lado, pelos efeitos de uma cultura que assimila o papel de educador ao de mãe, o qual, por sua vez, não necessita de competência técnica. (SEBASTIANI, 1996, p. 62-63).

O quadro a seguir mostra a transição ocorrida na nomenclatura do cargo desses profissionais, no âmbito da legislação municipal:

QUADRO 26: NOMENCLATURA DO PROFISSIONAL QUE ATENDIA AS CRIANÇAS NAS CRECHES

Nomenclatura atribuída ao profissional	Período que foi utilizada	Legislação que amparou a mudança	Modo de contratação	Escolaridade exigida no Concurso
Babá	1977 a 1991		CLT até 1985 depois por Concurso Público	Ensino Fundamental incompleto
Atendente Infantil	1991 a 2001	Lei Nº 7670 de 10/06/1991	Concurso Público	Ensino Fundamental Completo
Educador	2002 a 2015	10.390 de 11 de abril de 2002	Concurso Público	Ensino Médio Completo

FONTE: Leis Nº 7670 de 10/06/1991 e 10.390 de 11 de abril de 2002.

A nomenclatura de babá usada durante os primeiros 14 anos de existência das creches em Curitiba, remonta à ideia maternal da Educação Infantil. Segundo Kramer: “As atividades do magistério infantil estão associadas ao papel sexual, reprodutivo, desempenhado tradicionalmente pelas mulheres, caracterizando situações que reproduzem o cotidiano, o trabalho doméstico de cuidados e socialização infantil”. (KRAMER, 2002, p. 125).

Estas mudanças na nomenclatura dada ao profissional revelam a dificuldade em instituir uma identidade profissional a este ator dentro da creche. Bezerra & Soares-Silva realizaram um estudo acerca da identidade profissional e concluíram que:

A história de vida e o desenvolvimento das identidades das educadoras de creche refletem e constroem dialeticamente a história e a identidade dessa instituição. As educadoras de creche constituem um grupo marcado historicamente pelas relações de gênero, pelo fracasso ou abandono da escola e pelo momento de vida que apresenta exigências desenvolvimentais bastante amplas e peculiares. (BEZERRA & SOARES-SILVA, 2008, p.108).

Dessa maneira e dentro da construção curitibana acerca do profissional da Educação Infantil em creches, foi muito complexa e delicada a consolidação da identidade desse profissional. Concordando com Nóvoa:

A identidade não é um dado adquirido, não é uma propriedade, não é um produto. A identidade é um lugar de lutas e conflitos, é um espaço de construção de maneiras de ser e estar na profissão. Por isso, é mais adequado falar em processo identitário, realçando a mescla dinâmica que caracteriza a maneira como cada um se sente e se diz professor. (NÓVOA, 1992, p.16).

No caso das profissionais de creche de Curitiba havia ainda o agravante delas não serem consideradas professoras, nem ao menos serem chamadas por esse nome, assim como nas condições da carreira. No entanto tinham que realizar tarefas docentes com as crianças, realizando, inclusive, planejamentos pedagógicos que eram orientados e supervisionados pelas equipes técnicas da PMC.

A equipe de supervisão era composta de pedagogas, assistentes sociais e psicólogas que atuavam dentro das instâncias administrativas. Desde 1977 havia uma equipe central que pensava, planejava e implantava as propostas relacionadas a Educação Infantil nas creches. Elas eram nomeadas “técnicas” do Departamento. Uma das funções dessa equipe era realizar visitas nas Unidades, dessa maneira elas eram responsáveis pela proposição, implementação e avaliação das propostas para as creches.

Nas entrevistas que realizei com as profissionais que atuavam diretamente com as crianças é possível identificar sentimentos distintos e antagônicos em relação as chamadas técnicas. Algumas relataram que gostavam das visitas que eram realizadas nas creches, que elas ensinavam e orientavam. Já outras relataram um medo da cobrança que era feita e um medo também de agir errado na creche e ser chamada atenção pela técnica.

Mendes se lembra desta relação com a chamada equipe técnica:

A gente tinha um medo, mais medo delas do que da diretora, quando elas chegavam na creche tinha que estar tudo na parede, os quadros, a gente tinha que ter marcado tudo. Se eu não soubesse de alguma coisa, eu dava jeito de aprender com alguém... Deus nos livre ter que perguntar pra técnica!

Tudo, menos perguntar pra ela. Todo mundo tinha medo das técnicas! (MENDES, 2015 – informação verbal).

No final da década de 1990, já pela Secretaria Municipal da Criança foram definidos os seguintes objetivos para a ação supervisora:

- a) Contribuir com a qualidade do atendimento à criança; b) Garantir que o trabalho da creche seja desenvolvido de acordo com as concepções sustentadoras da proposta da SMCR; c) Oportunizar a capacitação contínua, cooperativa e integrada do grupo de funcionários; d) Promover a reflexão sistemática da prática desenvolvida aos profissionais da creche; e) Orientar o desenvolvimento do currículo da creche, de maneira que o mesmo seja regido pelos princípios da globalização, integração, transformação e dinamicidade; f) Trabalhar as relações interpessoais do grupo de funcionários; g) Aprofundar a reflexão sobre a função social da creche; h) Incentivar a participação dos pais junto a creche. (PMC/SMCR, 1997, s/p).

As estratégias para atingir os objetivos propostos seriam: controle, orientação, cooperação, investigação científica, aperfeiçoamento profissional. (PMC/SMCR, 1997). Dentro dessa proposta de acompanhamento, as profissionais iam cada vez mais se aproximando da tarefa docente e ainda eram chamadas de atendentes infantis.

Em 2002, atendendo aos dispositivos da LDB, a prefeitura promulgou a lei nº 10.390 de 11 de abril de 2002, criando as carreiras de Atendimento à Infância e Adolescência e de Atendimento Social, transformando os cargos das carreiras de Desenvolvimento Social previstas na Lei nº 7670/91. Pela lei de 2002, o “atendente infantil” passou a ser chamado de “educador” e a entrada nesta função só seria admitida mediante concurso público em nível médio.

A necessidade de atender à Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/1996 encarregou-se de levar essa discussão aos educadores em exercício nas creches e pré-escolas, mediante programas de formação. Para muitos desses profissionais, voltar a estudar pode significar uma transformação tanto nas suas condições de vida quanto em sua identidade profissional e pessoal, conforme eles são convidados a refletir sobre suas práticas – autorizadas pelos longos anos de experiência – junto às crianças e a integrar os saberes adquiridos nas atividades cotidianas com os conteúdos da formação. (OLIVEIRA *et al.*, 2006, p. 548-549).

Esta alteração no nome da carreira suscita a discussão acerca da mudança: foi apenas retórica ou de fato alterou o estatuto da atividade realizada no interior da creche? Sem dúvidas a admissão de profissionais com Ensino Médio no mínimo, trouxe um novo perfil de ingresso na carreira. Ao mesmo tempo alterou a situação dos profissionais mais antigos na rede para que buscassem a formação profissionalizante. Soczek (2006, p.76) denunciou a mudança ocorrida apenas na nomenclatura:

Embora a prefeitura tenha revisto a nomenclatura utilizada para nomear os educadores e os Centros Municipais de Educação Infantil para adequá-los ao seu caráter educativo, isto não significou uma mudança efetiva para os trabalhadores, pois, naquele período, esses continuaram com as mesmas funções, sem a formação prevista na LDB 9394/96 e com a carga-horária de 40 horas e salário menor que o do professor que trabalha por 20 horas. Ou seja, foi uma mudança somente na aparência, sem qualquer efeito na realidade concreta do trabalho realizado.

Vieira & Oliveira (2013) discutem essa falta de identidade em relação ao profissional que atua na Educação Infantil e apresentam uma revisão bibliográfica de trabalhos que se ocuparam em discutir essa identidade pelos municípios do Brasil.

Dois processos nas condições de trabalho docente estão, em menor ou maior grau, presentes em todos os estudos analisados: a precarização e a intensificação. Em síntese, o primeiro se refere à atribuição de novas funções e tarefas ao mesmo tempo em que não são fornecidas as condições necessárias para o seu cumprimento. Pode também ser entendido como o emprego de pessoas sem a formação requerida pela legislação educacional, ocupando postos de trabalho criados para substituir professore/as no exercício do trabalho pedagógico. Já o segundo trata da imposição de sobrecarga, seja através da necessidade de realização de atividades extras fora da jornada oficial de trabalho ou mesmo através da baixa remuneração, que exige a complementação salarial por meio do compromisso com outros cargos. (VIEIRA & OLIVEIRA, 2013, p. 148).

Este quadro, de profissionais que tinha uma formação inicial precária, depois da promulgação da LDB 9394/1996, passou a ser um desafio para a gestão municipal de Cassio Taniguchi, que ficou com a tarefa de trazer a formação escolar para estes profissionais com vistas a atingir a formação mínima de Magistério – Ensino Médio. Pois essa era uma prerrogativa da legislação daquele momento:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do

ensino fundamental, oferecido em nível médio, na modalidade normal (BRASIL, 1996, s/p.).

Para isso, em 1997, a PMC firmou convênios com a Secretaria Estadual de Educação para oferecer Ensino Fundamental e Médio na modalidade de Ensino Supletivo. A administração municipal organizou um plano de formação emergencial para 790 profissionais em nível de 1º Grau e 590 em nível de 2º Grau (PMC/SMCR, 1997).

Os cursos foram organizados na modalidade a distância com aulas presenciais semanais, para as quais os funcionários eram dispensados durante 2 horas de seu trabalho. Este programa foi desenvolvido em parceria com a Secretaria Estadual de Educação – Departamento de Ensino Supletivo. Essa modalidade de suplência nos estudos da educação formal foi defendida por Rosenberg (1994), para que estes profissionais leigos sem qualificação ou habilitação necessária pudessem acessar a níveis mais elevados de ensino e quiçá conseguir acessar o Ensino Superior.

A preocupação com a escolarização dos profissionais foi grande, logo após a promulgação da LDB 9394, houve, de fato, uma corrida do poder público municipal para que os profissionais que atuavam na recém-criada primeira etapa da Educação Básica – a Educação Infantil – estivessem de acordo com a legislação vigente. As publicações do MEC que tratavam da formação de professores nesse período orientavam:

A formação do professor é reconhecidamente um dos fatores mais importantes para a promoção de padrões de qualidade adequados em educação, qualquer que seja a modalidade. No caso da criança menor [...] a capacitação específica do profissional é uma das variáveis que maior impacto causam sobre a qualidade do atendimento. (BRASIL, 1994, p.11).

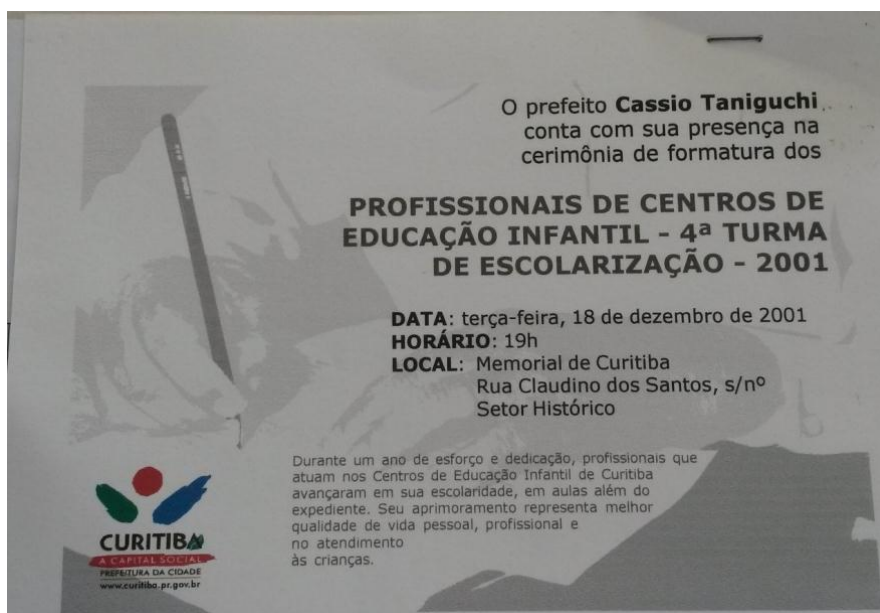
Em Curitiba, o jornal *Gazeta do Povo* de 21 de junho de 1999 trouxe matéria revelando esta preocupação dos órgãos administrativos municipais com a nova legislação sobre educação. O jornal dizia:

Para se adequar às novas normas, cerca de mil atendentes das 126 creches mantidas pela prefeitura já concluíram o ensino fundamental e estão estudando para conseguir o diploma do ensino médio. Depois disso, a meta é fazer com que todas as 1360 atendentes das creches municipais façam o

curso pós-médio de Habilitação em Educação Infantil. (GAZETA DO POVO, 21/06/1999).

Considerando essa demanda legislativa, as turmas de Ensino Supletivo para o Ensino Fundamental e Ensino Médio foram bem aceitas pelas profissionais e os cursos passaram a ter em sua conclusão, momentos de grande festa entre os servidores municipais dessa carreira. Havia formaturas comemorativas deste processo de formação. A seguir convite para um destes eventos:

FIGURA 72: CONVITE PARA FORMATURA



FONTE: Arquivo Geral da Secretaria Municipal de Educação.

O convite anunciava que a escolarização seria uma oportunidade pessoal e profissional e ainda mais: seria o aprimoramento no atendimento oferecido às crianças. Nesta ocasião participaram do evento 63 profissionais. As formaturas eram bastante festivas. A seguir imagens da Formatura realizada em 2000:

FIGURA 73: MESA CERIMONIAL DE FORMATURA COM PREFEITO CASSIO TANIGUCHI



FONTE: Arquivo Público Municipal, 2001.

FIGURA 74: ENTREGA DO CERTIFICADO DA FORMATURA



FONTE: Arquivo Público Municipal, 2001.

A figura 74 demonstra a importância desse momento, pois a presença do prefeito Cassio Taniguchi representa a ação da Prefeitura nesse momento formativo e reforçando a função educativa da creche para os profissionais também. O programa de escolarização formal iniciado em 1997 contribuiu para a formação de um número significativo de profissionais, como mostra o quadro a seguir:

QUADRO 27: NÚMERO DE PROFISSIONAIS FORMADOS

Ano	Número de Profissionais formados Ensino Fundamental	Número de Profissionais formados Ensino Médio
1998	580	0
1999	260	730
2000	84	333
2001	0	63
Total por nível	924	1.126
Total Geral	2.150 funcionários	

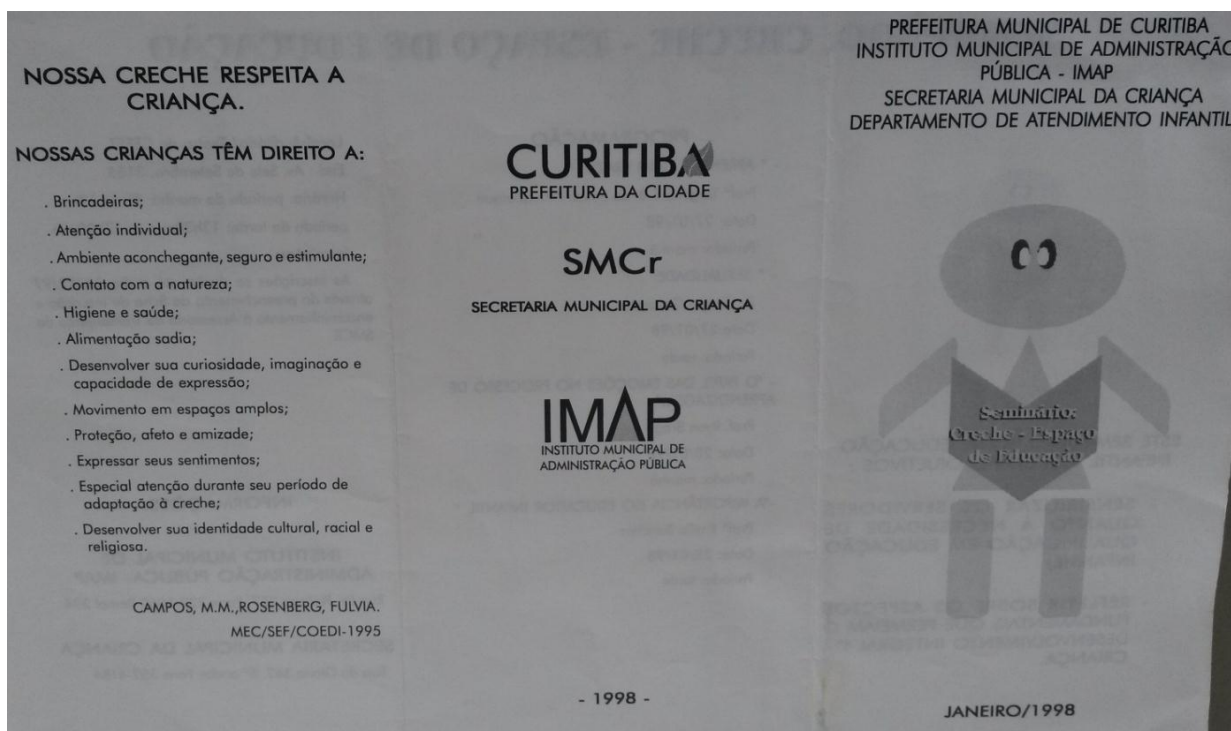
FONTE: Cerimonial Formatura 18/12/2001, s/p.

Estes profissionais que puderam concluir seus estudos de formação inicial receberam esse incentivo para dar continuidade aos mesmos, no entanto, mesmo com essa formação, não foi consolidada uma identidade do profissional, pois o Concurso para contratação continuava a exigir apenas o Ensino Médio. De fato a formação didático/pedagógica dos profissionais ocorria por meio da formação em serviço. Dessa maneira, esses momentos ocupavam uma posição de destaque para que as propostas pedagógicas circulassem e esses profissionais pudessem aprimorar e enriquecer sua ação junto às crianças.

A PMC organizava momentos de formação que ocorriam logo na entrada do funcionário da rede de creches, outros ocorriam durante o ano com diferentes temáticas, e, ainda eram realizados Seminários que reuniam todos os profissionais da Educação Infantil curitibana. No ano de 1998 foi realizado o 1º Seminário – Creche, espaço de educação – que ocorreu sob a supervisão da Secretaria Municipal da Criança. O evento aconteceu nos dias 27 e 28 de janeiro de 1998, foram inscritos 2.242 profissionais entre eles os atendentes infantis, diretores de creches e supervisores. Esse tipo de evento que atendeu a todos os profissionais envolvidos com o trabalho realizado na Educação Infantil dá a dimensão do serviço oferecido nas creches, assim como demonstra uma possível preocupação da SMCR em manter uma mesma linha de trabalho em todas as creches municipais.

A seguir o folder do evento:

FIGURA 75: PARTE EXTERNA DO FOLDER (1998)



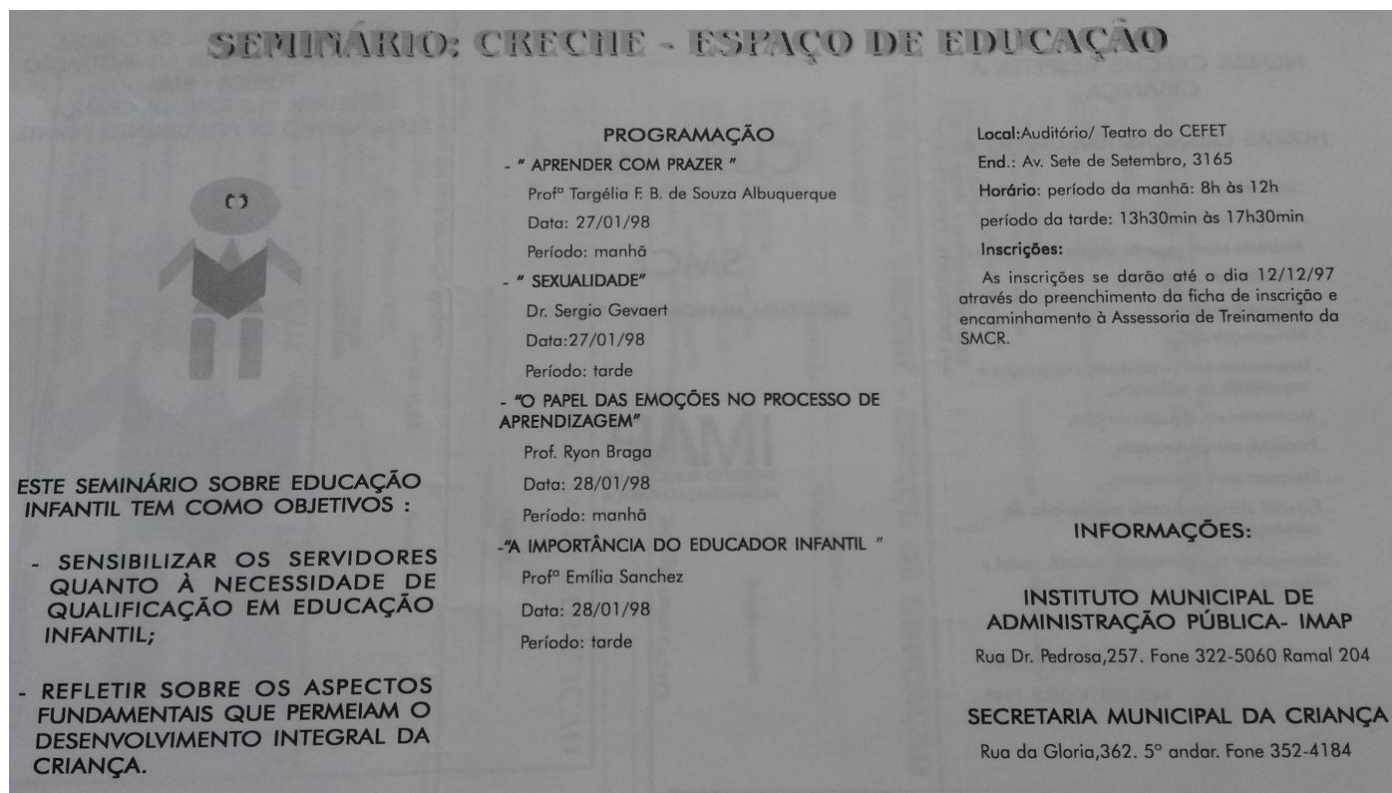
FONTE: Arquivo da Secretaria Municipal de Educação.

No próprio folder o tom teórico dado pelas pesquisadoras do atendimento ofertado à Educação Infantil, mostrando os direitos da criança atendida em creches, escritos por Fúlvia Rosenberg e Maria Malta Campos¹⁴², em 1995. Este trecho impresso no folder é parte do documento do MEC: *Crítérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças*, publicado em 1995, que apresentava uma série de critérios para garantir a qualidade do dia a dia nas creches. Os critérios estabelecidos primaram pela ordem prática e concreta das ações dentro das Unidades. Isso mostra que a PMC estava em consonância com a produção nacional do MEC e pretendia difundir essas ideias entre os profissionais da rede municipal.

¹⁴² Maria Malta Campos possui graduação em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1961) e doutorado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1982). Realizou estágios de pós-doutorado na Universidade de Stanford e na Universidade de Londres. É professora do Programa de Pós-graduação em Educação - Currículo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, presidente da diretoria colegiada da ONG - Ação Educativa e pesquisadora da Fundação Carlos Chagas. Foi presidente da ANPEd - Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação. Tem experiência na área de Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: educação infantil, creche, qualidade da educação e política educacional. Disponível em <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4796067E1>>. Acesso em 30/04/2016.

A parte interna do folder, como se verifica a seguir pretendia dar ao leitor as informações sobre a organização do evento propriamente dito:

FIGURA 76: PARTE INTERNA DO FOLDER (1998)



SEMINÁRIO: CRECHE - ESPAÇO DE EDUCAÇÃO

PROGRAMAÇÃO

- " APRENDER COM PRAZER "
- Profª Targélia F. B. de Souza Albuquerque
- Data: 27/01/98
- Período: manhã
- " SEXUALIDADE "
- Dr. Sergio Gevaert
- Data: 27/01/98
- Período: tarde
- "O PAPEL DAS EMOÇÕES NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM"
- Prof. Ryon Braga
- Data: 28/01/98
- Período: manhã
- "A IMPORTÂNCIA DO EDUCADOR INFANTIL "
- Profª Emília Sanchez
- Data: 28/01/98
- Período: tarde

Local: Auditório/ Teatro do CEFET
End.: Av. Sete de Setembro, 3165
Horário: período da manhã: 8h às 12h
 período da tarde: 13h30min às 17h30min
Inscrições:
 As inscrições se darão até o dia 12/12/97 através do preenchimento da ficha de inscrição e encaminhamento à Assessoria de Treinamento da SMCR.

ESTE SEMINÁRIO SOBRE EDUCAÇÃO INFANTIL TEM COMO OBJETIVOS :

- SENSIBILIZAR OS SERVIDORES QUANTO À NECESSIDADE DE QUALIFICAÇÃO EM EDUCAÇÃO INFANTIL;
- REFLETIR SOBRE OS ASPECTOS FUNDAMENTAIS QUE PERMEIAM O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA.

INFORMAÇÕES:

INSTITUTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA- IMAP
 Rua Dr. Pedrosa, 257. Fone 322-5060 Ramal 204

SECRETARIA MUNICIPAL DA CRIANÇA
 Rua da Glória, 362. 5º andar. Fone 352-4184

FONTE: Arquivo da Secretaria Municipal de Educação.

Os objetivos do Seminário descritos no folder revelam a preocupação com a qualificação dos profissionais, assim como aos aspectos de desenvolvimento das crianças. Os temas escolhidos para as palestras foram: Aprender com prazer com a docente Targelia Ferreira Bezerra de Souza Albuquerque¹⁴³, Sexualidade com Sérgio

¹⁴³ Docente e Pesquisadora nas áreas de Currículo e Avaliação Educacional e da Aprendizagem, com doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, tendo integrado grupos de pesquisa institucionais. Tem Mestrado na área de Educação brasileira e formação de professores pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro com foco em estudos sobre as relações de poder na escola e prática pedagógica. Integrou grupo de pesquisa nacional sobre "Configurações de Pobreza (Departamento de Ciências Sociais da PUC/RJ) e trabalhou na pesquisa sobre Cotidiano Escolar no Programa de Pós-Graduação em Educação da mesma universidade. É autora de várias obras e artigos, em especial no campo da avaliação educacional e da aprendizagem. Entre vários autores, estuda as obras de Paulo Freire com criticidade, refazendo caminhos e recriando práticas em prol da escola substantivamente democrática. Durante a sua caminhada como professora adjunta da UFPE procurou integrar e desenvolver projetos interdisciplinares e interinstitucionais, articulando

Gevaert¹⁴⁴, O papel das emoções no processo de Aprendizagem, com o docente Ryon Braga¹⁴⁵; e a Importância do Educador Infantil, com Emília Sanchez¹⁴⁶. As temáticas escolhidas foram bem diferentes, o que demonstra que não havia um eixo de trabalho específico para o seminário, mas sim a busca por tratar de assuntos diversos do cotidiano das creches. Em âmbito nacional havia uma preocupação acerca da formação dos profissionais atuantes na Educação Infantil, o documento do MEC reiterava:

Urge garantir que tal profissional esteja comprometido com os objetivos da educação infantil, e que sua formação seja coerente com tais objetivos. Se

ensino, pesquisa e extensão. Atualmente, integra o corpo docente de Cursos de Especialização na área de Coordenação e Gestão e de Avaliação Educacional e da Aprendizagem na Universidade Federal de Pernambuco (aposentada). É Diretora Pedagógica do Centro Paulo Freire - Estudos e Pesquisas de Recife/PE e membro da Cátedra Paulo Freire da UFPE. Integra o corpo docente da Faculdade Santa Catarina. Leciona as disciplinas de Metodologia da Pesquisa e Avaliação Educacional e da Aprendizagem nos Cursos de Especialização em Educação - Gestão Educacional e Coordenação Pedagógica e nos Cursos de Psicopedagogia da Faculdade de Ciências Humanas de Olinda. Tem experiência na área de Educação desde 1968, tendo trabalhado como docente nos diferentes níveis de ensino: da educação infantil ao ensino superior. Procura investir em estudos e pesquisas científicas(as), mantendo "os pés no chão da escola" numa perspectiva de totalidade social. É apaixonada pela docência, pela escola e procura demonstrar o seu compromisso com a educação/escola para a qualidade social. Assume os princípios da Ética da Libertação (DUSSEL) e da Ética Universal do Ser Humano (FREIRE). Procura investir em processos de orientação de monografias de cursos de especialização por defendê-las como espaço de formação crítica de docentes e gestores, com impactos na aprendizagem dos estudantes e melhoria da qualidade da escola. Reconhece que a orientação de dissertação de mestrado e tese de doutorado são processos dialógicos de aprendizagem coletiva, de atualização e aprofundamento científicos. Professora de Yoga Integral. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4778333P4>>. Acesso em 06/11/2016.

¹⁴⁴ Sérgio Eduardo Gevaert se formou em medicina em 1973, pela Faculdade Evangélica de Medicina do Paraná. Em 1981 tornou-se médico psiquiatra da UFPR. Disponível em <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cd005661.pdf>>. Acesso em 29/01/2016.

¹⁴⁵ Ryon Braga é graduado em Medicina pela UFPR, com pós-graduação em Neuropedagogia, e mestrando em Educação pela Universidade de Jaén, na Espanha. É diretor-presidente da UniAmérica, sócio da Anima Educação SA e presidente do Conselho de Administração da Hoper Educação, do Instituto Hoper e do Instituto Anima. Publicou vários livros no segmento da educação, entre eles: Marketing Educacional; Planejamento Estratégico para Instituições de Ensino. Disponível em: <<https://www.linkedin.com/in/ryon-braga-78286a83>>. Acesso em 06/11/2016.

¹⁴⁶ Graduada em Serviço Social e Pedagogia; mestrado em Psicologia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1991); doutorado em Educação (Currículo) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1998); Pesquisadora do IEE - Instituto de Estudos Especiais da PUC/ São Paulo (2000). Pesquisadora da Infância da Rede de Contextos Integrados USP/SP (2003); Especialista em Desenho e Gerência de Políticas Públicas e Programas Sociais (2004). Atualmente é professora titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, pedagoga efetiva da Secretaria da Assistência Social da Prefeitura Municipal de São Paulo; fundadora do Fórum Paulista de Educação Infantil, fundadora do Fórum da Pedagogia Freinet, coordenadora do Curso de Especialização de Educação Infantil e Séries Iniciais do Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo - SINPRO, coordenadora do Instituto Aprender a Ser Pesquisa e Formação na Área Educacional e Secretária Adjunta da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, nomeada em 27-01-2015. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Infantil, infância, letramento e alfabetização, formação de professores e gestão educacional. Professora titular do Conselho Municipal de Educação. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4782807Y0>>. Acesso em 06/11/2016.

são objetivos de cuidar e educar, a formação de seus profissionais deve também assegurar essas facetas, aliando as questões pedagógicas com as questões ligadas à higiene, alimentação e cuidados em geral, [...] e ambas se relacionam às dimensões afetiva, ética e estética da prática educativa. (BRASIL, 1994, p. 74).

Essa preocupação do MEC para com a formação desses profissionais era pertinente, pois as discussões de como os municípios estavam organizando seu atendimento em Educação Infantil indicavam a fragilidade dos profissionais atuantes. Esses momentos de formação realizados em Curitiba para todos os profissionais pretendia organizar e qualificar esse atendimento. A entrevistada Noemia Miranda dos Santos mostrou o certificado de participação neste evento, no qual ela pôde participar da Palestra sobre sexualidade infantil, com carga horária de 4 horas, ministrada por Sérgio Gevaert.

No mesmo ano Fulvia Rosemberg veio à cidade para realizar uma palestra com a seguinte temática: Filosofia da educação infantil. O jornal *Gazeta do Povo* de 28/06/1998 noticiou a presença da pesquisadora na cidade. A matéria destacou ainda que os cursos de capacitação e reciclagem oferecidos para as atendentes infantis, pela Secretaria Municipal da Criança, ensinavam brincadeiras, jogos, músicas para serem usados desde os primeiros meses de vida do bebê. A possibilidade da formação em serviço desses profissionais era o caminho para a busca da identidade docente do professor da criança de 0 a 6 anos, embora os profissionais curitibanos não tivessem a formação inicial.

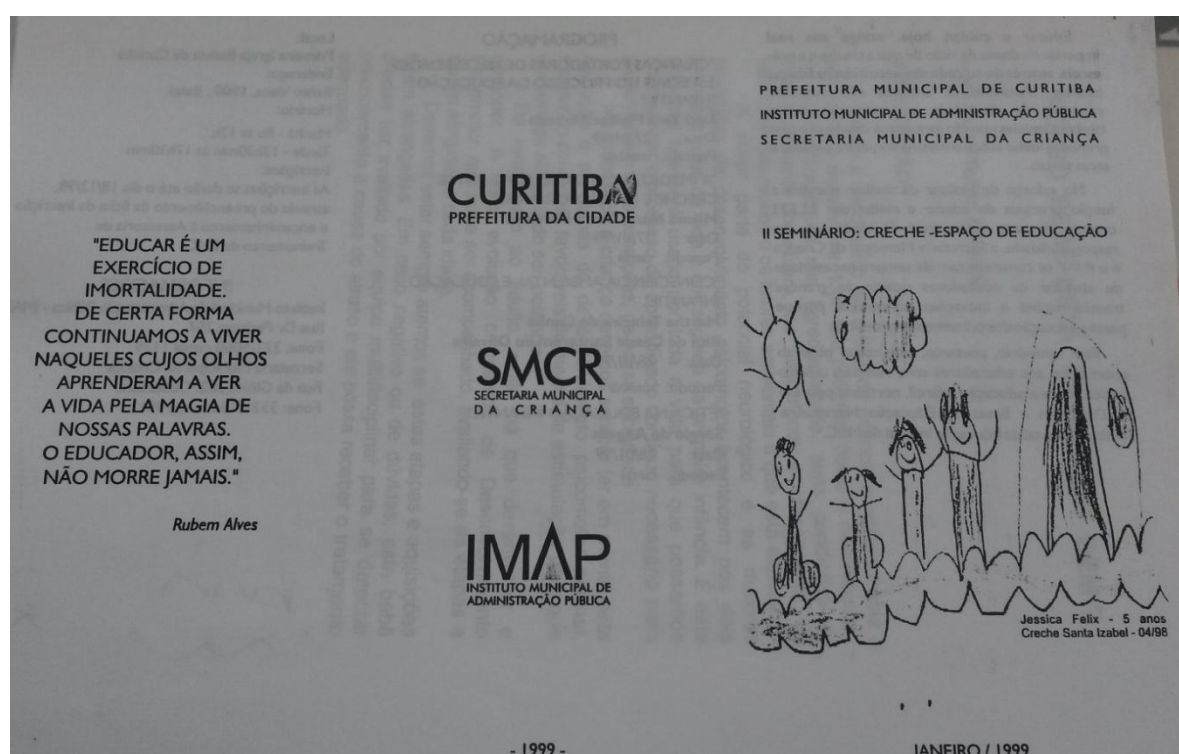
Se este é um espaço onde adultos podem conhecer as crianças, o adulto que trabalha direta ou indiretamente com elas precisa ser um profissional, e para tal precisa aprender esta profissão de professora de criança pequena: professora de creche, professora de pré-escola. Trata-se de um tipo de professor diferente dos professores dos outros níveis de ensino (FARIA, 1999, p.22).

No ano seguinte foi realizado o 2º Seminário – Creche, espaço de educação. O evento ocorreu nos dias 27 e 28 de janeiro de 1999. Foi destinado às educadoras e supervisoras de creches. No final do ano de 1998, a Diretora da Secretaria Municipal da Criança, Beatriz Malucelli Lamarão, enviou para as creches um memorando explicando como ocorreriam as inscrições para o seminário: cada funcionário poderia

participar de apenas uma palestra, já as diretoras poderiam participar de duas e as supervisoras de quantas quisessem e pudessem. Orientava ainda que os diretores promovessem nas Unidades momentos para que os profissionais trocassem informações sobre as palestras que haviam participado.

A seguir o folder do evento:

FIGURA 77: PARTE EXTERNA DO FOLDER (1999)



FONTE: Arquivo da Secretaria Municipal de Educação.

Neste folder é possível observar a presença de um desenho, o que revela o espaço de destaque que a produção infantil recebeu naquele momento, inclusive conferindo os créditos da autoria e da creche frequentada pela criança – Santa Izabel.

FIGURA 78: PARTE INTERNA DO FOLDER (1999)

Educar e cuidar, hoje, atinge sua real importância diante da visão de que a creche e a pré-escola, através do cuidado das necessidades básicas infantis, transmite às crianças não somente conceitos de afetividade e organização, como também aqueles que vão formar sua cidadania e suas primeiras idéias sobre si mesma enquanto pessoas e seres sociais.

No esforço de realizar da melhor maneira a função precípua de educar e cuidar das 22.533 crianças de zero a seis anos de idade sob sua responsabilidade, a Secretaria Municipal da Criança e o IMAP se conscientizam da sempre necessidade de atualizar os educadores quanto às grandes transformações e inovações conceituais por que passa a educação dos primeiros anos de vida.

Este seminário, portanto, tem como objetivo oportunizar aos educadores uma reflexão teórico-prática sobre a educação infantil, norteada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e Política Nacional de Educação Infantil do MEC.

PROGRAMAÇÃO

"CRIANÇAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS NO PROCESSO DA EDUCAÇÃO INFANTIL"

Luci Yara Pfeiffer Miranda

Data: 27/01/99

Período: manhã

"A IMPORTÂNCIA DA RELAÇÃO ENTRE CRECHE E FAMÍLIAS USUÁRIAS"

Milena Maria Costa Martinez

Data: 27/01/99

Período: tarde

"CONSCIÊNCIA AMBIENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL"

Martha Teixeira da Cunha

Rita de Cássia Santarém de Oliveira

Data: 28/01/99

Período: manhã

"ÉTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL"

Sérgio de Angelis

Data: 28/01/99

Período: tarde

Local:

Primeira Igreja Batista de Curitiba

Endereço:

Bento Viana, 1200 - Batel

Horário:

Manhã - 8h às 12h

Tarde - 13h30min às 17h30min

Inscrições:

As inscrições se darão até o dia 18/12/98, através do preenchimento da ficha de inscrição e encaminhamento à Assessoria de Treinamento da SMCr

INFORMAÇÕES

Instituto Municipal de Administração Pública - IMAP

Rua Dr Pedrosa, 257.

Fone: 322-5060 ramal 1139

Secretaria Municipal da Criança

Rua da Glória, 362. Cobertura.

Fone: 352-4184 ramal 9913

FONTE: Arquivo da Secretaria Municipal de Educação.

No folder há a indicação de que a discussão do seminário estaria norteada pela LDB 9394/1996 e a nova política nacional para a Educação Infantil. No entanto as temáticas escolhidas para as palestras foram inclusão, consciência ambiental, relação com famílias usuárias (não é possível saber usuários do quê) e ética na Educação Infantil. As temáticas indicam a variedade nos temas abordados, a falta de articulação entre os mesmos e também pouca aproximação com a legislação daquele período.

Quando o folder é analisado sozinho fica parecendo que todos os funcionários participaram de todos os momentos, no entanto, quando se lê o memorando enviado pela SMCr observa-se que o acesso ao evento era parcial e que, de acordo com o nível hierárquico ocupado pelo servidor, ele poderia participar de parte do evento ou da totalidade do mesmo. Assim, as atendentes infantis eram as que menos tinham acesso aos temas abordados no seminário. Nesse caso a importância do cruzamento de fontes foi fundamental, pois caso as analisássemos individualmente, não seria possível fazer esse contraponto. (WEBER, 2008).

No ano de 2000 foi realizado o 3º Seminário – Creche, espaço de educação, o evento ocorreu nos dias 26, 27 e 28 de janeiro de 2000. Foi destinado às educadoras e supervisoras de creches. Teve como conteúdo programático: “Princípios norteadores da prática educativa; política nacional de Educação Infantil”. (SMCR, 2000, s/p). Esta temática teve carga horária de 8 horas. A temática de “Jogos afetivos; brincadeiras; atividades musicais; jogos; danças; brinquedos cantados” (SMCR, 2000, s/p), contou com 4 horas de trabalho.

Além das grandes formações que envolviam todos os profissionais que atuavam nas creches, havia formações regionalizadas, que aconteciam próximas às creches. Em 1998 foi realizado o registro fotográfico de um desses momentos de formação que ocorreu na regional do Boqueirão. O encontro foi organizado pela então pedagoga Angela Maria Juai, (já citada anteriormente):

FIGURAS 79 E 80: EDUCADORAS REALIZANDO DINÂMICA COM BARBANTE



FONTE: Acervo Creche Tapajós II, 1998.

A imagem revela um momento coletivo, o qual em entrevista, Juai (2015) descreveu como sendo a atividade inicial entre as atendentes infantis, uma atividade de aquecimento e acolhida. Juai também relatou que elas (as técnicas) recebiam os Cadernos Pedagógicos da SMCR e na regional “recheavam”, iam em busca de dinâmicas, materiais para realizar as formações, entre outros. Segundo ela:

No assessoramento tinha uma parte que eles trabalhavam a questão teórica, trabalhava com desenvolvimento infantil e com as outras temáticas da SMCR, tinha a parte de massagem pra bebês, tinha a parte do jogo integrativo, e na outra parte do assessoramento, a gente trabalhava atividades práticas

mesmo, com elas, atividades pra fazer com as crianças. (JUAL, 2015, informação verbal).

FIGURAS 81 E 82: EDUCADORAS PRATICANDO ATIVIDADE COM MATERIAIS DIVERSOS



FONTE: Acervo Creche Tapajós II, 1998.

Nas imagens acima é possível visualizar momentos de descontração entre as profissionais, que aparentemente exploravam materiais que poderiam ser utilizados com as crianças em outros momentos na creche. Como por exemplo, os bambolês, bolas de diferentes tamanhos e almofadas. A formação pretendia oferecer subsídios para que as profissionais pudessem incrementar seu repertório de atividades. Há um número significativo de educadoras, uma interação entre as mesmas e também uma despreocupação com o momento da fotografia, o que pode revelar uma alta concentração na atividade realizada.

Já, a figura que se segue mostra um momento mais reflexivo, é possível identificar que as profissionais estão com papéis nas mãos, possivelmente documentos estudados que propunham uma reflexão teórica como apontou Juai (2015). Nesse caso, aparece no registro um número menor de profissionais e aparentemente conversam entre si.

FIGURA 83: EDUCADORAS REALIZANDO REFLEXÃO TEÓRICA



FONTE: Acervo Creche Tapajós II, 1998.

Dessas formações eram organizados materiais que eram enviados para as creches: em Memorando enviado da Equipe Técnica da SMCR do Núcleo do Boqueirão para os Diretores das Creches do mesmo Núcleo, há a remessa de uma apostila que “[...] faria o repasse por escrito do assessoramento realizado em junho de 1998”. (NR BOQUEIRÃO, 1998). Na apostila anexa ao Memorando havia sugestões de atividades para serem realizadas com as turmas de Maternal II e Jardim I e também modelos de propostas para as mesmas turmas.

Dessa maneira, a PMC, por meio das creches contribuía para que as profissionais que não eram docentes se tornassem docentes e também incentivava a escolarização formal. A creche então cumpria sua função social educativa com as crianças e, além disso, trazia para as suas profissionais a necessidade e também a possibilidade de formação. A função social da creche assim excedia a ação na Unidade e atingia o profissional que trabalhava com as crianças, pois ao mesmo tempo que era exigida uma ação docente dele com as crianças, era proporcionada a formação para a atuação e também a formação escolar.

Dessa maneira, o grupo de profissionais envolvidos com as crianças ganhava a formação de Ensino Médio e aos poucos mudaria o perfil desses profissionais, que em 1977 eram contratados apenas “sabendo ler e escrever” e no início dos anos 2000 eram incentivados a ingressar, inclusive no Ensino Superior.

Esse período entre 1997 e 2003 foi marcado pela escolarização formal dos profissionais envolvidos com o atendimento às crianças e às famílias. Houve um esforço grande da Prefeitura nesse sentido. Uma mudança importante para os servidores foi a alteração na nomenclatura da carreira do profissional que passou de babá para atendente infantil e depois para educador. A mudança do nome revela a representação que havia acerca desses profissionais, assim como revela que mudanças na legislação educacional no âmbito nacional reverberaram no plano municipal. De outro lado as ações de formação para o trabalho ocorreram com grande empenho da Prefeitura assim como uma maior cobrança para que profissionais, mesmo não docentes, exercessem a função docente.

Importante destacar que esse movimento foi impulsionado pela LDB 9394/1996, e que depois da sua publicação a Educação Infantil tomou novos rumos e novos desafios para a efetivação e consolidação desta etapa da Educação Básica. Curitiba, alinhada aos preceitos legais fez a transição das creches para o sistema de Ensino Municipal e deu continuidade à trajetória das creches públicas municipais. Mas essa já é uma outra história.... A beleza da pesquisa que sempre apresenta novas e profícuas possibilidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposição da escrita de considerações finais para o trabalho de pesquisa referente à produção de uma tese é a oportunidade de perscrutar o caminho trilhado até aqui. Nesse sentido, a história da Educação Infantil curitibana que ora se apresenta é resultado de um intenso caminho pela cidade, pelos arquivos e também um intenso buscar pelos sujeitos, pelos lugares, pelas ações que constituíram a rede municipal de Educação Infantil em Curitiba entre 1977 e 2003.

A busca pelas fontes que aqui estão apresentadas deu a tônica da história que aqui se escreve, os recortes feitos proporcionaram luzes e sombras. Certamente se outrem voltasse a cada uma das fontes traria outra história da Educação Infantil em Curitiba. Essa história que apresentei é perpassada pela professora de Educação Infantil em creches curitibanas, pela pedagoga e gestora de creche; a minha aderência pessoal a esse tema certamente me fez construir um texto que valoriza a ação educativa ocorrida nestas instituições e que, acima de tudo, identifica nos sujeitos, atores desse processo, papel fundamental para que a Educação Infantil pudesse se consolidar na cidade. Os nomes nessa pesquisa foram bússolas preciosas (GINZBURG, 1991) para que o texto fosse se delineando e também emergisse das fontes os sujeitos sociais que pensaram e efetivaram as propostas para a rede de creches curitibana.

A hipótese buscada na pesquisa, de que a creche ocupou diferentes funções sociais na cidade e esta função se estruturou por meio dos sujeitos envolvidos, e suas redes de interdependências na construção e efetivação da proposta de atendimento ofertada na creche, se efetivou, assim como ficou nítido, por meio das fontes, que estas nuances da função social da creche geraram rupturas e permanências na constituição da história da Educação Infantil em Curitiba.

Ao longo desses vinte e seis anos de Educação Infantil percorridos por essa pesquisa (1977 a 2003), verificou-se que a produção da normatização acerca desse atendimento consistiu em cinco manuais (1984, 1986, 1991, 1998 e 2001), que

regularam todas as ações das creches curitibanas. Nesses manuais há a presença de orientações administrativas e pedagógicas para o cotidiano das creches.

A regulamentação dos horários e forma de seleção das crianças foi também uma das permanências ao longo do período estudado. As creches, desde 1977, atenderam em período integral das 7h às 18h. Houve um momento na década de 2000, que o funcionamento ocorreu para além desse período, mas foi momentâneo, o horário oficial permanente foi aquele de 11 horas diárias. Já a seleção de crianças para o ingresso nas creches públicas da cidade de Curitiba, desde 1977 foi realizada em função do descompasso entre vagas ofertadas e demanda manifesta pela população. Entre os critérios adotados, destaca-se como uma permanência nesta trajetória histórica o vínculo da vaga para a criança com a condição da mulher/mãe trabalhadora e a questão da renda das famílias. A seleção das crianças para o ingresso nas creches curitibanas traz, ao longo do período estudado, as representações de creche e de família nas quais a creche estaria vinculada à condição da família pobre e, a criança nomeada de “carente” poderia ter na creche a instituição como panaceia dos problemas sociais.

As fontes evidenciaram que ao longo desse período estudado, a educação infantil em creche pública em Curitiba apresentou propostas educativas de atendimento. Importante considerar que cada concepção educativa revelava um momento histórico marcado pelas concepções de infância, de criança, de família e de educação.

Desde 1984 havia orientações pedagógicas para a ação dos profissionais nas creches, as quais primavam pelo viés da psicologia, que discutia a questão do desenvolvimento infantil e propunha programas de estimulação para as crianças da Educação Infantil – em creche – pública como forma de compensar carências de uma criança que tinha uma família em situação de pobreza, na maioria das vezes vinda de outros lugares para Curitiba, e que também não sabia como agir numa cidade urbanizada. A creche nesse período, cumpriu uma função social educativa, tanto para as crianças quanto para suas famílias. Acreditava-se que educando as crianças seria possível mudar a condição da família e sua ação na cidade urbanizada.

As propostas educativas nestes vinte e seis anos estiveram ao lado de concepções de educação desenvolvimentistas, a estimulação e a psicomotricidade estiveram presentes em todos os períodos. Curitiba foi responsável inclusive, pela criação de um modelo de psicomotricidade (Jogo Integrativo) que dispensava tempos longos de estudo: as profissionais realizavam cursos rápidos e incluíam nas ações cotidianas lampejos e materiais de uma teoria psicomotora que primava pelo movimento livre. Esse movimento perpassou todos os quarenta anos de creche estudados, em alguns momentos de maneira mais tímida, e, em outros como protagonista da Educação infantil.

A metáfora de “Proposta Mosaico” cunhada pela entrevistada Vera Lúcia Grande Dal Molin (2015) ilustra bem os caminhos e escolhas pedagógicas feitas pelas gestões municipais das creches. Dessa maneira há a presença da psicologia e da psicomotricidade, que são permanências nas propostas, mas há também uma discussão sobre a importância do ambiente oferecido, das oportunidades para a aprendizagem e também uma tentativa da PMC de acompanhar as discussões nacionais e implementar nas Unidades as propostas feitas pelos Ministérios da Saúde, da Assistência e da Educação.

Tanto a regulamentação quanto as propostas pedagógicas tiveram ampla circulação nas creches municipais. Esses documentos foram produzidos pelos próprios servidores municipais de carreira, que ocupavam cargos técnicos nas diferentes instâncias administrativas, e eram disponibilizados aos demais profissionais. Essa lógica de produção e de circulação dos materiais escritos que foi identificada nas fontes revelou também que houve uma apropriação desses documentos e proposições, pois de fato eles faziam parte do cotidiano e das ações nas creches, fato esse que foi revelado pelos entrevistados.

No que diz respeito aos profissionais que trabalhavam nas creches, houve mudanças significativas na sua forma de contratação, que em 1977 foi realizada no modelo da CLT e que apenas em 1985 foi feita via concurso público. Além da mudança ocorrida na forma de contratação, ao longo desse período passou-se a exigir formação em nível de Ensino Fundamental e apenas em 2002 em nível de Ensino Médio. No entanto, durante o período estudado nunca foi exigida a formação na área da

educação. Essa falta de formação específica para atuação na Educação Infantil contribuiu para que a identidade profissional dessa categoria tivesse dificuldade de ser construída.

Para resolver a problemática da falta de formação inicial docente, a PMC investiu fortemente em cursos de formação continuada, principalmente a partir da década de 1990, em função da parceria entre Universidade Federal do Paraná e Fundação Bernard Von Leer. Esses momentos pretendiam oferecer conhecimentos psicológicos e pedagógicos acerca da faixa etária entre 0 a 6 anos e aos poucos os consolidar, a fim de que mesmo esses profissionais, que não eram docentes pudessem desenvolver atividades docentes, pois as orientações elaboradas pelas equipes de gestão exigiam e indicavam uma ação docente com as crianças. Dessa maneira, é possível afirmar que durante o período estudado a ação docente nas creches foi efetivada por profissionais não docentes. Inclusive a nomenclatura desses profissionais passou de babá (1977), para atendente infantil (1991) e somente 2002 receberam a nomenclatura de educador. A questão do nome não é apenas semântica, mas traz em si a representação de criança, de família e de Educação Infantil presentes na rede curitibana.

E ainda essas representações podem ser reveladas nas instâncias administrativas que estiveram responsáveis pelas creches em Curitiba. Os primeiros atendimentos, em 1977, estavam vinculados ao Departamento de Desenvolvimento Social, que num esforço de gestão iniciaram a rede de creches na cidade com quatro unidades. As creches nesse departamento ocupavam um lugar de pouco destaque e nesse período tiveram função social destinada às crianças e às suas famílias.

Em 1986 foi criada a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, que passou a planejar e efetivar as ações de Educação Infantil na cidade. Nesse período houve a consolidação da rede de creches em Curitiba, pois houve uma proliferação dessas Unidades nos bairros curitibanos e a cidade passou a reconhecer a cada vez mais a necessidade desse equipamento para a rotina urbana. As ações de inauguração e manutenção das creches nesse período foram intensas e a creche ocupou um lugar social (CERTEAU, 2013b) importante no cenário histórico daquele

período, pois afetava o cotidiano da cidade, tanto daqueles que tinham filhos matriculados nas creches quanto daqueles que faziam a creche funcionar diariamente.

Em 1989, com a criação da Secretaria Municipal do Menor, que teve vida curta e logo se transformou em Secretaria Municipal da Criança, em 1991, a organização das creches fez um esforço para enquadrar-se à nova legislação do período. Essa nomenclatura, mudada rapidamente nesse período, se deveu à discussão trazida pela legislação do Estatuto da Criança e do Adolescente, que trouxe a concepção da criança enquanto cidadão de direitos. Assim, o termo “menor”, vinculado ao atendimento oferecido pela Educação Infantil, soava em dissonância com a legislação nacional. A nomenclatura “Secretaria da Criança” ficaria em melhor sintonia à luz dessa legislação. Nesse período a representação de criança e de família fica numa transitoriedade entre o direito da criança ao atendimento na creche e o atendimento da família trabalhadora. Assim, esse período foi palco de lutas de representação entre um conceito e outro.

A organização administrativa das creches em Curitiba passou por algumas transições no período estudado. Nos anos entre 1977 e 1986, esteve vinculada ao Departamento de Desenvolvimento Social, contando nesse período com 40 Unidades e o profissional responsável pelo atendimento às crianças eram chamados de babá. Já em 1986 foi criada a Secretaria de Desenvolvimento Social, que até o ano de 1989 foi responsável pelas creches e nesse período inaugurou mais 53 Unidades na cidade. No ano de 1989 foi criada a Secretaria Municipal do Menor, que teve as creches sob sua batuta apenas por dois anos e conseguiu inaugurar 6 creches nesse período. No ano de 1991 foi criada a Secretaria Municipal da Criança, que permaneceu até 2003. No período em que essa Secretaria foi responsável pelas questões administrativas e pedagógicas do trabalho realizado nas creches, foram construídas mais 38 Unidades e nesse período foi alterado por duas vezes o nome do profissionais que atendia as crianças em sala. No ano de 2002 sua carreira passou-se a chamar de Atendente Infantil e em 2003 recebeu a nomenclatura de educador.

Essa transição administrativa revela o crescimento e a transição da rede de creches na governabilidade municipal. O crescimento da rede de creches foi bastante significativo: passou, em 26 anos, de 4 unidades para 137. Além da ampliação do

número de creches o desafio ao longo do período estudado foi a manutenção das creches e a organização do atendimento oferecido, tanto do ponto de vista da infraestrutura como de pessoal.

Da perspectiva de historiadora, é importante ter a clareza de que a verdade na história é instável, transitória e relativa, pois a pesquisa histórica produz enunciados verdadeiros e admite a relatividade de suas proposições. “As interpretações podem antes complementar do que contradizer umas às outras... A coexistência das interpretações, em suma, é possível e mesmo provável, mesmo que tais interpretações sejam, no bom sentido do termo, parciais”. (GAY, 1990, p. 190).

Considerando estas possibilidades de diferentes verdades, poderá haver duas ou mais interpretações de um mesmo fato, mas elas não serão contraditórias, apenas complementares, pois tratarão de acontecimentos que efetivamente ocorreram. E este deve ser um dos compromissos éticos de nós, historiadores: trabalhar com acontecimentos reais. Espero que, tendo chegado até aqui, aceite o convite de conhecer as fontes do tema. Fica o chamado para que os aprofundamentos acerca da Educação Infantil curitibana possam ser feitos. Há ainda a necessidade de se explorar o modo de produção da documentação curitibana acerca da Educação Infantil, esforço esse que não caberia nessa pesquisa.

Obrigada pela companhia até o fim!
Lembrando que: “A verdade histórica é um poliedro de infinitos lados-posições,
que jamais poderá ser visto integralmente por olhos humanos”.
(REIS, 2003, p. 175)

FONTES

AUCKETT, A. D. *Massagem para bebês*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983.

AUGUSTO, M. *Comunidade Infantil: creche*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S. A., 1985.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Diagnóstico preliminar da educação pré-escolar no Brasil*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1975.

_____. Ministério da Educação e Cultura. *Atendimento ao pré-escolar*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1977.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. *Leis de Diretrizes e Bases da Educação. Lei N. 9394/1996, de 20 de dezembro de 1996*. Brasília, 1997.

_____. *Referencial curricular nacional para a educação infantil*. Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Lei 4024. Brasília: 1961.

_____. *Lei 5692*. Brasília: 1971.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: 1988.

_____. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília: 1990.

_____. *Consolidação das Leis do Trabalho*. Decreto Lei N.º 5.452, de 1º de maio de 1943, Brasília, 1943.

_____. MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL . Programa “*Primeiro, a criança*”: orientações básicas para atendimento em creche. Brasília: 1988.

_____. MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Creches instruções para instalação e funcionamento*. Secretaria de Assistência Médica. Coordenação de Proteção Materno Infantil. Brasília: 1972.

DAVIS, P. *O poder do toque*. São Paulo: Best Seller, 1991.

CURITIBA. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. *Relatório de atividades 1984*. Curitiba, 1984.

_____. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (DDS). *Avaliação 1982*. Curitiba, 1982.

FRANCO, D. de B. & SANTOS, M. A. *Síntese da Proposta Pedagógica turma Maternal I*. Secretaria Municipal da Criança (SMC). Núcleo Regional de Educação do Pinheirinho (NREPN): Curitiba, 1997.

FREINET, C. *Pedagogia do Bom Senso*. 2. ed. Lisboa: Moraes Editores, 1973.

_____. *Para uma escola do povo*. Lisboa: Editorial Presença, 1969.

_____. *O método natural I*. Lisboa: Editora Estampa, 1977.

GRANGER, M. J. *Guia para montagem e funcionamento de uma creche*. Lisboa: Moaraes Editores, 1976.

GRODNISKI, C. L. C., FRANCO, D. de B. *Metodologia Básica para o Maternal I*. Secretaria Municipal da Criança (SMC). Núcleo Regional de Educação do Pinheirinho (NREPN): Curitiba, 1999.

IPPUC. (INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA). *Favelas: súmula da proposta de desfavelamento*. Curitiba: PMC, fev/1976^a

____. *Política Habitacional de Interesse Social – Plano de Desfavelamento*. Curitiba: PMC, 1976b.

____. *Aspectos sociais do Plano de desfavelamento de Curitiba*. Curitiba: Departamento do Bem Estar Social, Diretoria do Serviço Social. Curitiba: ago./1978.

____. *Levantamento da situação demográfica, socioeconômico e escolar de Curitiba*. Curitiba: Setor de Equipamentos Sociais, Supervisão de Planejamento. Curitiba: jul./1979a.

____. *Unidades de atendimento infantil: algumas alternativas*. Curitiba: Departamento de Desenvolvimento Social. Curitiba: ago./1979b.

____. *Proposta CEMIC'S – Convênio PMC – IAM – FUNABEM*. Curitiba: Departamento de Desenvolvimento Social. Curitiba: jul./1979.

____. *Proposta de expansão do programa de atendimento infantil para Curitiba*. Curitiba: Departamento de Desenvolvimento Social. Curitiba: 1980.

____. *Plano de Atendimento ao Menor Carente*. Curitiba: 1984.

____. *Curitiba em Dados 1980/1990*. Curitiba: IPPUC, 1991.

____. SECRETARIA MUNICIPAL DA CRIANÇA. *Creches em Curitiba: espaço de educação*. Curitiba: 1992.

LEBOYER, F. *Shantala: uma arte tradicional: massagem para bebês*. 8 ed. São Paulo: Ground, 2009.

LÉVY, J. *O despertar do bebê: práticas de educação psicomotora*. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

NODORI, G. M. C. *Apostila treinamento de babás*. Curitiba: abril/1986.

NÚCLEO DE PESQUISA EM PSICOMOTRICIDADE. *Certificado Elidete Zanardini Hofius*. Curitiba: 1985.

PARANÁ. Lei N.º 4.978 de 5 de dezembro de 1.964. *Estabelece o Sistema de Ensino Estadual*. 1964.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. *Curitiba*, 1995.

____. *Apostila encontro de babás*. Curitiba: maio/1986.

____. *Portaria 1500*. Publicada no Diário Oficial do Município de 23/08/1987.

____. *Relatório Anual de 1983*. Curitiba: 1983.

____. *Relatório Anual de 1984*. Curitiba: 1984

____. *Normas Técnicas do Setor de Atendimento Infantil para as creches da Prefeitura Municipal de Curitiba*. Curitiba: 1984.

____. *Freguesias: Plano de ação das administrações regionais*. Curitiba: Cadernos da Comunicação Social. Curitiba: 1986.

____. Instituto Municipal de Administração Pública (IMAP). Escola de Administração Pública-Cidade de Curitiba. "Anais do 2º Fórum de Administração Pública". Curitiba: Jun./1995.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA/ ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. *Certificado Encontro sobre temas do desenvolvimento Infantil – II* de Noemia Miranda dos Santos. Curitiba: 1996.

____. *Certificado Seminário – Creche Espaço de Educação* de Noemia Miranda dos Santos. Curitiba: 1998.

____. *Certificado III Seminário – Creche Espaço de Educação* de Noemia Miranda dos Santos. Curitiba: 2000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA/SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. *Manual de Orientações Técnico-Administrativas do Programa Creche*. Curitiba: 1986.

____.DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. *Proposta de Expansão do Programa de Atendimento Infantil para Curitiba*. Curitiba: 1981.

____. *Apostila de músicas para as creches da Prefeitura Municipal de Curitiba*. Curitiba: 1987.

____. *Relatório Anual, 1987*. Curitiba: 1987.

____. *Programa Creche*. 1988. Curitiba: 1988.

____. *Projeto Creche – 1986-1988 Gestão Requião*. Curitiba: 1988.

____. *Programa de Estimulação essencial nas creches municipais*. Berçário e Maternal I. Curitiba: 1988.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA/SECRETARIA MUNICIPAL DA CRIANÇA. *Manual de Procedimentos Administrativos do Programa Creche*. Curitiba: 1991.

____. *Relatório Anual, 1993*. Curitiba: 1993.

____. *Relatório Anual*, 1994. Curitiba: 1994.

____. *Relatório Anual*, 1995. Curitiba: 1995.

____. *Relatório Anual*, 1997. Curitiba: 1997.

____. *Ação Supervisora nas creches*. Curitiba, 1997.

____. *Relatório Anual*, 1998. Curitiba: 1998.

____. *Relatório Anual*, 1999. Curitiba: 1999.

____. *Relatório Anual*, 2000. Curitiba: 2000.

____. *Relatório Anual*, 2001. Curitiba: 2001.

____. *Relatório Anual*, 2002. Curitiba: 2002.

____. *Relatório Anual*, 2003. Curitiba: 2003.

____. *Proposta de capacitação a nível de escolarização e qualificação para diretores e educadores infantis das creches da Secretaria Municipal da Criança*. Prefeitura Municipal de Curitiba. Curitiba: Outubro/1997.

____. *Orientações Pedagógico-Administrativas sobre a estrutura e o funcionamento das unidades de educação infantil*. Curitiba: 1998a.

____. *Política de Educação Infantil*. Curitiba: 1998b.

____. *Orientações Pedagógico-Administrativas: Centros Municipais de Educação Infantil*. Curitiba: 2001.

____. *Organização do Ambiente nas Unidades de Educação Infantil da Rede Municipal*. Curitiba: Out/2000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA/SECRETARIA MUNICIPAL DA CRIANÇA/DEPARTAMENTO DE ATENDIMENTO INFANTIL. *Caderno Pedagógico Datas Comemorativas*. Curitiba, 1993.

____. *Caderno Pedagógico para Jardim I*. Curitiba, jun.1994.

____. *Caderno Pedagógico Maternal II e Jardim I*. Curitiba, Nov.1994.

____. *Sugestões de atividades para as turmas de Jardim II*. Curitiba, Mar.1994.

____. *Caderno de Pesquisa*. Curitiba, Organização de Cátia Eliz Boscardin, Ida Regina Moro Milleo de Mendonça, Rosa Aparecida Comazi Giovanini, Zanete Pasquina Buzzi e Zilda Ferraz de Paula. Curitiba: Mar.1995.

____. *Caderno de sugestões: jogos e brincadeiras*. Elaboração: Vera Lúcia G. Dal Molin. Curitiba: 1996.

RIZZO, G. *Creche: organização, montagem e funcionamento*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

ROSA, M. L. *Apostila para curso de aperfeiçoamento das atendentes de berçário I e berçário II*. Secretaria Municipal da Criança (SMC). Núcleo Regional de Educação do Pinheirinho (NREPN): Curitiba, 1994.

ROSEMBERG, F. *A Educação de crianças e a Constituição*. Congresso Menor e Constituinte. São Paulo, out. 1985.

SECRETARIA MUNICIPAL DA CRIANÇA /NÚCLEO REGIONAL DO BOQUEIRÃO.
Memorando 303/1998. Curitiba: 1998.

SECRETARIA MUNICIPAL DA CRIANÇA /NÚCLEO REGIONAL DO PINHEIRINHO.
Síntese da Proposta Pedagógica para o Jardim I. 1996. Elaboração Regina Flizikowski. Curitiba: 1996.

SECRETARIA MUNICIPAL DA CRIANÇA/UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ.
Proposta pedagógica de 0 a 6 anos. Curitiba: 1994.

____. *Massagem para bebês.* Curitiba: 1993.

SECRETARIA MUNICIPAL DA CRIANÇA. Certificado de Elidete Zanardini Hofius.
Curitiba: 1992.

____. Certificado de Elidete Zanardini Hofius. 1994. Curitiba: 1994.

____. Certificado de Elidete Zanardini Hofius. 1995. Curitiba: 1995.

____. Certificado de Elidete Zanardini Hofius. 1996. Curitiba: 1996.

____. Certificado de Elidete Zanardini Hofius. 2000. Curitiba: 2000.

SILVA, A. A. & LIMA, E. M. *Assessoramento em educação infantil: metodologia básica de berçário I, único e II.* Secretaria Municipal da Criança (SMCR). Núcleo Regional de Educação do Pinheirinho (NREPN): Curitiba: 1999a.

____. *Metodologia Básica para o Maternal II.* Secretaria Municipal da Criança (SMCR). Núcleo Regional de Educação do Pinheirinho (NREPN): Curitiba: 1999b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. *Certificado de Curso de Extensão Universitária de Elidete Zanardini Hofius.* 1990. Curitiba: 1990.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ/FUNDAÇÃO BERNARD VAN LEER.
Projeto Araucária: Guia Curricular para atendimento de crianças de 4 a 6 anos.
 Curitiba: 1989.

JORNAIS

Correio de Notícias

16/08/1977 – Creches municipais – um lugar para carentes.
 21/05/1980 – Vilas sem creche.
 13/03/1983 – Fruet entrega hoje creche no Boqueirão e o novo Cine Ritz.
 22/10/1985 – Prefeitura entrega mais três creches e dois centros de saúde.
 12/10/1986 – Tudo pela criança.
 30/11/1986 – Encontro analisa creches.
 30/11/1986 – A conquista do chão.

Diário da Tarde

12/11/1966 – Ex-favelada externa agradecimentos a Castelo Branco que inaugurou Vila.

Diário do Paraná

11/01/1967 – Educar para depois desfavelar.

Diário Popular

27 e 28/04/1986 – As freguesias são o braço do prefeito estendido às diversas áreas da cidade.
 29/07/1995 – Creche Tia Chiquita.

Estado do Paraná

31/09/1980 – Creche para Santa Quitéria.
 10/05/1983 – Comissão pede mais creches.
 02/10/1988 – Prefeitura já tem 90 creches: 40 foram entregues por Requião.
 12/05/1992 – Mais de 11 mil crianças nas creches de Curitiba.
 29/02/1996 – Creches da prefeitura atendem 23 mil crianças.
 11/11/2001 – Terceirização de creches provoca novos protestos.

Folha de Curitiba

20/06/1984 – Creche no Santa Helena.

08/04/1986 – Creches na periferia.

Gazeta do Povo

13/04/1985 – Creche para o Bairro Alto.

28/06/1987 – Curitiba recebe creche por semana e atende periferia.

11/07/1987 – Fazenda Boqueirão já conta com uma creche.

28/06/1998 – Creche gera renda indireta para 23 mil famílias.

21/06/1999 – Creche clandestina prejudica aprendizado na infância.

24/04/2000 – Famílias sofrem sem creches.

20/08/2000 – Creches municipais têm 17 mil crianças na fila de espera.

28/04/2001 – Falta de vagas em creches será levada ao MP.

10/05/2001 – Prefeitura privatiza 26 creches municipais.

11/05/2001 – Vereadores pedem explicações sobre concessão de creches.

11/05/2001 – Prefeitura reafirma: creches são públicas e gratuitas.

Indústria e Comércio

30/09/1993 – Curso melhora atendimento em creches públicas.

11/09/1998 – Creches municipais atendem 2 mil crianças em Curitiba.

Jornal do Estado

23/09/1983 – Falta de creches prejudica operárias.

09/07/1985 – Creches: Curitiba procura novas soluções.

27/11/1986 – Na creche, crianças pedem mais funcionários.

08/04/1986 – Mais 40 creches para 4.800 crianças.

23/08/1997 – Investimento em creches oferece mais de mil novas vagas este ano.

14/11/2001 – Vinte mil esperam vagas em creches.

O Estado do Paraná

08/04/1999 – Crianças sairão das creches preparadas para a pré-escola.

07/06/2001 – Cássio desiste de privatizar creches.

20/10/2002 – Creche noturna atende carrinheiros.

Primeira Hora

18/05/2001 – Caso das creches vai à justiça.

Tribuna do Paraná

10/06/1981 – Lerner quer este ano 45 creches para menor carente.

21/11/1983 – Curitiba precisa de 470 creches e tem 26.

FONTES ORAIS

CARLETTO, Mary Luccy Dal Bosco. *Entrevista concedida à Elisângela largas luzviak Mantagute*. Curitiba, 22 de outubro de 2014.

HOFIUS, Elidete Zanardini. *Entrevista concedida à Elisângela largas luzviak Mantagute*. Curitiba, 04 de junho de 2014.

JUAI, Angela Maria. *Entrevista concedida à Elisângela largas luzviak Mantagute*. Curitiba, 26 de maio de 2015.

LAMARÃO, Beatriz Malucelli. *Entrevista concedida à Elisângela largas luzviak Mantagute*. Curitiba, 13 outubro de 2014.

MENDES, Rosiney dos Santos. *Entrevista concedida à Elisângela largas luzviak Mantagute*. Curitiba, 01 junho de 2015.

MOLIN, Vera Lúcia Grande Dal. *Entrevista concedida à Elisângela largas luzviak Mantagute*. Curitiba, 22 maio de 2015.

NOGUEIRA, Joselita Maria. *Entrevista concedida à Elisângela largas luzviak Mantagute*. Curitiba, 03 setembro de 2007.

REIS, Schirle Magaret dos. *Entrevista concedida à Elisângela largas luzviak Mantagute*. Curitiba, 8 de outubro de 2014.

ROCHA, Eloisa Acires Candal. *Entrevista concedida à Elisângela largas luzviak Mantagute*. Curitiba, 28 de outubro de 2014.

ROSA, Mirta Lagaggio. *Entrevista concedida à Elisângela largas luzviak Mantagute*. Curitiba, 23 de maio de 2015.

SANTOS, Dacylia Vieira dos. *Entrevista concedida à Elisângela largas luzviak Mantagute*. Curitiba, 25 outubro de 2007.

SANTOS, Noemia Miranda dos. *Entrevista concedida à Elisângela largas luzviak Mantagute*. Curitiba, 25 janeiro de 2016.

SILVA, Daniel Vieira da. *Entrevista concedida à Elisângela largas luzviak Mantagute*. Curitiba, 05 de novembro de 2014.

SILVA, Léa Margareth Christmann Cardoso da. *Entrevista concedida à Elisângela largas luzviak Mantagute*. Curitiba, 13 de junho de 2014.

SOUZA, Ingrid Jane Giral di de. *Entrevista concedida à Elisângela largas luzviak Mantagute*. Curitiba, 17 outubro de 2014.

SZCZYGIEL, Maria Moreira. *Entrevista concedida à Elisângela largas luzviak Mantagute*. Curitiba, 13 junho de 2014.

VILLELA, Denise Maria. *Entrevista concedida à Elisângela largas luzviak Mantagute*. Curitiba, 15 maio de 2015.

LEIS E DECRETOS MUNICIPAIS

P.M.C. Decreto nº 41 de 08 de janeiro de 1986. *Dispõe sobre a estrutura organizacional básica das secretárias municipais e sobre as atribuições dos titulares dos órgãos que especifica.*

P.M.C. Decreto nº 275 de 13 de julho de 1987. *Altera estrutura na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.*

P.M.C. Decreto nº 08 de 11 de janeiro de 1988. *Dispõe sobre a estrutura organizacional, níveis hierárquicos, orgânicos e funcionais da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e sobre as atribuições dos seus departamentos.*

P.M.C. Decreto nº 186 de 22 de março de 1989. *Transfere o Departamento da Criança da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, para a Secretaria Municipal do Menor.*

P.M.C. Decreto nº 224 de 24 de abril de 1989. *Dispõe sobre a estrutura organizacional, níveis hierárquicos, orgânicos e funcionais da Secretaria Municipal do Menor.*

P.M.C. Lei nº 7671 de 10 de junho de 1991. *Dispõe sobre a reorganização administrativa do poder executivo do município de Curitiba.*

P.M.C. Decreto nº 452 de 12 de agosto de 1991. *Dispõe sobre o regulamento de enquadramento de que trata o capítulo vii, da lei nº 7670, de 10 de junho de 1991, e dá outras providências.*

P.M.C. Lei nº 7670 de 10 de junho de 1991. *Institui o plano de carreiras da administração municipal.*

P.M.C. Decreto nº 542 de 06 de agosto de 1992. *Aprova o regimento interno da Secretaria Municipal da Criança.*

P.M.C. Lei nº 10390 de 11 de abril de 2002. *Cria as carreiras de atendimento à infância e adolescência e de atendimento social, transforma os cargos das carreiras de desenvolvimento social previstas na lei nº 7670/91 e suas alterações da administração direta e da Fundação Social - FAS, altera a redação do art. 5º, "caput", da lei nº 8.579/94, de 29 de dezembro de 1.994, e dá outras providências.*

P.M.C. Lei nº 10644 de 03 de abril de 2003. *Cria a Secretaria Municipal da Defesa Social, altera dispositivos da lei nº 7.671/91 e suas alterações, da lei nº 7.829/91 e dá outras providências.*

REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. Histórias dentro da história. In: PINSKY, C. B. (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 155-202.

ALBUQUERQUE, A. F. *A questão habitacional em Curitiba: o enigma da "cidade modelo"*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo: 2007.

ARCE, A. Lina, uma criança exemplar! Friedrich Froebel e a pedagogia dos jardins-deinfância. In: *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro: Autores Associados 2002, n. 20

ARCO-VERDE, Y. F. S. *Estudo sobre a prática pedagógica desenvolvida nas pré-escolas das redes de ensino de Curitiba*. Curitiba (Dissertação de Mestrado em Educação), Universidade Federal do Paraná, 293f, 1985.

ANDRADE, L. B. P. *Educação infantil: discurso, legislação e práticas institucionais*. São Paulo: UNESP, Tese de Doutorado. 2010.

AZEVEDO, J. Implicações da nova lógica de ação do Estado para a Educação municipal. *Educação e Sociedade*. Campinas: CEDES, v.23, n.80, 2002.

BALADELI, D. T. *O conceito de infância na historiografia acadêmica: um mapeamento (1991-2008)*. Dissertação de Mestrado. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2010.

BARBOSA, M. C. *Por Amor & Por Força: Rotinas na educação infantil*. Tese de Doutorado em Educação. Faculdade de Educação. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2000.

BARRETO, A. M. R. F. Por quê e para quê uma política de formação do profissional de educação infantil? In: BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. *Por uma política de formação do profissional de educação infantil*. Brasília: MEC/SEF/DPE/Coedi, 1994. p. 11-15.

BARROSO, C. *Mulher, sociedade e Estado no Brasil*. São Paulo: UNICEF/Brasiliense, 1982.

BARROSO, J. O estado, a educação e a regulação das políticas públicas. *Educação e Sociedade*. Campinas, vol. 26, n. 92, p. 725-751, Especial - Out. 2005.

BARTHES, R. A. *Mensagem Fotográfica*. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/49666238/A-Mensagem-Fotografica-Roland-Barthes>>. Acesso em 20/01/2013.

BENCOSTTA, M. L. História da educação e cultura escolar: representações e imagens das festas escolares. In: VIDAL, D. G. & SCHWARTZ, C. M. (Org.) *História das culturas escolares no Brasil*. Vitória: EDUFES, 2010, p. 247- 268.

_____. Memória e cultura escolar: a imagem fotográfica no estudo da escola primária de Curitiba. *História*. São Paulo, v. 30, n. 1, p. 396-411, jun. 2011.

BENJAMIN, W. Sobre o Conceito de História. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*- Obras escolhidas, vol. 1. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 222-232.

BEZERRA, D. R. dos S.; SOARES-SILVA, A. P. Profissionalização do educador de creche: negociações identitárias no momento de formação em nível médio. *Revista Brasileira de orientação Profissional*. São Paulo , v. 9, n. 2, p. 97-112, dez. 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167933902008000200009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 06/11/2016.

BLOCH, M. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOBBIO, N. *A era dos direitos*. 17ª Tiragem. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOURDIEU, P. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Org.). *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1979. p. 73-79.

BOTELHO, J. S. *Prescrições para os jardins-de-infância paranaenses: Do programa de 1950 ao regimento de 1963*. Dissertação de Mestrado. Setor de Educação. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. 2011.

BOSI, E. A pesquisa em memória social. *Psicologia USP*, v. 4, n. 1-2, p. 277-284, 1993.

BRANDÃO, Z., ABRAMOVAY, M. & KRAMER, S. O pré-escolar e as classes desfavorecidas. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 39, p. 43-45, nov. 1981.

BRANT, P. R. S. S. *Do perfil desejado – A invenção da professora de educação infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (1976 – 1980)*. Dissertação de Mestrado. Centro de Ciências Humanas e da Educação – FAED – Programa de Pós-graduação em Educação – PPGE. 2013.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Programa Nacional de Imunizações - 30 anos*. Brasília: Ministério da Saúde/Secretaria da Vigilância em Saúde, 2003.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPOSTO. *Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças*. Brasília: MEC/SEF/DPEF/COEDI, 1995a.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPOSTO. *Subsídios para o credenciamento e funcionamento de instituições de educação infantil*. vol.1,2,3. MEC/CEF/DPE/ COGEI. Brasília, 1998.

_____. Ministério da Educação e Cultura. SEF/COEDI. *Por uma política de Formação do Profissional de Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEF/DPEF/COEDI, 1994.

_____. *Política Nacional de Educação Infantil*. Brasília, 1994.

_____. *Integração das instituições de educação infantil aos sistemas de ensino: um estudo de caso de cinco municípios que assumiram desafios e realizaram conquistas*. Brasília: 2002.

BUJES, M. I. E. Escola infantil: pra quê te quero?. In: CRAIDY, C.; KAERCHER, G. E. (org). *Educação Infantil: pra que te quero?* Porto Alegre: Artmed Editora, 2001. p.13-23.

CAMPOS, M. M. Pré-escola: entre a educação e o assistencialismo – 1985. In: ROSEMBERG, F. (org.) *Temas em destaque – Creche*. São Paulo: Cortez, 1989, p. 11-19.

_____. Educar e cuidar: questões sobre o perfil do profissional de educação infantil. *Por uma política de formação do profissional de educação infantil*. Brasília: MEC/SEF/Coedi, 1994.

_____. A mulher, a criança e seus direitos. *Cadernos de Pesquisa*, v. 106, 1999.

CARVALHO, A. de S. *Vivendo às margens: habitação de interesse social e o processo da segregação socioespacial em Curitiba*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade – PGAU. UFSC. 2014.

CAPELATO, M. H. R. *Imprensa e história do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto: EDUSP, 1994.

CERISARA, A. B. A pré-escola em questão. *Perspectiva*, v. 1, n. 2, p. 71-83, 1984.

_____. O referencial curricular nacional para a educação infantil no contexto das reformas. *Educação e Sociedade*. vol. 23, nº 80 p. 326-345. 2002a.

_____. *Professoras de educação infantil: entre o feminino e o profissional*. São Paulo: Cortez, 2002b.

CERTEAU, M. de. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

_____. *A escrita da história*. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013a.

_____. *A invenção do cotidiano*. vol. 1, 20. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013b.

CHARTIER, R. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: Editora UNESP/Imprensa Oficial do Estado, 1999.

_____. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, n. 11(5), São Paulo, jan./abr. 1991, p. 173-191.

_____. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Portugal: DIFEL, 1990.

_____. *A História Cultural: entre práticas e representações*. 2. ed. Portugal: DIFEL, 2002.

CRAIDY, C. A educação da criança de 0 a 6 anos: o embate assistência e educação na conjuntura nacional e internacional. In: Machado, M. L.A. (org.). *Encontros e Desencontros em Educação Infantil*. São Paulo, Cortez, 2002.

CUSTODIO, A. Teoria da proteção integral: pressuposto para compreensão do direito da criança e do adolescente. *Revista do direito*, 2008, no 29, p. 22-43.

DE BARROS, F. C. O. M; DA SILVA, G. F.; RAIZER, C. M. *As implicações pedagógicas de Freinet para a educação infantil: das técnicas ao registro*. 2012.

DE MATTOS, P. P. *et al.* Caracterização física, química e anatômica da madeira de *Araucaria angustifolia* (Bert.) O. Kuntze. *Embrapa Florestas*, 2006. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Patricia_Mattos/publication/238792995_Caracterizacao_Fisica_Quimica_e_Anatomica_da/links/00b7d528bea7be4681000000.pdf>. Acesso em 26/12/2016.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: *Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais*. Salamanca-Espanha, 1994.

DIDONET, V. Creche: a que veio... para onde vai. Educação Infantil: a creche, um bom começo. *Em Aberto*. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. v. 18, n. 73, p. 11-28, 2001.

DITTRICH, M. G. *et al.* O calçadão de Curitiba: sua história como espaço público social da cidade. *Revista Brasileira de Tecnologias Sociais*, v. 2, n. 2, p. 173-184, 2016.

ELIAS, N. *O Processo Civilizador*. Uma História dos Costumes. vol.I. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ESCOLANO, A. Tiempo y educación. Notas para uma genealogía Del almanaque escolar. *Revista de Educación*, n.298, 1992, p. 55-79.

_____. Patrimônio material de la escuela e historia cultural. *Revista Linhas*. Florianópolis, v. 11, n. 02, p. 13 – 28, jul. / dez. 2010, p. 13-28.

FALEIROS, V. de P. *Políticas para a infância e adolescência e desenvolvimento*. 2005. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4569/1/bps_n.11_ENSAIO1_Vicente11.pdf>. Acesso em 21/12/2016).

FARIA, A. L. O espaço físico como um dos elementos fundamentais para uma pedagogia da educação infantil. In: FARIA & PALHARES (orgs.), *Educação infantil pós-LDB: Rumos e desafios*. Campinas: Autores Associados/Unicamp/UFSCAR/UFSC, 1999.

FARIA FILHO, L. M. de. A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação. In: _____. (org.). *Educação, modernidade e civilização: fontes e perspectivas de análises para a história da educação oitocentista*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. p. 89-125.

_____. Para entender a relação escola-família: uma contribuição da história da educação. *Perspectivas*. [online]. São Paulo, 2000, vol.14, n.2, pp.44-50. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392000000200007&script=sci_abstract>. Acesso em 12/02/2017.

FERREIRA, A. B. H. *Dicionário de língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980.

FERREIRA, M. C. R. (org.). *Os fazeres na educação infantil*. São Paulo: Cortez, 2000.

FRANCO, D. de S. *Gestão de creches para além da assistência social: transição e percurso na Prefeitura de São Paulo de 2001 a 2004*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da USP. São Paulo, 2009.

FREITAS, M. C. de. Educar na infância: a perspectiva do compromisso. In: Souza, G. (org). *Educar na infância: perspectivas histórico-sociais*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 7 - 13.

FREYRE, G. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. *Educação e sociedade*, v. 24, n. 82, p. 93-130, 2003.

FROEBEL, F A. *A Educação do homem*. Passo Fundo: UPF, 2001.

FURNALETTO, B. H. *Infância em pauta: um estudo histórico sobre as concepções de infância presentes nas canções e na formação dos professores*. Dissertação de Mestrado. Setor de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2006.

GAY, P. Conclusão: sobre o estilo na história. In: *O Estilo na História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 167-196.

GIACOMITTI, A. *Em meio a arquivos e memórias, o Projeto Araucária: da proposta curricular a formação dos profissionais da educação infantil em Curitiba (1985-1992)*. Dissertação de Mestrado. Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

GINZBURG, C. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991.

GONDRA, J. G. Medicina, higiene e educação escolar. In: LOPES, E. M. T.; VEIGA, C. G.; DE FARIA, L. *500 anos de educação no Brasil*. 5 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016, p. 519-550.

GOHN, M. G. M. *A força da periferia: a luta das mulheres por creches em São Paulo*. Petrópolis: Vozes, 1985.

GOMES, A. V. A. *Educação infantil: por que mais creches*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2011.

GONZÁLEZ, Á. M. André Lapierre: De la Reeducação Física a la Psicomotricidad Relacional. *RICYDE. Revista Internacional de Ciencias del Deporte*. v. 4, n. 12, 2008.

GRELE, R. J. Pode-se confiar em alguém com mais de 30 anos? Uma crítica construtiva à história oral. In: FERREIRA, M. de M; AMADO, J. *Usos e abusos da história oral*. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 267-277.

GRINBERG, L. *Partido político ou bode expiatório*. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda, 2009.

GRUZINSKI, S. Os mundos misturados da monarquia católica e outras connected histories. In: *Topoi*, Rio de Janeiro: Mar-2001, 175-195.

HADDAD, S. Os Bancos multilaterais e as políticas educacionais no Brasil. In: VIANNA JR., A. (ed.). *A estratégia dos bancos multilaterais para o Brasil*. Brasília: Rede Brasil, 1998. p. 41-52.

HIDALGO, Â. M. & SILVA, I. L. F. (org.). *Educação e Estado: as mudanças nos sistemas de ensino do Brasil e Paraná na década de 90*. Londrina: Ed. UEL. 2001.

HYPOLITTO, D. Formação continuada: análise de termos. *Integração-pesquisaextensão*. Ano VI, n. 21, 2000. p. 101 a 103.

JANOTTI, M. L. M. Refletindo sobre história oral: procedimentos e possibilidades. In: MEIHY, J. C. S. (org.) *(Re)fletindo História oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996, p.56-62.

JOUTARD, P. Desafios a história oral do século XXI. In: FERREIRA, M. de M.; FERNANDES, T. M.; ALBERTI, V. (orgs.). *História Oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000, p. 31-46.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. Tradução de Gizele de Souza. *Revista Brasileira de História da Educação*. São Paulo: Autores Associados/SBHE, n. 1, 2001, p. 9-43.

KRAMER, S. Privação Cultural e Educação Compensatória: Uma análise crítica. *Caderno de Pesquisa*. São Paulo, 1982, p. 54 – 62.

_____. *A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce*. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. Formação de profissionais de Educação Infantil: questões e tensões. In: MACHADO, M. L. de A. *Encontros e desencontros em Educação Infantil*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 117-132.

_____. NUNES, M. F. Gestão pública, formação e identidade de profissionais de educação infantil. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 131, p. 423-454, 2007.

KUHLMANN JUNIOR, M. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação, 2011.

_____. *Educação pré-escolar no Brasil (1899-1922): exposições e congressos patrocinando a “assistência científica”*. São Paulo, 1990. Dissertação de Mestrado. PUC/SP.

_____. Instituições pré-escolares assistencialistas no Brasil (1899-1922). *Cadernos de Pesquisas*. nº 78, ago. 1991, p. 17-26.

_____. Historys of Brazilian early childhood education. *Revista Brasileira de Educação*, n. 14, p. 5-18, 2000.

_____. Relações sociais, intelectuais e educação da infância na história. In: SOUZA, G. (org.). *Educar na infância: perspectivas*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 81-97.

_____. & FERNANDES, R. Sobre a história da infância. In: FILHO, L. M. F. (org.) *A infância e sua educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 15-33.

LE GOFF, J. Documento/monumento. *Enciclopédia Einaudi*, v. 1: Memória - História, s/l (Portugal), Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.

_____. *História e memória*. 7. ed. Revista. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

LOBO, L. *Os novos direitos da criança*. Unicef, 1992.

LUCA, T. História dos, nos e por meio dos periódicos: trajetórias e perspectivas analíticas. In: PINSKY, C. (org). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 111-153.

LUCAS, M. A. O. F. Educação infantil: algumas reflexões sobre seus fundamentos teóricos e metodológicos i. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.17, p. 79 - 90, mar./2005.

LÚCIA, A. A. *Mulheres em movimento: a luta por creche em Uberlândia*. São Paulo, 2003. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica/SP.

MAIA, M. N. V. G. *Educação Infantil: Com quantas datas se faz um currículo?* 2011. Dissertação de Mestrado. PUC-Rio.

MAINARDES, J. & MARCONDES, M. I. Entrevista com Stephen J. Ball: Um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. *Educação e Sociedade*. Campinas, vol. 30, n. 106, jan./abr. 2009, p. 303-318.

MANTAGUTE, E. I. I. *Educar a Infância: Estudos sobre as primeiras creches públicas da Rede Municipal de Educação de Curitiba (1977 -1986)*. Dissertação de Mestrado. Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

_____. Festas de Inauguração das creches curitibanas: marcas da gestão municipal na comunidade (1977 a 1996). In: *História da Educação, Infância e Cultura Material*. 2015

_____. & SANTINI, J. B. “Creches em Curitiba: espaço de educação” uma representação do atendimento à criança curitibana na década de 1990. *Anais do Congresso Nacional de Educação (EDUCERE)*. Curitiba: PUC/PR, 2015, p. 18712 a 18727. Disponível em: <<http://educere.bruc.com.br/anais/>>. Acesso em 28/01/2016.

MARAFON, D. *A Educação infantil em Piraquara: entre as ideias e as propostas pedagógicas (1993-2004)*. Dissertação de Mestrado. Setor de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2007.

_____. Projetos pedagógicos e políticas públicas para a educação infantil no município de Piraquara–Paraná (1993-2004). *Revista HISTEDBR On-Line*, v. 12, n. 45e, 2012.

MARCÍLIO, M. L. A lenta construção dos direitos da criança brasileira. Século XX. *Revista USP*, n. 37, p. 46-57, 1998.

MARIN, A. J. Educação continuada: Introdução a uma análise de termos e concepções. In: *Cadernos Cedes 36, Educação Continuada*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1995.

MARTINS, M. Z. *Políticas públicas para a educação infantil: da assistência social à rede municipal de ensino, no município de Ponta Grossa – PR*. Dissertação de Mestrado. Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2010.

MENDONÇA, F. Aspectos da problemática ambiental urbana da cidade de Curitiba/PR e o mito da “Capital Ecológica”. *Geosp–Espaço e tempo*, n. 2, p. 1-8, 2002.

MEYER, D. E. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, G.; NECKEL, J.F.; GOELLNER, S.V. (orgs.) *Corpo, gênero e sexualidade – um debate contemporâneo na educação*. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MILANO, J. Z. & BONADIO, M. G. Curitiba: onde está a habitação de interesse social? *III Seminário Internacional Urbicentros*. Belo Horizonte, out. 2012. Disponível em: <<http://www.ppgau.ufba.br/urbicentros/2012/ST240.pdf>>. Acesso em 29/08/2014.

MOLINA, A. A. *A produção de dissertações e teses sobre infância na pós-graduação em educação no Brasil de 1987 a 2005: Aspectos Históricos e Metodológicos*. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Maringá, 2011.

NAZARENO, L. R. *Redes sociais e coalizão de governo em Curitiba – 1985 a 2004*. Dissertação de Mestrado. USP, São Paulo, 2005.

NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, A. (org.). *Os professores e a profissão*. Lisboa: Dom Quixote, 1992, p.15-33.

NORA, P. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, n. 10, p. 07-28, dez. 1993.

NUNES, C. História da Educação: espaço do desejo. *Em Aberto*, v.9, nº47, jul/set, 1990. INEP/Brasília, p. 37-45.

NUNES, D. G. Educação infantil e mundo político. *Revista Katálisis*, v. 12, n. 1, p. 86-93, 2009.

NUNES, M.F.R. *Educação Infantil no Estado do Rio de Janeiro: um estudo das estratégias municipais de atendimento*. Rio de Janeiro, 2005. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação, UFRJ.

OLIVEIRA, D. O campo do planejamento urbano em Curitiba. *Revista História: Questões & Debates*. Curitiba, n.12 (22-23), p. 220-238, jun.-dez.1991.

_____. *A política do planejamento urbano: o caso de Curitiba*. Campinas. Tese de Doutorado. UNICAMP, 1995.

_____. *Urbanização e industrialização no Paraná*. Curitiba: SEED, 2002.

OLIVEIRA, M. A. C. *Curitiba 1900-1973: da espacialidade rural-extrativista à cidade-jardim*. Curitiba, 2000. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná.

OLIVEIRA, Z. M. R. A creche no Brasil: mapeamento de uma trajetória. *Revista da Faculdade de Educação*. São Paulo, 14(1), p. 43-52, jan./jun. 1988.

_____. *et al.* Construção da identidade docente: relatos de educadores de educação infantil. *Cadernos de Pesquisa* 36.129, 547-571, 2006 .

_____. & FERREIRA, M. C. R. Propostas para o atendimento em creches no município de São Paulo: histórico de uma realidade – 1986. In: ROSEMBERG, F. *Temas em destaque: creche*. São Paulo: Cortez, 1989, p. 28-89.

_____. & FERREIRA, M. C. R. Propostas para o atendimento em creches no município de São Paulo: histórico de uma realidade. *Cadernos de Pesquisa*. n.56 São Paulo. Fev.. 1986, p. 39-65.

OLIVEIRA, Z. M., MELLO, A. M., VITORIA, T. & ROSSETTI-FERREIRA, M. C. *Creches: Crianças, faz de conta & cia*. Petrópolis: Vozes. 1992.

OSTETTO, L. E. Educação Infantil em Florianópolis: *Retratos Históricos da Rede Municipal (1976-1996)*. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

PACHECO, A. Imagens narradas, memórias e patrimônios desvelados. *Revista Ensaio Geral*, v. 3, n. 5, 2012.

PATTO, M. H. S. A Criança Marginalizada para os Piagetianos Brasileiros. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, p. 3-11, 1984.

_____. *A produção do fracasso escolar*. Histórias de submissão e rebeldia.. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

_____. O fracasso escolar como objeto de estudo: anotações sobre as características de um discurso. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, p. 72-77, 1988.

_____. *Privação cultural e educação compensatória pré-primária*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

PARANÁ, SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. *Orientações para (re) elaboração, implementação e avaliação de proposta pedagógica na educação infantil*. Curitiba: 2006.

PEREIRA, M. N. C. *Políticas públicas para educação infantil em Curitiba, segundo profissionais que atuam nos CMEIS (1997 - 2005)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba: 2006.

PEREIRA, F. M. Famílias políticas tradicionais dominam as eleições à Prefeitura de Curitiba em 2016. *Revista NEP- Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR*, v. 2, n. 4, p. 35-50, 2016.

PILOTTI, F. Crise e perspectivas da assistência à infância na América Latina. In: PILOTTI, F; RIZZINI, I. (org.). *A Arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, 1995. p.12-45.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. *Avaliação das políticas públicas municipais de Curitiba, 1997 a 2004*. Curitiba: 2004.

PROST, A. *Doze lições sobre a história*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

RAGAZZINI, D. Para quem e o que testemunham as fontes da História da Educação? *Educar em Revista*. Curitiba, nº18, 2001, p. 13-28.

REIS, J. C. História e verdade: posições. In: *História & teoria*. Historicismo, modernidade e verdade. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003, p. 147-177.

REHBEIN, M. P. *Curitiba – 50 anos de eleições municipais – as forças políticas que nas democracias e no governo militar disputam o poder*. Dissertação de Mestrado, Sociologia/UFPR 2008.

RIBEIRO, S. B. *Italianos do Brás: Imagens e Memórias –1920-1930*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ROCHA, E. A. C. *A pesquisa em educação infantil no Brasil: trajetória recente e perspectivas de consolidação de uma pedagogia*. Tese de Doutorado em Educação. Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas: 1999.

ROLIM, M. C. M. B. *Favelas, movimento associativo e planejamento urbano em Curitiba*. Rio de Janeiro, 1985. Dissertação de Mestrado. IUPERJ.

ROSA, M. A. *Movimento de associações de moradores e amigos de bairros de Curitiba: resgate de sua trajetória histórica a partir da constituição das relações sociais educativas – 1977- 1983*. Dissertação de Mestrado. PUC/SP, 1991.

ROSEMBERG, F. *Et al. Creches e pré-escolas: década da mulher*. São Paulo: Nobel: Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.

_____. O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o caso da creche – 1984. In: ROSEMBERG, F. *Temas em destaque – Creche*. São Paulo: Cortez, 1989, p. 90-103.

_____. A educação pré-escolar brasileira durante os governos militares. *Cadernos de Pesquisa*, v. 82, 1992, p. 21-30.

_____. Expansão da educação infantil e processos de exclusão. *Cadernos de Pesquisa*. v. 107 São Paulo: Jul. 1999, p. 7-40.

_____. O estado dos dados para avaliar políticas de educação infantil. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, n. 20, p. 5-57, jul./ dez. 1999b.

_____. FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO INFANTO, ATRAVÉS DE CURSOS SÚPLETEOS BRASIL, MEC. *Por uma política de formação do profissional de educação infantil*. Brasília: MEC/SEF/DPE/COEDI, 1994, p. 51-60.

_____. Organizações multilaterais, estado e políticas de educação infantil. *Cadernos de Pesquisa*, v. 115, p. 25-63, 2002.

SANTOS, D. G. Projeto Araucária. *Educar*. Curitiba, 1993, nº 9, p. 69-74.

SANTOS, M. S. A vila da Padroeira, a Vila da Luz. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, v. 9, n. 1, p. 27, 2011.

SARMENTO, M. J. FERNANDES, N.; TOMÁS, C. A. Políticas públicas e participação infantil. *Educação, Sociedade & Culturas*, v. 25, n. 1, p. 183-206, 2007.

SEBASTIANI, M. T. *Educação infantil: o desafio da qualidade – um estudo da rede municipal de creches em Curitiba – 1989 a 1992*. Tese de Doutorado. São Paulo, UNICAMP, 1996.

SILVA, A. A. Literatura para bebês. *Revista Pátio*. São Paulo, n.25, p.57-59, Fev/Abr.2003.

SILVA, I. de O. A creche e suas profissionais: processos de construção de identidades. *Aberto*, p. 112-121, 2001.

SILVA, J. F. M. da, *Abrigar o corpo, cuidar do espírito e educar para o trabalho: ações do estado do Paraná à infância do "abrigo provisório para menores abandonados" ao "educandário Santa Felicidade" (Curitiba, 1947-1957)* Dissertação de Mestrado. Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

SILVA, R. R. A presença das amas-de-leite na amamentação das crianças brancas na cidade de São Paulo no século XIX. *Antíteses*, v. 9, n. 17, p. 297-322, 2016.

SILVEIRA, M. *Aliança Renovadora Nacional (ARENA) no Paraná: o “partido do sim, senhor” e a ditadura militar (1966-1979)*. Monografia apresentada ao Departamento de História do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, 2008.

SOCZEK, M. B. *Políticas Públicas para a Educação Infantil no município de Curitiba (1997-2004)*. Dissertação de Mestrado. Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

SONTAG, S. *Ensaio sobre fotografia*. Lisboa: Dom Quixote, 1986.

SOULAGES, F. *Estética da fotografia: perda e permanência*. São Paulo: Editora Senac: São Paulo, 2010.

SOUZA, G. História da educação infantil no Brasil: lugares, propósitos e ações que conformaram o jardim de infância e a creche como espaços de educação das crianças. In: FARIA FILHO, L. M. de. ARAÚJO, V. C. (org.). *História da educação e da assistência à infância no Brasil*. Vitória: EDUFES, 2011, p. 245-272.

TAVARES, T. M. *Gestão Pública do Sistema de Ensino no Paraná (1995-2002)*. (Tese de Doutorado) São Paulo: PUC-SP, 2004.

TEBET, G. G. C. *As políticas públicas municipais para a educação de crianças de zero a três anos na cidade de São Carlos: um estudo sobre o período de 1977 a 2006, a partir das falas de agentes do Estado*. Dissertação de Mestrado, Educação UFSCAR, 2007.

TELES, M. A. de A. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

TONELLA, C. O movimento popular por moradia e a questão urbana em Curitiba (1986-1992) *Diálogos* - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, v. 9, n. 3, 2005, p. 79-96.

VEIGA, C. G. Educação estética para o povo. In: LOPES, E. M. T.; FARIAS FILHO, L. M. de e VEIGA, C. G. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. Infância e modernidade: ações, saberes e sujeitos. In: FILHO, L. M. F. (org.) *A infância e sua educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 35-83.

VEYNE, P. *Como se escreve a história*. São Paulo: Martins Fontes, 1971.

VIEIRA, C. E. Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em história da educação: um estudo da relação entre a imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920. In: OLIVEIRA, M. A. T. (org.). *Cinco Estudos em História e Historiografia da Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 7- 40.

VIEIRA, L. F; SOUZA, G. Trabalho e emprego na educação infantil no Brasil: segmentações e desigualdades. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. especial 1, 2010, p. 119-139.

VIEIRA, L. F. Políticas de educação infantil no Brasil do século XX. In: Souza, G. (org). *Educar na infância: perspectivas histórico-sociais*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 141-153.

_____. A formação do profissional da educação infantil no Brasil no contexto da legislação, das políticas e da realidade do atendimento. *Pro-Posições*, v. 10, n. 1, p. 28-39, 2016.

_____. OLIVEIRA, T. G. As condições do trabalho docente na educação infantil no Brasil: alguns resultados de pesquisa (2002-2012). *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 46, n. 32, p. 131-154, maio/ago. 2013.

VIÑAO FRAGO, A. *Tiempos escolares, tiempos sociales: la distribución Del tiempo y Del trabajo em la enseñanza primaria em Espanha (1838-1936)*. Barcelona: Ariel, 1998a.

VIÑAO FRAGO, A. & ESCOLANO BENITO, A. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. Trad. de Alfredo Veiga Neto. Rio de Janeiro: DP&A, 1998b.

VOLDMAN, D. A invenção do depoimento oral. In: FERREIRA, M. de M; AMADO, J. *Usos e abusos da história oral*. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 247-265.

WEBER, R. *Fontes cruzadas*. Texto apresentado IX Encontro Estadual de História, promovido pela ANPUH/RS e realizado em julho de 2008 no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/nph/arquivos/Regina%20Weber%20%20Fontes%20Cruzadas.pdf>>. Acesso em 03/01/2017.

YAMAGUTI, D. M. N. A trajetória das creches: do bem-estar à educação – a experiência de São José do Rio Preto. *Em Aberto*, v. 18, n. 73, 2008.

ANEXOS

ANEXO 1: Entrevistas realizadas

DATA DA ENTREVISTA	NOME DO ENTREVISTADO	FUNÇÃO EXERCIDA
27/05/2015	Adriana Pagnoncelli Fett	Atendente Infantil
26/05/2015	Angela Maria Juai	Pedagoga
13/10/2014	Beatriz Malucelli Lamarão	Pedagoga
10/10/2014	Carmem Malinoski	Pedagoga
27/05/2015	Celina Fátima Kroska	Atendente Infantil
05/11/2014	Daniel Silva	Consultor - Cargo Comissionado
10/08/2015	Denise Grein Santos	Consultora UFPR
15/05/2015	Denise Maria Vilela	Administradora de creche
04/06/2014	Elidete Zanardini Hofius	Pedagoga
28/10/2014	Eloisa Acires Candal Rocha	Pedagoga
29/09/2014	Erondina Pedroso da Silva	Atendente Infantil
17/10/2014	Ingrid Jane Giraldi de Souza	Pedagoga
13/06/2014	Léa Margareth Christmann Cardoso da Silva	Assistente Social
11/06/2014	Luca Richibither	Consultor - Cargo Comissionado
14/05/2015	Luzia Ramos da Cruz	Babá
27/01/2016	Maria Eneida Holzmann	Consultor
06/10/2014	Maria Helena Silveira Maciel	Secretária – Cargo Comissionado
13/06/2014 e 24/09/2014	Maria Moreira Szczygiel “Tia Lika”	Babá
22/10/2014	Mary Luccy Dal Bosco Carletto	Administradora de creche
23/05/2015	Mirta Lagaggio Rosa	Psicóloga
25/01/2016	Noemia Miranda dos Santos	Babá
03/06/2015	Regina de Fátima Gasperi	Atendente Infantil
13/10/2014	Regina Maria Flizikoowaki	Pedagoga
23/10/2014	Rosa Marques	Administradora de creche
01/06/2015	Rosiney dos Santos Mendes	Babá
12/08/2015	Sandra Maria Seixas Menegati	Assistente Social
08/10/2014	Schirle Magaret dos Reis	Diretora de Departamento – Cargo Comissionado
01/06/2015	Shirley Taranto Nogueira	Atendente Infantil
09/06/2015	Thayana Lyss de Sá Oliveira Silva	Professora
22/05/2015	Vera Lúcia Grande Dal Molin	Pedagoga

ANEXO 2 Termo de consentimento livre e esclarecido



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SETOR DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

PESQUISA: História da rede de creches públicas de Curitiba entre normas e práticas - 1977 a 2003

Orientadora: Profª Drª Gizele de Souza

Pesquisadora: Elisângela largas luzviak Mantagute

Endereço: Rua Hermínia Zanetti, 403, sob. 2

Fone: (41) 9983 7246

A pesquisa que ora se apresenta tem cunho historiográfico e está vinculada ao PPGE/UFPR à linha de história e historiografia. A pesquisa versa sobre a história da rede de creches em Curitiba/PR. Para tanto, há a necessidade de localização de fontes documentais, tais como fotografias e/ou documentos das instituições das décadas de 1970, 1980, 1990 e 2000, assim como localizar e entrevistar profissionais que exerceram suas atividades nestas instituições ou ainda em instituições auxiliares no período supra citado.

Sendo assim, convido _____

RG: _____ a participar da presente pesquisa. Neste sentido, solicitamos sua colaboração e participação como voluntário (a) para a coleta de dados.

Ressalta-se que o (a) voluntário (a) tem todo o direito de não autorizar e em qualquer momento da pesquisa interromper sua participação, devendo somente avisar o pesquisador de sua desistência.

Caso concorde, solicitamos a gentileza de concretizar sua concordância, assinando esse termo de consentimento livre e esclarecido.

Assinatura do pesquisador responsável

Elisângela largas luzviak Mantagute

Endereço: Rua Hermínia Zanetti, 403, sob. 2

Fone: (41) 9983 7246

R.G: 6988125-4

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

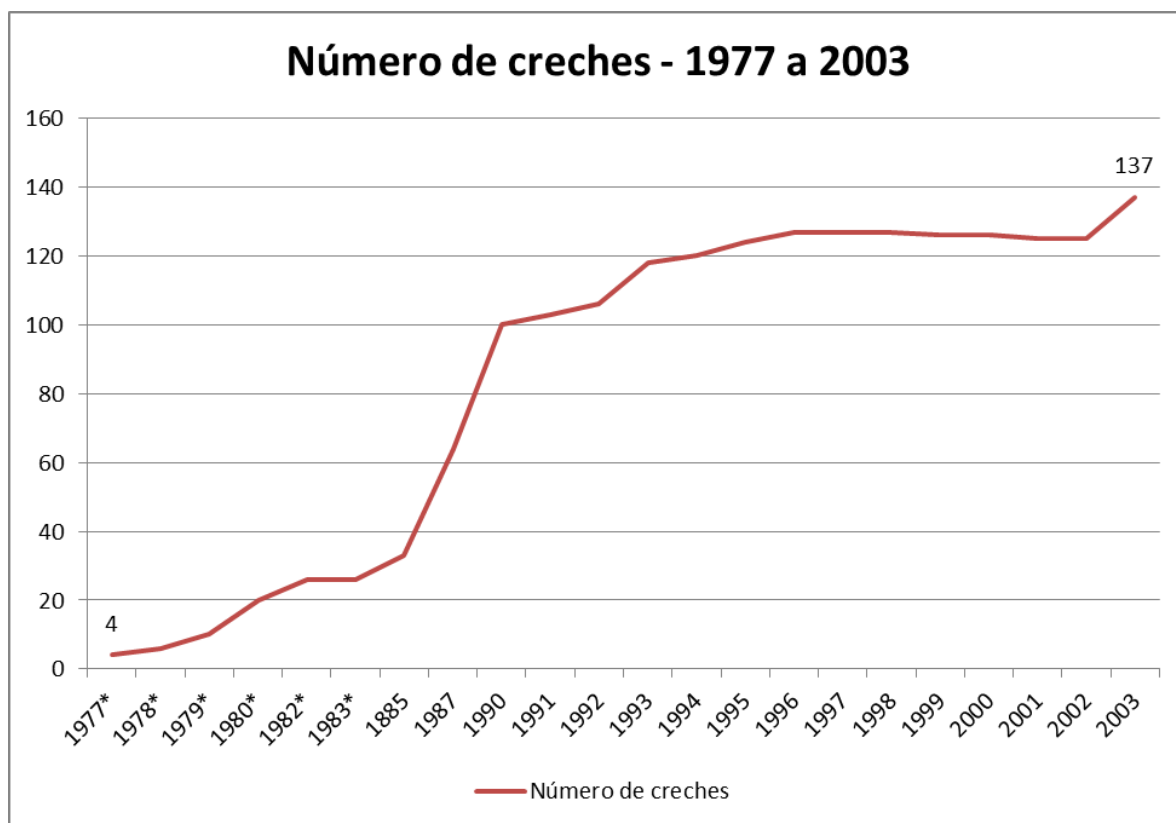
Declaro que li as informações acima sobre a pesquisa, que me sinto perfeitamente esclarecido(a) sobre o conteúdo da mesma. Declaro ainda que, por minha vontade, aceito participar da pesquisa colaborando com a entrevista sobre o período estudado. Autorizo a utilização dos dados informados por mim, para a realização do estudo.

() Autorizo a divulgação do meu nome no corpo da pesquisa.

() Não Autorizo a divulgação do meu nome no corpo da pesquisa.

Curitiba, ____/____/____.

Assinatura do (a) Entrevistado(a)

ANEXO 3 Número de creches construídas entre 1977 e 2003

FONTE: A autora.

ANEXO 4 Listagem com nomes das creches inauguradas entre 1977 e 2003

Creche	Endereço	Bairro	Data da inauguração (dados históricos)	Data da inauguração (dados IPPUC - 2003)	Gestão
Vila Camargo	Rua Paulo de Frontin, 434	Cajuru	22/08/77	01/01/77	Saul Raiz
Xaxim	Rua Wilson Dauchaux, Pereira 183	Alto Boqueirão	22/08/77	01/01/77	Saul Raiz
Jardim Paranaense	Rua Pedro Nabosne, 57	Alto Boqueirão	22/08/77	01/01/82	Saul Raiz
Vila Hauer	Rua Padre Dehon, 1871	Boqueirão	22/08/77	01/01/96	Saul Raiz
Atuba	Rua Rio Jarí, 411	Atuba	29/03/78	01/01/78	Saul Raiz
Tapajós	Rua Chanceler Oswaldo Aranha, 965	Boqueirão	29/03/78	01/01/78	Saul Raiz
Gramados	Rua Doutor Pedro Zavaski, 1285	Pinheirinho	01/03/79	01/01/79	Jaime Lerner
Meia Lua	Rua Romeu Bach, 20	Boqueirão	01/03/79	01/01/79	Jaime Lerner
Pinheirinho	Rua Brigadeiro Eduardo Gomes, 270	Pinheirinho	01/03/79	01/01/79	Jaime Lerner
Hortências	Rua Marilândia do Sul, 1183	Alto Boqueirão	01/03/79	01/01/90	Jaime Lerner
Cajuru	Rua São Vicente Palloti, 3631	Cajuru	01/07/80	01/01/80	Jaime Lerner
Estrela	Rua Professor Elevir Dionyzio, 434	Fazendinha	01/07/80	01/01/80	Jaime Lerner
Jardim Urano	Rua Nova Fátima, 219	Xaxim	01/07/80	01/01/80	Jaime Lerner
Vila Formosa	Rua Coronel Herculano de Araújo, 1193	Novo Mundo	01/07/80	01/01/80	Jaime Lerner
Santa Quitéria	Rua Divina Providência, 1680	Santa Quitéria	01/07/80	01/01/91	Jaime Lerner
São Carlos	Rua Doutor Plínio Gonçalves Marques 150	Pinheirinho	01/07/80	01/01/92	Jaime Lerner
Vila Pinto (atual Vila Torres)	Rua Manoel Martins de Abreu, 35	Prado Velho	01/07/80	01/01/92	Jaime Lerner
Barigui	Rua Arthur Martins Franco, 5561	CIC	01/07/80	01/01/96	Jaime Lerner
Autódromo	Rua Avenida do Trabalhador, 72	Cajuru	01/07/80	30/07/03	Jaime Lerner
Jardim Saturno	Rua Major Nestor Luiz de Oliveira, 10	Santo Inácio		01/01/80	Jaime Lerner
Nova Esperança	Rua João Batista Scucato, 26	Atuba		01/01/80	Jaime Lerner
Cinderela	Rua David Hume, 23	Pilarzinho		01/01/81	Jaime Lerner
Érico Veríssimo	Rua Campina da Lagoa, 43	Alto Boqueirão		01/01/81	Jaime Lerner
Parigot de Souza	Rua Professora Delminda Santos Fernandes, s/n	Sítio Cercado		01/01/81	Jaime Lerner
Santa Efigênia	Rua Maria de Lourdes Kudri, 412	Barreirinha		01/01/81	Jaime Lerner
São Bráz	Rua Genaro Ferreira de Almeida, 27	São Braz		01/01/81	Jaime Lerner
Solitude	Rua João Tobias de Paiva Neto, 27	Cajuru		01/01/81	Jaime Lerner
Vila Fanny	Rua Américo Vespúcio, 1	Lindóia		01/01/81	Jaime Lerner
Uberaba	Rua Capitão Leônidas Marques, 2171	Uberaba	01/07/81	01/01/80	Jaime Lerner
Fazendinha	Rua Eloi Micheleto, 9	Fazendinha	01/07/81	01/01/81	Jaime Lerner
Tia Eva	Rua Denilson Felipe de Lima, 113	CIC	01/07/81	01/01/92	Jaime Lerner

Moradias Belém	Rua Diogo Mugiati, 560	Boqueirão	01/11/81	01/01/81	Jaime Lerner
Santa Amélia	Rua Fernando Souza Costa, 102	Fazendinha	08/11/81	01/01/81	Jaime Lerner
Palmeiras	Rua João Batista Burbello, 540	Tatuquara	16/11/81	01/01/81	Jaime Lerner
Conjunto Oswaldo Cruz II	Rua. Angelina Turesso Cavalim, 51	CIC	01/01/88	01/01/81	Jaime Lerner
Tiradentes	Rua Francisco Ceccon, 153	Alto Boqueirão	01/01/84	01/01/84	Maurício Fruet
Santa Helena	Rua José Batista dos Santos, 2496	CIC	01/06/84	01/01/84	Maurício Fruet
Santa Felicidade	Rua Firenze, 268	Butiatuvinha		01/01/84	Maurício Fruet
Demawe	Rua Constantino José de Almeida, 329	Xaxim	21/03/85	01/01/99	Maurício Fruet
Liberdade	Rua Rio Jarí, 1481	Bairro Alto	01/07/85	01/01/85	Maurício Fruet
União das Vilas	Rua Miguel Novicki, 07	São Bráz	01/08/85	01/01/85	Maurício Fruet
Coqueiros	Rua David Tows, 880	Sítio Cercado	26/10/85	01/01/85	Maurício Fruet
Vila Vitória	Rua Carlos Roberto Ferreira, 148	Sítio Cercado	26/10/85	01/01/85	Maurício Fruet
Eucaliptos	Rua Salvador Evangelista, 157	Alto Boqueirão	09/11/85	01/01/85	Maurício Fruet
Itamarati	Rua Tem. Antônio Pupo, 527	Xaxim	01/01/86	01/01/86	Roberto Requião
Jardim Esmeralda	Rua Leôncio Lopes Cortiano, 100	Xaxim	01/01/86	01/01/86	Roberto Requião
Jardim Paraná	Rua Fernandes Vieira, 440	Capão Raso	01/01/86	01/01/86	Roberto Requião
Olga Benário Prestes	Rua José Manoel Voluz, 40	Pinheirinho	01/01/86	01/01/86	Roberto Requião
Rio Negro	Rua Madre Emília Riquelme, 30	Sítio Cercado	01/01/86	01/01/86	Roberto Requião
Barigui I	Rua Atílio Vieira de Moura, 140	CIC	01/01/87	01/01/87	Roberto Requião
Bracatinga	Rua José Ribeiro de Cristo, 789	Pilarzinho	01/01/87	01/01/87	Roberto Requião
Campo Alegre	Rua Reinaldo Bonat, s/n	CIC	01/01/87	01/01/87	Roberto Requião
Conjunto Araucária	Rua Roberto B. de Almeida, 225	Alto Boqueirão	01/01/87	01/01/87	Roberto Requião
Conjunto Iracema	Rua. Jorge Luis Della Coletta, 100	Capão da Imbuia	01/01/87	01/01/87	Roberto Requião
Conjunto Mercúrio	Rua. Ladislau Mikosz, 143	Cajuru	01/01/87	01/01/87	Roberto Requião
Fazenda Boqueirão	Rua Bartolomeu Lourenço de Gus, 2250	Boqueirão	01/01/87	01/01/87	Roberto Requião
Independência	Rua José Osires Baglioli, 410	Pinheirinho	01/01/87	01/01/87	Roberto Requião
Moradias Augusta	Rua Robert Redzimski, 250	CIC	01/01/87	01/01/87	Roberto Requião
Moradias Olinda	Rua Apucarana, 1065	Sítio Cercado	01/01/87	01/01/87	Roberto Requião
Nova Barigui	Rua Des. Cid Campelo, 112	CIC	01/01/87	01/01/87	Roberto Requião
Salgueiro	Rua Netuno, 109	Sítio Cercado	01/01/87	01/01/87	Roberto Requião
Santa Cândida	Rua Engenheiro Benedicto Saddock de Sá, 74	Atuba	01/01/87	01/01/87	Roberto Requião

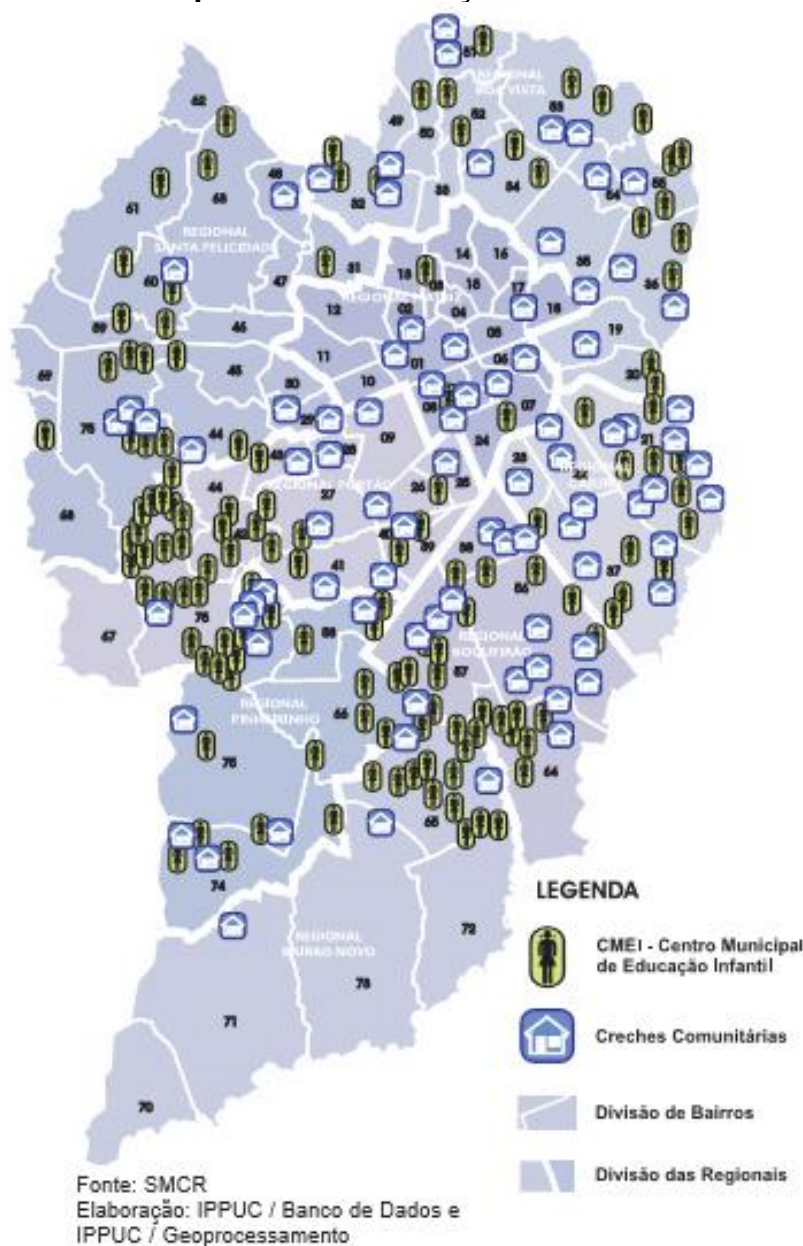
São Leonardo	Rua Padre Jacinto Miensopust, 1200	CIC	01/01/87	01/01/87	Roberto Requião
Vila Califórnia	Rua Pedro Jacob Klock, 120	Santa Cândida	01/01/87	01/01/87	Roberto Requião
Vila Lorena	Rua Tenente Coronel Benjamin Lage, 650	Uberaba	01/01/87	01/01/87	Roberto Requião
Vila Nori	Rua Campo Largo da Piedade, 488	Pilarzinho	01/01/87	01/01/87	Roberto Requião
Vila Sandra	Rua Etelvina da Luz de Barros, s/n	CIC	01/01/87	01/01/87	Roberto Requião
Tapajós II	Rua Ver. Oswaldo N. Bittencourt, 93	Xaxim	01/01/87	01/01/88	Roberto Requião
Vera Cruz II	Rua São Jorge do Oeste, 0	CIC	01/01/88	01/01/89	Roberto Requião
Servidores I	Rua Professor Benedito N. dos Santos, 500	Centro Cívico	01/01/88	01/01/87	Roberto Requião
Colombo I-II	Rua João Antônio Braga Cortes, 770	Fazendinha	01/01/88	01/01/88	Roberto Requião
Conjunto Abaeté	Rua Mal. Anôr Teixeira dos Santos, 680	Boa Vista	01/01/88	01/01/88	Roberto Requião
Conjunto Araguaia	Rua Profa. Antonia Reginato Vianna, 1250	Capão da Imbuia	01/01/88	01/01/88	Roberto Requião
Conjunto Atenas II	Rua Cidade Cel Freitas, 260 ,	CIC	01/01/88	01/01/88	Roberto Requião
Conjunto Camponesa	Rua José Tissi, 68,	CIC	01/01/88	01/01/88	Roberto Requião
Conjunto Cananéia	Rua Cidade de Vargeão, 69	CIC	01/01/88	01/01/88	Roberto Requião
Conjunto Itapema	Rua Estr. Velha do Barigui, 625	CIC	01/01/88	01/01/88	Roberto Requião
Conjunto Itatiaia	Rua Formosa do Oeste s/n –	CIC	01/01/88	01/01/88	Roberto Requião
Conjunto Marechal Rondon II	Rua Nossa Senhora da Cabeça, 2240	CIC	01/01/88	01/01/88	Roberto Requião
Conjunto Nossa Senhora da Luz II	Rua. Humberto Calixto Fruet, 7	CIC	01/01/88	01/01/88	Roberto Requião
Conjunto São João Del Rey I	Rua Celeste Tortato Gabardo, 0	Sítio Cercado	01/01/88	01/01/88	Roberto Requião
Pimpão	Rua José Joaquim Teixeira, 197	Portão	01/01/88	01/01/88	Roberto Requião
Vila Ipiranga	Rua Maj. Sebastião Izidoro Pereira, 128	Capão Raso	01/01/88	01/01/88	Roberto Requião
Vila Lindóia	Rua Conde dos Arcos, 300	Lindóia	01/01/88	01/01/88	Roberto Requião
Vila Parolin	Rua Sergipe, 48	Guaíra	01/01/88	01/01/88	Roberto Requião
Vila Rigoni	Rua Alfredo José Pinto, 1680	Fazendinha	01/01/88	01/01/88	Roberto Requião
Vila Rosinha	Rua Alfredo Jaime Felipe, 36	Portão	01/01/88	01/01/88	Roberto Requião
Ubatuba/Tambaú	Rua São Miguel do Oeste, 297	CIC	01/01/88	24/11/88	Roberto Requião
Conjunto Caiuá/Ilhéus	Rua Tuneiras do Oeste, 209	CIC	01/01/88	22/12/88	Roberto Requião
Conjunto Caiuá I	Rua Ludovico Kaminski, 3640	CIC	01/01/88	01/01/89	Roberto Requião
Conjunto Piquiri	Rua Professor Hugo Hohmann, 50	Campo Comprido	01/01/88	01/01/99	Roberto Requião
São José Operário	Rua Luiz Carlos Canesso, s/n	Alto Boqueirão		01/01/87	Roberto Requião
Conjunto Oswaldo Cruz I	Rua Padre Gaston, 82	CIC		01/01/88	Roberto Requião

Parque Industrial	Rua Ouro Verde, 85	Capão Raso		01/01/88	Roberto Requião
Uberlândia	Rua Madre Geral, 10591	Novo Mundo		01/01/88	Roberto Requião
Caramuru	Rua Guiroku Gastao Ayabe, 150	Uberaba	01/01/89	01/01/89	Jaime Lerner
Cassiopéia	Rua Alberto Poltier, 200	Boa Vista	01/01/89	01/01/89	Jaime Lerner
Conjunto Caiuá II	Rua Arnaud Ferreira Velloso, 218	CIC	01/01/89	01/01/89	Jaime Lerner
Conjunto Ilha Bela	Endereço: R. Araranguá, 190	CIC	01/01/89	01/01/89	Jaime Lerner
Conjunto Monteverdi	Rua Três Corações, 179,	Santa Felicidade	01/01/89	01/01/89	Jaime Lerner
Conjunto Paquetá I	Rua São Miguel do Oeste, 0	CIC	01/01/89	01/01/89	Jaime Lerner
Servidores II	Rua Basílio Itiberê, s/n	Rebouças	01/01/89	01/01/89	Jaime Lerner
Porto Seguro	Rua Darci Vargas, 174	CIC		01/01/89	Jaime Lerner
Conjunto Itacolomi/Sabará	Rua São Valério, 70	Sabará	01/01/90	01/01/90	Jaime Lerner
Estação Barigui	Rua Raul Machado Borges, s/n	CIC	01/01/91	01/01/91	Jaime Lerner
Vila Verde	Rua Emilio Romani, 230	CIC	01/01/91	01/01/91	Jaime Lerner
Irmã Dulce	Rua Rio Mucuri, 364	Bairro Alto		12/10/91	Jaime Lerner
Campo Alto	Rua República Guarani, 331	Atuba		01/01/92	Jaime Lerner
Krachinski	Rua Aluizio de Azevedo, s/n	Abranches	01/01/92	01/01/92	Jaime Lerner
Santos Andrade	Rua Reinaldo Richter, s/n	Campo Comprido	01/01/92	01/01/92	Jaime Lerner
Trindade	Rua da Trindade, 1000	Cajuru	01/01/92	01/01/92	Jaime Lerner
Vista Alegre	Rua Batista Pessine, 540	Vista Alegre	01/01/92	01/01/92	Jaime Lerner
Xapinhai/Pirineus	Rua Miguel Couto dos Santos, 109	Pinheirinho	01/01/92	01/01/92	Jaime Lerner
Angela A. F. Dellatre	Rua Coronel Benedito Tertuliano Cordeiro, 319	Tingui	01/01/92	05/11/92	Jaime Lerner
Luz do Amanhã	Rua. Des. Cid Campelo, 01	CIC	01/01/92	21/11/92	Jaime Lerner
Bairro Alto	Rua Alberico Flores Bueno, 2173	Bairro Alto	01/01/93	01/01/93	Rafael Greca
São José	Rua Sargento Haroldo Cordeiro Júnior, 315	Augusta	01/01/93	01/01/93	Rafael Greca
Osternack	Rua Jundiá do Sul, 313	Sítio Cercado	01/01/94	01/01/94	Rafael Greca
Vila Diana	Rua Ten. Cel. Muniz de Aragão, 475	Barreirinha	01/01/94	01/01/94	Rafael Greca
Vila Real	Rua Zeferino Pires Barbosa, 228	Orleans	01/01/94	08/12/94	Rafael Greca
Vila Leonice	Rua David Bodziak, 75	Cachoeira		01/01/94	Rafael Greca
Professora Lygia Carneiro	Rua Daniel Cesário Pereira, s/n	Santa Felicidade	01/01/95	01/01/95	Rafael Greca
Tia Chiquita	Rua Des. Carlos P. Guimarães, 0	Sítio Cercado	01/01/95	01/01/95	Rafael Greca
Vó Anna	Rua Ernesto G. Francisco Hannem, 0	Tatuquara	01/01/95	01/01/95	Rafael Greca
Vó Nazareth	Rua Fortaleza, 1932	Cajuru	01/01/95	01/01/95	Rafael Greca
CAIC Cândido Portinari	Rua Antônio Geroslau Ferreira, s/n	CIC	01/01/96	01/01/96	Rafael Greca
Santa Izabel	Rua Pastor Waldomiro Bileski, 71	Sítio Cercado	01/01/96	01/01/96	Rafael Greca
Santo Antônio	Rua Felicio Zibarth, 0	Uberaba	01/01/96	01/01/96	Rafael Greca
Cantinho do Sol	Rua Francis Bacon, 177	Santa Cândida	01/01/96	22/11/96	Rafael Greca
Sonho de Criança	Rua Reinaldo de Carvalho, 322	Ganchinho	01/01/96	12/12/96	Rafael Greca

Ana Proveller	Rua: Dr. Fábio Rogério Bertolli Arns, 15	Uberaba	01/01/98	11/01/98	Cassio Taniguchi
Bairro Novo	Rua Nova Aurora, 13	Sítio Cercado	01/01/98	11/12/98	Cassio Taniguchi
Jequetibá	Rua: Eduardo Pinto Da Rocha, 3650	Sítio Cercado	01/01/99	19/03/99	Cassio Taniguchi
Jardim Gabinete	Rua Padre Francisco Chylaszek, 191	CIC	01/01/00	01/01/00	Cassio Taniguchi
Dalagassa	Rua Antonio Sarote, 50	Tatuquara		22/06/01	Cassio Taniguchi
Santa Rita	Rua Carlos Munhoz da Rocha, s/n	Tatuquara		15/03/03	Cassio Taniguchi
Moradias da Ordem	Rua Antônio Zanon, s/n	Tatuquara		21/03/03	Cassio Taniguchi
Autódromo	Rua Avenida do Trabalhador, 72	Cajuru		30/07/03	Cassio Taniguchi

FONTE: A autora.

ANEXO 5 – Mapa com a localização das creches em Curitiba – 2004¹⁴⁷



¹⁴⁷ Bairros 01- Centro 02- São Francisco 03- Centro Cívico 04- Alto da Glória 05- Alto da Rua XV 06- Cristo Rei 07- Jardim Botânico 08- Rebouças 09- Água Verde 10- Batel 11- Bigorrrilho 12- Mercês 13- Bom Retiro 14- Ahú 15- Juvevê 16- Cabral 17- Hugo Lange 18- Jardim Social 19- Tarumã 20- Capão da Imbuia 21- Caju 22- Jardim das Américas 23- Guabirota 24- Prado Velho 25- Parolin 26- Guaíra 27- Portão 28- Vila Izabel 29- Seminário 30- Campina do Siqueira 31- Vista Alegre 32- Pilarzinho 33- São Lourenço 34- Boa Vista 35- Bacacheri 36- Bairro Alto 37- Uberaba 38- Hauer 39- Fanny 40- Lindóia 41- Novo Mundo 42- Fazendinha 43- Santa Quitéria 44- Campo Comprido 45- Mossunguê 46- Santo Inácio 47- Cascatinha 48- São João 49- Taboão 50- Abranches 51- Cachoeira 52- Barreirinha 53- Santa Cândida 54- Tingüi 55- Atuba 56- Boqueirão 57- Xaxim 58- Capão Raso 59- Orleans 60- São Braz 61- Butiatuvinha 62- Lamenha Pequena 63- Santa Felicidade 64- Alto Boqueirão 65- Sítio Cercado 66- Pinheirinho 67- São Miguel 68- Augusta 69- Riviera 70- Caximba 71- Campo de Santana 72- Ganchinho 73- Umbará 74- Tatuquara 75- Cidade Industrial. (PMC, 2004).